

# **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

---

## REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA



## **RELATÓRIO AMBIENTAL**

---

MARÇO DE 2026

#### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva
<b>Descrição:</b>	Relatório que pretende avaliar as incidências ambientais e socioeconómicas resultantes das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.
<b>Data de produção:</b>	19 de abril de 2022
<b>Data da última atualização:</b>	23 de março de 2026
<b>Versão:</b>	Versão 04
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Planum, Assessorias e Projetos Lda
<b>Equipa:</b>	Ricardo Almendra   Coordenador Célia Mendes   Geógrafa - Gestora do Projeto Helena Corrêa   Engenheira Agrónoma
<b>Código de documento:</b>	041
<b>Estado do documento</b>	Para abertura da discussão pública
<b>Código do Projeto:</b>	081182201
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	1822_rpdm_aae_ra_v04

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

## ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>ANEPC</b>	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
<b>ANSR</b>	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>CAE Rev.3</b>	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Revisão 3
<b>CC</b>	Comissão Consultiva
<b>CCDR-C</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
<b>Centro 2030</b>	Programa Operacional Regional do Centro 2030
<b>CIMVDL</b>	Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões
<b>CMVNP</b>	Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
<b>COS2018</b>	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2018
<b>DA</b>	Declaração Ambiental
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Território
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENCNB</b>	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>ENF</b>	Estratégia Nacional para as Florestas
<b>ENAAC</b>	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
<b>ERAE</b>	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos
<b>ET 2027</b>	Estratégia para o Turismo 2027
<b>ETA</b>	Estação de Tratamento de Água
<b>ETAR</b>	Estação de Tratamento de Águas Residuais
<b>FA</b>	Fatores Ambientais
<b>FCD</b>	Fatores Críticos para a Decisão
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão Territorial
<b>IIP</b>	Imóvel de Interesse Público
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IP</b>	Itinerário Principal
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal
<b>MN</b>	Monumento Nacional
<b>NUT</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais
<b>PDEPC</b>	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PENSAARP</b>	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais
<b>PERSU</b>	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

<b>PGRH</b>	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
<b>PIAAC</b>	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
<b>PNA</b>	Plano Nacional da Água
<b>PNAC</b>	Programa Nacional das Alterações Climáticas
<b>PNEC</b>	Plano Nacional de Energia e Clima
<b>PNI</b>	Programa Nacional de Investimentos
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PNUEA</b>	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
<b>PRN</b>	Plano Rodoviário Nacional
<b>PROF-CL</b>	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
<b>QE</b>	Questões Estratégicas
<b>QRE</b>	Quadro de Referência Estratégico
<b>QualAR</b>	Base de Dados Online sobre a Qualidade de Ar
<b>RA</b>	Relatório Ambiental
<b>RDA</b>	Relatório de Definição de Âmbito
<b>RJAAE</b>	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
<b>RJIGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RNC</b>	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
<b>RNT</b>	Resumo Não Técnico
<b>SNIAmb</b>	Sistema Nacional de Informação de Ambiente
<b>SNIRH</b>	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
<b>TP</b>	Turismo de Portugal, I.P.

## ÍNDICE

1.	Introdução.....	10
2.	Objetivos e Metodologia .....	11
2.1.	Objetivos .....	11
2.2.	Metodologia .....	12
2.3.	Envolvimento público e institucional .....	18
2.3.1.	Relatório de Definição de Âmbito .....	20
2.3.2.	Relatório Ambiental Preliminar .....	20
2.3.3.	Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico .....	20
3.	Objeto de Avaliação.....	21
3.1.	Localização Geográfica e Enquadramento.....	21
3.2.	Antecedentes .....	22
3.2.1.	Avaliação e Controlo da AAE do PDM de Vila Nova de Paiva .....	23
3.3.	Objetivos/Questões Estratégicas.....	24
3.4.	Contributo dos Objetivos do PDM para o Cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	25
4.	Avaliação Ambiental Estratégica .....	28
4.1.	Quadro de Referência Estratégico .....	28
4.2.	Fatores Ambientais.....	31
4.3.	Fatores Críticos para a Decisão .....	32
4.3.1.	Identificação dos Critérios e Seleção dos Domínios de Avaliação .....	34
5.	Quadro de Governança .....	41
6.	Avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão .....	45
6.1.	FCD Recursos Naturais.....	45
6.1.1.	Situação Atual.....	45
6.1.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM.....	65
6.1.3.	Análise SWOT .....	66
6.1.4.	Avaliação Estratégica de Efeitos .....	66
6.2.	FCD Coesão Territorial.....	77
6.2.1.	Situação Atual.....	77
6.2.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM.....	99
6.2.3.	Análise SWOT .....	100
6.2.4.	Avaliação Estratégica de Efeitos .....	101
6.3.	FCD Geração de Valor e Identidade Local.....	109
6.3.1.	Situação Atual.....	109
6.3.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM.....	121
6.3.3.	Análise SWOT .....	122

6.3.4.	Avaliação Estratégica de Efeitos .....	122
6.4.	FCD Riscos .....	130
6.4.1.	Situação Atual.....	130
6.4.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM.....	139
6.4.3.	Análise SWOT .....	140
6.4.4.	Avaliação Estratégica de Efeitos .....	140
7.	Sistematização da Avaliação Ambiental Estratégica .....	146
7.1.	Síntese das Tendências dos Efeitos da Estratégia do Plano .....	146
7.2.	Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos .....	147
8.	Recomendações.....	149
9.	Processo de Seguimento e Controlo .....	152
10.	Fases Seguintes do Processo .....	156
10.1.	Declaração Ambiental .....	156
10.2.	Seguimento e Monitorização .....	156
11.	Conclusão.....	159
12.	Bibliografia.....	160
Anexos	.....	162

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1   Processo de Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	13
Figura 2: Fatores Críticos para a Decisão resultam da integração das QE, dos FA e do QRE .....	14
Figura 3   Articulação entre os processos de desenvolvimento da AAE e elaboração da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	17
Figura 4   Esquema dos momentos de envolvimento público e institucional .....	18
Figura 5   Síntese da caracterização municipal do tema Ambiente .....	88

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1   Pirâmide etária da população residente no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2011 e 2021 .....	78
Gráfico 2   Edifícios licenciados no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2009 e 2019 .....	82
Gráfico 3   Edifícios licenciados por tipo de obra em 2011 e 2023 .....	83
Gráfico 4   Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho de Vila Nova de Paiva em 2021 .....	86
Gráfico 5   Proporção de população servida por abastecimento de água, entre 2012 e 2022 .....	93
Gráfico 6   Proporção de população servida por sistema de drenagem de águas residuais, entre 2012 e 2022 ..	95
Gráfico 7   Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2020.....	96
Gráfico 8   Resíduos urbanos depositados em aterro, entre 2011 e 2020 .....	97

Gráfico 9   População empregada no concelho de Vila Nova de Paiva e nas NUT em que se insere, por sector de atividade, em 2021 .....	110
Gráfico 10   Número de pessoal ao serviço das empresas, por atividade económica, entre 2012 e 2022 .....	112
Gráfico 11   Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências entre 2010 e 2020 .....	136

## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1   Rio Vouga .....	63
Imagem 2   Rio Côvo na sua passagem por Touro .....	63
Imagem 3   Espaços de lazer com curso de água do concelho de Vila Nova de Paiva .....	64
Imagem 4   Espaço industrial (zona centro) delimitado no PDM em vigor de Vila Nova de Paiva .....	115

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1   Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Vila Nova de Paiva .....	22
Mapa 2   Rede Natura 2000 no concelho de Vila Nova de Paiva .....	46
Mapa 3   Habitats naturais e seminaturais da ZEC do Rio Paiva .....	48
Mapa 4   Uso e ocupação do solo (COS2018) e ZEC Rio Paiva no concelho de Vila Nova de Paiva .....	49
Mapa 5   Delimitação da REN atual do concelho de Vila Nova de Paiva .....	51
Mapa 6   Delimitação da RAN atual do concelho de Vila Nova de Paiva .....	52
Mapa 7   Bacias hidrográficas no concelho de Vila Nova de Paiva .....	54
Mapa 8   Ocupação de floresta e matos no concelho de Vila Nova de Paiva .....	56
Mapa 9   Regime Florestal Parcial do concelho de Vila Nova de Paiva .....	58
Mapa 10   Redes de FGC no concelho de Vila Nova de Paiva .....	60
Mapa 11   Unidades de paisagem no concelho de Vila Nova de Paiva .....	62
Mapa 12   Espaços florestais propostos na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	72
Mapa 13   Hierarquia urbana do concelho de Vila Nova de Paiva .....	79
Mapa 14   Distribuição do edificado no concelho de Vila Nova de Paiva .....	81
Mapa 15   Rede viária do concelho de Vila Nova de Paiva .....	85
Mapa 16   Planta de localização das ciclovias no concelho de Vila Nova de Paiva .....	90
Mapa 17   Rede de abastecimento de água no concelho de Vila Nova de Paiva .....	92
Mapa 18   Rede de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho de Vila Nova de Paiva .....	94
Mapa 19   Hierarquia da rede rodoviária do concelho de Vila Nova de Paiva .....	105
Mapa 20   Mapa de perigosidade de incêndio rural no concelho de Vila Nova de Paiva .....	135
Mapa 21   Áreas ardidas por incêndios no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2010 e 2020 .....	137

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Articulação entre os ODS e os eixos estratégicos da 1ª Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	25
Quadro 2   Quadro de referência estratégico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	28



Quadro 3   Convergência entre os instrumentos do QRE e as questões estratégicas da AAE da 1. <sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	30
Quadro 4   Fatores ambientais a considerar no processo de AAE da 1. <sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	31
Quadro 5   Definição dos FCD e seus objetivos de sustentabilidade .....	33
Quadro 6   Identificação dos indicadores de avaliação, por FCD.....	35
Quadro 7   Quadro de Governança no âmbito da 1. <sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	41
Quadro 8   Habitats naturais e seminaturais da ZEC Rio Paiva presentes no concelho de Vila Nova de Paiva ...	47
Quadro 9   Uso e ocupação do solo no território do concelho de Vila Nova de Paiva abrangido pela RN2000 ....	50
Quadro 10   Estado das massas de águas superficiais no concelho de Vila Nova de Paiva .....	54
Quadro 11   Ocupação da área florestal no concelho de Vila Nova de Paiva .....	57
Quadro 12   Áreas de FGC, por entidade responsável, no concelho de Vila Nova de Paiva .....	59
Quadro 13   Análise SWOT da situação atual do FCD Recursos Naturais.....	66
Quadro 14   Usos complementares e compatíveis nas subcategorias dos espaços florestais.....	74
Quadro 15   Evolução da população residente do concelho de Vila Nova de Paiva e das NUT em que se insere	77
Quadro 16   População residente nas freguesias do concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2011 e 2021 .....	77
Quadro 17   Investimento global e por eixo temático, previstos para as ORU.....	84
Quadro 18   Proporção da população residente que entra e sai da unidade territorial (movimentos pendulares) em 2021 .....	86
Quadro 19   População residente de outros concelhos empregada ou estudante no concelho de Vila Nova de Paiva .....	87
Quadro 20   Ações dos objetivos para os modos suaves para Vila Nova de Paiva.....	90
Quadro 21   Valências de apoio social existentes no concelho de Vila Nova de Paiva.....	97
Quadro 22   Equipamentos de educação, por nível de ensino e freguesia, no concelho de Vila Nova de Paiva ..	98
Quadro 23   Análise SWOT da situação atual do FCD Coesão Territorial .....	100
Quadro 24   Proposta de solo urbano total por freguesia .....	103
Quadro 25   Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2022 .....	110
Quadro 26   Ocupação agrícola no concelho de Vila Nova de Paiva.....	113
Quadro 27   Volume de negócios (€) das empresas por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) em 2022	114
Quadro 28   Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Vila Nova de Paiva .....	116
Quadro 29   Alojamentos locais no concelho de Vila Nova de Paiva .....	120
Quadro 30   Indicadores de ocupação turística, no concelho de Vila Nova de Paiva, em 2020 e 2024 .....	121
Quadro 31   Análise SWOT da situação atual do FCD Geração de Valor e Identidade Local.....	122
Quadro 32   Estratégias de mitigação do risco de cheias e inundações .....	130
Quadro 33   Estratégias de mitigação de instabilidade de vertentes .....	131
Quadro 34   Acidentes de viação entre os anos de 2014 e 2023 no concelho de Vila Nova de Paiva .....	138
Quadro 35   Análise SWOT da situação atual do FCD Riscos .....	140
Quadro 36   Situação atual e tendência de evolução - síntese da AAE da 1. <sup>a</sup> RPDM de Vila Nova de Paiva.....	146
Quadro 37   Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por FCD.....	147
Quadro 38   Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da 1. <sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva .....	153

## 1. INTRODUÇÃO

---

O presente documento constitui o Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.<sup>a</sup> revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva. Este relatório tem como objetivo identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da implementação do plano, ou seja, com a AAE pretende-se avaliar e assegurar a sustentabilidade da proposta apresentada.

Desde a instituição do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, a AAE passou a ser de elaboração obrigatória. Este diploma legal procede à transposição, para o ordenamento jurídico nacional, os requisitos instituídos pela Diretiva n.º 2001/42/CE, de 25 de junho, vindo assertar a necessidade de se avaliar, no ambiente, os efeitos de determinados planos e programas.

O presente relatório vem dar cumprimento à subalínea ii), da alínea a), do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, que estabelece que, juntamente com a proposta do plano, deverá proceder-se à apresentação e avaliação do RA. Cumpre-se, desta forma, o definido no n.º 1 do artigo 6.º do RJAAE, que estabelece que *“juntamente com o plano ou programa sujeito a avaliação ambiental, a entidade responsável elabora um relatório ambiental no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivo”*.

Ao nível dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a AAE deve considerar as premissas decretadas pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual), que define que o PDM deverá fazer-se acompanhar por um relatório ambiental, no qual são identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da sua aplicação e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. A AAE serve assim para fomentar um contexto organizacional e institucional em que se tenha em linha de conta questões ambientais na fase inicial de conceptualização ou de planeamento.

O processo da AAE da 1.<sup>a</sup> revisão PDM de Vila Nova de Paiva pretende com que os seus resultados constituam uma constatação do esforço de incorporação das questões ambientais e de sustentabilidade na definição do modelo territorial da proposta do Plano, assim como na discussão das opções e impactes territorial que lhe estão subjacentes.

O presente relatório ambiental está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), objetivos e metodologia (capítulo 2), objeto de avaliação (capítulo 3), avaliação ambiental estratégica (capítulo 4), quadro de governança (capítulo 5), avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão (capítulo 6), sistematização da Avaliação Ambiental Estratégica (capítulo 7), recomendações (capítulo 8), processo de seguimento e controlo (capítulo 9), fases seguintes do processo (capítulo 10) e conclusões (capítulo 11).

## 2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

---

### 2.1. OBJETIVOS

A AAE é entendida, segundo o RJAAE, como a *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitantes à decisão final”* (alínea a) do artigo 2.º do RJAAE).

É um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, oferecendo uma perspetiva transversal e promovendo uma abordagem estratégica, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais, sociais e económicos nessa mesma decisão.

A AAE tem como objetivo contribuir para a adoção de valores ambientais e de sustentabilidade e de um conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente no processo ainda de decisão associado à elaboração do plano, contribuindo assim para a *“adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa”* (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho). Com o propósito de facilitar a capacidade de avaliação de oportunidades e riscos das estratégias associadas aos processos de desenvolvimento territorial, económico e social, assume-se como objetivos (Partidário, 2012):

- *“Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;*
- *Acréscitar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;*
- *Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.”*

Posteriormente aos objetivos recomendados, a AAE permitirá concretizar dois tipos de influência no processo de elaboração e implementação da 1.ª revisão PDM de Vila Nova de Paiva:

- O resultado final da AAE deve priorizar opções que potenciem efeitos ambientais positivos, em alternativa a outras que se identifiquem como causadores de efeitos ambientais negativos;
- Durante o processo de implementação e monitorização estratégica deve ser apresentado as recomendações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental e de uma proposta de programa de monitorização que permita um eficaz acompanhamento da sua execução no domínio do ambiente e sustentabilidade.

Neste caso particular, a AAE da 1.<sup>a</sup> revisão PDM de Vila Nova de Paiva pretende reforçar a incorporação das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do plano, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecendo medidas de monitorização, que permitam aferir e ajustar os efeitos resultantes da implementação do plano.

## 2.2. METODOLOGIA

Considerando que o processo de AAE é um procedimento abrangente, contínuo e sistemático, que deve garantir que os efeitos ambientais das soluções do plano são tidas em consideração durante a sua elaboração, no sentido de dar resposta à integração da AAE no seu processo, é definido um esquema metodológico, de acordo com as orientações do *“Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”*, publicado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU<sup>1</sup>) e do *“Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”* de Maria do Rosário Partidário para a Agência Portuguesa do Ambiente (2012).

Para além destes guias, adicionalmente, considerou-se os seguintes documentos de orientação, alguns deles elencados no anterior parecer da APA:

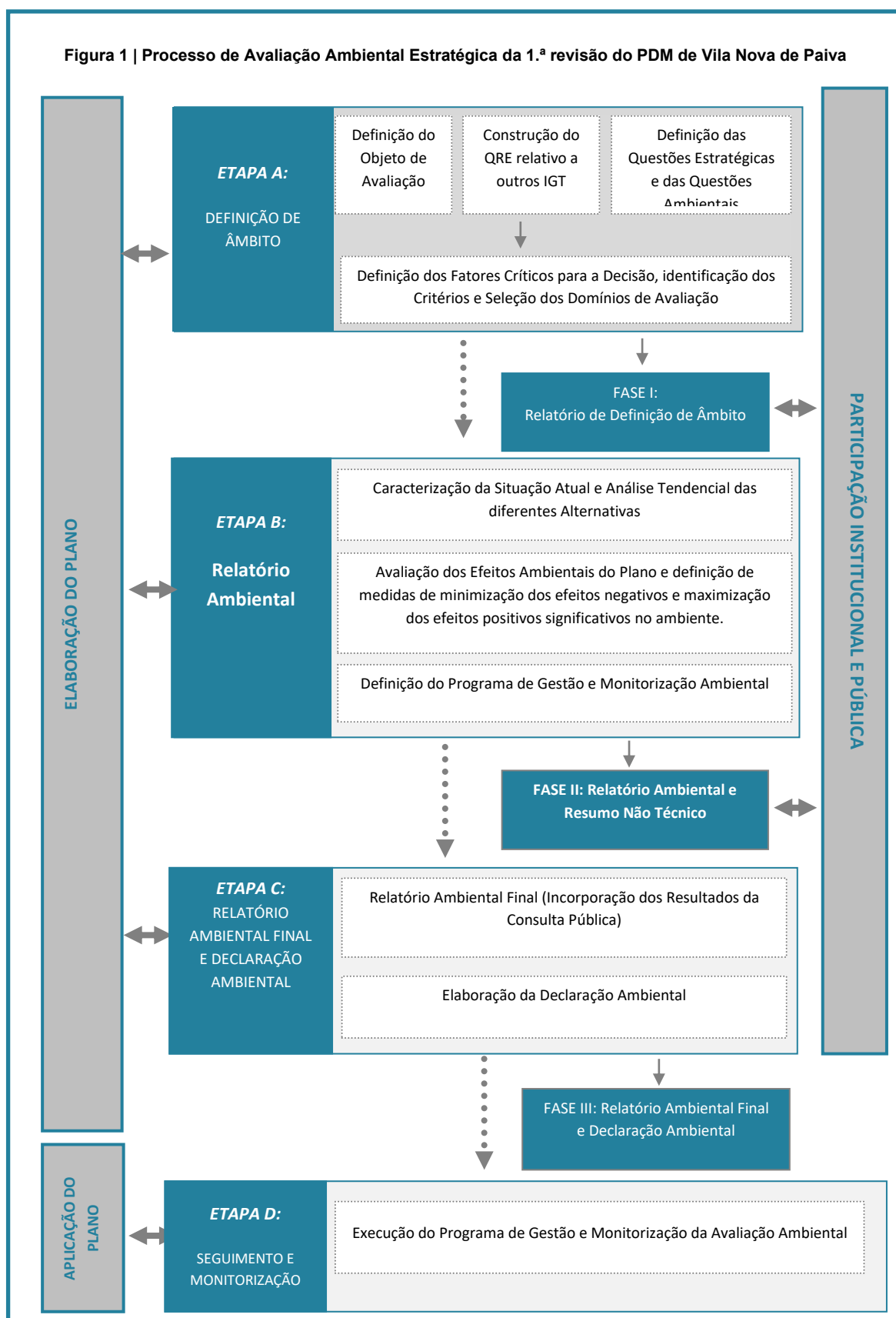
- “Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais”, Comissão Nacional do Território (CNT) /DGT, 2020;
- “Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT”, DGT, 2020;
- “Guia orientador – revisão do PDM”, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDRC), 2019;
- “Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0”, DGT, 2021;
- “Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”, APA, 2020;
- “Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”, APA, 2020.

Para o processo da AAE da 1.<sup>a</sup> revisão PDM de Vila Nova de Paiva foram estabelecidas quatro etapas, que asseguram a incorporação de uma programação articulada com o processo de elaboração do plano. O presente documento enquadra-se na segunda fase do processo da AAE, o Relatório Ambiental.

---

<sup>1</sup> Atual Direção-Geral do Território.

**Figura 1 | Processo de Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

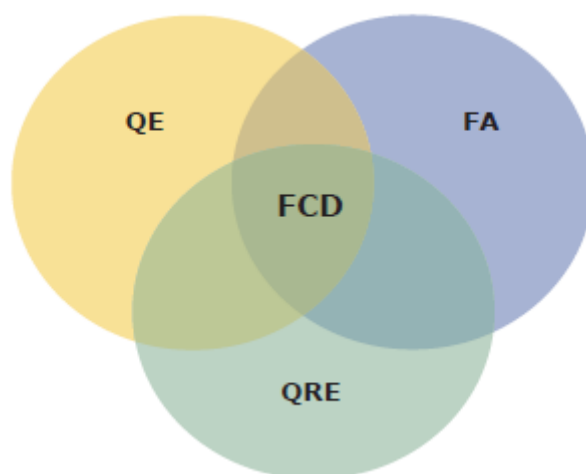


## ETAPA A - DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

Na etapa A – Definição de Âmbito, são identificados e definidos os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), assim como identificados os critérios e definidos os indicadores de avaliação que irão estabelecer o alcance e o nível de pormenorização que será incluído no RA. De acordo com Partidário (2012), os FCD *constituem as janelas de observação, destinadas a focar a atenção sobre o que é realmente importante para a avaliação, seguindo o princípio da parcimónia. Os FCD são temas chave, integrados, são os fatores de sucesso ambiental e de sustentabilidade na decisão estratégica*, ou seja, constituem temas fulcrais sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que não podem ser descurados pela decisão no desenho da estratégia e das ações de modo a satisfazer objetivos ambientais e alcançar-se um futuro o mais sustentável possível. Através deles, é estabelecido o foco da AAE, bem como a estrutura da avaliação e dos estudos técnicos que estão relacionados com a análise de tendências.

Com isto, os FCD surgem graças à interseção de três elementos, nomeadamente:

**Figura 2: Fatores Críticos para a Decisão resultam da integração das QE, dos FA e do QRE**



Fonte: Partidário, 2007.

Questões Estratégicas (QE)	Quadro de Referência Estratégico (QRE)	Fatores Ambientais (FA)
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Têm o intuito de traduzir os objetivos estratégicos da 1.ª RPDM de Vila Nova de Paiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Tem o intuito de apresentar os objetivos de longo prazo que são estabelecidos em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável (a nível internacional, europeu e nacional) com os quais a 1.ª RPDM de Vila Nova de Paiva estabelece relações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Têm o intuito de definir o âmbito ambiental relevante, sendo orientado pelas questões/fatores ambientais que são definidos legalmente pelo RJAAE, sendo ajustados para a escala e alcance do plano.</li> </ul>

A recolha, sistematização e organização da informação de base, assim como a elaboração da cartografia de apoio necessária para o processo de AAE são realizados na presente fase, assumindo uma elevada relevância no processo, correspondendo à etapa onde são identificados o âmbito e os objetivos da avaliação tendo em conta a minimização dos efeitos ambientais negativos e a maximização dos efeitos ambientais positivos. Assim, juntamente com a definição dos FCD serão também definidos um conjunto de critérios tendo em conta as especificidades da área incidente e o âmbito do plano. Desta forma, os FCD e os respetivos critérios serão associados a objetivos que representam a resposta a problemas ambientais de modo a garantir um desenvolvimento sustentável, de acordo com o estabelecido na Diretiva 2001/42/CE.

## ETAPA B - RELATÓRIO AMBIENTAL

Nesta etapa procede-se a um conjunto de estudos técnicos com os FCD que foram anteriormente definidos, de modo a se avaliarem os diferentes cenários e definindo-se os riscos e as oportunidades que podem advir da implementação do plano, considerando os referidos cenários. Serão verificadas as compatibilidades, incompatibilidades e sinergias entre as propostas do plano e os fatores ambientais, com o objetivo de proceder-se à avaliação das várias opções e alternativas. Assim, são identificadas as ações do plano que possam ter efeitos significativos no ambiente, através da interseção dos fatores ambientais e das propostas do plano, permitindo, desta forma, aferir compatibilidades e incompatibilidades, identificar eventuais estratégias e soluções alternativas a aplicar, e, para além disso, oferecer uma oportunidade de serem reanalisadas as hipóteses inicialmente consideradas.

A definição do Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, que decorre da avaliação dos potenciais efeitos da execução do plano e da definição de medidas de minimização dos efeitos negativos e da maximização dos efeitos positivos, permitirá, no futuro, garantir a avaliação e o controlo dos efeitos que a implementação do plano terá no ambiente e no desenvolvimento local/regional. Este programa constitui a monitorização ambiental do plano, visando a definição de indicadores mensuráveis enquanto ferramenta essencial na gestão e na avaliação das opções tomadas de forma a permitir monitorizar os impactos definidos por FCD, que resultam da implementação das opções estratégicas do plano. Por último, importa ainda referir que a definição dos indicadores tem em consideração a necessidade de estes serem quantificáveis.

## ETAPA C - RELATÓRIO AMBIENTAL FINAL E DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Nesta etapa, referente ao Relatório Ambiental Final e Declaração Ambiental, procede-se à elaboração do Relatório Ambiental da AAE da proposta final da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, estando em conformidade com a proposta final apresentada do plano.

Em relação à Declaração Ambiental (DA), esta é elaborada na fase posterior à aprovação da proposta do plano e da sua publicação em Diário da República, sendo que nesse momento, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva irá enviar à Agência Portuguesa do Ambiente e demais entidades consultadas durante o processo da AAE, onde estará descrita a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final publicada na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Para além disso, as observações feitas pelas entidades

representativas dos interesses a ponderar e pela discussão pública deverão ser referidas, tal como os resultados da respetiva ponderação, explicitando a forma como as observações foram integradas no processo e/ou justificação, caso as mesmas não tenham sido integradas.

Para além do referido, deve-se ainda fazer referência às razões que fundamentaram a aprovação do plano, tal como as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente que decorrerão da aplicação da execução do plano revisto.

## ETAPA D - SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

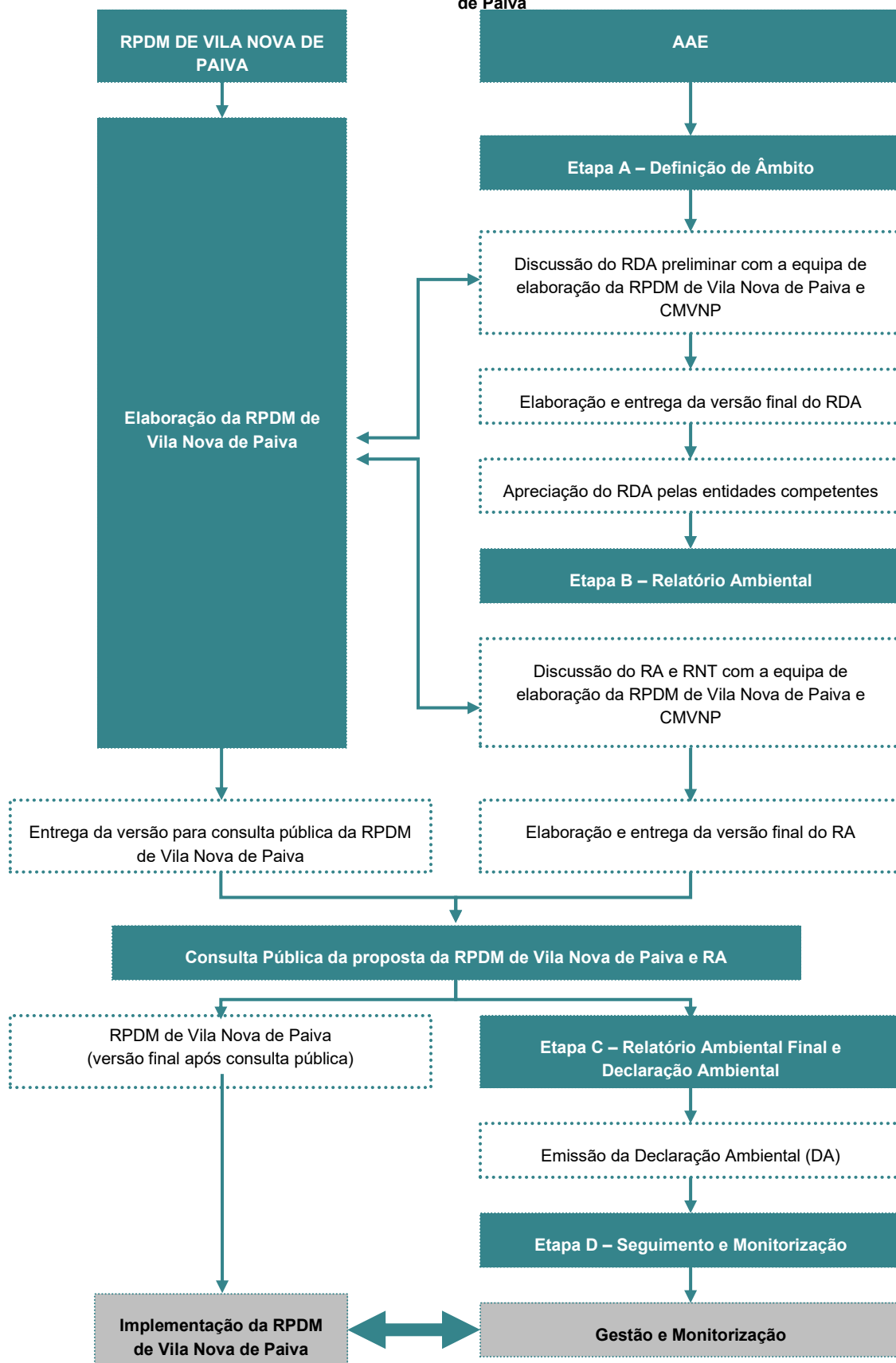
Esta etapa corresponde à fase de Seguimento e Monitorização, ou seja, ao cumprimento do programa de monitorização que deverá acompanhar a concretização do plano. Desta forma, o programa de monitorização da AAE deve ser implementado complementarmente, otimizando o processo global de acompanhamento através da potenciação de sinergias e estabelecendo o acompanhamento permanente da execução do plano.

Segundo Partidário (2007), esta fase *tem como objetivo único e muito claro, o de dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos dois, três, quatro ou mais anos que o mesmo venha a seguir, e concretizar a sua aplicação. Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.*

Em síntese, a Figura 3 apresenta a articulação metodológica entre a componente de planeamento e de avaliação ambiental estratégica definida para o processo de elaboração e aprovação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.



**Figura 3 | Articulação entre os processos de desenvolvimento da AAE e elaboração da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**



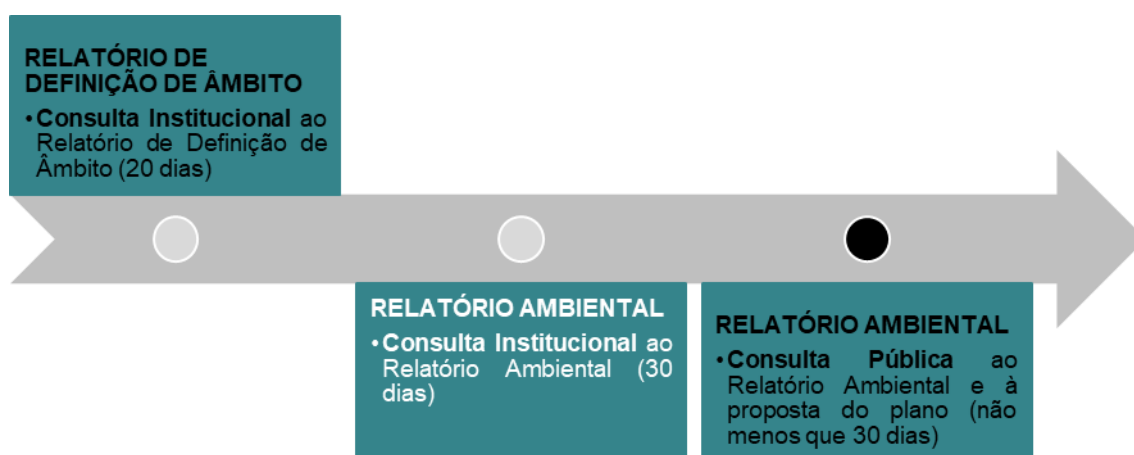
## 2.3. ENVOLVIMENTO PÚBLICO E INSTITUCIONAL

A participação pública e institucional apresenta elevada relevância ao longo de todo o processo de AAE, uma vez que este deve ser acompanhado pelas várias entidades representativas dos interesses a ponderar, às quais interessam os efeitos resultantes da aplicação do plano, podendo ainda a consulta a outras entidades de relevância ser incluída.

Antes da aprovação do plano e do respetivo RA, o RJAAE estabelece que a entidade responsável pela elaboração da AAE deve promover a consulta das entidades às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação (em virtude das suas responsabilidades ambientais).

Assim, tal como se pode constatar na figura que se segue, são três os principais momentos que envolvem o público e/ou instituições, uma vez que a participação das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e da comunidade no processo da AAE na proposta do plano é de elevada relevância para o processo de planeamento.

**Figura 4 | Esquema dos momentos de envolvimento público e institucional**



Durante a Etapa A – Definição de Âmbito, ocorreu uma consulta institucional que, embora não fosse vinculativa, assumiu uma grande importância durante o processo de AAE.

Na presente etapa do processo da AAE, ocorrerá uma consulta institucional e uma consulta pública, durante 30 dias, não só ao RA, mas também à proposta do Plano.

A integração do processo de consulta na elaboração dos trabalhos de AAE pretende garantir que os contributos das entidades representativas dos interesses a ponderar sejam introduzidas no conteúdo da proposta do relatório ambiental.

As entidades consultadas nesta primeira fase do processo são as definidas no n.º 3 do art.º 3.º do RJAAE, designadamente:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA);

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P. (CCDR-C)<sup>2</sup>;
- Delegação Regional de Saúde do Centro.

Para além das supracitadas entidades, propõe-se a consulta das entidades que integram a Comissão Consultiva (CC) da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, constituída pelo Despacho n.º 4003/2021, de 21 de abril, designadamente:

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- Direção-Geral de Energia e Geologia;
- Direção de Serviços Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;
- Direção-Geral do Território;
- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional da Cultura do Centro<sup>3</sup>;
- Infraestruturas de Portugal, S. A.;
- IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
- ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
- Guarda Nacional Republicana;
- REN — Rede Elétrica Nacional;
- Turismo de Portugal, I. P.;
- Câmara Municipal de Castro Daire;
- Câmara Municipal de Viseu;

---

<sup>2</sup> Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, ocorre à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em institutos públicos. As CCDR sucedem nas atribuições e competências, nos direitos, nas obrigações e na posição contratual, de entidades agora extintas como Direção Regional da Cultura (DRC); ações regionais e locais de salvaguarda e acompanhamento do património arqueológico; da Direção Regional de Agricultura e Pesca (DRAP) e outras entidades especificadas no n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio.

<sup>3</sup> A 31 de dezembro de 2023 a Direção Regional de Cultura do Centro (DRC-C) foi extinta, o que implicou na transferência de atribuições para três entidades: Património Cultural, I.P., Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro. Em termos da 1.ª RPDM de Vila Nova de Paiva, o Património Cultural, I.P. assume como entidade constituinte da Comissão Consultiva.

- Câmara Municipal de Sátão;
- Câmara Municipal de Moimenta da Beira.

O envolvimento das entidades representativas dos interesses a ponderar e a auscultação da comunidade sobre as propostas apresentadas são de toda importância e valor para a avaliação ambiental da proposta do Plano. De facto, o envolvimento público e institucional faz parte do carácter estratégico que se pretende para o processo de AAE, de modo a que seja garantida a salvaguarda dos valores ambientais que recaem sobre a tutela específica.

### 2.3.1. Relatório de Definição de Âmbito

O Relatório de Definição de Âmbito (RDA) da AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foi apresentado e sujeito a apreciação das entidades, apresentando-se no Anexo I o resumo dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram no âmbito da consulta institucional (ocorrida no primeiro trimestre de 2022) e a respetiva ponderação.

### 2.3.2. Relatório Ambiental Preliminar

O Relatório Ambiental Preliminar (segunda etapa do processo da AAE) foi colocado a consulta das entidades no âmbito da 1.ª reunião da comissão consultiva, realizada a 17/02/2026, cujo resumo dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram se encontra no Anexo II, assim como a respetiva ponderação.

### 2.3.3. Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico

O Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico foi colocado a consulta das entidades no âmbito da 2.ª reunião plenária da comissão consultiva, em sede de Conferência Procedimental realizada a 16/01/2026, cujo resumo dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram se encontra no Anexo III, assim como a respetiva ponderação.

### 3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

---

De acordo com Partidário (2012), o objeto de avaliação *“identifica o que está a ser avaliado, normalmente associado aos principais objetivos e opções estratégicas considerados no processo de decisão”*. O objeto da presente avaliação ambiental estratégica incide sobre os propósitos da elaboração da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, sendo avaliadas as estratégias de desenvolvimento e as opções que traduzem os objetivos consideradas para o plano.

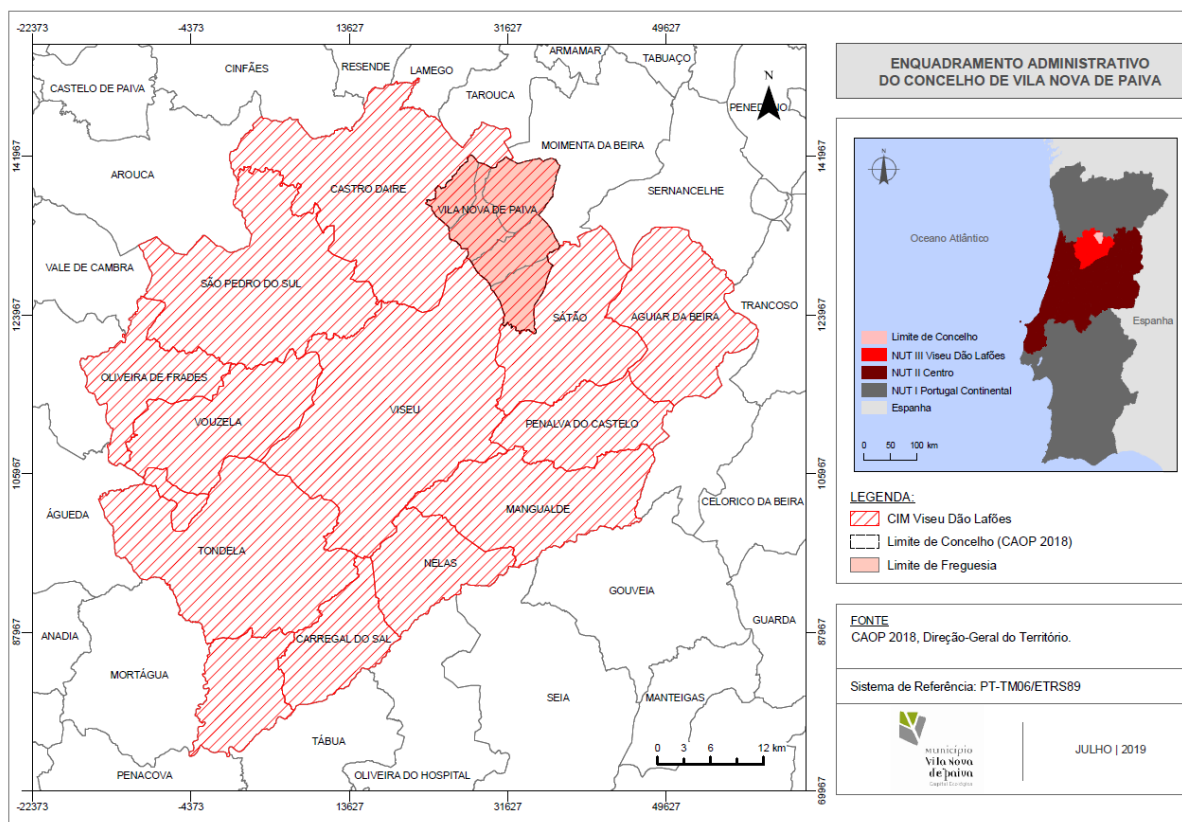
De acordo com RJGT, o PDM *“é um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal”* (n.º 1 do artigo 95.º do referido diploma).

#### 3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO

O concelho de Vila Nova de Paiva, localizado na região Centro, insere-se na sub-região de Viseu Dão Lafões, sendo limitado a norte pelo concelho de Castro Daire, a oeste pelo concelho de Viseu, a sul pelo concelho de Sátão, e a este pelo concelho de Moimenta da Beira.

Banhado pelos rios Paiva e Vouga, e confrontado a norte com a serra da Nave, o concelho de Vila Nova de Paiva detém uma extensão territorial de 175,5km², distribuído por cinco freguesias: Pendilhe; Queiriga; Touro; Vila Cova à Coelheira; e Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas.

**Mapa 1 | Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Vila Nova de Paiva**



A sua proximidade ao principal centro urbano da sub-região, a cidade de Viseu, posiciona o concelho de Vila Nova de Paiva junto da rede de acessibilidades regional e de ligação ao litoral e à fronteira de Vilar Formoso, principal “porta” de acesso a Espanha e ao resto da Europa.

## 3.2. ANTECEDENTES

O PDM de Vila Nova de Paiva vigente foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março. Durante o período de vigência, registaram-se as seguintes alterações:

- 1ª Alteração (Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 5 de janeiro) - procedeu à atualização da rede rodoviária regional, à identificação de áreas percorridas por incêndios, à alteração das regras relativas a instalações de carácter agrícola, à redução da área mínima da parcela para instalações pecuárias, ao acréscimo de área máxima de construção nos espaços agrícolas e florestais, à alteração de índices de utilização máxima nas zonas residenciais R1 e R2 do espaço urbano n.º 1 (Vila Nova de Paiva) e do espaço urbano n.º 2 (outros aglomerados), e à previsão de regras para os aglomerados não cartografados;
- 2ª Alteração (Aviso n.º 276/2009, de 6 de janeiro) – por adaptação ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

- 3ª Alteração (Aviso n.º 11595/2011, de 25 de maio) – por adaptação ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

De acordo com o Relatório do PDM de Vila Nova de Paiva, os objetivos gerais do plano em vigor são os seguintes:

- *Reforçar as características de Vila Nova de Paiva como centro de apoio à cidade de Viseu, potenciando as interdependências;*
- *Considerar o papel fundamental do setor florestal e de algumas produções agrícolas, sem esquecer que os motores do emprego serão os setores secundário e terciário;*
- *Satisfazer as necessidades básicas da população, quer das zonas rurais quer dos aglomerados urbanos;*
- *Proteger e valorizar os valores históricos, culturais e ambientais, como recursos naturais do município.*

Após cerca de 28 anos da entrada em vigor do PDM de Vila Nova de Paiva, inicia-se o processo de revisão com vista à adequação do plano ao regime jurídico vigente, assim como, às necessidades do território identificadas na avaliação da execução do PDM em vigor e ainda às atuais estratégias e políticas de desenvolvimento municipal. Pretende-se dotar a gestão urbanística do território municipal de um instrumento de planeamento territorial que permita articular a situação existente e as perspetivas futuras, promovendo um desenvolvimento ajustado à diversidade do território municipal.

### 3.2.1. Avaliação e Controlo da AAE do PDM de Vila Nova de Paiva

A avaliação ambiental de planos e programas encontra-se consagrada na legislação nacional desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, diploma que transpõe a Diretiva nº 2001/42/CE, de 25 de junho. Para o caso específico dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual, prevê orientações específicas.

De acordo com o artigo 10º da referida Diretiva, que prolonga os deveres dos Estados-membros para além da fase de planeamento até à fase de execução (seguimento em AAE), estes deverão (obrigatoriamente) controlar os efeitos ambientais significativos da execução de planos e programas a fim de, entre outras coisas, identificar atempadamente efeitos negativos imprevistos e lhes permitir aplicar as medidas de correção adequadas.

Ao nível nacional, o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11º, prevê a mesma obrigação de avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano ou programa, aplicada às entidades responsáveis pela elaboração dos mesmos, definindo uma periodicidade mínima anual. O mesmo artigo prevê que os resultados do controlo sejam divulgados pelas entidades responsáveis pela elaboração do Plano ou Programa através de meios eletrónicos, sejam disponibilizados à APA.

O PDM de Vila Nova de Paiva, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março, não foi sujeito ao procedimento de AAE, assim sendo, não foi elaborado qualquer relatório de avaliação e controlo ao longo da sua vigência.

Apesar de não corresponder à mesma realidade, considera-se que o Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – REOT (Município de Vila Nova de Paiva, 2020) permitiu em certa forma avaliar os efeitos que o PDM em vigor teve ao nível da população, economia, ambiente, valores naturais e riscos.

Porém, esta temática se desenvolverá com a aprovação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM, aquando aplicada a metodologia apresentada no subtópico 10.2 Seguimento e Monitorização para a elaboração futura destes relatórios de avaliação e controlo.

### **3.3. OBJETIVOS/QUESTÕES ESTRATÉGICAS**

A identificação das Questões Estratégicas (QE) visa definir as intenções e o alcance da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e compreender o seu potencial estratégico e as suas implicações ambientais. As QE constituem, portanto, elementos estruturantes, que permitem descrever quais são os objetivos principais da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e que contribuem para a definição dos FCD.

Neste contexto, a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva assenta na imposição legal de adaptação do Plano em vigor à legislação, nomeadamente a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, em redação atual) e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual). Estas legislações introduziram alterações substanciais no sistema de planeamento e no regime do uso do solo, obrigando todos os planos a proceder às adaptações necessárias de modo a se enquadrarem com as atuais normas legislativas.

Para além disso, esta revisão assenta no final do período de vigência do PDM em vigor. Assim, surge a necessidade de adequar o plano às necessidades do território identificadas na avaliação da execução do PDM em vigor e ainda às atuais estratégias e políticas de desenvolvimento municipal.

Na sequência do que foi referido, a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, permitirá reforçar a resposta às seguintes questões estratégicas:

- ❖ Proteção e valorização ambiental e paisagística;
- ❖ Promoção da coesão territorial;
- ❖ Promover a reabilitação e regeneração urbana;
- ❖ Melhoria da acessibilidade e mobilidade;
- ❖ Reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico;
- ❖ Adaptação do território para os desafios das alterações climáticas;
- ❖ Proteção e valorização do Património Cultural.







### 3.4. CONTRIBUTO DOS OBJETIVOS DO PDM PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. Neste sentido, são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global. Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico – ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas<sup>4</sup>.






Desta forma, importa fazer uma articulação do contributo dos eixos estratégicos da 1ª Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva para o cumprimento dos ODS, visando potenciar e direcionar todas as ações desenvolvidas para o desenvolvimento humano e bem-estar das populações e para a sustentabilidade, assim como para balizar a avaliação destas ações.

**Quadro 1: Articulação entre os ODS e os eixos estratégicos da 1ª Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Eixos estratégicos do PDM de Vila Nova de Paiva		
	Consolidação e qualificação do sistema urbano	Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos	Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos
			
			
	X		
	X		

<sup>4</sup> Disponível em: <https://ods.pt/> (Acedido a 21 de janeiro de 2026).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Eixos estratégicos do PDM de Vila Nova de Paiva		
	Consolidação e qualificação do sistema urbano	Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos	Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos
			
	X	X	X
			X
	X		
	X		
	X		
	X		
			X
	X	X	X

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Eixos estratégicos do PDM de Vila Nova de Paiva		
	Consolidação e qualificação do sistema urbano	Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos	Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos
			
		X	X
			
			
			

## 4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O processo da AAE sendo um “facilitador estratégico de processos de sustentabilidade”, o que possibilita a avaliação das oportunidades e riscos, considerando objetivos de desenvolvimento sustentável definidos, consequentes de estratégias de desenvolvimento sectorial e territorial estabelecida em planos e programas.

### 4.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O RJIGT estabelece o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). Do disposto no artigo 76º do RJIGT, a elaboração de planos municipais encontra-se sujeita à identificação e ponderação, nos diversos âmbitos, dos programas, planos e projetos com incidência na área de intervenção, visando assegurar as diversas compatibilizações.

Na presente AAE foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local, que definem objetivos e/ou metas de suscetibilidade e que enquadram estrategicamente o plano.

No Quadro 2 elencam-se os instrumentos de planeamento identificados, sendo neste momento importante referir que não se pretende apresentar uma listagem exaustiva de todos os planos e/ou programas que enquadram a RPDM, mas apenas aqueles que apresentam objetivos e/ou metas com relevância para a área de intervenção e que são adequados à escala e âmbito do referido plano.

**Quadro 2 | Quadro de referência estratégico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

Âmbito	Instrumentos de Ordenamento do Território
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)
	Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)
	Programa Nacional de Ação do Plano Nacional para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
	Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil (PNEPC)
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
	Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)

Âmbito	Instrumentos de Ordenamento do Território
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)
	Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água 2012-2020 (PNUEA)
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)
	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH-RH3)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH-RH4A)
	Estratégia para o Turismo 2027
<b>Regional</b>	Programa Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)
	Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2030)
	Visão Estratégica para o Centro 20/30
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)
	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL)
	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Viseu
<b>Municipal</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)
	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)

Os objetivos dos documentos de referência, bem como as medidas que configuram a sua adequação ao nível municipal e à 1.ª revisão do PDM, são apresentados no Anexo IV do presente documento. Deve-se ressaltar que o QRE sofreu atualização referente ao conteúdo apresentado no RDA da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, devido a alteração e/ou publicação de alguns planos, programas e estratégias.

A filosofia subjacente a todos estes instrumentos tem por base a visão de que os objetivos setoriais devem ser integrados de forma a complementarem-se no sentido do desenvolvimento sustentável do território. Uma vez concluída a análise refletida dos objetivos dos Planos, Programas e Estratégias selecionados para o QRE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, efetuou-se uma avaliação da convergência entre estes e as QE identificadas, cujos resultados se expõem no Quadro 3.

**Quadro 3 | Convergência entre os instrumentos do QRE e as questões estratégicas da AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

IGT	Reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico	Promoção da coesão territorial	Promover a reabilitação e a regeneração urbana	Proteção e valorização ambiental e paisagística	Melhoria da acessibilidade e mobilidade	Adaptação do território para os desafios das alterações climáticas
PNPOT	++	+++	+++	+++	+++	++
PRN 2000	+++	+++	+	++	+++	+
PNI 2030	+++	+++	++	++	+++	++
PNCT	+++	+++	++	++	+++	++
PNA PNGIFR	+	++	+	++	+	++
PNEPC	+	++	+	++	+	++
PSRN 2000	++	++	+	+++	+	+++
ENF	++	++	+	+++	+	+++
ENCNB 2030	++	++	+	+++	+	++
PNEC 2030	++	++	+	++	++	+++
RCN2050	++	++	+	++	++	+++
ENAAC 2020	+	++	+	++	+	+++
P-3AC	+	++	+	++	+	+++
PNA	+	++	+	+++	+	++
PNUEA	++	++	+	++	+	++
PERSU 2030	++	+++	+	++	+	++
PENSAAR P 2030	++	+++	+	++	+	++

IGT	Reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico	Promoção da coesão territorial	Promover a reabilitação e a regeneração urbana	Proteção e valorização ambiental e paisagística	Melhoria da acessibilidade e mobilidade	Adaptação do território para os desafios das alterações climáticas
PGRH – RH3 e RH4A	++	+	+	++	+	++
ET 2027	+++	+++	+++	+++	++	+
PROT-C	++	+++	++	++	+++	++
Centro 2030	+++	+++	+++	++	+++	++
Visão Centro 20/30	+++	+++	+++	++	+++	++
PROF-CL	++	++	+	+++	+	++
PIAAC-VDL	++	++	+	++	++	+++
PDEPC	+	++	+	++	+	++
PMDFCI	+	++	+	++	+	++
PMEPC	+	++	+	++	+	++
PMAC	+	+	+	+	+	+++

Legenda: +++ forte relação; ++ média relação; + fraca relação

## 4.2. FATORES AMBIENTAIS

Os Fatores Ambientais (FA) estabelecem o âmbito relevante e definem o contexto e a escala do objeto de avaliação. Segundo a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do RJAAE, os FA a considerar no processo de AAE são os que se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 4 | Fatores ambientais a considerar no processo de AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

Fator Ambiental	Descrição
<b>Biodiversidade, fauna e flora</b>	Tipo de influência das propostas e do modelo territorial proposto ao nível da utilização sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, nomeadamente na preservação e conservação dos valores naturais, da fauna, flora e áreas classificadas e na reabilitação ou fragmentação dos habitats.

Fator Ambiental	Descrição
<b>População</b>	Avaliação da dinâmica populacional decorrente de movimentos relativos à natalidade, mortalidade e às migrações, bem como analisar os aspetos demográficos no que se refere à distribuição da população por grupos etários e à sua dependência face aos grupos mais vulneráveis. Adicionalmente pretende-se analisar o nível de qualificação e habilitações literárias da população e respetivas repercussões sobre o emprego e dimensão económica.
<b>Saúde humana</b>	Contributo do plano para a adoção de hábitos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida com repercussões na saúde e para o aumento dos níveis de atendimento no abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, para otimização das infraestruturas.
<b>Solo</b>	Este fator pretende refletir a influência das ações estratégicas do plano na proteção dos solos, designadamente analisando o uso, ocupação e transformação do solo e seus reflexos no ordenamento, planeamento e gestão do território municipal.
<b>Água</b>	Avaliar as implicações do plano e do modelo territorial proposto na qualidade física do ambiente, nomeadamente no que se refere às intervenções no domínio do recurso água e à gestão racional dos recursos hídricos, dando cumprimento às metas do setor.
<b>Atmosfera</b>	Avaliar as implicações do plano e do modelo territorial proposto na qualidade física do ambiente, nomeadamente no que se refere à qualidade do ar.
<b>Fatores climáticos</b>	Avaliação estratégica do plano deverá analisar os seus impactes tendenciais nas atividades que contribuem mais significativamente para as emissões de gases com efeitos de estufa (setores dos transportes, energia e indústria) a nível local, bem como nos reservatórios e sumidouros de carbono.
<b>Bens materiais</b>	Permite perceber a imagem global do ambiente físico urbano através da caracterização do edificado, da rede de equipamentos coletivos (saúde, sociais, desportivos, culturais), das acessibilidades (rodoviárias) e a dotação do município em termos de infraestruturas urbanas básicas.
<b>Património cultural e paisagem</b>	Efeitos do plano em termos de preservação e valorização da paisagem e património cultural (arquitetónico e arqueológico). Estes elementos fomentaram a identidade local, sendo composta por lugares notáveis (naturais, construídos e obras conjugadas), que apresentam valor do ponto de vista histórico, etnológico, estético, científico e de conservação da natureza.
<b>Economia (não definido no RJAAE)</b>	Deverá ser tida em consideração a estrutura económica do concelho com base na análise dos setores de atividade, na capacidade de atrair investimento e visitantes e o potencial contributo do plano para um desenvolvimento económico e social equilibrado que reduz as disparidades existentes entre municípios e fomenta a competitividade entre território (ao nível local e regional)

### 4.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCD constituem as janelas de observação, destinadas a focar a atenção sobre o que é realmente importante para a avaliação, seguindo o princípio da parcimónia. Correspondem aos temas chave, integrados e estabelecem o foco da AAE, a estrutura da avaliação e os estudos técnicos relativos à análise de tendências (Partidário, 2012).



Os FCD devem ser determinados através do estabelecimento de prioridades, implicando uma interpretação técnica, mas sobretudo diálogos com os agentes relevantes, a fim de considerar diferentes pontos de vista e questões de maior acuidade.

A análise da interação do QRE, das QE preconizadas na elaboração do plano e dos FA permitiram identificar e definir os FCD a considerar na presente AAE. Neste sentido, os FCD selecionados correspondem aqueles que podem provocar eventuais efeitos significativos, tanto positivos como negativos, consequentes da aplicação do plano e sobre os quais a AAE se deve debruçar e que garantem o tratamento dos FA exigidas no RJAAE.

Face ao exposto, no caso particular da AAE da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, propõem-se a definição de quatro FCD que seguidamente se apresentam:

- **FCD 1 | Recursos Naturais**
- **FCD 2 | Coesão Territorial**
- **FCD 3 | Geração de Valor e Identidade Local**
- **FCD 4 | Riscos**

No Quadro 5 abaixo são apresentados os FCD acompanhados dos respetivos objetivos de sustentabilidade e faz-se a relação destes com as QE e FA mencionados.

**Quadro 5 | Definição dos FCD e seus objetivos de sustentabilidade**

QE	FA	FCD	Objetivos de sustentabilidade
Proteção e valorização ambiental e paisagística	Biodiversidade, fauna e flora; Solo; Água; Fatores climáticos; Atmosfera; População; Paisagem; Saúde humana	<b>FCD 1   Recursos Naturais</b>	Potenciar os valores associados à paisagem e ao património natural, valorizando-os e promovendo-os enquanto elementos potenciadores do desenvolvimento sustentável do concelho.
Promoção da coesão territorial Melhoria da acessibilidade e mobilidade Promover a reabilitação e a regeneração urbana	População; Economia: Bens materiais; Saúde humana; Solo; Água; Atmosfera	<b>FCD 2   Coesão Territorial</b>	Estabelecer um modelo territorial equilibrado e uma correta ocupação do solo, assim como garantir equidade na acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade, de forma a potenciar a fixação e melhoria da qualidade de vida da população.

QE	FA	FCD	Objetivos de sustentabilidade
<p>Reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico</p> <p>Promoção da coesão territorial</p> <p>Proteção e valorização ambiental e paisagística</p> <p>Proteção e valorização do Património Cultural</p>	<p>População; Economia; Saúde humana; Bens materiais; Património cultural e paisagem</p>	<p><b>FCD 3   Geração de Valor e Identidade Local</b></p>	<p>Consolidar e reforçar a base económica do concelho, através do aumento da capacidade atrativa de novos investimentos e iniciativas, ao mesmo tempo que se fomenta a criação de emprego.</p> <p>Potenciar a atratividade de novos investimentos e iniciativas turísticas, de forma a aumentar a capacidade instalada, infraestruturas e equipamentos de apoio e divulgação turística.</p> <p>Preservar e valorizar os recursos patrimoniais, enquanto elementos importantes para preservar a identidade local.</p>
<p>Adaptação do território para os desafios das alterações climáticas</p> <p>Promoção da coesão territorial</p>	<p>Biodiversidade, fauna e flora; Solo; Água; Fatores climáticos; Atmosfera; População; Património cultural e paisagem; Saúde humana; Bens materiais; Economia</p>	<p><b>FCD 4   Riscos</b></p>	<p>Prever e minimizar os potenciais riscos naturais, mistos e tecnológicos.</p> <p>Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases de efeito de estufa.</p> <p>Contribuir para a adaptação às alterações climáticas.</p>

#### 4.3.1. Identificação dos Critérios e Seleção dos Domínios de Avaliação

Uma vez identificados os temas centrais para a avaliação, é importante que os mesmos sejam associados a objetivos que deverão ser orientados “*para a resposta a problemas ambientais no quadro das questões levantadas pelas propostas de uso, ocupação e transformação do uso previstas no plano*” (DGOTDU, 2008).

A tradução destes objetivos em domínios de avaliação e critérios que permitam identificar os efeitos ambientais significativos, resulta de “*um processo iterativo, resultado da integração de componentes e de competências garantido pelo sistema de consulta e participação*” (idem).

Para cada um dos critérios de avaliação, definiram-se domínios de avaliação (Quadro 6), que permitirão avaliar e controlar os efeitos ambientais decorrentes da implementação da proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

**Quadro 6 | Identificação dos indicadores de avaliação, por FCD**

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
Recursos Naturais	Valores naturais	<p>Avaliar o alcance das medidas de proteção, conservação e valorização dos recursos naturais, nomeadamente da área de Rede Natura 2000.</p> <p>Avaliar a compatibilidade das propostas de ocupação do solo apresentadas no plano com os regimes da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN).</p> <p>Avaliar se a proposta garanti a salvaguarda e valorização dos recursos hídricos.</p>	Área do concelho integrada em RAN e respetiva variação	ha e %	CMVNP
			Área do concelho integrada em REN e respetiva variação	ha e %	CMVNP
			Espécies de fauna e flora identificadas na ZEC Rio Paiva	N.º e ha	CMVNP / ICNF
			Habitats naturais identificados na ZEC Rio Paiva	N.º e ha	CMVNP / ICNF
			Ocupação do solo em áreas de Estrutura Ecológica Municipal	N.º e %	CMVNP
			Estado das massas de água superficial e subterrânea	%	APA
			Restauro ecológico das linhas de água	N.º	CMVNP
	Recursos florestais	<p>Avaliar se é promovido o correto ordenamento e qualificação do espaço florestal, de forma a garantir a adequação dos usos complementares e compatíveis.</p> <p>Avaliar se o plano teve em devida consideração o risco de incêndio rural na definição das áreas edificáveis e nos critérios de edificação.</p>	Ações de manutenção e preservação dos espaços florestais	N.º	CMVNP
			Área ocupada por Faixas de Gestão de Combustível	ha	CMVNP / ICNF
			Área de povoamentos florestais por tipologia	ha	CMVNP / ICNF
			Extensão de espaços florestais alvo de reflorestação	ha	CMVNP / ICNF
			Medidas de proteção das espécies autóctones	N.º	CMVNP / ICNF

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
	Paisagem	Avaliar se a proposta promove a preservação da paisagem, adequando a proposta do solo urbano aos efetivos populacionais do concelho, e a correta integração paisagística das novas edificações.	Medidas de controlo de monoculturas de espécies invasoras	N.º	CMVNP / ICNF
			Infraestruturas de interpretação paisagística	N.º	CMVNP
			Percursos pedestres e de interpretação	N.º / Km	CMVNP
			Medidas de valorização e requalificação paisagística	N.º	CMVNP
Coesão Territorial	Ocupação do solo	<p>Avaliar se a proposta converge para a contenção da dispersão urbana e reforço das centralidades, promovendo uma estruturação hierárquica que contribua para um maior equilíbrio territorial.</p> <p>Avaliar se é potenciado o correto reordenamento e valorização dos espaços, assim como a revitalização urbana e reabilitação do parque edificado.</p> <p>Avaliar se o plano contribui para o equilíbrio demográfico, para a fixação da população e para a dinâmica territorial.</p>	Áreas de solo urbano consolidado e proposto	ha	CMVNP
			Áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais	ha	CMVNP
			População residente e área de solo urbano por freguesia	%	CMVNP
			Densidade de edifícios por perímetro urbano	Edif/m²	CMVNP
			Áreas de regeneração e revitalização propostas em áreas urbanas	N.º	CMVNP
			Áreas afetas à atividade agrícola	ha	CMVNP
			Obras de edificação concluídas	N.º	CMVNP
			Licenças de utilização concedidas	N.º	CMVNP
			Espaços verdes, recreio e lazer em espaços urbanos	N.º / ha	CMVNP
	Acessibilidade e	Avaliar se a proposta do plano reforça a	Rede viária qualificada e projetada	Km	CMVNP

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
	transportes	conectividade entre os aglomerados urbanos e a rede extra concelhia, favorecendo a utilização dos transportes públicos e minimizando os efeitos de poluição do ar e poluição sonora sobre a população e o ambiente.  Avaliar se o plano promove a mobilidade sustentável.	Cobertura da rede de transportes coletivos	Paragens/Hab.	CMVNP/Transdev
			Fluxo de pessoas com origem e destino no concelho	N.º	INE
			Meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares	N.º	INE
			Rede ciclável do concelho	Km	CMVNP
			Equipamentos de apoio à mobilidade sustentável	N.º	CMVNP
			População exposta ao ruído ambiente	N.º	CMVNP
	Infraestruturas e equipamentos coletivos	Avaliar se as áreas urbanas são servidas pela rede básica de infraestruturas (água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos).  Avaliar se foi garantida a correta programação e o dimensionamento dos equipamentos e serviços de proximidade, atendendo ao perfil demográfico e necessidades da população do concelho.	Qualidade da água para consumo humano	%	CMVNP / ERSAR
			Adesão e acessibilidade física aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento	%	ERSAR
			Taxa de reciclagem	Toneladas	CMVNP / INE
			Volume de RU tratados e/ou separados seletivamente	Toneladas	CMVNP / Planalto Beirão / ECOBEIRÃO
			Deposição de RU em aterro	Toneladas	CMVNP / INE
			Número e tipologia dos equipamentos	N.º	CMVNP
			Taxa de ocupação e cobertura dos equipamentos	%	CMVNP
			Intervenções nos equipamentos existentes	N.º	CMVNP

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
Geração de Valor e Identidade Local	Atividades económicas	<p>Avaliar se a proposta do plano promove o aumento da capacidade atrativa do concelho, através da criação de espaços para as atividades económicas, diversificando a base económica local e promovendo o emprego qualificado.</p> <p>Avaliar a abrangência das atividades agropecuária, cinegética e florestal para o desenvolvimento do concelho e o apoio à promoção e desenvolvimento dos produtos tradicionais.</p>	População empregada por sector de atividade	N.º / %	INE
			Volume de negócios das empresas	Euros	INE
			Evolução do tecido empresarial por sector de atividade económica	N.º	INE
			Áreas afetas à instalação de atividades industriais	N.º	CMVNP
			Taxa de ocupação dos espaços destinados às atividades industriais/empresariais	%	CMVNP
			Área de solo rústico destinado à produção agrícola	ha	CMVNP
			Área de solo rústico destinado a produção florestal	ha	CMVNP
			População empregada por sector de atividade	N.º / %	INE
	Património cultural	<p>Avaliar se a proposta do plano garante a proteção, divulgação e valorização do património cultural, nomeadamente dos elementos arquitetónicos e arqueológicos, garantindo a sua salvaguarda.</p> <p>Avaliar se a proposta do plano promove o reforço da identidade do território.</p>	Património arquitetónico classificado e em vias de classificação	N.º	CMVNP / Património Cultural. I.P.
			Património arqueológico	N.º	CMVNP / Património Cultural. I.P.
			Património com interesse patrimonial municipal	N.º	CMVNP
			Imóveis/sítios por estado de conservação	N.º	CMVNP
			Atividades/projetos de proteção, divulgação e valorização do património cultural	N.º	CMVNP

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
	Turismo	<p>Avaliar a capacidade de atração turística do concelho através da valorização dos equipamentos turísticos e promovendo a instalação da atividade turística.</p> <p>Avaliar se é promovida a atratividade turística em espaço rural e a captação de produtos turísticos sustentáveis, ao mesmo tempo que se potencia a proteção e a valorização da paisagem rural.</p>	Número e capacidade dos empreendimentos turísticos por tipologia	N.º	CMVNP / TP
			Número e capacidade de alojamento local por modalidade	N.º	CMVNP / TP
			Capacidade total de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico	N.º de camas/Utentes	CMVNP / TP
			Evolução da procura de alojamento turístico (procura turística)	N.º / % / €	CMVNP / INE
			Número de visitantes nos eventos e espaços culturais	N.º	CMVNP
			Eventos que promovam a identidade local	N.º	CMVNP
			Áreas e infraestruturas de recreio e lazer	N.º	CMVNP
			Agentes de Animação Turística	N.º	CMVNP / TP
Riscos	Riscos naturais	<p>Avaliar se a proposta do plano garante a correta prevenção e redução dos riscos naturais, em particular os relacionados com o risco de cheias e inundações e risco de movimentos de massa, garantindo a segurança de pessoas e bens.</p> <p>Avaliar a integração de orientações e medidas de adaptação/mitigação para as alterações climáticas no plano.</p>	Área impermeabilizada em zonas de risco	ha e %	CMVNP
			Edifícios em áreas suscetíveis a inundação	N.º	CMVNP
			Medidas de mitigação/adaptação para as alterações climáticas	N.º	CMVNP
	Riscos mistos	Avaliar se a proposta do plano garante a correta prevenção e redução do risco de	Número de ocorrência de incêndios rurais e respetiva variação	N.º / %	CMVNP / ICNF

FCD	Critérios	Objetivos	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação
		incêndio rural.  Avaliar se são consideradas as vulnerabilidades ambientais do concelho, e se a proposta do plano contribui para a sua prevenção e minimização, principalmente ao nível dos solos e água.	Área ardida de incêndios rurais e respetiva variação	ha / %	CMVNP / ICNF
			Focos de contaminação do solo	N.º	CMVNP
			Focos de contaminação de água	N.º	CMVNP
	Riscos tecnológicos	Avaliar se o plano previne e reduz os riscos tecnológicos garantindo a segurança de pessoas e bens.	Número de pessoas e bens expostos relativamente à localização de indústrias perigosas	N.º	CMVNP / ANEPC
			Ocorrências de incêndios/acidentes industriais	N.º	CMVNP / ANEPC
			Edifícios com projetos de SCIE e medidas de autoproteção aprovadas e implementadas	N.º	CMVNP / ANEPC



## 5. QUADRO DE GOVERNANÇA

O quadro de governança afirma-se nos princípios da governança do setor público, incluindo a responsabilidade, transparência/abertura, integridade, boa administração, eficiência. Tendo por base estes princípios, este quadro permitirá um desempenho efetivo e eficiente da AAE, ao longo dos seus vários ciclos. O papel deste quadro é fundamental no estabelecimento de prioridades e para garantir o direcionamento da AAE, assim como para validar a avaliação e levar a cabo seguimento através de processos de aprendizagem.

A governança envolve, pelo menos, três dimensões:

- Responsabilidade institucional (decisão), e as suas sobreposições e lacunas;
- Cooperação internacional (incluindo instrumentos de governança);
- Envolvimentos de agentes (incluindo a participação pública).

A governança compreende, a clareza dos processos de decisão ao nível das autoridades públicas; a transparência, responsabilidade, eficácia e democracia das entidades; o direito à adequada gestão e distribuição dos recursos; a abertura de diálogo entre os diversos intervenientes sociais e económicos; e a colaboração efetiva entre os setores públicos e privados.

Para identificar a capacidade institucional no processo de elaboração da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foi necessário identificar os agentes relevantes bem como as responsabilidades e competência legalmente definidas. Foram identificados os seguintes grupos de interesse no Quadro 7.

**Quadro 7 | Quadro de Governança no âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

Entidade Responsável	Diretrizes de Governança
<b>Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>. Solicitar pareceres e estudos técnicos relativos a projetos a executar no território municipal;</li><li>. Promover e apoiar os processos de participação pública;</li><li>. Garantir a execução da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva;</li><li>. Articular com as entidades intervenientes no processo de AAE para a implementação das ações previstas na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva;</li><li>. Desenvolver a fase de monitorização do Plano, assim como garantir que as medidas propostas na 1.ª revisão do PDM, sejam implementadas, executadas e corretamente monitorizadas;</li><li>. Efetuar as medidas estabelecidas na Declaração Ambiental;</li><li>. Controlar as tendências de expansão em zonas de conflito do uso do solo.</li></ul>

Entidade Responsável	Diretrizes de Governança
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizadas as políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento regional e as orientações ao cumprimento dos princípios de coesão social e territorial;</li> <li>Controlar as vertentes de desenvolvimento urbano do território, com o objetivo de assegurar a articulação das estratégias regionais com as perspetivas sociodemográficas de desenvolvimento local;</li> <li>Acompanhar os processos de intervenções em áreas afetas à Reserva Agrícola Nacional;</li> <li>Participar na elaboração e execução de políticas sustentáveis nas áreas da agricultura, florestas e desenvolvimento rural;</li> <li>Contribuir para o desenvolvimento inclusivo, para a competitividade, qualidade de vida e a dinâmica territorial na governabilidade da região e no enquadramento dos Planos Regionais do Ordenamento do Território.</li> </ul>
<b>Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar e propor a execução das políticas de ambiente, como combater às alterações climáticas, gestão dos recursos hídricos, dos resíduos, da proteção a qualidade do ar, prevenção e controlo do ruído, recuperação e valorização dos solos e outros locais contaminados, prevenção de riscos;</li> <li>Manter atualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios que promovam a qualidade ambiental e a redução dos riscos;</li> <li>Promover e garantir o uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos;</li> <li>Manter atualizadas informações sobre a caracterização das massas de água superficiais e subterrâneas;</li> <li>Garantir a monitorização da qualidade da água para consumo;</li> <li>Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais a diferentes prazos;</li> <li>Disponibilizar informação que permite avaliar e monitorizar os riscos com incidência no território concelho.</li> </ul>
<b>Delegação Regional de Saúde do Centro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizadas as políticas de saúde e orientações nacionais emanadas pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Direção-Geral da Saúde (DGS);</li> <li>Colaborar na recolha da informação e divulgação dos riscos para a saúde que afetam o concelho de Vila Nova de Paiva;</li> <li>Colaborar em projetos que fomentem a saúde das populações do concelho;</li> <li>Fomentar a troca de informações e experiências com as entidades públicas e privadas;</li> <li>Manter atualizados os dados referentes ao sector da saúde do concelho.</li> </ul>
<b>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizadas as orientações estratégicas com incidência na conservação da natureza e floresta;</li> <li>Assegurar a gestão sustentável dos espaços sob sua responsabilidade, garantindo que as orientações dos Planos que incidem sobre as áreas de conservação/proteção e de regime florestal estejam salvaguardadas;</li> <li>Atualizar e disponibilizar relatórios referentes aos diversos riscos, com o por exemplo, risco de incêndio.</li> </ul>

Entidade Responsável	Diretrizes de Governança
<b>Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar a articulação das orientações e das políticas nacionais e regionais de proteção civil com as políticas locais;</li> <li>Colaborar na recolha da informação e divulgação dos riscos que afetam o concelho de Vila Nova de Paiva;</li> <li>Concretizar os estudos e ações tendentes à prevenção dos riscos e ao planeamento de emergências.</li> </ul>
<b>Turismo de Portugal, I. P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizadas as orientações estratégicas com incidência no desenvolvimento do turismo;</li> <li>Manter atualizados os dados referentes ao sector turístico do concelho.</li> </ul>
<b>Infraestruturas de Portugal, S. A.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais sob a sua gestão.</li> </ul>
<b>Património Cultural, I.P.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar os projetos de intervenção nos imóveis patrimoniais do concelho de Vila Nova de Paiva;</li> <li>Promover projetos que apostem na salvaguarda, preservação e valorização da memória histórica e do património cultural;</li> <li>Assegurar a gestão e valorização do património cultural que lhe seja afeto.</li> </ul>
<b>Organizações Não-Governamentais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a informação, cooperação e participação cívica;</li> <li>Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar;</li> <li>Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção;</li> <li>Fomentar a troca de informações e experiências com as entidades públicas e privadas;</li> <li>Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
<b>Juntas de Freguesias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar formas de participação pública;</li> <li>Promover o acompanhamento de ações de intervenção do Plano.</li> </ul>
<b>Associações Locais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar nos processos de consulta pública e nas assembleias municipais;</li> <li>Desenvolver iniciativas comunitárias com o objetivo de valorizar economicamente e socialmente o território.</li> </ul>
<b>Público em Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental e cultural;</li> <li>Contribuir para o alcance das metas estabelecidas;</li> <li>Participar ativamente nos processos de consulta pública, de modo a validar e legitimar as decisões tomadas.</li> </ul>

A AAE, como instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica que visa a integração das questões ambientais e de sustentabilidade e a avaliação de oportunidades e riscos associados às estratégias de ação no

processo de planeamento e programação, contribui para a construção de um quadro de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, e tendo em atenção que a AAE decorre ainda em fase de desenvolvimento do Plano, importa destacar a necessidade de um acompanhamento ambiental efetivo ao longo do ciclo de execução do plano. Para tal, deverá ser disponibilizado às entidades representativas dos interesses a ponderar e a auscultação da comunidade sobre as propostas apresentadas, na medida que as mesmas poderão dar contributos para que seja garantida a salvaguarda dos valores ambientais do concelho de Vila Nova de Paiva. Este acompanhamento possibilita a resolução de problemas que não estavam previstos e assim garantir a adoção e promoção de princípios e práticas sustentáveis na elaboração e execução do plano.

## **6. AVALIAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO**

---

### **6.1. FCD RECURSOS NATURAIS**

#### **6.1.1. Situação Atual**

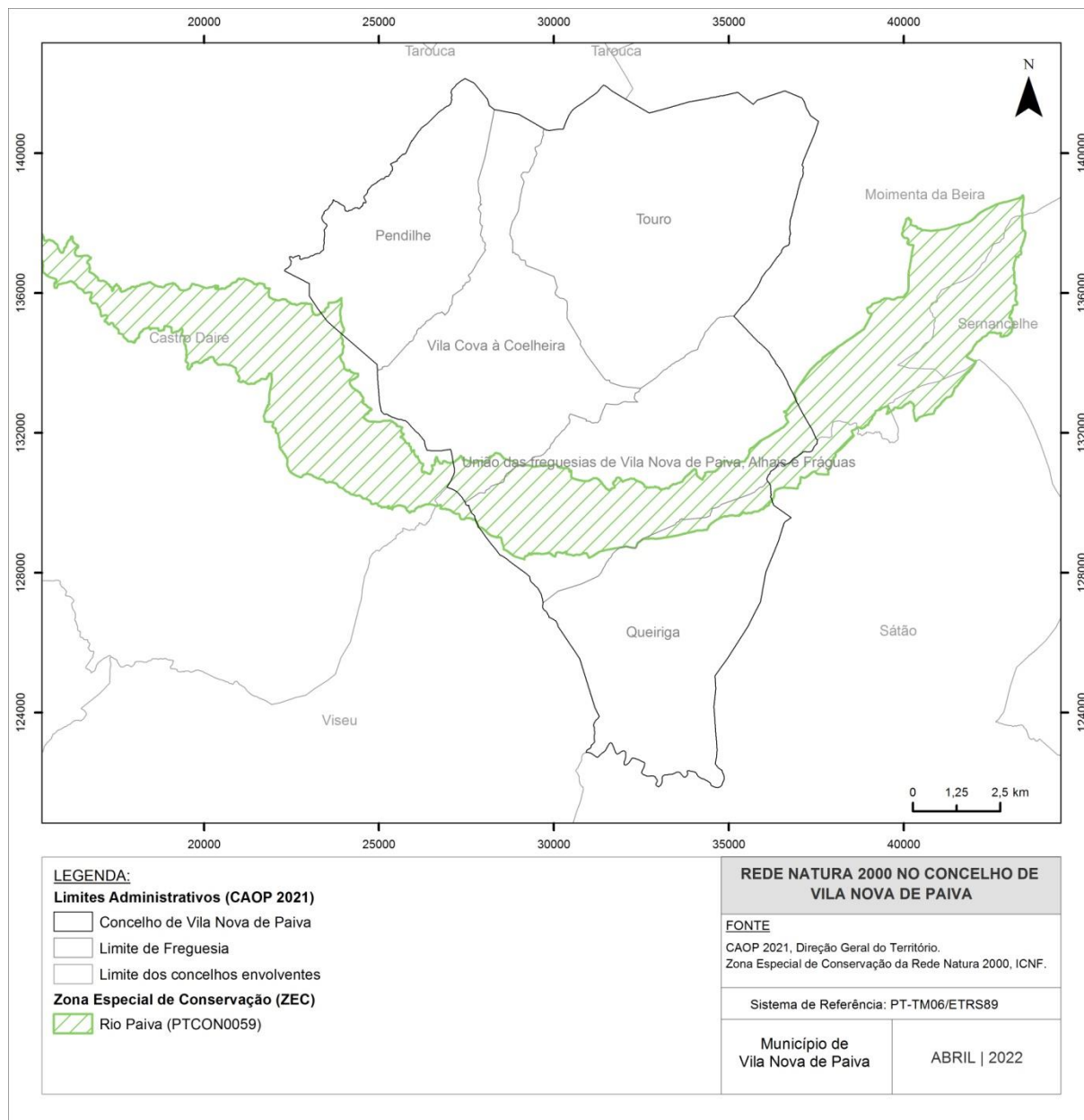
##### **Valores naturais**

O concelho de Vila Nova de Paiva tem seu património natural relacionado com a Rede Natura 2000, particularmente pela presença da Zona Especial de Conservação (ZEC) PTCON0059 – Rio Paiva (Mapa 2), classificados através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho e conforme o Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.

A área integrada na ZEC do Rio Paiva, apresenta uma área total de 14.562 ha e abrange os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Moimenta da Beira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva e Viseu. Em Vila Nova de Paiva esta ZEC abrange uma área de cerca de 1.912 ha, o que corresponde a 11% do território municipal e 13% da ZEC.

De referir que o posicionamento bem como a sua significativa dimensão, conferem uma elevada importância à ZEC presente no concelho.

**Mapa 2 | Rede Natura 2000 no concelho de Vila Nova de Paiva**



No âmbito da elaboração da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, foi elaborado o Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000 (2025), a partir de informação cartográfica (escala 1:5000) disponibilizada pelo ICNF, I.P.. Assim, o Quadro 8 identifica os habitats naturais e seminaturais, e respetivos subtipos, presentes no concelho de Vila Nova de Paiva.

**Quadro 8 | Habitats naturais e seminaturais da ZEC Rio Paiva presentes no concelho de Vila Nova de Paiva**

Código	Habitat ou subtipo
3130pt2	Águas oligotróficas paradas com vegetação de <i>Hyperico elodis-Sparganion</i>
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis e da Callitricho-Batrachion</i>
4030pt3	Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais
6410pt1	Comunidades derivadas de <i>Molinia caerulea</i>
6410pt2	Juncais acidófilos de <i>J. acutiflorus</i> , <i>J. conglomeratus</i> e/ou <i>Juncus effusus</i>
6430pt1	Vegetação megafórbica meso-higrófila escionitrófila perene de solos frescos
6430pt2	Vegetação megafórbica higrófila perene de solos permanentemente húmidos
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude ( <i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i> )
8220pt1	Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas
91E0pt1*	<b>Amiais ripícolas</b>
9230pt1	Carvalhais de <i>Q. robur</i>
9230pt2	Carvalhais estremes de <i>Q. pyrenaica</i>
9260pt2	Soutos antigos

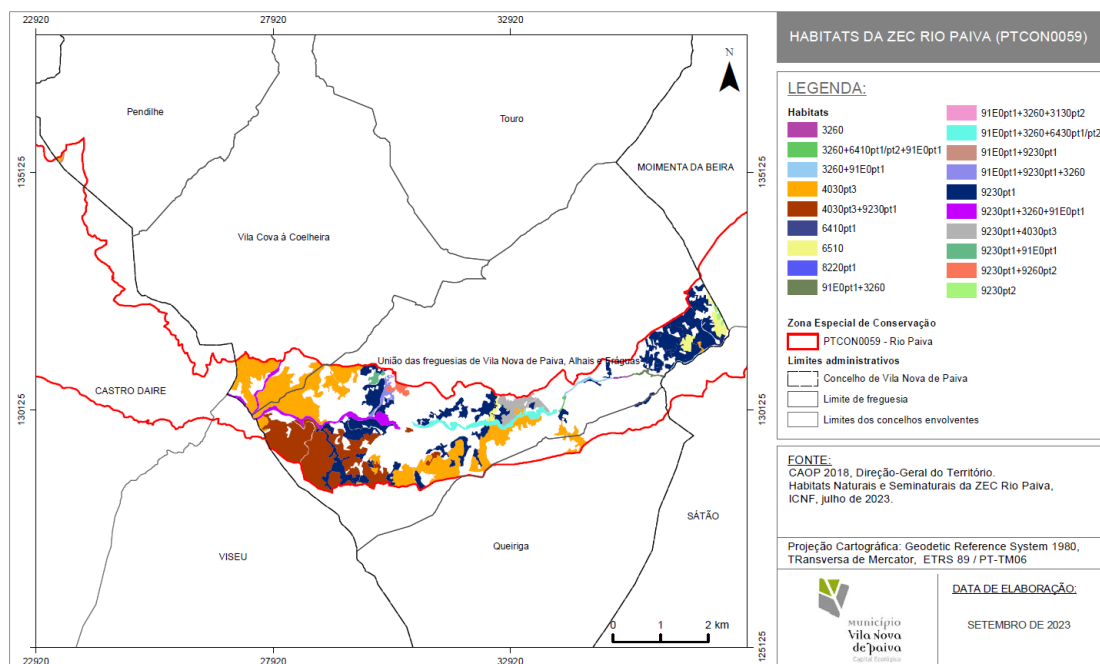
**\*Habitats prioritários**

Fonte: Relatório de Conformidade com Rede Natura 2000 da Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, 2025.

Dos habitats e subtipos presentes no concelho de Vila Nova de Paiva, verifica-se que apenas ocorre um habitat prioritário: 91E0 (Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* – *Alno-Padion*, *Anion incanae*, *Salicion albae*), no subtipo 91E0pt1 (Amiais ripícolas).

Em termos de ocupação, destaca-se o habitat 4030pt3 (urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais) e o habitat 9230pt1 (Carvalhais de *Q. robur*), o qual apresentam distribuição territorial significativa, assim a ocupar grande parte da ZEC Rio Paiva no território concelhio.

**Mapa 3 | Habitats naturais e seminaturais da ZEC do Rio Paiva**



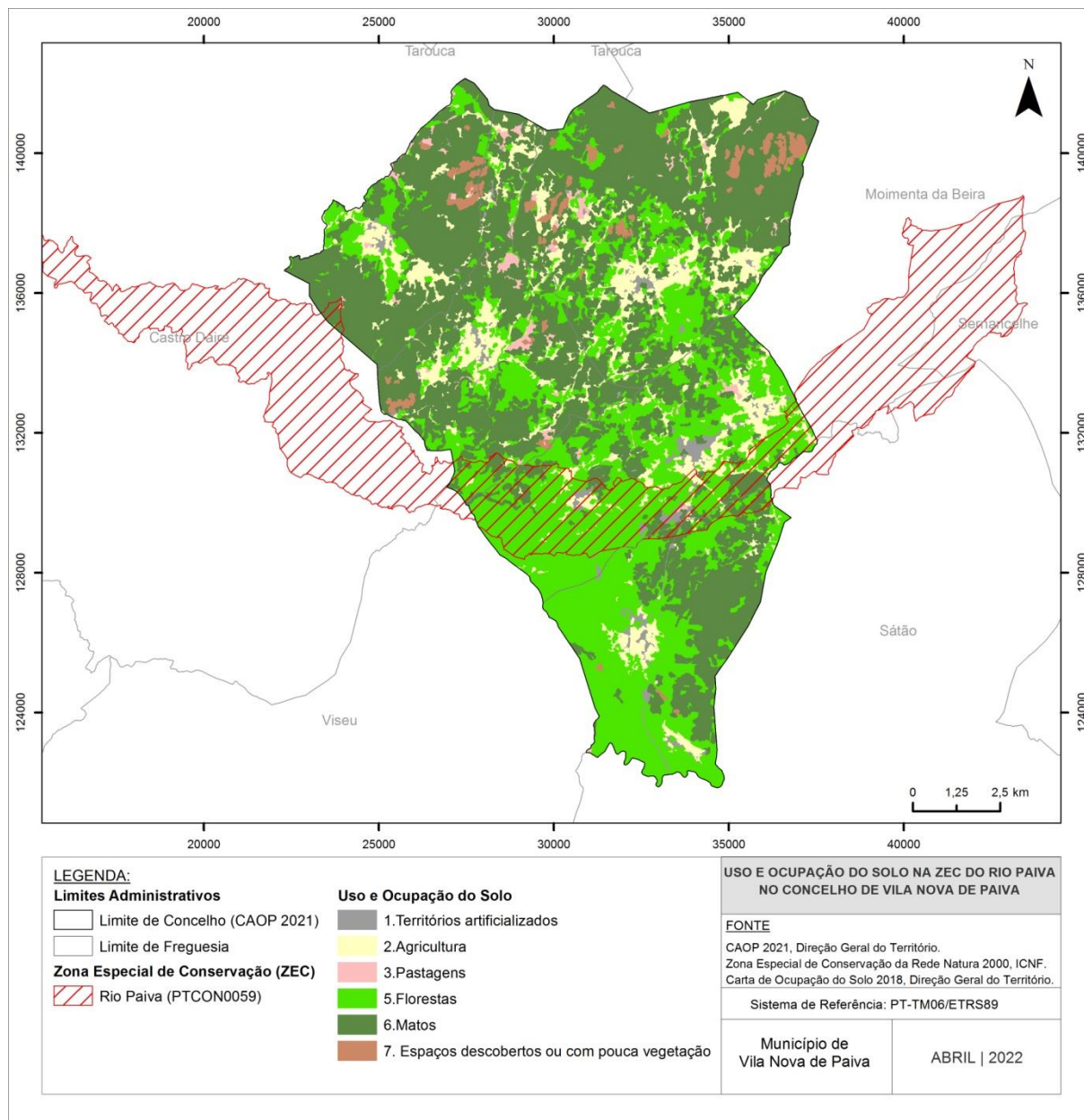
Fonte: Relatório de Conformidade com Rede Natura 2000 da Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, 2025.

A principal ameaça a estes habitats provém da invasão de espécies, como as acácias, e da instalação de povoamentos de monocultura de pinheiros-bravos e eucaliptos. Outros fatores de ameaça surgem da implementação de empreendimentos hidrelétricos; de casos pontuais de extração e lavagem de inertes, fogos, raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; da construção de açudes; de construções clandestinas; da implantação de aviários e pisciculturas; e da florestação de terras agrícolas (Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2022).

De forma a compreender a ocupação atual do solo do concelho de Vila Nova de Paiva, nas áreas abrangidas pela Rede Natura 2000, realizou-se uma análise comparativa entre a cartografia da Rede Natura 2000 e a Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018, obtendo-se o seguinte mapa:



**Mapa 4 | Uso e ocupação do solo (COS2018) e ZEC Rio Paiva no concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Adaptado dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2022.

Esta análise permite aferir que a área integrada na Rede Natura 2000 inserida no concelho tem como ocupação dominante as áreas de “Florestas” (69,3%), seguido das áreas de “Matos” (17,1%), “Agricultura” (9,6%), “Territórios Artificializados” (3,8%) e por fim, áreas de pastagens (0,2%). Constatou-se que nas áreas de florestas, 61,9% da ocupação era de florestas de pinheiro bravo (815,30 ha), seguido de 25,1% de florestas de outras folhosas (330,39 ha). No caso das áreas agrícolas, 73,1% da ocupação era por culturas temporárias de sequeiro e regadio (134,0 ha). Já nos territórios artificiais, o qual representa uma área total ocupada de 71,55 ha na ZEC do Rio Paiva no concelho de Vila Nova de Paiva, apresentando 22,0% da área ocupada por indústria (15,74 ha).

**Quadro 9 | Uso e ocupação do solo no território do concelho de Vila Nova de Paiva abrangido pela RN2000**

Uso e Ocupação do Solo	ZEC PTC0059 Rio Paiva	
	Área (ha)	Representatividade da Ocupação na área RN 2000 (%)
Territórios Artificializados	71,55	3,8%
Agricultura	183,40	9,6%
Pastagens	4,08	0,2%
Florestas	1.316,25	69,3%
Matos	325,36	17,1%

*Fonte: Adaptado dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.*

De acordo com os Estudos de Caracterização as orientações de gestão para a área da ZEC do Rio Paiva destinam-se, à salvaguarda dos cursos de água e dos recursos faunísticos associados, em especial, para a conservação das margens e respetivas galerias ripícolas. Desta forma, criam-se as condições necessárias para a manutenção de um corredor de ligação entre duas áreas fundamentais para a conservação das populações de lobo, a sul do Douro (Ficha de Caracterização da ZEC do Rio Paiva).

Em termos da flora, o concelho de Vila Nova de Paiva abrange, em quase toda a sua área, o Carvalhal da Zona Continental Seca e Fria, que é caracterizado por temperaturas baixas de inverno, com ventos frios e secos e presença de neve, e elevadas no verão, com baixa humidade relativa e largo período de seca estival. Destaca-se que as espécies arbóreas mais comuns no concelho são: o carvalho negral, o carvalho-roble, o sobreiro, a azinheira, o pinheiro-manso, o medronheiro, o videiro, a tramazeira, o catapereiro, a cerejeira-brava e o azevinho. Em relação aos arbustos encontram-se as seguintes espécies: o pilriteiro, o abrunheiro-bravo, o teixo, a giesteira-das-vassouras, a giesteira-branca, o amieiro-negro, o arando, a roseira-brava e o zimbro (Análise e Diagnóstico – Volume I, 2004 e Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).

Importa destacar que a atual composição vegetal do território encontra-se relacionada com a ocupação humana e com os diversos incêndios que afetaram o território, implicando o estabelecimento de usos que se adaptassem às novas exigências (Análise e Diagnóstico – Volume I, 2004 e Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).

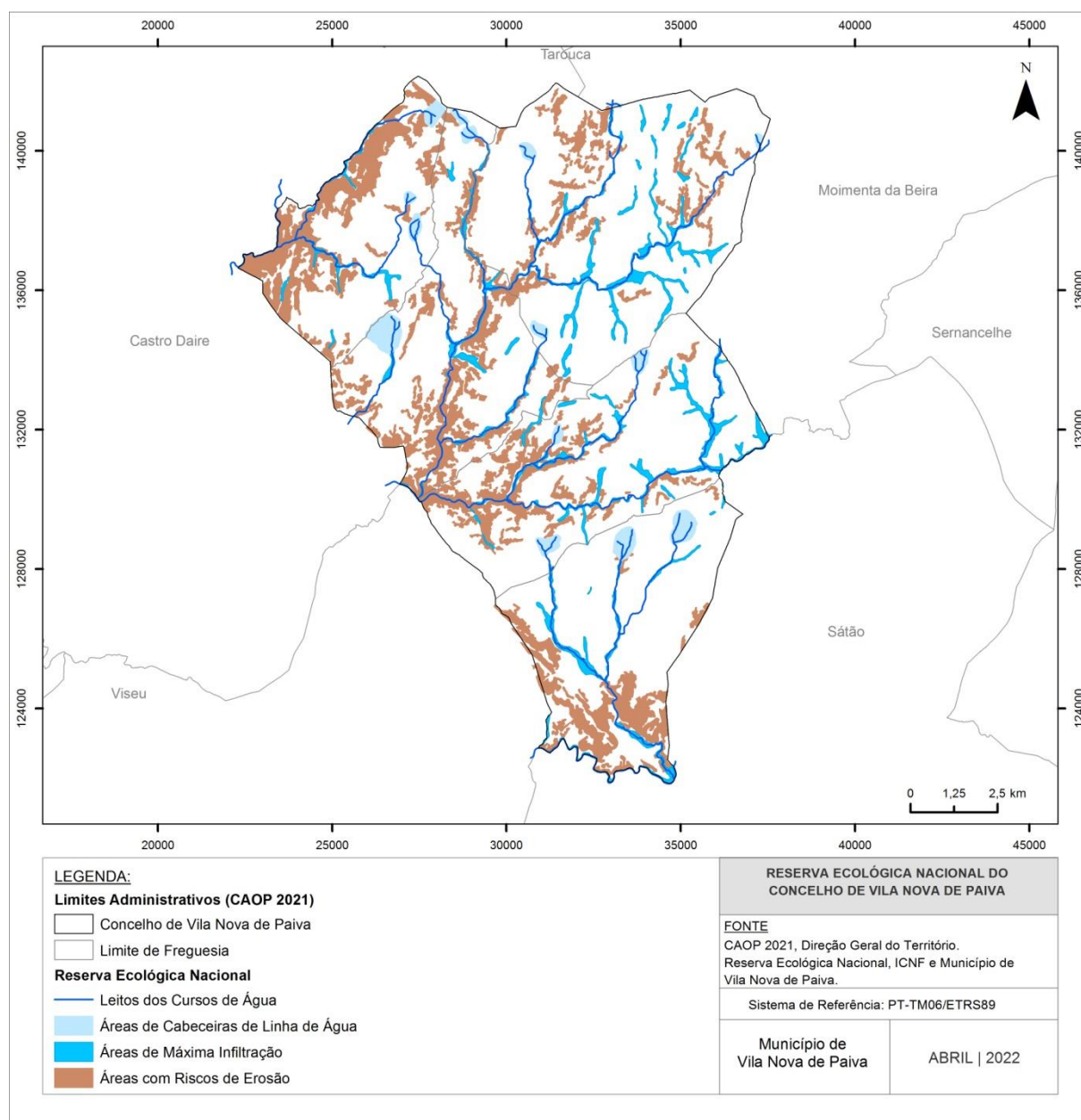
Em termos de Reserva Ecológica Nacional (REN), esta representa uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pela sensibilidade, função e valor ecológico ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto). A REN em vigor no concelho de Vila Nova de Paiva foi delimitada no âmbito da Portaria n.º 849/1993, de 10 de setembro, e integra os seguintes sistemas:

- Ecossistemas interiores das zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento:

- . Leitos normais dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;
- . Cabeceiras das linhas e cursos de água;
- . Áreas de infiltração máxima.
- Ecossistemas interiores das zonas declivosas:
  - . Áreas com riscos de erosão.

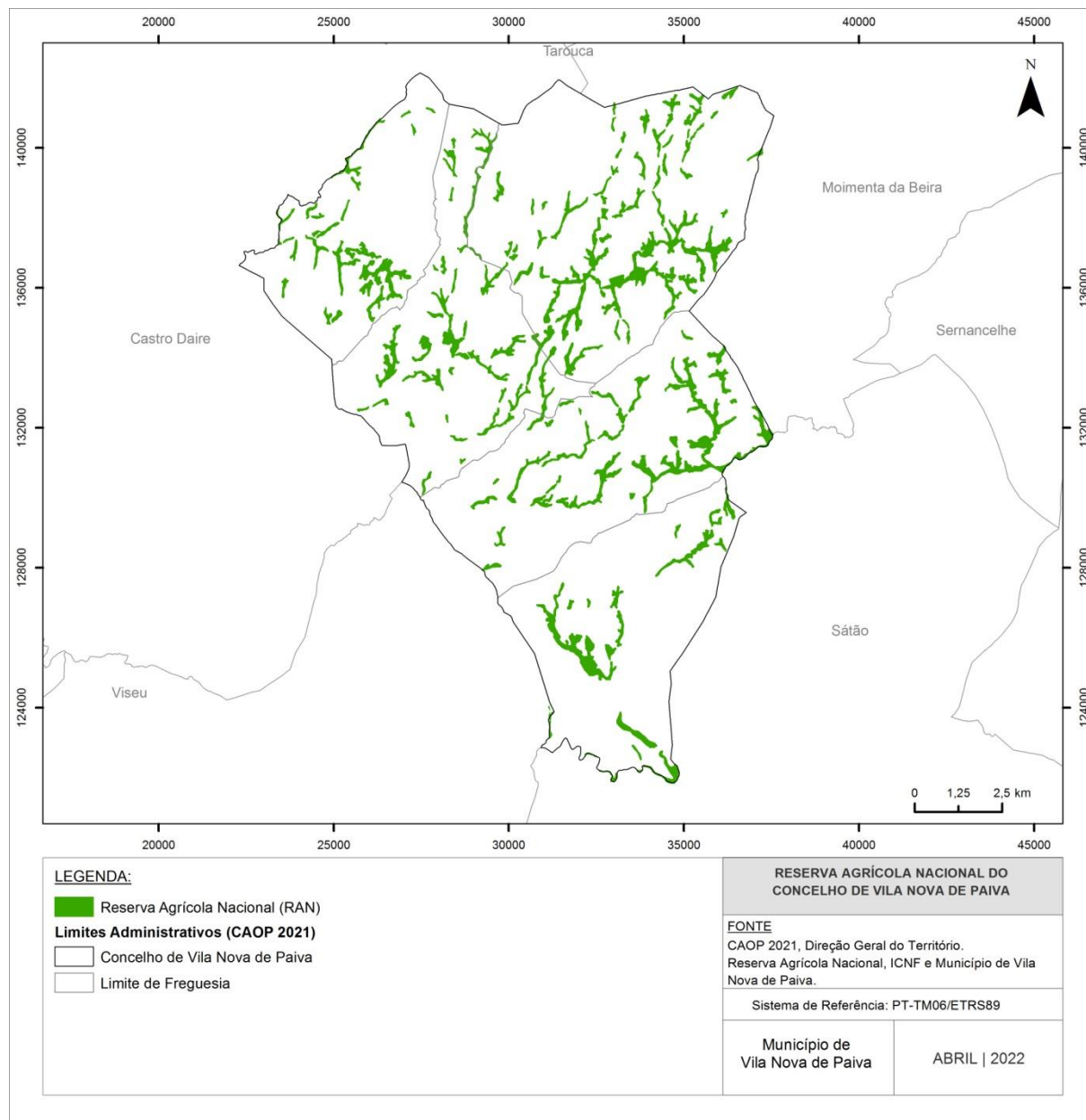
No concelho de Vila Nova de Paiva, a REN em vigor abrange uma área de 4.160,3 ha, correspondendo a cerca de 23,7% da área total do concelho.

**Mapa 5 | Delimitação da REN atual do concelho de Vila Nova de Paiva**



Referente a Reserva Agrícola Nacional (RAN), corresponde ao conjunto de áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março). A RAN em vigor no concelho de Vila Nova de Paiva, foi delimitada no âmbito da Portaria n.º 39/1992, de 20 de janeiro, corresponde a 2.708,60 ha, ou seja, 15,4% da área total do concelho (Mapa 6).

**Mapa 6 | Delimitação da RAN atual do concelho de Vila Nova de Paiva**



De acordo com a COS 2018, a área ocupada pela área agrícola no concelho de Vila Nova de Paiva, corresponde a 7,4% relativamente à área delimitada como RAN. Identifica-se que as “Culturas temporárias de sequeiro e regadio” representam 73,1% da área agrícola concelhia (cerca de 134,00 ha), já as áreas de “Agricultura com espaços naturais e seminaturais” representam 24,5% das áreas agrícolas (44,95 ha).

Em relação à Estrutura Ecológica Municipal (EEM), constituída como um conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos. O seu objetivo é proceder à identificação “(...) *no território, através de uma abordagem estrutural, os gradientes e polaridades que, na perspetiva ecológica-natural, e cultural, maiores potencialidades apresentam para a defesa e valorização dos componentes ambientais naturais e humanizados (de que destacamos: o solo, a água, a biota, o património natural e a paisagem), e tanto na ótica do suporte à via natural, como às atividades humanas*” (CCDR-N, 2004).

A EEM torna-se obrigatória, como figura do planeamento municipal, através do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, revogado posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e tem como objetivo a salvaguarda e proteção dos sistemas ecológicos fundamentais à estruturação dos espaços rurais e urbanos. No entanto, a determinação da obrigatoriedade da apresentação da Planta da Estrutura Ecológica Municipal como um dos elementos que acompanham os PDM só foi instituída quase seis anos depois, através a Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, revogado igualmente pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

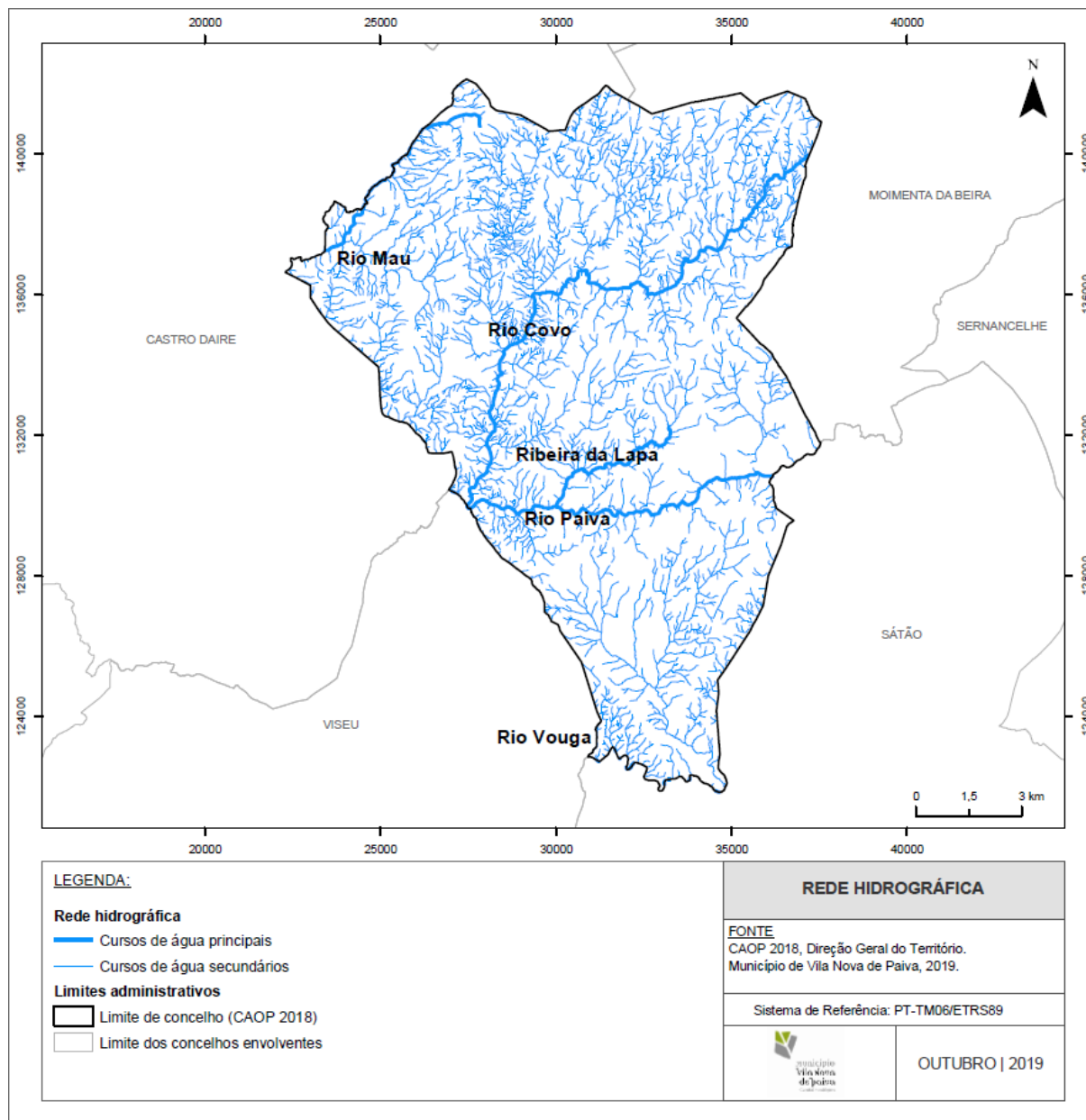
Como o PDM de Vila Nova de Paiva em vigor data o ano de 1994, não se encontra contemplada a Estrutura Ecológica Municipal como forma de proteção e valorização dos seus recursos ecológicos fundamentais.

Em termos dos recursos hídricos do concelho de Vila Nova de Paiva, este é considerado um dos principais valores naturais. O concelho caracteriza-se por possuir uma rede hidrográfica ramificada, inserindo-se na bacia hidrográfica do Douro e na bacia hidrográfica do Vouga (Mapa 7).

Os principais cursos de água no território concelhio de Vila Nova de Paiva são: o rio Paiva e o rio Vouga. O primeiro é um dos afluentes da margem esquerda do rio Douro, sendo um curso de água de meia dimensão, com um vale pouco encaixado. Já o rio Vouga flui diretamente para o Oceano Atlântico, e serve de limite natural e administrativo entre os concelhos de Vila Nova de Paiva e Sátão, a sul. Outros cursos de água importantes são o rio Mau, o rio Covo e a ribeira da Lapa.



**Mapa 7 | Bacias hidrográficas no concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Relatório de Definição de Âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & PLANUM, 2019.

Referente ao estado das massas de água superficial que abrangem o concelho de Vila Nova de Paiva, o Quadro 10 apresenta os dados disponibilizados pela APA referente ao 3.º ciclo dos PGRH (RH3 e RH4A).

**Quadro 10 | Estado das massas de águas superficiais no concelho de Vila Nova de Paiva**

Região Hidrográfica	Nomenclatura	Código	Estado / Potencial Ecológico	Estado Químico	Estado Global
<b>RH3</b>	Rio Paiva	PT03DOU0453	Razoável	Bom	Inferior a Bom

Região Hidrográfica	Nomenclatura	Código	Estado / Potencial Ecológico	Estado Químico	Estado Global
	Rio Mau	PT03DOU0462	Razoável	Bom	Inferior a Bom
	Rio Covo	PT03DOU0468	Bom	Desconhecido	Bom e Superior
	Rio Paiva	PT03DOU0469	Medíocre	Bom	Inferior a Bom
<b>RH4A</b>	Ribeiro do Rebentão	PT04VOU0518	Bom	Bom	Bom e Superior
	Rio Vouga	PT04VOU0520	Bom	Bom	Bom e Superior

Fonte: 3.º Ciclo do PGRH-RH3 e RH4A – APA.

Já as massas de águas subterrâneas, o concelho que está abrangido pelo Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro - PT03A0X1 (identificado na RH3) e pelo Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Vouga - PT04A0X (identificado na RH4A), apresentam a mesma classificação de estado químico “Bom mas em risco”, estado quantitativo “Bom mas em risco” e estado global “Bom”.

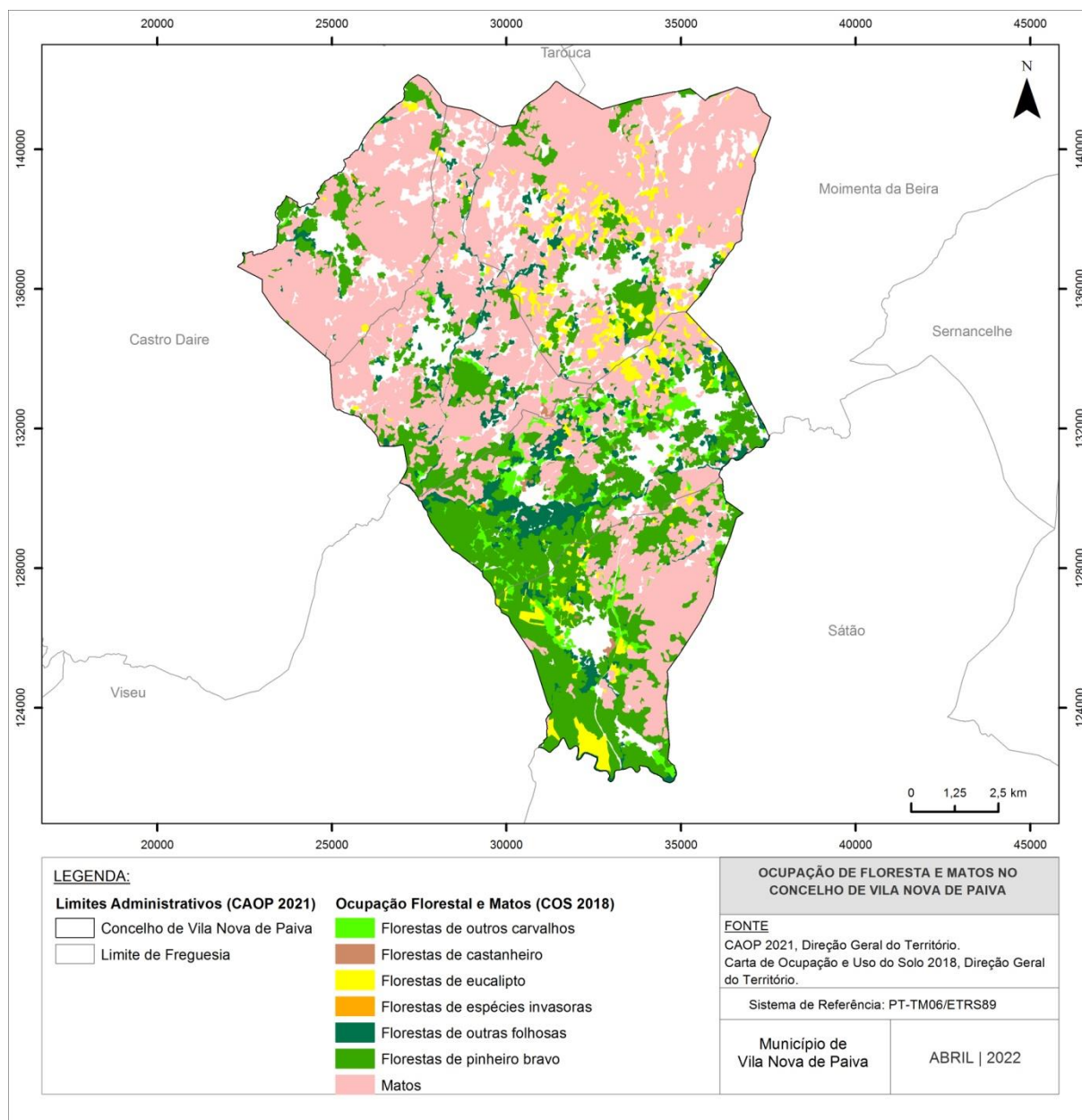
No que concerne aos recursos geológicos no concelho de Vila Nova de Paiva, regista-se um conjunto de ocorrências minerais (Estanho (Sn), Quartzo (SiO<sub>2</sub>), Feldspato e Tungsténio (W)), identificadas no sul do concelho, na freguesia de Queiriga, e no sector oeste do concelho, na freguesia de Vila Cova à Coelheira.

Neste contexto, destaca-se que a exploração mineira assumiu expressiva relevância no concelho de Vila Nova de Paiva, sendo que a recuperação ambiental destes espaços foi descurada ao longo dos anos. Porém, atualmente, a recuperação ambiental das áreas mineiras assume elevada relevância, com o intuito de contrariar os impactes relacionados com o solo e sedimentos, com o meio hídrico e com a qualidade do ar. Desta forma, com o intuito de mitigar estes impactes, a área mineira de Lagares – Rebentão, na freguesia de Queiriga, foi sujeita ao processo de recuperação ambiental que se encontra concluído.

### **Recursos florestais**

De acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (COS2018), o concelho de Vila Nova de Paiva é ocupado maioritariamente por florestas e matos, abrangendo uma área de 1.316,25 ha e 325,36 ha, respetivamente, correspondendo a um total de 64,4% da área total do concelho. Relativamente à distribuição espacial do uso florestal, as florestas situam-se principalmente no sudoeste do concelho, entre o rio Paiva e o rio Vouga. Por último, no sector norte, existem extensas áreas contínuas de matos, que ocupam apenas 17,1% do concelho de Vila Nova de Paiva (Mapa 8).

**Mapa 8 | Ocupação de floresta e matos no concelho de Vila Nova de Paiva**



A mancha florestal ocupa predominantemente a área sul e oeste do concelho, destacando-se a freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas. Relativamente à ocupação florestal, constata-se o predomínio das manchas de florestas de pinheiro bravo (61,9% da área florestal), seguido das florestas de outras folhosas (25,1% da área florestal) e florestas de outros carvalhos (10,9% da área florestal).



**Quadro 11 | Ocupação da área florestal no concelho de Vila Nova de Paiva**

Uso e Ocupação do Solo - Florestas	ZEC PTC0059 Rio Paiva	
	Área (ha)	% da Área Florestal
Florestas de outros carvalhos	143,94	10,9%
Florestas de castanheiro	5,30	0,4%
Florestas de eucalipto	18,95	1,4%
Florestas de espécies invasoras	2,37	0,2%
Florestas de outras folhosas	330,39	25,1%
Florestas de pinheiro bravo	815,30	61,9%
<b>Total</b>	<b>1316,25</b>	

Fonte: COS 2018, Direção-Geral do Território.

Importa destacar que embora o pinheiro bravo seja uma espécie nativa, este têm vindo a substituir outras espécies nativas (e.g. carvalhos, castanheiros, azinheiras, sobreiros, medronheiros e oliveiras). Enquanto espécie pioneira da sucessão ecológica, pode ser utilizada na recuperação de solos pobres ou degradados, criando as condições necessárias para as espécies de maiores exigências. A regeneração natural de carvalhos sob o coberto do pinhal é, aliás, frequente em todo o país, no entanto, a prática mais comum é substituir o pinhal por novo pinhal, em vez de aproveitar a regeneração natural das quercíneas.

Além disso, em termos de continuidade das manchas florestais, por vezes, verifica-se a existência de extensões com elevada continuidade (povoamentos com áreas superiores a 25 ha – área mínima para a elaboração de PGF (Plano de Gestão Florestal), para a região PROF de Centro Litoral, onde se insere o concelho, sendo motivo de atenção, devido ao risco que representam em termos de continuidade dos incêndios, aumentando assim a probabilidade de ocorrência de incêndios em maior extensão de área (PMDFCI de Vila Nova de Paiva 2022-2031).

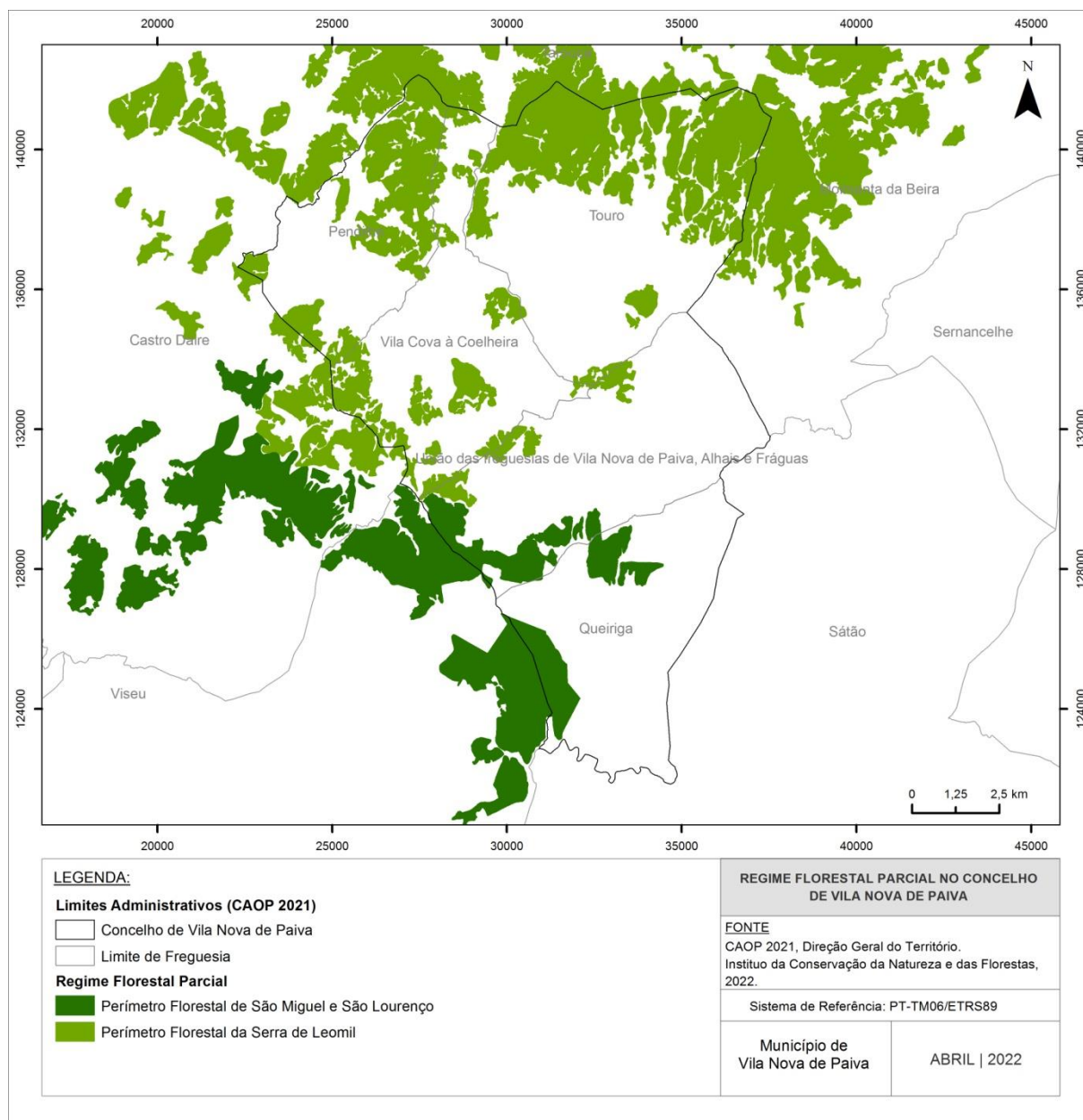
De acordo com o PMDFCI de Vila Nova de Paiva 2022-2031, importa salientar “os povoamentos com muita carga de combustível, bem como as elevadas extensões das manchas florestais contínuas, que ocorrem essencialmente nos povoamentos de pinheiro-bravo do concelho”, desta forma, os povoamentos de eucalipto, juntamente, como os povoamentos de pinheiro-bravo e outras folhosas têm uma elevada densidade arbórea e uma elevada carga de combustível ao nível do solo, o que torna a deflagração e propagação de incêndios florestais muito fácil, dificultando o combate a ocorrências nessas áreas.

Ainda, as áreas incluídas nos Perímetros Florestais de São Miguel São Lourenço e da Serra de Leomil, tem recebido cuidado de gestão, o que tem resultado que seja menos suscetível à ocorrência de incêndios rurais, ao contrário das áreas florestais localizadas no exterior destes perímetros, que não têm intervenções significativas de gestão florestal e que verifica-se a um elevado número de ignições, a maioria provenientes da ação humana.

Em termos de Regime Florestal Parcial, o concelho de Vila Nova de Paiva é abrangido pelos seguintes Perímetros Florestais (Mapa 9):

- O **Perímetro Florestal da Serra de Leomil** que ocupa uma área de 3.659 ha, no concelho de Vila Nova de Paiva, e abrange partes dos territórios das freguesias de Pendilhe; Touro; Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas.
- O **Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço** que ocupa uma área de 798 ha e abrange partes dos territórios das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; e da freguesia de Queiriga.

**Mapa 9 | Regime Florestal Parcial do concelho de Vila Nova de Paiva**



Ainda ao nível dos instrumentos de gestão florestal, o concelho de Vila Nova de Paiva tem prevista a constituição de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF), a ZIF 390/18 – Vila Nova de Paiva, Alhais, Fráguas e Queiriga, com

uma área total de 6.915 ha, dos quais 83 ha estão ocupados por espaços florestais, abrangendo as freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; e de Queiriga (Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).

Na análise dos recursos florestais, o risco de incêndio rural é um elemento relevante a se ter em consideração. Estes constituem um dos grandes entraves à produtividade, sustentabilidade e investimento na floresta, sendo importante a definição de ações concretas de diagnóstico das situações locais seguidas de ações de planeamento e implementação de medidas concretas e efetivas de prevenção e combate aos incêndios rurais.

Diante da necessidade de aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais, através do PMDFCI de Vila Nova de Paiva foram adotadas medidas estratégicas constituídas pela rede secundária e terciária de faixas de gestão de combustível - FGC e mosaico de parcelas de gestão de combustíveis (para permitir um eficaz combate aos incêndios e reduzir os impactos negativos dos mesmos), a rede viária florestal - RVF (que permite uma rápida intervenção dos meios de combate nas zonas afetadas) e a rede de pontos de água - RPA (que facilitam o reabastecimento de meios de combate a incêndios rurais).

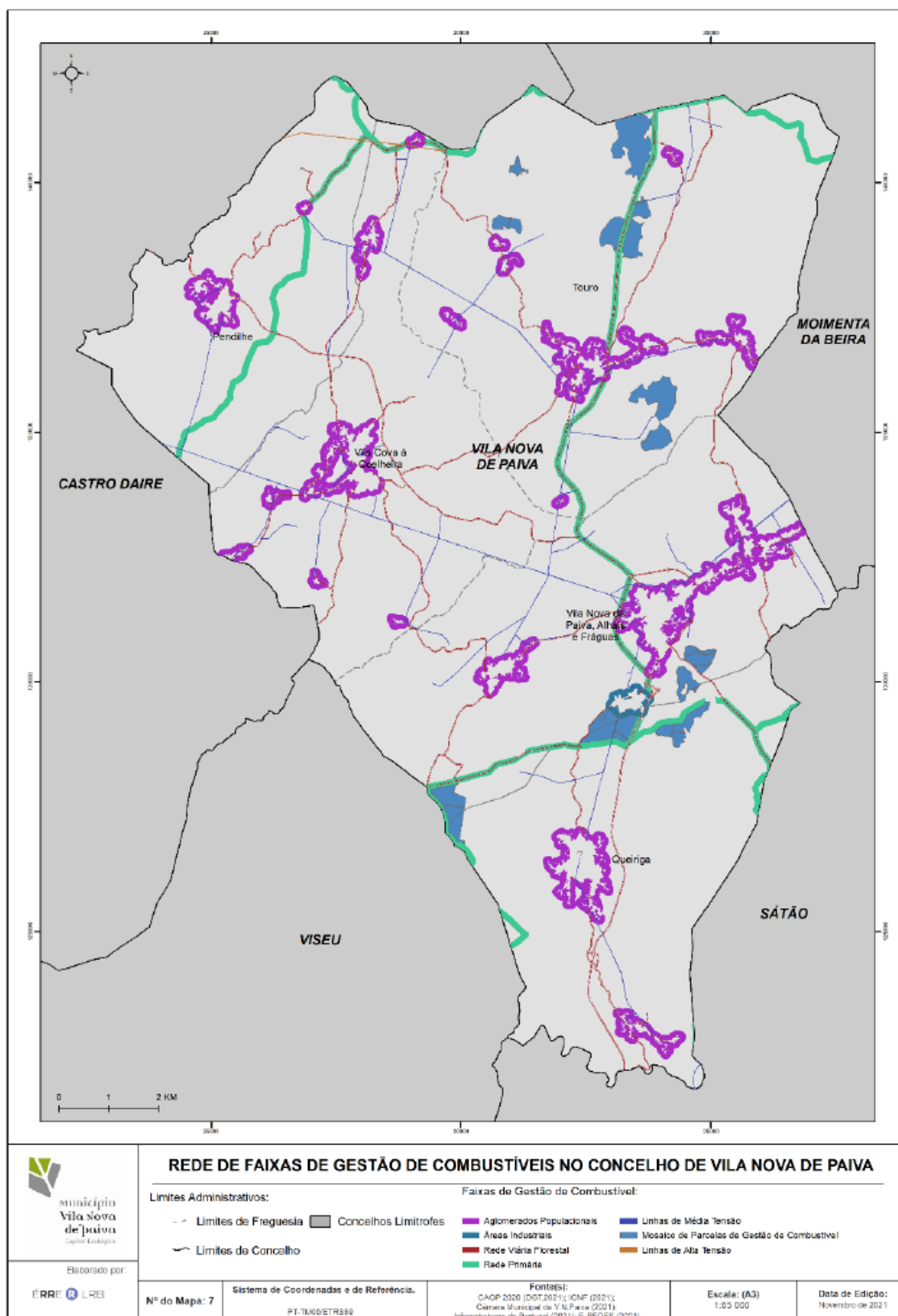
O planeamento da rede de FGC visa através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos, resultar em facilitar o controlo da frente de chamas, permitir o acesso seguro das forças de combate a determinadas áreas, etc. Na delimitação das FGC do concelho teve-se em consideração o tipo de edificações e de infraestruturas localizadas ou confinantes com os espaços florestais no território concelhio. No Quadro 12 e no Mapa 10 identificam-se as FGC associados às diferentes infraestruturas localizadas no concelho de Vila Nova de Paiva.

**Quadro 12 | Áreas de FGC, por entidade responsável, no concelho de Vila Nova de Paiva**

Código	Descrição da Faixa / Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Entidade Responsável	Área	
			Ha	%
002	Aglomerados Populacionais	PAUE	949,3	45,87
003	Áreas Industriais	Entidade Gestora	24,6	1,19
004	Rede Viária Florestal	Câmara Municipal	203,7	9,84
		Infraestrutura Portugal	18,9	0,91
008	Rede Primária	Câmara Municipal / ICNF	428,6	20,71
010	Rede Elétrica de Média Tensão	E-REDES	92,1	4,45
011	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Juntas de Freguesias	346	16,72
013	Rede Elétrica de Alta Tensão	E-REDES	6,5	0,31
<b>Total</b>			<b>2.069,7</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Adaptado do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Nova de Paiva 2022-2031, Caderno II – Plano de Ação, Município de Vila Nova de Paiva & ÉRRE LRB, 2021.

**Mapa 10 | Redes de FGC no concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Nova de Paiva 2022-2031, Caderno II – Plano de Ação, Município de Vila Nova de Paiva & ERRE LRB, 2021.

## **Paisagem**

Os conceitos de paisagem e território são bastante abrangentes e estão, muitas vezes, intrinsecamente ligados, o que leva a que nem sempre seja fácil a sua distinção e correta utilização e entendimento. Assim, a paisagem pode ser entendida como *“um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter”* (Cancela d’Abreu et al., 2004).

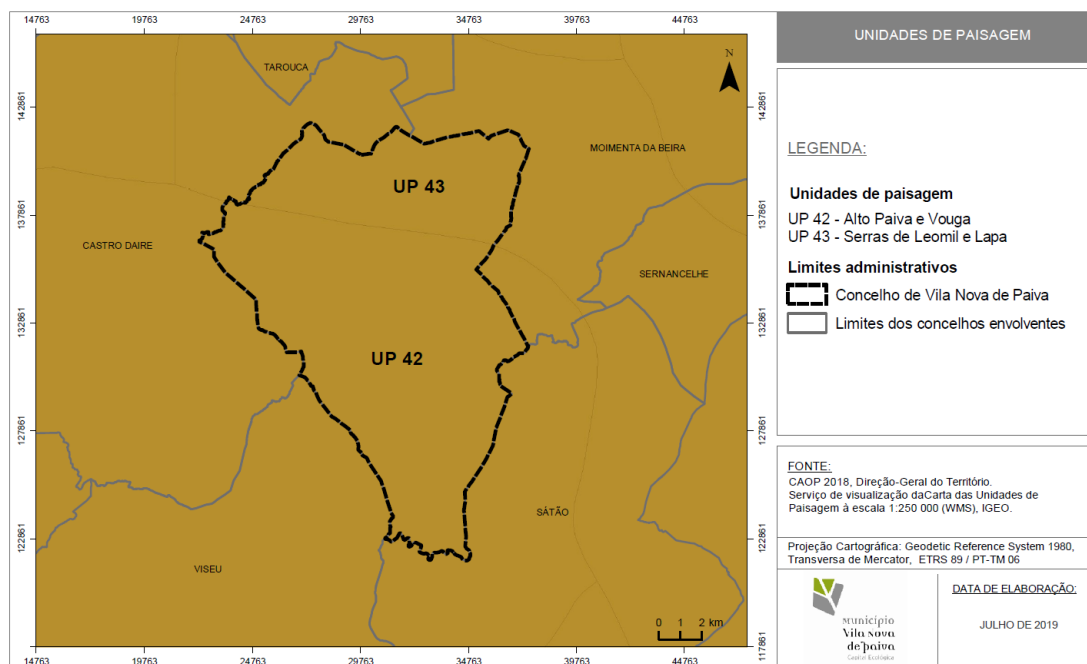
Assim, a ideia de paisagem abrange tanto os aspetos naturais como os culturais e é cada vez mais considerada como o enquadramento apropriado para o ordenamento e gestão do território.

Ao longo dos anos foram aprovadas diversas estratégias e diretrizes, de onde se destaca a Convenção Europeia da Paisagem, aprovada pelo Conselho da Europa, e publicada em Portugal no Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro (alterada para Convenção do Conselho da Europa sobre a Paisagem pelo Decreto 24/2019, de 3 de outubro). O seu objetivo é promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem, e organizar a cooperação europeia neste domínio.

O estudo da paisagem com vista ao seu ordenamento e gestão é mais compreensível quando traduzido na definição de unidades de paisagem. As unidades de paisagem (UP) correspondem às *“áreas com características relativamente homogéneas, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por terem um padrão específico que diferencia a unidade em causa das envolventes”* (Cancela d’Abreu et. al., vol. I, 2004).

No estudo “Contributos para a Identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, são identificadas um total de 128 unidades de paisagem, agrupadas em 22 grupos de unidades de paisagem, correspondentes a áreas onde existe uma relativa afinidade em termos de características naturais, mas também de sistemas de utilização do solo, distribuição da população e/ou grandes tendências de mudança da paisagem. O concelho de Vila Nova de Paiva abrange uma unidade de paisagem, F – Beira Alta, e dentro deste encontram-se duas unidades de paisagem, nomeadamente: UP 42 – Alto Paiva e UP 43 – Serras de Leomil e Lapa.

**Mapa 11 | Unidades de paisagem no concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

A UP do Alto Paiva e Vouga encontra-se associada aos troços iniciais dos rios Paiva e Vouga, caracterizando-se por uma sucessão de longas encostas, com declive moderado a acentuado, vales fundos e por vezes encaixados, onde predomina um verde escuro, frondoso e repleto de água. As orientações para a gestão da paisagem desta unidade deverão basear-se na necessidade de conciliar a mudança das atividades humanas com os aspetos inerentes à sua produtividade e equilíbrio; no impedimento da tendência para uma florestação desordenada, incentivando a manutenção e valorização de sistemas agrícolas e pecuários; na consolidação da rede urbana, tornando-a equilibrada e eficiente ao nível da oferta de serviços; e tomar partido do património natural e edificado para o desenvolvimento das atividades de recreio e do turismo (Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2022).

A UP das Serras de Leomil e Lapa abrange duas serras que apresentam traços comuns, nomeadamente nas suas características serranas relativamente atenuadas, apresentam formas não muito vigorosas, sendo no geral arredondadas e sem cortes abruptos, características de relevos graníticos antigos. Em termos de gestão, será fundamental, manter e valorizar atividades agro-pastoris nas zonas mais altas; e ordenar e gerir os espaços florestais, tendo por base o conceito de plurifuncionalidade e sustentabilidade da floresta. Já nas zonas mais baixas, é necessário garantir a proteção e valorização dos solos de elevada fertilidade; manter a diversidade, equilíbrio e complementaridade dos sistemas agrícolas tradicionais; salientar a importância da rede de proteção e valorização ambiental; e valorizar o denso e diversificado património construído (Cancela d'Abreu et. al, vol. III, 2004).

A paisagem do concelho de Vila Nova de Paiva e a multiplicidade de valores naturais são capazes de proporcionar aos turistas experiências de grande valor simbólico e a possibilidade de interagir e usufruir da



natureza. O concelho de Vila Nova de Paiva possui outros valores naturais de importância significativa, com destaque para a serra da Nave, o qual este património natural situado no extremo norte do concelho, fazendo de fronteira com os concelhos vizinhos de Castro Daire e Moimenta da Beira, onde neste último ganha o nome de serra de Leomil.

Outro património natural localizado no limite do concelho de Vila Nova de Paiva com o concelho de Castro Daire, junto da capela da Senhora da Piedade, ergue-se um nomeado de “Mourisca”, sendo o ponto mais alto do concelho com 1.037m. Ocupado por um parque eólico, proporciona uma visão abrangente do território do concelho de Vila Nova de Paiva, do Planalto Beirão, e sistemas montanhosos como a serra de Montemuro, as serras da Freita/Arada, a serra do Caramulo e a serra da Estrela.

Para além do rio Paiva, o concelho de Vila Nova de Paiva é ainda atravessado por dois cursos de água que constituem importantes patrimónios naturais: o rio Vouga e o rio Côvo. O rio Vouga, com nascente na serra da Lapa, próxima de Vila Nova de Paiva, junto da aldeia de Lousadela na freguesia de Queiriga. Já o rio Côvo, também conhecido por rio Touro, nasce no concelho de Vila Nova de Paiva, atravessando as freguesias de Touro e Vila Cova à Coelheira até desaguar no rio Paiva junto da aldeia de Borralhais. Ao longo do seu percurso, é possível proporcionar de paisagens que vão desde quedas de água, até à tranquilidade da sua passagem pelo planalto em que se situa este território.

**Imagem 1 | Rio Vouga**



**Imagem 2 | Rio Côvo na sua passagem por Touro**



*Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.*

A paisagem do concelho de Vila Nova de Paiva e a multiplicidade de valores naturais são capazes de proporcionar aos turistas experiências de grande valor simbólico e a possibilidade de interagir e usufruir da natureza, através de espaços de lazer com curso de água e prática de atividades de desporto ao ar livre, como o pedestrianismo (Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, 2021).

Ao longo do seu percurso pelo concelho, existem alguns espaços de lazer com curso de água tais como da Quinta da Azenha (Alhais) e o de Fráguas, bem como o Parque Urbano de Vila Nova de Paiva, para usufruto de atividades ao ar livre. Para além do rio Paiva, destacam-se igualmente os seus afluentes, como o rio Côvo e o rio Mau. Também nestes cursos de água é possível usufruir de espaços verdes nas suas margens, tais como do Parque Urbano de Touro, e do Rio Côvo (Vila Cova à Coelheira).

**Imagem 3 | Espaços de lazer com curso de água do concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

O concelho de Vila Nova de Paiva também é caracterizado pela sua paisagem montanhosa, especialmente na zona norte do concelho, na denominada serra da Nave, de onde é possível desfrutar de paisagens das Terras do Demo, em vários miradouros naturais, como o cume da Nave, o cume da Mourisca e a serra da Póvoa. Também se destaca o miradouro da Giralda, junto de Vila Cova à Coelheira.

O Parque Botânico Arbutus do Demo, situado junto da EN 323 entre Vila Nova de Paiva e Cota (concelho de Viseu), constitui uma área verde, onde encontra-se instalado no antigo Viveiro Florestal de Queiriga. Surgiu da *“necessidade de responder de uma forma integrada, moderna e arrojada à procura de espaços de convívio entre motivos étnicos e técnicas artesanais, assentando na reconstrução da paisagem natural e antropogénica das terras altas do Paiva”*. Possui ainda uma sala de interpretação audiovisual, um pequeno parque infantil, um parque de merendas, um cais para pesca e um parque astronómico Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, 2021).

O PR1 – Rota do Paiva, desenvolve-se pela avenida principal, acompanhado de ciclovia, até atingir a povoação de Alhais, onde faz o desvio à esquerda para visita à Igreja Paroquial e à praça onde se encontra o cruzeiro e o Pelourinho de Alhais.

O concelho também oferece uma rede de percursos trail/running, inaugurados em 2019, e que fazem parte da Rede de Percursos de Natureza de Viseu Dão Lafões. Contabilizam-se cinco percursos, que variam entre os 4,03 e os 47,7 quilómetros, ao longo das freguesias de Queiriga, Vila Cova à Coelheira e de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas. Fazem parte do Centro Municipal de Trail de Vila Nova de Paiva que tem, como ponto de partida, a casa florestal junto do Parque Botânico Arbutus do Demo. Os percursos existentes são os seguintes:

- **Percurso 1** – desenvolve-se na área florestal do Parque Botânico *Arbutus* do Demo. Tem uma distância de 4,03 km e permite aos praticantes percorrê-lo em quase toda a sua totalidade sob a sombra de árvores;



- **Percurso 2** – com uma distância de 8,68 km, percorre grande parte da área florestal a oeste do centro de Trail e um belo troço junto ao rio Paiva, na proximidade da localidade de Fráguas, terminando na passagem pela praia fluvial da povoação;
- **Percurso 3** – percurso de 24,87 km, com alguma inclinação, nomeadamente, na serra granítica a este de Queiriga e na cumeada da serra pontuada por afloramentos de xistos, a sudoeste da mesma povoação. Nos pontos mais elevados ronda os 750/800m, permitindo magníficas vistas panorâmicas sobre todo o território envolvente;
- **Percurso 4** – percurso de 18,52 km, que se desenvolve a norte do Centro de Trail. Acompanha o rio Paiva num pequeno troço rico em biodiversidade, inserido no Sítio de Importância Comunitária do Rio Paiva, nas imediações da localidade de Fráguas. Atravessa a povoação, seguindo para as serras a norte, onde atinge as cotas mais elevadas do percurso (785 metros);
- **Percurso 5** – com uma distância de 47,74 km, abrange praticamente todas as áreas percorridas pelos restantes percursos. Atravessa paisagens que vão desde os granitos da serra que separa os concelhos de Vila Nova de Paiva e de Sátão, onde atinge altitude máxima de 813 metros, às paisagens ripícolas do rio Paiva ou à cumeada cistosa a sudoeste de Queiriga. Atravessa, ainda, muitos dos monumentos naturais e patrimoniais de maior interesse do concelho.

### 6.1.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Sem a implementação do presente plano espera-se que o Plano Setorial da Rede Natura 2000 e outras diretrizes regulamentares para a proteção de áreas florestais como Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), sejam as diretrizes utilizadas pelo território para as áreas sensíveis e áreas florestais com suscetibilidade de incêndios rurais.

No que respeita aos recursos hídricos, é importante a intervenção no território através de um conjunto de medidas de recuperação que permitam complementar e articuladamente com as medidas previstas nos PGRH atingir o estado bom ou superior das massas de água superficiais, em especial da categoria rios. A 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente com os corredores ecológicos e renaturalização de áreas, contribuir para essa reabilitação desses recursos.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes.

Já no que se refere à componente paisagística prevê-se que na ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, e com a continuidade da situação atual, ocorra o aumento da continuidade das áreas de monocultura de pinheiros bravos e a introdução de elementos dissonantes que promovam a descaracterização da paisagem, como a extensão das florestas de Eucalipto, abandono das áreas e o possível aumento da pressão urbanística.

### 6.1.3. Análise SWOT

No quadro seguinte encontra-se apresentada a análise SWOT tendo em consideração as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da situação atual do FCD Recursos Naturais.

**Quadro 13 | Análise SWOT da situação atual do FCD Recursos Naturais**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de área incluída em Rede Natura 2000 e com habitats prioritários;</li> <li>Normas regulamentares relativas à preservação de áreas sensíveis e de espécies florestais autóctones;</li> <li>Processo de revisão da REN, com as novas orientações nacionais e regionais;</li> <li>Atualização e implementação da RAN;</li> <li>Elaboração da EEM do concelho;</li> <li>Rede hidrográfica ramificada, sendo os principais cursos: rio Paiva e o rio Vouga;</li> <li>Área de regadio tradicional, que se apresenta como uma mais-valia para a instalação de população agrícola;</li> <li>Áreas submetidas a Regime Florestal com menor suscetibilidade à ocorrência de incêndios devido uma prática de gestão adequada;</li> <li>Diversidade e riqueza paisagística e natural;</li> <li>Existência de locais de interesse paisagístico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocupação de áreas florestais e matos são maioritários no concelho, a elevar a suscetibilidade a incêndios rurais;</li> <li>Extensas áreas contínuas de monocultura de pinheiros-bravos;</li> <li>50% das massas de águas superficiais apresentam estado global de “inferior a bom”;</li> <li>Cursos de água existentes carecem de intervenção e a paisagem ribeirinha apresenta-se, em alguns, casos degradados;</li> <li>Elevada percentagem (61,9%) da floresta constituída por pinheiro-bravo.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Potencial para o desenvolvimento de atividades de lazer nas frentes ribeirinhas, como a prática de desportos aquáticos e outras atividades;</li> <li>Potencial produtivo nas atividades silvopastoril e agropastoril, extração de leite, pomares, produtos lenhosos e não lenhosos e pastagem;</li> <li>Potencial para a criação de espaços de recreio e lazer além da atividade de caça;</li> <li>Existência de um património natural diversificado, com espaços de elevada qualidade paisagística;</li> <li>Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da CIM Viseu Dão Lafões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proliferação de monoculturas, em especial, florestas de pinheiro-bravo em detrimento de outras espécies autóctones;</li> <li>Ações e operações urbanísticas em áreas florestais e em zonas inundáveis;</li> <li>Efeitos das alterações climáticas, que apontam para a maior frequência de situações incêndios rurais e de escassez de recursos hídricos, entre outros efeitos;</li> <li>Continuação do êxodo das zonas rurais, resultando no abandono das áreas agrícolas e florestais.</li> </ul>

### 6.1.4. Avaliação Estratégica de Efeitos

#### **Valores naturais**

A proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva define, na categoria de solo rústico, a classe de espaços naturais e paisagísticos. Estes integram as áreas do território concelhio que constituem o seu património natural mais sensível nos aspetos ecológico, paisagístico e ambiental.

Os espaços que são relevantes para a presente qualificação encontram-se localizados junto à ZEC Rio Paiva e são constituídos por:

- Áreas afetas aos habitats prioritários de Rede Natura 2000;

- Os cursos de água integrantes da REN, identificados na planta de ordenamento, exceto nas extensões que atravessem solo urbano

De acordo com o n.º 2 do Artigo 26.º do Regulamento da 1.ª revisão do PDM, nestes espaços são admitidos como usos:

- a) “A sua inclusão, desde que mantidas no seu estado natural, em áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística;*
- b) A sua inclusão, desde que mantidas no seu estado natural, em áreas verdes de proteção e enquadramento localizadas no interior de polígonos de solo afetos a empreendimentos turísticos;*
- c) As ações, atividades, usos e intervenções de salvaguarda e valorização das potencialidades do solo rústico referidas no número 2 do artigo 21º;*
- d) Os empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz;*
- e) A exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos, nos seguintes termos e cumulativamente com as condições estabelecidas no artigo 65º:*
  - i) Nas áreas integradas na Rede Natura 2000, apenas em situações de exceção que estejam previstas na lei, e sem prejuízo do disposto no artigo 22º;*
  - ii) Nas áreas não integradas na Rede Natura 2000, em situações excecionais de interesse estratégico para o desenvolvimento regional ou nacional reconhecido pelas entidades competentes para o efeito;*
- f) A implantação ou instalação de infraestruturas, desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats que forem afetados pelas mesmas”.*

Na classe de espaços florestais, é definido que, as áreas integradas em Rede Natura 2000, quando não integradas na categoria de espaços naturais e paisagísticos, são classificadas, maioritariamente, como espaços florestais da subcategoria de conservação, sendo que são admissíveis os usos compatíveis ao que consta no Regulamento da 1.ª revisão do PDM. Destaca-se que as formas de utilização, ocupação e transformação do solo de áreas afetadas à RN2000, e sua gestão, só podem ser viabilizadas se verificar a sua compatibilidade com o referido plano setorial.

As áreas identificadas com a presença de habitats naturais e seminaturais da Rede Natura 2000 no território de Vila Nova de Paiva, estão inseridas maioritariamente na subcategoria de espaços florestais de conservação e em espaços naturais e paisagísticos, contudo, também são evidenciados nas demais subcategorias de espaços florestais e em categorias de solo urbano (destaque para a categoria de espaços de atividades económicas, afeto à Zona Industrial de Vila Nova de Paiva).

Neste sentido, em busca de se obter a conformidade da proposta do Plano com o PSRN 2000, foi elaborado o documento autónomo, “Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000”, o qual avalia a cartografia dos habitats naturais e seminaturais da ZEC do Rio Paiva constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro, em função da ocupação com edificações e/ou infraestruturas urbanas. Referente às áreas de habitats naturais e seminaturais no concelho de Vila Nova de Paiva, verifica-se que a proposta propõe a exclusão de 0,77ha de áreas com habitats (decrécimo de 0,08% da área com habitats). Destaca-se que a

proposta de exclusão incide sobre áreas onde não se verificou ocorrência de *habitats* identificados (cartografia), por já se encontrarem ocupadas com edificações e/ou infraestruturas urbanas.

Assim, a proposta prevê que o limite do espaço de atividade económica (Zona Industrial de Vila Nova de Paiva) seja a linha paralela à ex-EN323, sendo retirada as três áreas que poderá colocar em causa o bom desenho urbano daquela área. Desta forma, a proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM prevê uma redução de cerca de 0,77ha (-0,08%) da área com *habitats* da ZEC Rio Paiva no território concelhio de Vila Nova de Paiva.

Na classe de espaços agrícolas, é definido que, nas áreas integradas em Rede Natura 2000, são apenas admissíveis como usos compatíveis com os seus usos dominantes: exploração de recursos geológicos, em situações excecionais legalmente previstas; implantação ou instalação de infraestruturas, desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e *habitats* afetados; e a construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis, quando não exista alternativa de localização fora desta subcategoria de espaços e desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e *habitats* afetados pelo empreendimento.

Como mencionado anteriormente, também foi avaliada a presença de proposta de solo urbano em áreas sensíveis (presença de *habitats* naturais e seminaturais) classificadas como RN 2000, resultando uma área total de somente 1,01ha, sendo das subcategorias de espaços de atividades económicas, espaços habitacionais, espaços centrais e espaços urbanos de baixa densidade, o qual apesar de ser uma pequena área, deve-se acautelar as dinâmicas urbanísticas.

Destaca-se que as áreas de Rede Natura 2000 do concelho de Vila Nova de Paiva, classificada pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, encontram-se estabelecidas como servidões e restrições de utilização pública, de modo a assegurar a conservação das espécies e dos *habitats* da ZEC Rio Paiva, estando identificadas na Planta de Condicionantes.

Durante o processo da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, deu-se início ao processo de elaboração da transposição da delimitação da REN que obedecerá, no conteúdo e na tramitação, ao disposto no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), estipulado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, sem prejuízo das demais legislações em vigor em matéria de ambiente, ordenamento do território e urbanismo.

As áreas inseridas em REN constituem servidão e restrição de utilidade pública, encontrando-se identificadas na Planta de Condicionantes, onde de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Regime Jurídico da REN em vigor, os “usos e as ações de iniciativa pública ou privada” interditos nas áreas afetas à REN são:

- *“Operações de loteamento;*
- *Obras de urbanização, construção ou ampliação;*
- *Vias de comunicação;*
- *Escavações e aterros;*
- *Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo, das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais e de ações extraordinárias de proteção fitossanitária previstas em legislação específica.”*

Excecionam-se desta interdição geral, os usos e as ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais da REN (n.º 2 do artigo 20.º do RJREN). Integradas nessa exceção encontram-se as operações de loteamento, desde que as áreas abrangidas por REN *“não sejam destinadas a usos ou ações incompatíveis com objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais”* (n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto). Face ao exposto, em oposição ao legalmente estipulado para a RAN, as áreas de REN podem localizar-se dentro dos perímetros urbanos identificados em PMOT, desde que apresentem usos compatíveis com os seus objetivos.

No que se refere aos recursos hídricos, na nova proposta de delimitação da REN (2026), a tipologia de áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos<sup>5</sup> foi a que apresentou maior aumento na área delimitada (superior a 170%), somando uma área total de 3.389,70ha (19,32% da superfície do concelho). Assim, a tipologia da REN auxilia nas seguintes funções (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto):

- *“Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;*
- *Contribuir para a proteção da qualidade da água;*
- *Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;*
- *Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobreexploração dos aquíferos;*
- *Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros e estuarinos;*
- *Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársicos, como por exemplo assegurando a conservação dos invertebrados que ocorrem em cavidades e grutas e genericamente a conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;*
- *Assegurar condições naturais de receção e máxima infiltração das águas pluviais nas cabeceiras das bacias hidrográficas e contribuir para a redução do escoamento e da erosão superficial.”*

Ainda, na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas foram incluídas as “Zonas de infiltração máxima”, de forma a distinguirem-se do RJREN e permitir a aplicação das regras (artigo 83.º do Regulamento), medidas e condicionantes de uso do solo, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos.

A par da revisão da REN, igualmente a RAN sofreu uma revisão da sua delimitação, seguindo o procedimento estabelecido no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

No n.º 1 do artigo 20.º do RJREN é estabelecido que *“as áreas da RAN devem ser afetas à atividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural”*. Considerando o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, estas áreas são reservadas ao uso

---

<sup>5</sup> *“As áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e à recarga natural dos aquíferos, bem como as áreas localizadas na zona montante das bacias hidrográficas que asseguram a receção das águas da precipitação e potenciam a sua infiltração e encaminhamento na rede hidrográfica e que no seu conjunto se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.”* (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto).

agrícola, ficando interditas “todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola”, a saber:

- “Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo seguinte;
- Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;
- Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;
- Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;
- Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;
- Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos”.

Apesar do exposto, permanece em aberto a possibilidade de ocorrerem utilizações não agrícolas em áreas afetas à RAN “quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificadas como de menor aptidão” (n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro).

Destaca-se que a proposta da RAN Final da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (2024) regista uma área total de 1.435,34ha, sendo que maioritariamente está abrangida pela categoria de espaços agrícolas da proposta da Planta de Ordenamento.

Referente as áreas beneficiadas por aproveitamentos hidroagrícolas (regadios tradicionais), estas são identificadas como condicionantes na Planta de Condicionantes I - Condicionantes Gerais, como recursos agrícolas, em conformidade com o Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola (RJOAH) - Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 86/2002, de 6 de abril.

No que se refere a existência de regadios tradicionais no território concelhio, em articulação com a CCDD-C (extinta DRAP-C) (2023), a entidade chama a atenção para a necessidade de uma estratégia para a recuperação dos regadios tradicionais que apresentam um estado de degradação considerável, sendo necessário obras de reabilitação com vista à redução das perdas de água, à melhoria da eficiência do seu uso; à melhoria das condições de vida e de trabalho dos regantes. A recuperação destes regadios reveste-se de grande importância na luta contra a desertificação dos territórios, para a preservação da paisagem e para a manutenção de zonas tampão à progressão dos fogos rurais.

A EEM tem por objetivos a proteção e a valorização da qualidade ambiental do território do concelho e constitui um sistema transversal à classificação e qualificação do solo. Na proposta agora apresentada (ver Planta de Ordenamento II - Salvaguardas), desdobra-se em dois níveis: estrutura ecológica fundamental e estrutura ecológica complementar. A estrutura ecológica fundamental é constituída pelos valores fundamentais ao suporte

do sistema ecológico e cuja preservação é fundamental para o funcionamento sustentável do território, devendo por isso ser restrita à valorização dos recursos naturais. Integra as seguintes componentes:

- Áreas integrantes da categoria de espaços naturais e paisagísticos, onde se incluem as áreas afetadas aos habitats prioritários de Rede Natura 2000 (RN2000);
- Leito e margens das águas fluviais que constituam cursos de água permanentes;
- Os seguintes elementos constituintes da estrutura ecológica urbana:
  - i) Espaços verdes identificados na Planta de Ordenamento I;
  - ii) Leitões dos cursos de água situados no interior do solo urbano e os seus troços que constituam limite deste.

A estrutura ecológica complementar é constituída por valores ecológicos que não foram incluídos na estrutura ecológica fundamental, e integra as seguintes componentes:

- As restantes áreas da RN2000 (habitats não prioritários) não integradas na estrutura ecológica fundamental;
- Áreas integradas nos corredores ecológicos estabelecidos no PROF CL não incluídas na estrutura ecológica fundamental;
- Áreas integradas no regime florestal não incluídas na estrutura ecológica fundamental;
- Áreas afetadas à REN não incluídas na estrutura ecológica fundamental;
- Áreas afetadas à RAN não incluídas na estrutura ecológica fundamental.

Destaca-se que a EEM final proposta abrange toda a componente da REN, abrangendo também o domínio hídrico, isto é, o leito e as margens das águas fluviais, dado que assumem uma função crucial como áreas de conexão intrínsecas ao território concelhio.

Conclui-se que, em geral, a manutenção e proteção dos recursos naturais existentes no concelho encontra-se pertinente, através dos vários condicionalismos e medidas necessárias para a salvaguarda das áreas sensíveis. Contudo, merecem cautela algumas atividades admitidas em áreas sensíveis, como a construção e instalação de aproveitamentos de recursos energéticos, os quais são admissíveis em caso de interesse público reconhecido pelas entidades de tutela competentes para o efeito e desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats afetados pelas mesmas (nos restantes casos). Assim, como deve-se conter a expansão de áreas edificáveis em conflito com habitats naturais identificados no concelho.

### **Recursos Florestais**

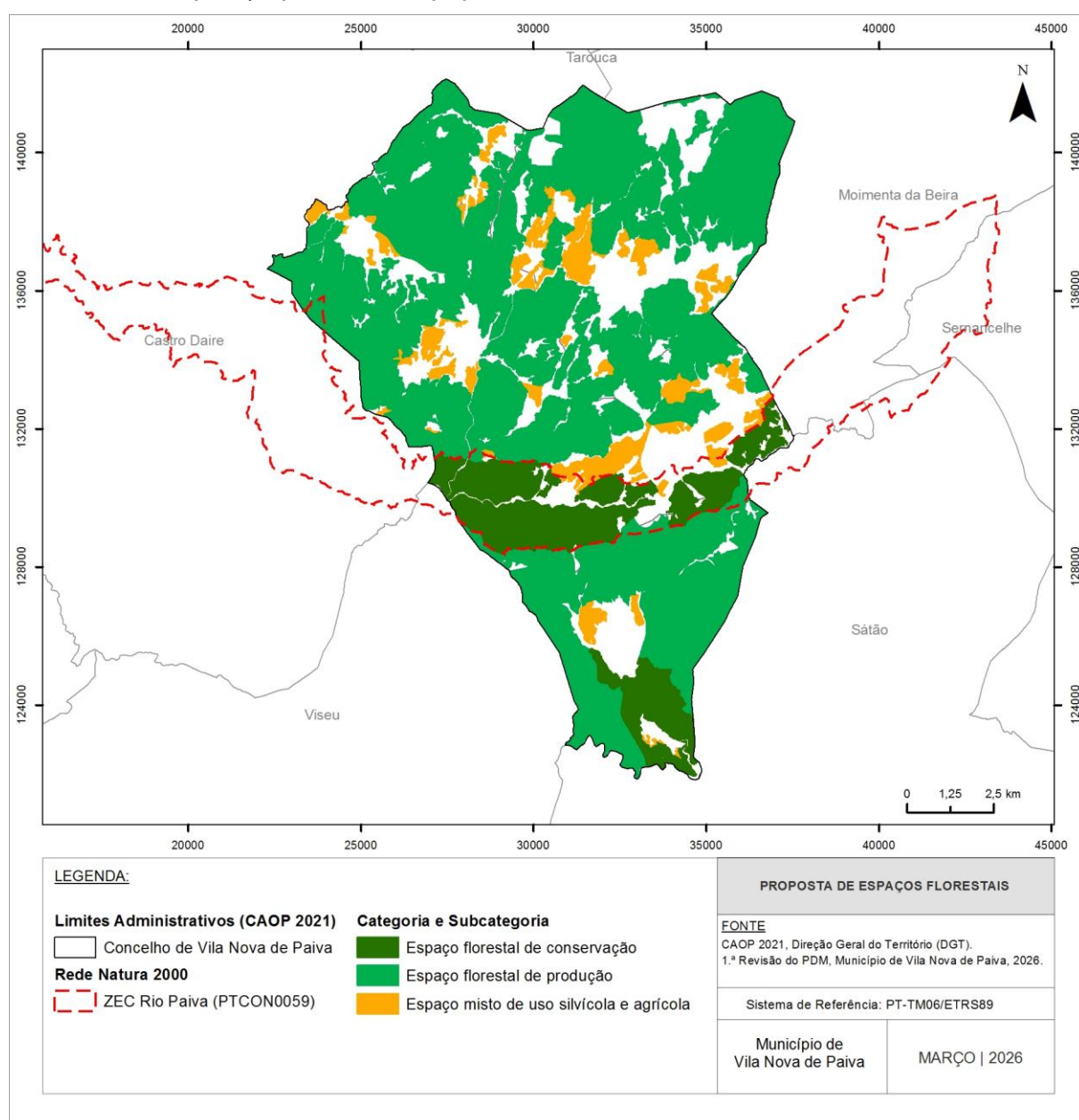
A proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva implementa a categoria de espaços florestais, que integram as áreas do território concelhio particularmente vocacionadas para os usos florestais, constituindo dessa forma os seus usos dominantes. Destinam-se, para além da sua função de preservação do equilíbrio ecológico e de valorização paisagística, a promover a produção florestal e as atividades associadas a esta, no quadro das orientações estabelecidas no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL).



Os espaços florestais subdividem-se em:

- **Espaços florestais de conservação** – correspondem às áreas de uso ou vocação florestal integradas nas áreas da Rede Natura 2000 não incluídas na categoria de espaços naturais e paisagísticos;
- **Espaços florestais de produção** – correspondem às áreas de uso ou vocação florestal destinadas ao aproveitamento do potencial produtivo nos termos autorizados pelas entidades de tutela;
- **Espaços mistos de uso silvícola e agrícola** – correspondem às áreas agroflorestais, em que os usos silvícolas, silvopastoris e agrícolas ocorrem de forma alternada e são funcionalmente complementares, integrando como usos dominantes, a par do uso florestal, os usos silvopastoris e agrícolas.

**Mapa 12 | Espaços florestais propostos na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**





A proposta dos espaços florestais da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, maioritariamente corresponde a espaços florestais de produção (cerca de 78,3% da área florestal), evidenciando desta forma a importância que a atividade florestal de produção possui no território. Seguido dos espaços florestais de conservação com cerca de 13,4% da área florestal) e os espaços florestais mistos de uso silvícola e agrícola (cerca de 8,3% da área florestal).

Diante da evolução da proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, verifica-se uma diferença considerável nas áreas florestais propostas no ano de 2022 para a atual proposta, o qual importa mencionar que a atual proposta dos espaços florestais foi delimitada a partir de informação observada de ortofotomapas (ano de referência: 2021), de modo a retratar melhor a atual ocupação do solo e planear em conformidade o território.

Ainda, enfatiza-se a representatividade do Regime Florestal para a delimitação dos espaços florestais, já que se tratam de áreas comunitárias de uso florestal de grande importância no concelho. Então 92,4% da área sujeita a regime florestal no concelho está inserido em espaços florestais na proposta de ordenamento, sendo que dentro destes: 85,3% está incluído em espaços florestais de produção e 6,8% em espaços florestais de conservação. Foi uma opção de ordenamento desta proposta, inserir maioritariamente as áreas de baldio em espaços florestais de produção, visando assegurar a viabilidade económica e a gestão ativa do território. Esta classificação permite que a exploração florestal sustentável atue como motor para a manutenção da paisagem, garantindo a limpeza dos terrenos e a resiliência contra incêndios rurais. Paralelamente, a integração das áreas de baldio em espaços de conservação complementa esta estratégia, criando um mosaico que concilia o rendimento económico com a salvaguarda de serviços dos ecossistemas vitais, como a regulação hídrica, e a fixação e conservação do solo, especialmente em áreas de maior declive.

Referente a área florestal de conservação, corresponde às áreas localizados junto do rio Paiva, classificadas como Rede Natura 2000, evidenciando desta forma a importância do valor natural e biodiversidade no concelho.

Diante das alterações na metodologia de delimitação dos espaços florestais resultado da evolução da proposta do Plano, verifica-se um aumento considerável das áreas florestais de produção e das áreas florestais de conservação, respetivamente, 95,4% e 82,6%, em relação a proposta apresentada do ano de 2022 (versão 2022: 5.395,48ha de espaços florestais de produção e 986,08ha de espaços florestais de conservação) e redução de - 86,2% da categoria de espaços florestais misto de uso silvícola e agrícola (versão 2022: 8.033,93ha).

A proposta apresenta a importância que a atividade florestal e silvícola apresenta para o desenvolvimento do território paivense. Contudo, deve-se referir a importância da gestão e manutenção destas áreas a fim de reduzir a simplificação do povoamento vegetal, como por exemplo de áreas extensas de monoculturas, como por exemplo de pinheiro-bravo, mas tendo a possibilidade de investir em outras espécies florestais, resultando assim, também na prevenção da ocorrência e propagação de incêndios rurais.

Ainda, importa referir a presença de áreas edificáveis em localidades/proximidades com habitats naturais, o que aumenta a preocupação com a conservação dessas áreas, devendo contar com orientações específicas. Exemplo disto são as orientações específicas para áreas de Charnecas secas europeias (4030), como: efetuar gestão por fogo controlado e impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar existentes. Importa referir que como orientações gerais para as áreas de conservação, estão:

- Adotar medidas para redução do risco de incêndio;
- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;

- Adotar práticas silvícolas específicas;
- Promover a regeneração natural;
- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;
- Condicionar drenagem;
- Salvaguardar de pastoreio.

No Quadro 14 são apresentados os usos complementares e compatíveis com os espaços florestais.

**Quadro 14 | Usos complementares e compatíveis nas subcategorias dos espaços florestais**

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS – ESPAÇOS FLORESTAIS		
		de Conservação	de Produção	Espaços mistos de uso silvícola e agrícola
<b>Usos complementares</b>	Atividades agrícolas	x	x	
	Atividades pecuárias	x	x	x
	Atividades silvopastoris	x	x	
	Ações, atividades, usos e intervenções de salvaguarda e valorização das potencialidades do solo rústico	x	x	x
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz	x	x	x
<b>Usos compatíveis</b>	Exploração de recursos geológicos	x	x	x
	Implantação ou instalação de infraestruturas territoriais	x	x	x
	A construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis	x	x	x
	A instalação de depósitos a céu aberto destinados a materiais decorrentes de atividades admitidas no solo rústico		x	x
	A instalação de depósitos e edifícios para armazenamento, manipulação ou produção de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos		x	x
	A instalação de unidades autónomas de gás (UAG) destinadas a apoiar atividades agrícolas e/ou agropecuárias		x	x
	A instalação de postos de abastecimento público de combustíveis quando destinados a servir diretamente uma via integrada na rede rodoviária principal ou na rede rodoviária complementar			x
	Os empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural, quando construído de raiz, ou estabelecimento		x	

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS – ESPAÇOS FLORESTAIS		
		de Conservação	de Produção	Espaços mistos de uso silvícola e agrícola
	hoteleiro			
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística		x	
	Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais			x
	A construção e utilização de edifícios destinados à transformação dos produtos agrícolas, florestais ou pecuários			x
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural construído de raiz, estabelecimento hoteleiro e parque de campismo e de caravanismo			x
	Instalação de campos de férias			x
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística			x
	Instalação de campos de golfe			x
	Construção e utilização de equipamentos públicos ou de interesse público			x
	Construção e utilização de edifícios destinados a habitação de tipologia unifamiliar			x

Fonte: Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2026.

Para além das normas definidas na categoria de espaços florestais, há que ter em consideração as servidões e restrições de utilidade pública relativas aos recursos florestais. Assim, nos espaços florestais de conservação, os usos especiais compatíveis (exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos, implantação ou instalação de infraestruturas, e construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis) apenas são admissíveis em caso de interesse público reconhecido pelas entidades de tutela competentes para o efeito e desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats afetados pelas mesmas (nos restantes casos). Ainda, no caso da construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis, deve-se considerar não existir outra alternativa de localização fora desta subcategoria de espaço.

Os povoamentos de azinheira e de sobreiro, são protegidos com base no Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho. Decorrente da legislação vigente, a importância que os povoamentos destas espécies representam na paisagem, do seu contributo para a biodiversidade dos ecossistemas e para a sustentabilidade e autenticidade do território, é de inequívoca importância a identificação e delimitação destas áreas com o objetivo de ajudar na gestão e fiscalização do território, salvaguardando a manutenção e continuidade destas espécies e o seu contributo para o mosaico paisagístico e ecológico do território.

Também, os povoamentos de azevinho, apesar de serem poucos os locais onde são encontrados, importa ressaltar que são protegidos pelo Decreto-Lei n.º 423/1989 de 4 de dezembro, o qual proíbe, em todo o território do continente, o arranque, o corte total ou parcial, o transporte e a venda do azevinho espontâneo *Ilex aquifolium* L., também conhecido por pica-folha, visqueiro ou zebro.

Com efeito, para todas as classes de uso do solo deverá ser cumprida a legislação protecionista de sobreiro, de azinheira e do azevinho, obrigando qualquer intervenção à verificação prévia de existência de povoamento e núcleos de elevado valor ecológico, da ocorrência de povoamentos ardidos nos últimos 25 anos ou de cortes de conversão ilegais.

Sobre as áreas ocupadas por eucaliptais, a proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva incorpora as medidas advindas do Regulamento do PROF-CL, assim, para efeitos de aplicação do respetivo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho na sua redação atual, o limite máximo de área a ocupar por espécies do género *Eucalyptus* spp. no concelho de Vila Nova de Paiva é de 220ha, conforme é disposto no regulamento da proposta em seu anexo IV.

Por fim, entende-se que a proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva promove um ordenamento e qualificação do espaço florestal adequado, contudo, importa referir que os usos compatíveis devem ser acautelados, principalmente nos usos admitidos nos espaços florestais de conservação, a fim de melhorar a conservação dos habitats naturais, consequentemente a conservar a biodiversidade e melhorar os serviços dos ecossistemas.

## **Paisagem**

No que respeita à implementação da Convenção do Conselho da Europa sobre a Paisagem, foram identificadas as unidades de paisagem do concelho. Estas unidades serviram de base para um conjunto de ações que visam a proteção do património natural do concelho, tendo sido assim um aspeto positivo na proposta do plano. Num futuro próximo, o concelho deverá dar continuidade a este estudo que é de extrema importância para a valorização dos valores naturais, com a definição de objetivos e estratégias para cada unidade de paisagem.

A fruição, a observação e interpretação da paisagem em contexto livre são atividades cada vez mais valorizadas, facto que decorre de importantes mudanças sociais e culturais, em articulação com a promoção da atividade física, o bem-estar e a imagem individual, assim como um conjunto alargado de intervenções territoriais. Desta forma, o concelho tem de criar condições para a proteção e valorização dos trilhos de interpretação paisagística, através da publicação de guias, investir na sinalização e limpeza dos percursos. Esta promoção irá beneficiar o turismo do concelho, com a atração de visitantes que consequentemente incentivará a economia local, através da pernoita nos estabelecimentos e alojamentos turísticos e consumo de produtos regionais.

Importa ainda referir que a manutenção dos principais valores paisagísticos de Vila Nova de Paiva é assegurada através da classificação de espaços naturais e paisagísticos e pelos espaços florestais de conservação. Para além disso, importa destacar que as operações urbanísticas devem sempre ter em consideração a integração paisagística das mesmas.

A valorização paisagística é igualmente assegurada pela categoria de espaços verdes, que integra parques, jardins e outras áreas de coberto vegetal relevante, cujas características lhe conferem um papel estruturante no território urbano e destinam-se a usos recreativos, desportivos e culturais.

Importante destacar que o Parque Botânico Arbutus do Demo, um dos projetos emblemáticos do concelho de Vila Nova de Paiva, o qual abrange as áreas de ambiente, lazer, turismo e científico-cultural, foi abrangido pela categoria de espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações (solo rústico). O projeto do Parque Botânico *Arbutus do Demo* foi pensado e criado no antigo Viveiro Florestal de Queiriga, visando reconstruir a paisagem natural e antropogénica das terras altas do Paiva, o qual abrange também diferentes espécies botânicas, dispostas por famílias, usos etnobotânicos e industriais, propriedades medicinais e características aromáticas.

Por fim, a EEM constitui, entre outras, as áreas que em virtude das características paisagísticas têm por função contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização paisagística dos espaços rústicos e urbanos. Como tal, são definidos critérios de regulamentação/regulação do uso do solo nestas áreas, conforme referido anteriormente.

## 6.2. FCD COESÃO TERRITORIAL

### 6.2.1. Situação Atual

#### Ocupação do solo

Nos últimos anos, tem-se assistido a um decréscimo do número de habitantes em Vila Nova de Paiva. Em 2021, residiam no concelho 4.662 indivíduos, sendo que em 2011 esse valor era de 5.176 indivíduos, o que representa uma diminuição significativa entre 2011 e 2021 de 9,9% (diferença de 514 indivíduos). Ao mesmo tempo, tem-se registado igualmente uma diminuição da população residente nas unidades territoriais onde se insere o concelho de Vila Nova de Paiva, embora de forma menos acentuada.

**Quadro 15 | Evolução da população residente do concelho de Vila Nova de Paiva e das NUT em que se insere**

Unidade Territorial	População Residente (N.º)		Variação Relativa (%)
	2011	2021	
Região Centro	2.327.755	2.227.567	-4,3%
Sub-região Viseu Dão Lafões	267.633	252.793	-5,5%
<b>Concelho de Vila Nova de Paiva</b>	<b>5.176</b>	<b>4.662</b>	<b>-9,9%</b>

*Fonte: XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.*

De acordo com os últimos Censos, a população residente do concelho está maioritariamente concentrada na freguesia sede do concelho (Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas) com 1.887 indivíduos em 2021, seguido da freguesia de Vila Cova à Coalheira com 940 indivíduos, freguesia limítrofe da sede do concelho. Contudo, importa referir que em todas as freguesias do concelho no período analisado foram registados decréscimos populacionais, tendo sido registado principalmente na freguesia de Vila Cova à Coalheira e Touro, respetivamente com -15,2% e -10,8%.

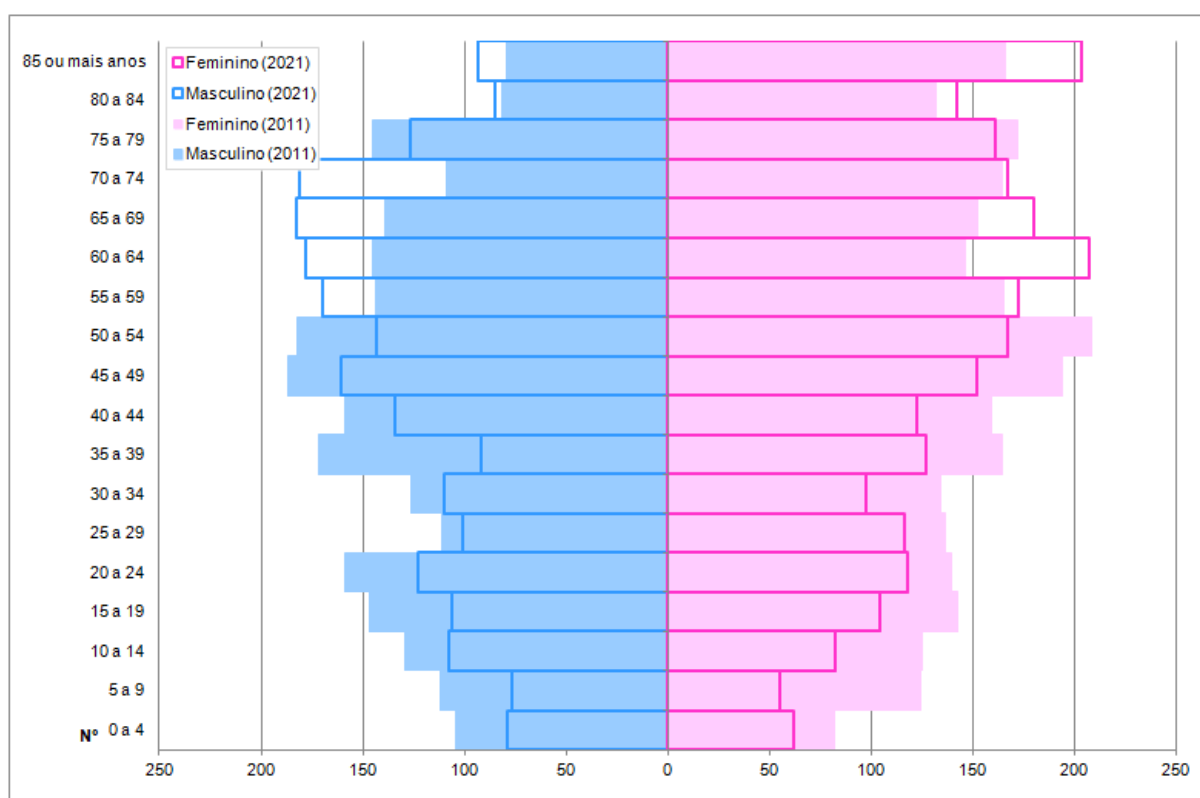
**Quadro 16 | População residente nas freguesias do concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2011 e 2021**

Unidade Territorial	População Residente (N.º)		Variação Relativa (%)
	2011	2021	
Pendilhe	546	493	-9,7%
Queiriga	575	523	-9,0%
Touro	918	819	-10,8%
Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	2.028	1.887	-6,9%
Vila Cova à Coelheira	1.109	940	-15,2%

Fonte: XV e XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística.

Em termos de grupo etário, o concelho de Vila Nova de Paiva evidencia uma tendência de envelhecimento populacional no concelho. O Gráfico 1 demonstra que houve um aumento do número de residentes com mais de 55 anos e um decréscimo considerável nas classes etárias mais jovens, o que implica em maiores atenções aos planeamentos municipais.

**Gráfico 1 | Pirâmide etária da população residente no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2011 e 2021**



Fonte: Censos 2011 e 2021, Instituto Nacional de Estatística.

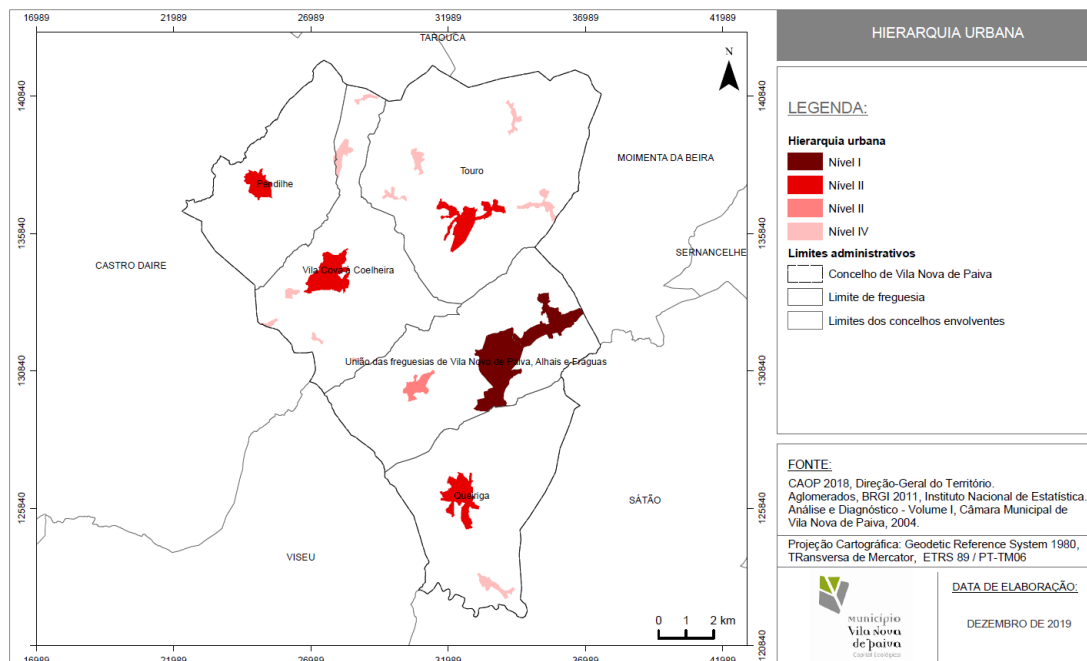
Em termos de estrutura urbana, o concelho de Vila Nova de Paiva possui duas vilas: Vila Nova de Paiva (situada na freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas), e Vila Cova à Coelheira (na freguesia de mesmo nome).

A freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (sede do concelho) concentra na sua malha urbana os principais equipamentos e serviços do concelho, para além do loteamento industrial de Vale de Forno, conferindo-lhe a classificação de centro urbano complementar no subsistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão, pelo PROT-C (Estudos de Caracterização, Município de Vila Nova de Paiva, 2025).

De acordo com os Estudos de Caracterização (Município de Vila Nova de Paiva, 2025), a rede urbana do concelho de Vila Nova de Paiva constitui-se por 24 aglomerados urbanos, que se distribuem de forma homogénea pelo território, em especial junto dos principais cursos de água e nas áreas de menor altitude e declive e junto das principais vias de comunicação do concelho. São definidos quatro níveis hierárquicos dos centros urbanos do concelho de Vila Nova de Paiva, sendo eles:

- Nível I – abrange os núcleos de Vila Nova de Paiva e Alhais, considerados como um único centro urbano, pela sua proximidade e consequente definição do perímetro urbano. Constitui o centro administrativo local e polarizador de todo o funcionamento municipal;
- Nível II – abrange Vila Cova à Coelheira, Queiriga, Pendilhe e Touro/Cerdeira, que correspondem às restantes sedes de freguesia, estrategicamente localizadas no território concelhio;
- Nível III – constituído pelo centro urbano de Fráguas, que pelas suas características demográficas e funcionais, foi colocado num nível isolado dos restantes. Desempenha funções centrais estritamente locais;
- Nível IV – integra os centros que à data possuíam mais de 100 habitantes (Lousadela, Póvoa e Carvalha) e todos os restantes centros, com diminuta ou nula importância funcional.

**Mapa 13 | Hierarquia urbana do concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

À luz do PDM em vigor de Vila Nova de Paiva (1.<sup>a</sup> geração), o território do concelho foi dividido em seis áreas de ocupação do solo, nomeadamente: espaço urbano; espaço agrícola; espaço florestal; espaço industrial; comunicações viárias e espaços canais; e espaço natural (Artigo 24.º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva).

Focando a análise no solo urbano, os espaços urbanos definidos pelo PDM em vigor, tratam-se de áreas onde o solo natural já se encontrava transformado através de urbanização e edificações de várias tipologias e usos, ainda que eram genericamente servidos por infraestruturas urbanas (acessos, rede elétrica, sistema público de abastecimento de água, sistemas completos de saneamento e sistemas de depuração).

O solo urbano do PDM em vigor destina-se a ser ocupado por usos de tipo habitacional e integram diversas outras funções e instalações, que deverão ser compatíveis com a função habitacional. Assim, o solo urbano subdivide-se em:

- **Vila Nova de Paiva (espaço urbano I):** área geográfica que deverá ser prioritariamente considerada para o crescimento urbano, com características tipológicas diferenciadas e deverá conter em sua totalidade a presença de infraestruturas urbanas, bem como uma maior intervenção municipal. Referente ao espaço urbano I, caracterizado por uma concentração de funções urbanas, diferencia-se as seguintes zonas de ocupação, que deverão ser explicitadas e pormenorizadas através de um plano de urbanização ou plano de pormenor:
  - a) Zonas residenciais: destinadas predominantemente à habitação e equipamentos, atividades e serviços terciários complementares (e.g. instalações culturais, recreativas, comerciais e produtivas), ainda, é permitida a manutenção e instalação de unidades hoteleiras, restaurantes ou similares, bem como estabelecimentos artesanais e unidades industriais não poluidoras compatíveis com a habitação (Artigo 27.º do Regulamento do PDM em vigor);
  - b) Zonas industriais: deve existir um afastamento mínimo entre as zonas residenciais e de equipamentos e as zonas industriais de 50 m, no caso de indústrias de classe A e B, a obrigação será de um afastamento mínimo de 100 m. Ainda para estas zonas, destaca-se que os efluentes industriais de qualquer natureza somente poderão ser lançados na rede pública ou nas linhas de drenagem natural, após serem submetidos a pré-tratamento ou estiverem ligados a uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) com capacidade de tratamento suficiente (Artigo 28.º do Regulamento do PDM em vigor);
  - c) Zonas verdes: caracterizadas pela elevada expressão do coberto vegetal existente e/ou projetado e por um valor patrimonial na composição paisagística, além de contribuir como elementos de recreio e lazer, de proteção e de composição paisagística, subdivide-se em zonas verdes de uso público e áreas agrícolas e de proteção (Artigo 30.º a 32.º do Regulamento do PDM em vigor);
  - d) Zonas de equipamento: destinados exclusivamente à instalação de equipamentos de interesse público e utilização coletiva (Artigo 33.º do Regulamento do PDM em vigor).
- **Outros Aglomerados (espaço urbano II):** composto pelos restantes aglomerados do concelho, constituem espaços urbanos de dimensão demográfica similar ou inferior comparado a Vila Nova de Paiva e complementares em relação à sede do concelho no ordenamento da rede urbana. Destaca-se

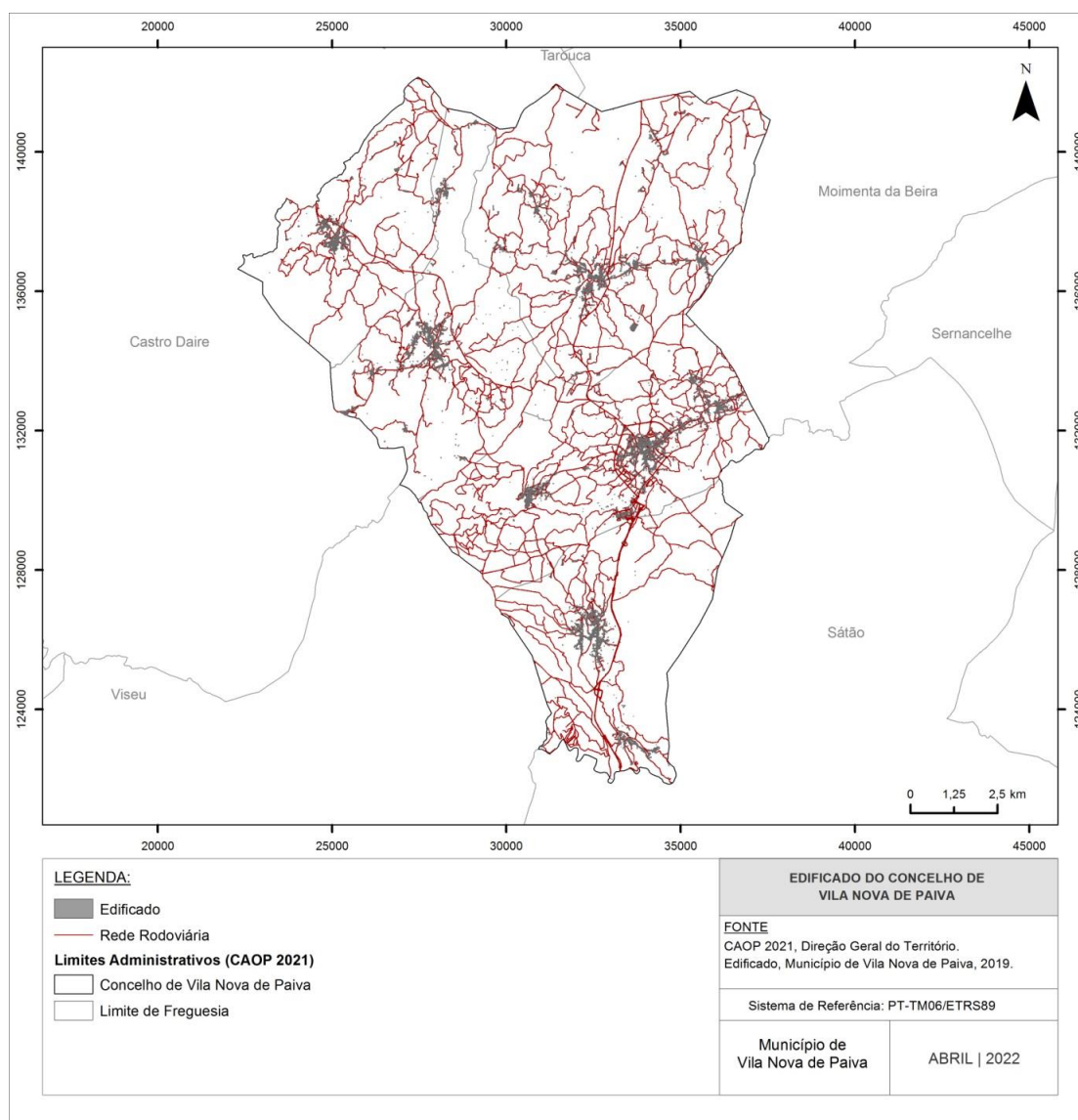


que os aglomerados abrangem zonas de uso dominante residencial e deve verificar a existência da totalidade das infraestruturas urbanas.

De modo geral, percebe-se que através da distribuição populacional no território concelhio, a sede do concelho como planeado no PDM em vigor houve uma maior concentração da população na Vila Nova de Paiva e freguesias mais próximas desta, o qual apresentam mais estruturas urbanísticas e melhor qualidade de vida.

Em termos de parque habitacional, e de acordo com os dados definitivos dos Censos 2021, Vila Nova de Paiva possui 4.375 edifícios, o que representa uma subida significativa (5,4%) face aos valores de 2011. Em termos de distribuição territorial, verifica-se que as freguesias que apresentaram maiores acréscimos de edificados entre os anos intercensitários foram Pendilhe (13,0%), Queiriga (6,2%) e Touro (4,6%), o que demonstra uma descentralização do edificado na sede do concelho, o qual apresenta o maior número de edifícios com 1.501 edifícios em 2021.

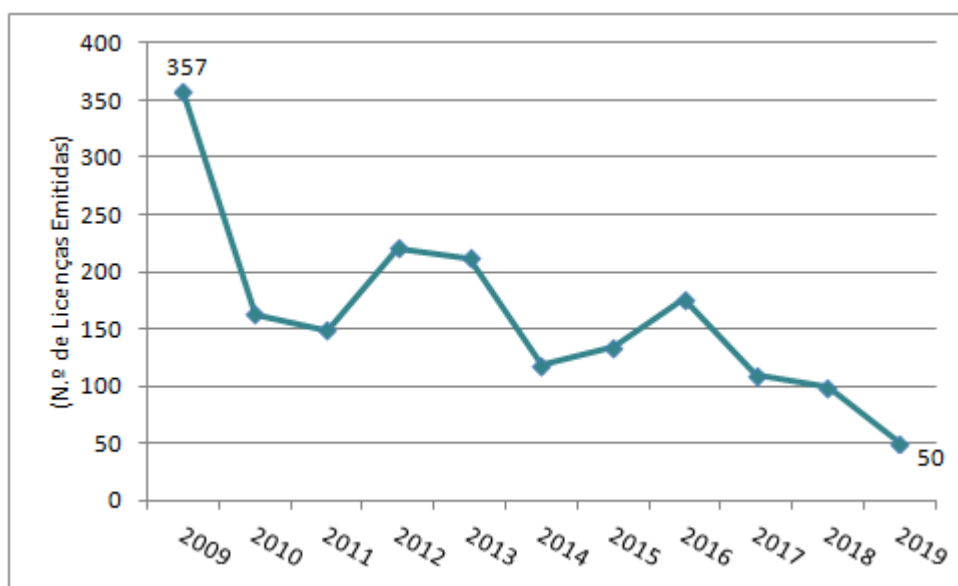
**Mapa 14 | Distribuição do edificado no concelho de Vila Nova de Paiva**



O concelho apresenta um padrão de povoamento disperso, relacionado diretamente com a malha viária pré-existente. Este crescimento disperso é consequência de uma maior mobilidade criada com a rede viária e a um aumento de poder financeiro, que tem levado a um acréscimo significativo de procura de alternativas e, em consequência, ao aumento da oferta de habitações, com níveis de conforto superiores às casas agrícolas.

Referente às licenças de construção no concelho, dados municipais apresentados no Gráfico 2 demonstram uma redução de 86,0% no número de licenças emitidas pelo concelho entre 2009 e 2019, o qual o ano de 2009 apresentou o maior número de licenças emitidas (357 licenças), enquanto o ano de 2019 registou o menor número de licenças emitidas (50 licenças).

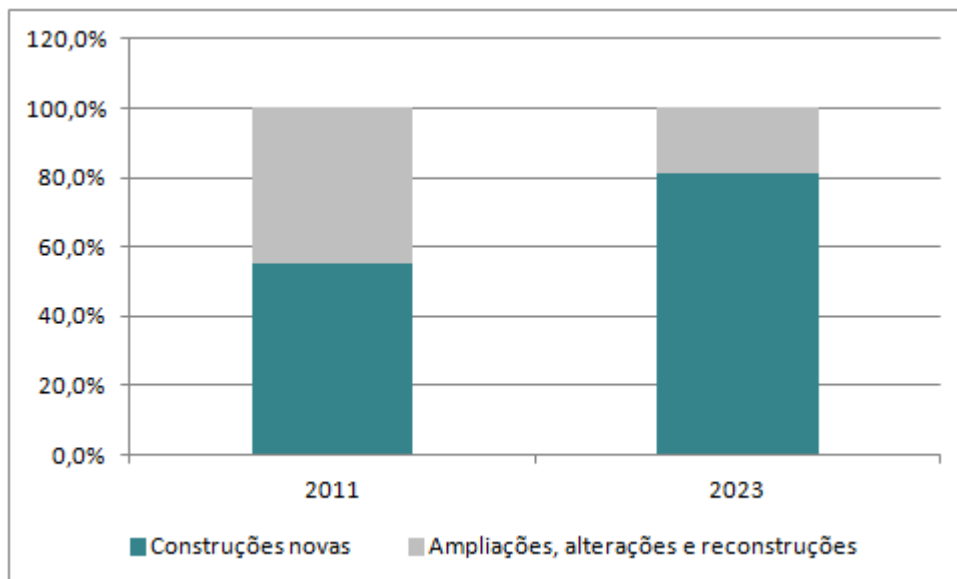
**Gráfico 2 | Edifícios licenciados no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2009 e 2019**



Fonte: Município de Vila Nova de Paiva, 2019.

Quanto ao número de edifícios licenciados por tipo de obra, verifica-se que em 2011 e 2023 predominaram as construções novas, sendo que no ano de 2023, a proporção de construções novas foram superior, correspondendo a 81,3% das obras de edificação, enquanto que em 2011, eram 55,3% das obras de edificação, o que justifica o recente aumento do número de edifícios nas demais freguesias que não a sede do concelho.

**Gráfico 3 | Edifícios licenciados por tipo de obra em 2011 e 2023**



Fonte: Inquéritos aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística.

Visto que o concelho de Vila Nova de Paiva apresenta como eixo estratégico a consolidação e qualificação do sistema urbano, verifica-se a necessidade de identificar projetos de regeneração e revitalização de áreas estratégicas do concelho. Neste contexto, identificam-se as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) delimitadas no concelho:

- **Centro da Vila de Vila Nova de Paiva**, que abrange uma área de cerca de 32,8 ha, e incide no designado centro histórico da vila. Para além de se constituir como uma área onde predomina a função residencial, concentra ainda um conjunto significativo de espaços comerciais e de equipamentos coletivos (públicos e privados), que conferem a esta área um carácter polarizador da urbanidade da sede de município, e assim geradora de diversas dinâmicas e fluxos de pessoas.
- **Alhais**: com uma dimensão de 23,57 ha, abrange o núcleo antigo de Alhais, de importância patrimonial, situado nas proximidades da igreja matriz e cujo povoamento foi feito ao longo dos tempos em torno de um largo central, onde se situa o cruzeiro e os edifícios de feição mais erudita, abrangendo ainda, em continuidade para noroeste, o aglomerado populacional de Alhais de Cima. Caracteriza-se pela existência de ruas estreitas e casario de carácter tradicional, sobre as quais importa, fundamentalmente, inverter tendências de degradação, que colocam em causa a sua imagem, atratividade e qualidade de vida da população.
- **Fráguas**: com uma dimensão de 7,59 ha, incide no designado centro histórico (ou antigo) de Fráguas, albergando um conjunto notável de imóveis arquitetónicos, que pela sua integração na paisagem e valor histórico, constitui um núcleo de importância patrimonial. Pelas suas características demográficas e funcionais, este núcleo desempenha funções centrais estritamente locais, mas que importa dinamizar, valorizar e revitalizar, através de ações integradas de reabilitação urbana, numa lógica de coesão e equilíbrio territorial.
- **Queiriga**: com uma dimensão de 41,63 ha, desenvolve-se ao longo das principais vias de comunicação que o interseitam, o núcleo antigo de Queiriga, abrangido pela presente delimitação, apresenta uma

malha densa e de estrutura linear, constituída por ruas estreitas e por um casario de cariz tradicional. Este núcleo apresenta funções de centralidade local, relevando-se, principalmente, pela função residencial.

- **Pendilhe:** com uma dimensão de 25,15 ha, abrange o núcleo antigo de Pendilhe, situado numa zona propícia ao desenvolvimento agrícola, apresentando uma estrutura irregular, resultante do declive onde se localiza. Este núcleo apresenta funções de centralidade local, relevando-se, principalmente, pela função residencial.
- **Touro:** com uma dimensão de 16,28 ha, está implantada a norte do rio Côvo, num local propício à ocupação humana, e caracteriza-se por uma malha urbana compacta, apresentando um desenho urbano orgânico, que se desenvolve ao longo da sua via principal. Com ruas tendencialmente estreitas e construção de carácter tradicional, a área delimitada assume, sobretudo, função residencial.
- **Vila Cova à Coelheira:** com uma dimensão de 40,65 ha, abrange o núcleo antigo de Vila Cova à Coelheira, constituído por dois núcleos distintos, que se desenvolvem em torno da igreja matriz e do largo do pelourinho. Com uma localização estratégica no território concelhio, a área delimitada apresenta um papel de polarizadora de serviços, embora se releve, principalmente, pela função residencial.

Estes instrumentos revelam-se de particular importância para a execução do PDM uma vez que, estabelecendo objetivos comuns aos previstos para o presente plano, beneficiam de ferramentas e mecanismos financeiros específicos que permitem efetivar as ações e os programas definidos.

A seguir apresenta-se um resumo geral dos valores previstos para a reabilitação urbana no concelho para a próxima década.

**Quadro 17 | Investimento global e por eixo temático, previstos para as ORU**

EIXO TEMÁTICO	INVESTIMENTO
I - Edifícios	1 525 972,32 €
II - Infraestruturas	520 000,00 €
III - Equipamentos	3 605 954,53 €
IV – Espaços urbanos e verdes de utilização coletiva	933 000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 584 926,85 €</b>

### **Acessibilidade e transportes**

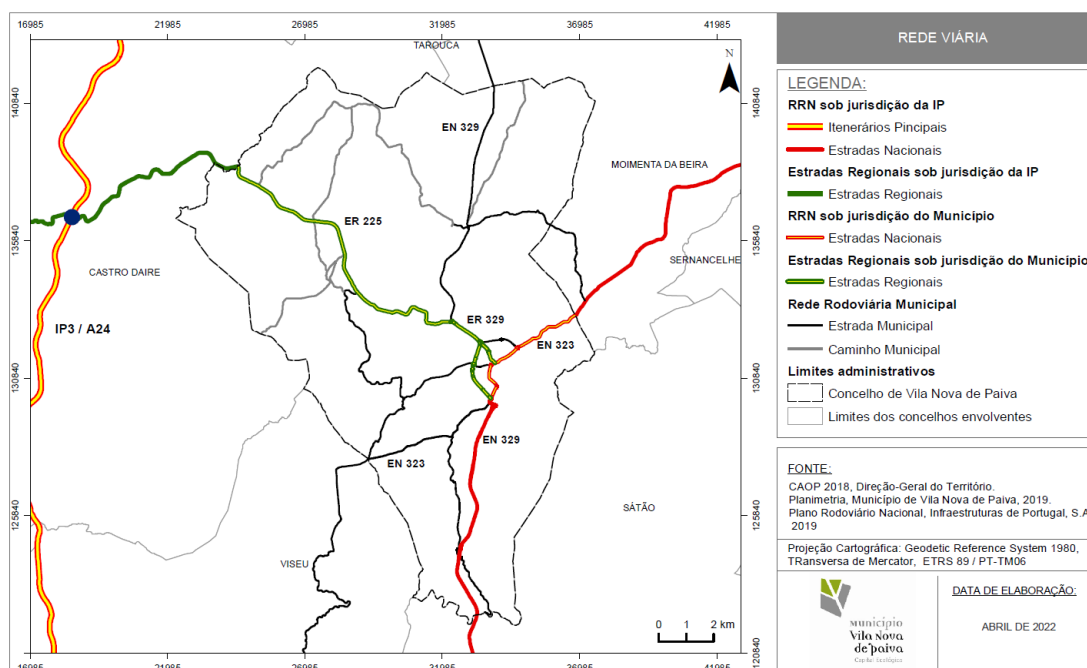
A rede rodoviária do concelho de Vila Nova de Paiva é constituída por vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente por estradas nacionais (EN) e estradas regionais (ER), sendo as seguintes:

- Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição da IP
  - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais)
    - EN 329, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da antiga EN 323) a Queiriga – Sátão – Penalva do Castelo e por consequente à A25/IP5.

- **Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição do Município**
  - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
    - EN 323, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN 329) ao concelho de Moimenta da Beira (entroncamento da EN 222);
  - Estradas Regionais (ER) sob gestão do Município
    - ER 225, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da ER 329) a Castro Daire e cumulativamente ao IP3/A24;
    - ER 329, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento com a EN323) à ER 225.

Integradas na rede rodoviária municipal, encontra-se um conjunto de estradas e caminhos municipais que desempenham um papel estruturante na organização da circulação rodoviária e dos transportes. Dentro desta rede, destaca-se a variante à EN 329 que circunda a sede de concelho, assim como o troço da EN 329 que liga Vila Nova de Paiva a São João de Tarouca, que integrou o domínio municipal por força da aplicação do PRN, assim como o troço da EN 323 entre Vila Nova de Paiva e o concelho de Viseu.

**Mapa 15 | Rede viária do concelho de Vila Nova de Paiva**

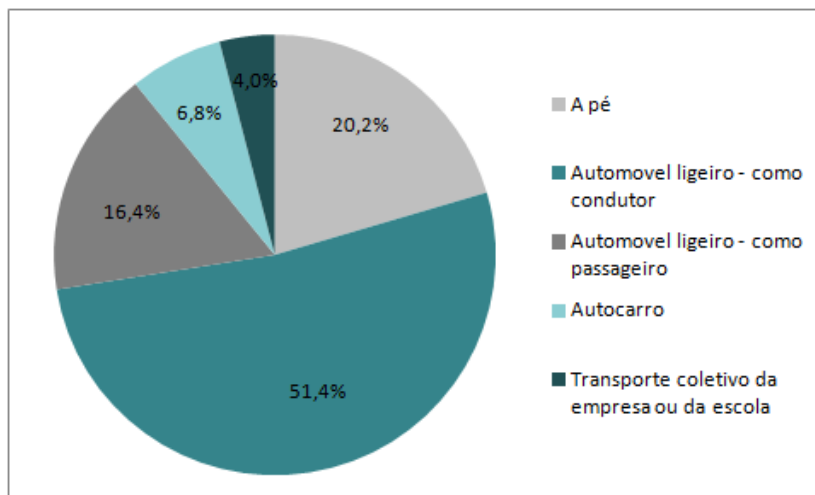


Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

Em termos de movimentos pendulares, o Gráfico 4 apresenta que o meio de transporte mais utilizado no concelho de Vila Nova de Paiva, em 2021, é o automóvel motorizado (67,8%), sendo que maioritariamente trata-se de carros particulares (como condutor). Destaca-se que o aumento da mobilidade das pessoas com

transportes motorizados é uma característica resultante de uma maior facilidade de acesso a estes. As outras formas de deslocamentos mais utilizadas no concelho trata-se de deslocamentos a pé (20,2% da população) e seguido da utilização do autocarro com 6,8% da população.

**Gráfico 4 | Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho de Vila Nova de Paiva em 2021**



Fonte: Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística.

Segundo os dados dos Censos 2021 (INE), verifica-se que em Vila Nova de Paiva 18,25% da população saem do concelho para realizar suas atividades diárias e 11,33% da população entram no concelho para realizarem suas atividades, registando que as populações do concelho mais saem por motivos de trabalho e/ou estudo do que entram no concelho. Quando comparado com os outros concelhos pertencentes a unidade territorial de Viseu Dão Lafões, o concelho de Oliveira de Frades, Mangualde e Vouzela eram os que mais registavam entrada de população nos concelhos para trabalho e/ou estudo, respetivamente, 19,76%, 15,94% e 15,87%.

**Quadro 18 | Proporção da população residente que entra e sai da unidade territorial (movimentos pendulares) em 2021**

Unidade Territorial	População Residente em Movimentação	
	Entra no Concelho (%)	Sai do Concelho (%)
Região Centro	2,51	4,33
Sub-região Dão Lafões	2,77	5,62
Aguiar da Beira	12,01	12,58
Carregal do Sal	14,26	16,41
Castro Daire	6,29	12,59
Mangualde	15,94	16,26
Nelas	14,96	18,02
Oliveira de Frades	19,76	17,50

Unidade Territorial	População Residente em Movimentação	
	Entra no Concelho (%)	Sai do Concelho (%)
Penalva do Castelo	7,85	18,98
Santa Comba Dão	8,49	21,39
São Pedro do Sul	7,25	15,50
Sátão	6,88	19,36
Tondela	12,92	14,59
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>11,33</b>	<b>18,25</b>
Viseu	11,20	10,90
Vouzela	15,87	22,03

Fonte: Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística.

Verifica que todos os concelhos da unidade territorial Viseu Dão Lafões possuem população empregada ou que estuda no concelho de Vila Nova de Paiva (apresentados no Quadro 19), sendo que Viseu é o que maior peso apresenta com 39,3% do total da sua população com esta mobilidade ao concelho, seguido de Sátão com 8,3%. Quando comparamos somente a população empregada e estudante no concelho de Vila Nova de Paiva, nota-se que os concelhos de Viseu e Sátão são os que mais tem população empregada em Vila Nova de Paiva.

**Quadro 19 | População residente de outros concelhos empregada ou estudante no concelho de Vila Nova de Paiva**

Unidade Territorial	Empregado ou Estudante	Empregado	Estudante
Castro Daire	6,6%	8,0%	3,6%
Mangualde	4,4%	5,4%	2,2%
Penalva do Castelo	0,7%	1,1%	0,0%
São Pedro do Sul	1,3%	0,4%	3,1%
Sátão	8,3%	9,7%	5,3%
Tondela	3,1%	3,7%	1,8%
Viseu	39,3%	39,4%	39,1%

Fonte: Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Instituto Nacional de Estatística.

Segundo Estudos de Caracterização (Município de Vila Nova de Paiva, 2021), os transportes públicos de passageiros em Vila Nova de Paiva é operacionalizado por três empresas, nomeadamente TRANSDEV,S.A.,

que opera no concelho onde existem 15 paragens; rede de expresso – CitiExpress, pela carreira Armamar-Lisboa e que liga Vila Nova de Paiva a Moimenta da Beira (a nordeste, passando por Peva e Cairia) e Sátão (a sul, que depois liga a Viseu); e a Empresa Automobilística de Viação e Turismo (E.A.V.T.) que opera no concelho, com descontos de 50% no custo da viagem para pessoas com mais de 65 anos e pensionistas que residam em Vila Nova de Paiva. Já o transporte público escolar, destina-se a todos os alunos do ensino básico e secundário que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino. O concelho também atribui transporte escolar a alunos que frequentam currículos alternativos, cursos de educação e formação e transição para a vida ativa, ou seja, fora da escolaridade obrigatória. Contudo, verifica-se que o transporte público do concelho ainda é limitado e escasso, o que propicia a população a aderir o transporte particular para locomoções.

Importante instrumento para o desenvolvimento de rede urbana de mobilidades sustentável para o concelho, encontra-se o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) da Região Viseu Dão Lafões (2019), o qual destaca que devido o PDM de Vila Nova de Paiva ainda ser de 1.º geração (1994), este “*não garante uma ocupação urbana favorável ao desenvolvimento e operação de um sistema de transportes*” (PAMUS CIM Viseu Dão Lafões, 2019:39).

Ainda, de acordo com o mesmo documento, este identifica que devido a significativa dispersão urbana, o nível de distância ao centro da sede do concelho é intermediário, o que a situação é altamente penalizadora para os transportes coletivos e modos suaves, privilegiando o transporte individual.

No que se refere à existência de ciclovias, o concelho de Vila Nova de Paiva já possui em sua malha urbana (na sede do concelho) uma ciclovia implementada, porém ainda a se tratar de um troço avulso, mas com planos de futura extensão (PAMUS CIM Viseu Dão Lafões, 2019:67). Importa destacar que ao nível intermunicipal, identifica-se a ecopista de Dão, o qual atravessa uma pequena parte do território da CIM Viseu Dão Lafões, sendo que a utilização da bicicleta como meio alternativa modal quotidiana ainda é bastante reduzida.

A ciclovia existente no concelho é composta por dois troços isolados, sem continuidade e afastados cerca de 1 Km. O primeiro troço, mais a sul, inicia-se na rotunda entre a EN 323 e a variante à EN 329, terminando na rotunda entre a Av. Carlos Trindade e Sá e a Rua Padre José Marques, com uma extensão de cerca de 1,5 Km. O segundo troço inicia na continuação desta última via, concretamente na rotunda da Av. Padre Manuel Pinto Ramos, seguindo ao longo de mais 1,5 Km pela EN 323 em direção a Alhais, onde termina a ciclovia (PAMUS CIM Viseu Dão Lafões, 2019:245).

Em termos de qualidade do ar e emissão de ruído, o PAMUS da CIM Viseu Dão Lafões (2019), ressalta que os concelhos de Vila Nova de Paiva (Figura 5) e Aguiar da Beira apresentam as melhores situações ambientais da CIM Viseu Dão Lafões.

**Figura 5 | Síntese da caracterização municipal do tema Ambiente**

Vila Nova de Paiva	Ruído	Mapa de ruído	Boa
		Classificação acústica	Indisponível
	Qualidade do ar	Emissões gasosas na comunidade	Baixa
		Densidade de emissões	Baixa

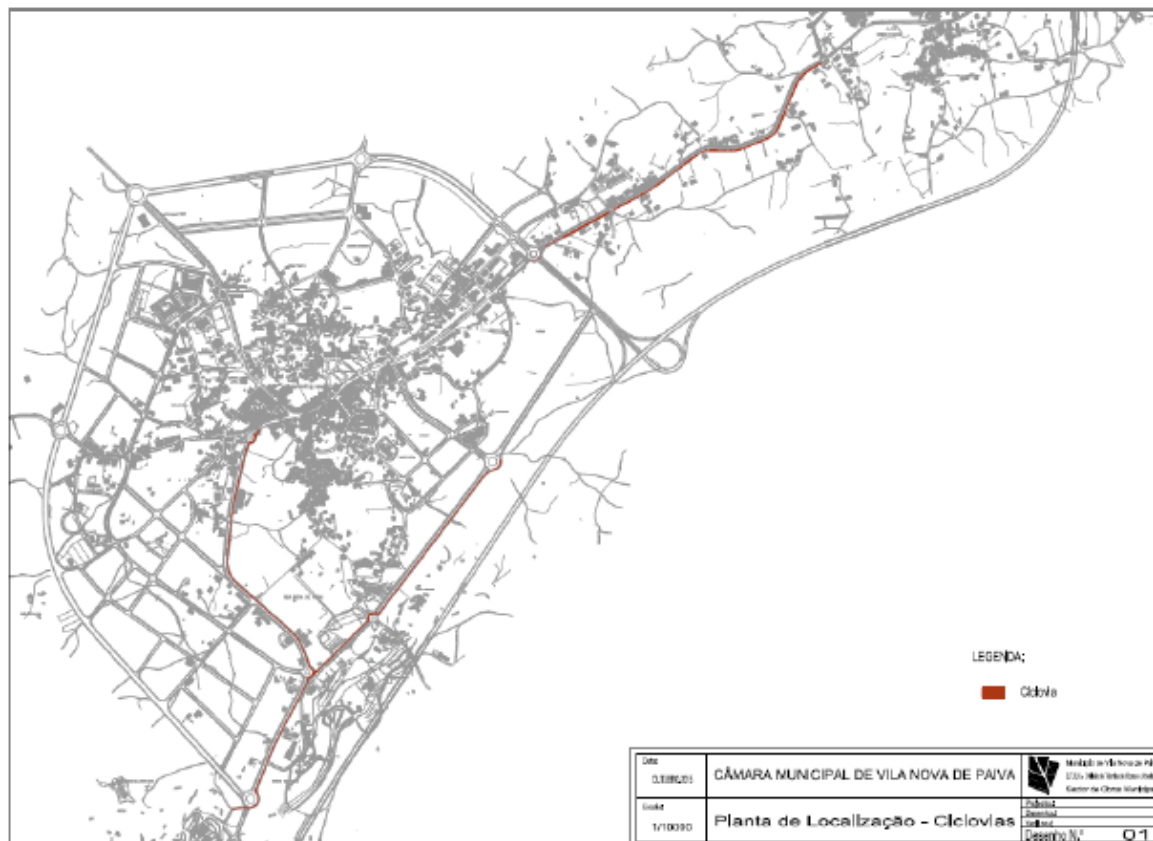
Fonte: Elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, 2019.



Relativamente ao ruído no concelho, o Mapa de Ruído conjugado com a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM, identifica a principal fonte de ruído como o tráfego rodoviário, destacando a EN329 e a EN 225, devido o elevado tráfego. Refere-se também a fábrica de granitos, localizada na Zona Industrial de Vila Nova de Paiva como geradora de alterações importantes do nível sonoro médio para a vizinhança. Já sobre a qualidade do ar a avaliação realizada pela CIM Viseu Dão Lafões, o concelho de Vila Nova de Paiva recebe avaliação de nível “baixo”, com emissões transversalmente irrelevante no contexto da CIVDL.

Referente a relevantes intervenções no concelho, o PAMUS identifica que decorrente do Estudo de Requalificação da ex-EN 323 (2001), foram realizadas obras de melhoramento nesta via conferindo-lhe carácter urbano no atravessamento de Vila Nova de Paiva, abrangendo intervenções de construção de passeios, atravessamentos, iluminação, estacionamento e ciclovias (em alguns troços). Já nos restantes aglomerados urbanos do concelho, a existência de passeios restringe-se às vias mais recentes e/ou intervencionadas, em especial a zona junto à praia fluvial, a sul da Vila.

**Mapa 16 | Planta de localização das ciclovias no concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, 2019.

Destaca-se que o concelho de Vila Nova de Paiva não conta com Planos de Promoção de Acessibilidade para Todos, contudo, existem várias intervenções planeadas para intervir sobre as condições de espaço público e para circulação pedonal do centro de Vila Nova de Paiva. Assim, o Quadro 20 apresenta ações dos objetivos para os modos suaves para o concelho de Vila Nova de Paiva.

**Quadro 20 | Ações dos objetivos para os modos suaves para Vila Nova de Paiva**

Ações		Prioridade de Investimento	Área de Intervenção
Ação VNP.01	Reordenamento e Qualificação do Campo da Restauração e Jardim do Ramalhal	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades (...).	Centro Urbano de Vila Nova de Paiva
Ação VNP.02	Requalificação do Conjunto de espaços públicos entre o Largo Eng.º Carrilho e a Capela de São Francisco na Rua Augusto Moreira		
Ação VNP.03	Requalificação e Valorização do conjunto de espaços públicos e de uso público associados à Rua Juiz de Barreiras		

Ações		Prioridade de Investimento	Área de Intervenção
Ação VNP.04	Requalificação do conjunto de espaços públicos no centro do antigo núcleo de Outeiro/Barrelas		
Ação VNP.05	Requalificação do conjunto de espaços públicos a poente do Largo Eng.º Carrilho até à Rua Padre José Sá Marques		
Ação VNP.06	Requalificação do conjunto de arruamentos e espaços públicos na zona de Campa		
Ação VNP.07	Requalificação dos espaços públicos do Bairro de São Sebastião		

Fonte: Adaptado da Elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, 2019.

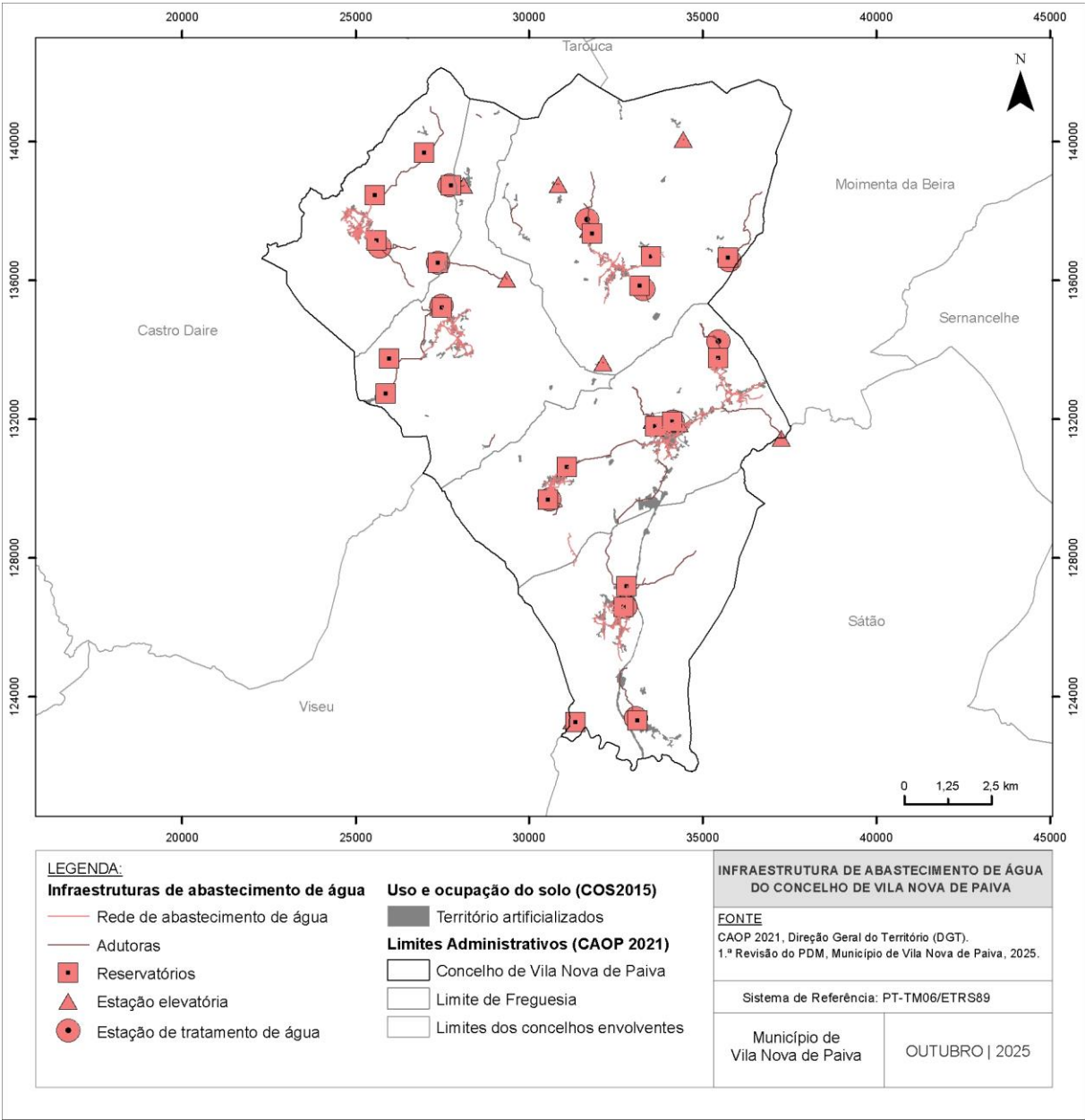
### **Infraestruturas e Equipamentos Coletivos**

O abastecimento público de água e o saneamento de águas residuais urbanas são serviços públicos essenciais para o funcionamento do tecido social e económico, bem como para a proteção e melhoria da saúde pública e do ambiente.

O serviço de abastecimento de água é de responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, sendo formado por 24 reservatórios, 57 pontos de captação de água (duas superficiais, as restantes subterrâneas, sendo que 13 são reforço no período de verão, com o regresso de emigrante e o consumo de água aumenta consideravelmente), 14 estações elevatórias e 12 estações de tratamento de águas (Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).

O Mapa 17 demonstra ainda haver manchas de territórios artificiais (perímetro urbano) sem a cobertura da rede de abastecimento de água no concelho de Vila Nova de Paiva, distribuídos por todo o território.

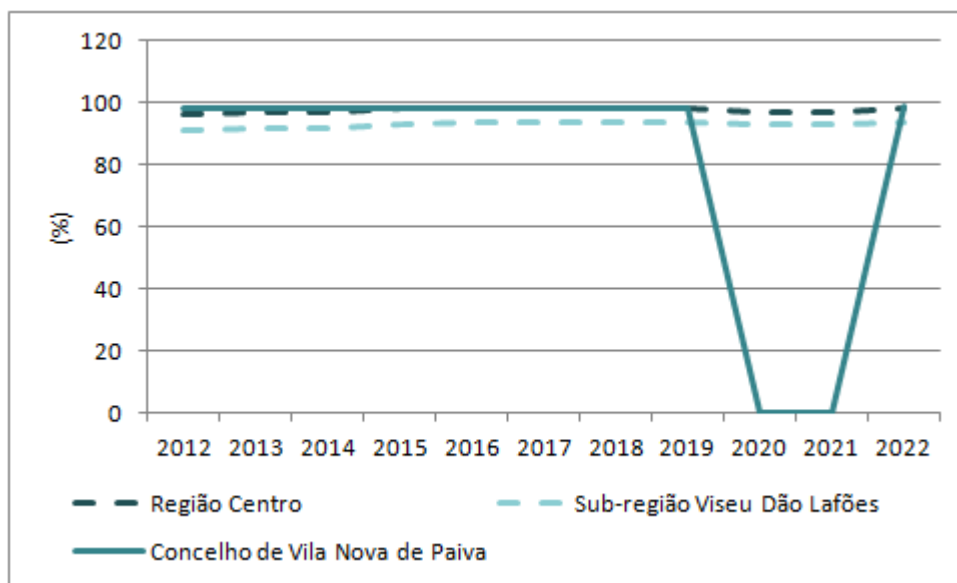
Mapa 17 | Rede de abastecimento de água no concelho de Vila Nova de Paiva



Fonte: Adaptado da Planta de Ordenamento III – Programa e Execução da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

Ao nível do abastecimento de água, verificou-se uma ligeira melhora do resultado no período analisado, pelo que em 2012 o concelho registava 98% e em 2022 apresentava 99% da população de Vila Nova de Paiva que era servida pelo serviço de abastecimento de água (Gráfico 5). Assim, estes dados são superiores ao estabelecido pelo PENSAARP 2030.

**Gráfico 5 | Proporção de população servida por abastecimento de água, entre 2012 e 2022<sup>6</sup>**



Fonte: Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, Instituto Nacional de Estatística & ERSAR.

Referente a acessibilidade física, dados da RASARP 2023 (ERSAR), o concelho de Vila Nova de Paiva regista uma taxa de 99% de acessibilidade física, correspondendo a uma qualidade boa do serviço. O valor apresentado para a acessibilidade física é bastante positivo, sendo superior à meta estabelecida no PENSAARP 2030, que é para 2026 de 80% e para 2030 de 80%, já que se trata de um concelho predominantemente rural. Por sua vez, a adesão ao serviço, em Vila Nova de Paiva, o valor é de 83,4%, bastante abaixo da meta estabelecida para 2030, que é de 95%.

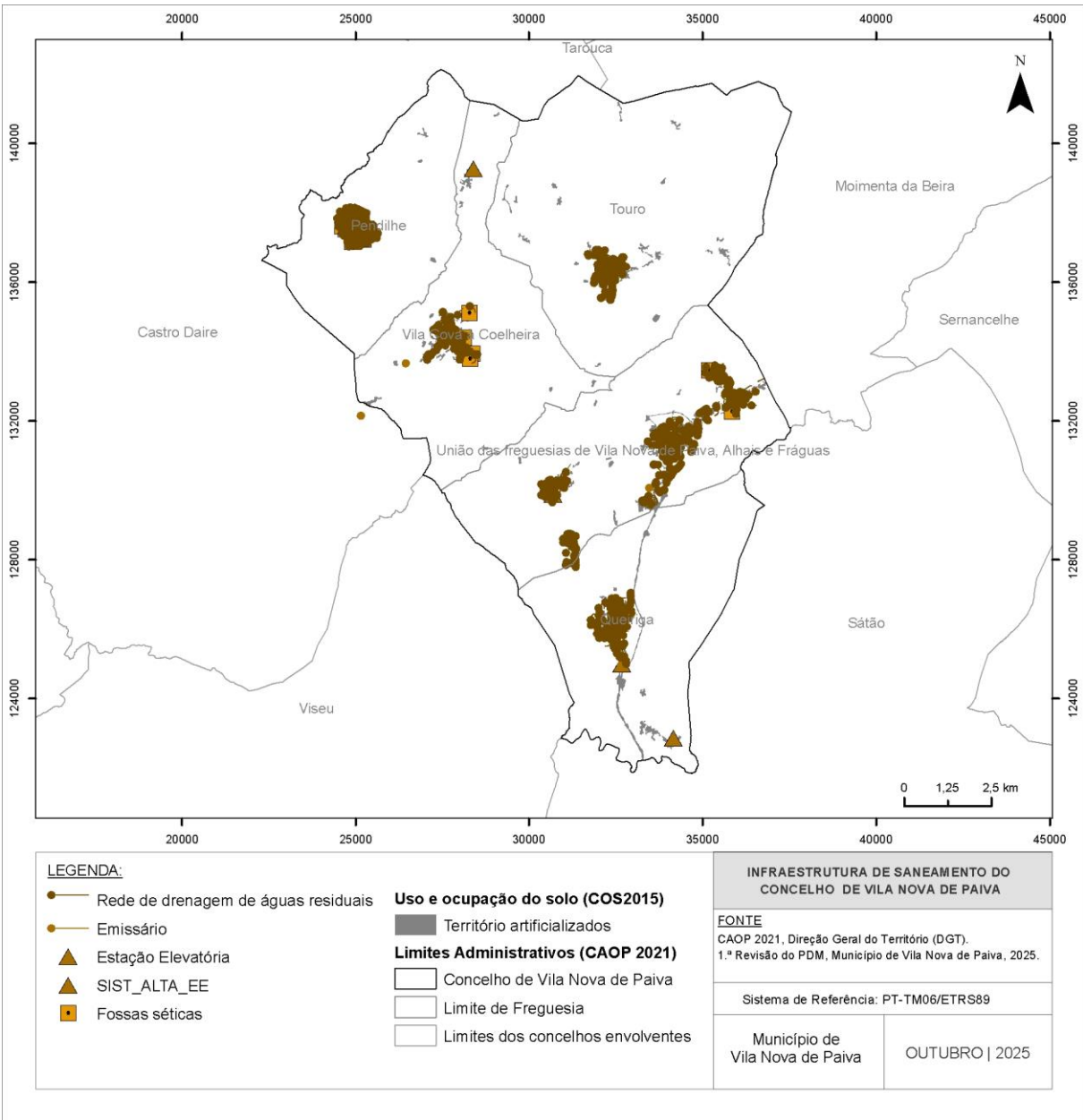
Já no que se trata de água segura para consumo, o concelho no ano de 2023, regista uma redução ao nível da proporção do indicador, com o valor de 96,53% da água era segura para consumo, inferior aos 97,15% registados em 2014. Já referente as captações de água subterrâneas para consumo humano localizadas no concelho, não se verifica a delimitação das zonas de proteção, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 382/99 de 22 de setembro, o qual estabelece perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público.

Em relação à drenagem e tratamento de águas residuais, a entidade responsável é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. A rede de drenagem de águas residuais do concelho abrange praticamente todos os núcleos urbanos e configura-se como um sistema constituído por quatro estações elevatórias, seis fossas sépticas coletivas e oito estações de tratamento de águas residuais (ETAR) (Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2024) (Mapa 18).

O Mapa 18 demonstra ainda haver diversas manchas de territórios artificiais (perímetro urbano) sem a cobertura da rede de saneamento no concelho de Vila Nova de Paiva, distribuídos por todo o território.

<sup>6</sup> O INE não apresenta dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.

Mapa 18 | Rede de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho de Vila Nova de Paiva

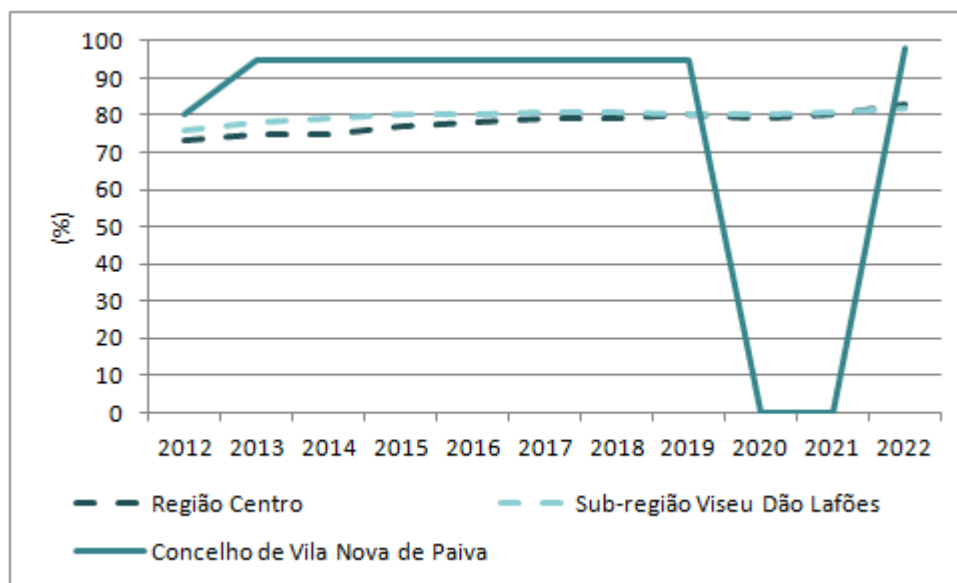


Fonte: Adaptado da Planta de Ordenamento III – Programa e Execução da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

De acordo com dados do Município de Vila Nova de Paiva (2024) sobre as capacidades das ETAR, existe uma elevada capacidade excedentária da ETAR de Vila Nova de Paiva. Contudo as demais já atingiram a sua capacidade máxima, e por isso foi elaborado um projeto para uma nova ETAR, com duas estações elevatórias, para o Lugar de Alhais; e também está prevista a renovação da ETAR da Lousadela.

O concelho de Vila Nova de Paiva evidencia alteração positiva ao longo do tempo na cobertura da rede de saneamento do concelho a população, sendo que a proporção de população servida em 2022 era de 98%, ficando muito superior do verificado na região Centro e na sub-região Viseu Dão Lafões (Gráfico 6).

**Gráfico 6 | Proporção de população servida por sistema de drenagem de águas residuais, entre 2012 e 2022<sup>7</sup>**



Fonte: Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, Instituto Nacional de Estatística & ERSAR.

Segundo dados disponíveis pela ERSAR, encontram-se servidos por rede pública 3.126 alojamentos e 67 alojamentos são servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas. Em relação à acessibilidade física ao sistema, verifica-se que no ano de 2022, o concelho apresentava 98% de acessibilidade física do serviço através de redes fixas e meios móveis, o que vai de encontro às metas estabelecidas pelo PensaARP 2030, que indica que em 2026 e 2030 deverá de 70% já que se trata de um concelho predominantemente rural. Já no que se refere a adesão ao serviço, verifica-se a taxa de 70% adesão ao serviço por rede fixa, o qual o valor concelhio encontra-se longe da meta para 2026, que é de 92%, e para 2030, de 95%.

De acordo com o Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2024), os valores apresentados tanto na adesão do serviço de abastecimento de água como na adesão do serviço de rede de drenagem de águas residuais, refletem que apesar dos esforços das entidades gestoras de fornecer os serviços, a população não procede à sua ligação à rede pública, o que torna importante proceder à inversão da situação, fomentando junto da população ações de sensibilização e contraordenações para quem não realizar a ligação à rede pública quando a mesma serve o edifício, de forma a eliminar-se (o mais possível) com situações locais que em muitos casos colocam em causa a qualidade ambiental, seja da água e solo.

Por fim, no que concerne aos resíduos urbanos, a entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada de resíduos urbanos (do sistema em baixa) no concelho é a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). A entidade gestora responsável pelo sistema em alta de resíduos urbanos e pela recolha seletiva é a ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão.

<sup>7</sup> O INE não apresenta dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.



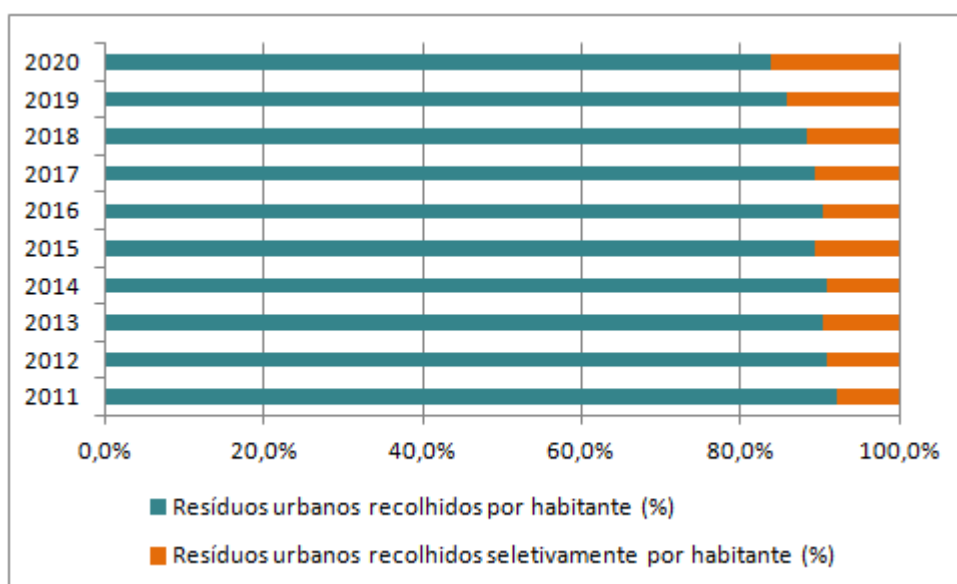
A rede de contentores do concelho de Vila Nova de Paiva abrange grande parte dos territórios artificializados do concelho, notando-se uma maior concentração nas sedes de freguesia e na sede de concelho, em sintonia com a distribuição da população.

De acordo com o Estudos de Caracterização (Município de Vila Nova de Paiva, 2025), a densidade de ecopontos no concelho equivale a um ecoponto por 131 habitantes, o que coloca o concelho numa posição favorável face ao contexto nacional (239 habitantes/ecoponto), com um maior número de ecopontos por habitante, o que permite à população a recolha seletiva de forma mais cómoda e rápida. Desta forma, existem no concelho de Vila Nova de Paiva um total de 36 ecopontos. Deve-se, ainda, referir a existência do ecocentro na Zona Industrial de Vila Nova de Paiva, ao qual a gestão pertence também à AMRPB.

Contudo, de acordo com dados da ERSAR, de 2022, demonstram que a acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial do sistema em baixa e em alta no concelho de Vila Nova de Paiva é de 33%, valor pouco satisfatório, já que deveria ser superior a 60%.

No Gráfico 7 verifica-se que no período analisado, o concelho de Vila Nova de Paiva registou oscilação na quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante, mas com tendência de decréscimo (19,4%). No que diz respeito a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante, verifica-se um significativo aumento de 7,8% recolhidos seletivamente por habitante em 2011 para 16,2% em 2020, a demonstrar uma evolução de mais que o dobro.

**Gráfico 7 | Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2020**

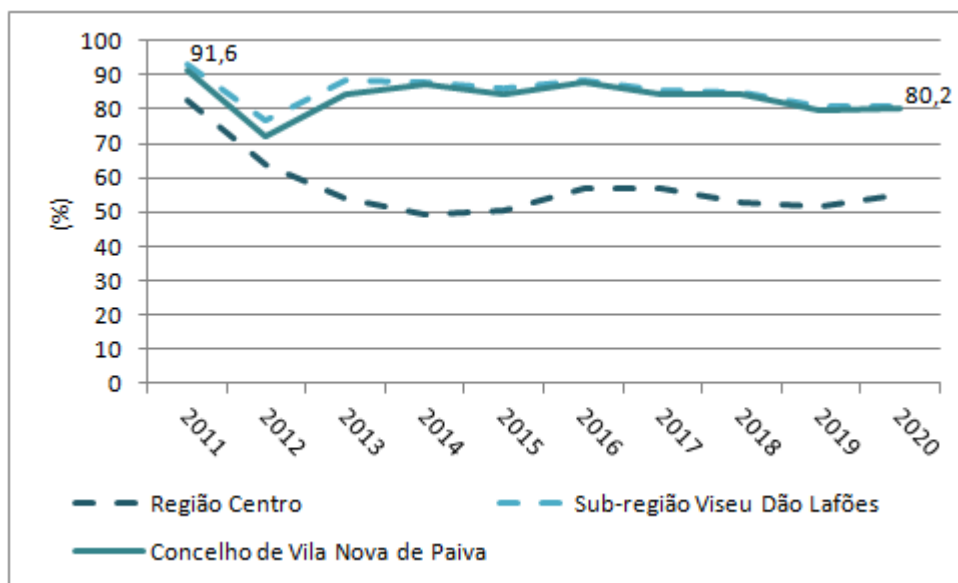


Fonte: Estatísticas dos resíduos urbanos, Instituto Nacional de Estatística.

O Gráfico 8 demonstra a evolução da percentagem de RU depositados em aterro entre 2011 e 2020 no concelho de Vila Nova de Paiva, o qual apresenta uma redução significativa de 12,4% no período analisado, o que confirma a informação do aumento de RU recolhidos seletivamente por habitante. Ainda, comparado as unidades territoriais a que se insere, verifica-se que o concelho analisado segue a tendência da sub-região Viseu Dão Lafões, o qual apresentam valores muito superiores ao registado na região Centro.



**Gráfico 8 | Resíduos urbanos depositados em aterro, entre 2011 e 2020**



Fonte: Estatísticas dos resíduos urbanos, Instituto Nacional de Estatística.

Ao nível dos equipamentos coletivos no concelho de Vila Nova de Paiva, este apresenta diversos equipamentos o qual serão apresentados abaixo.

- **Equipamentos Administrativos:** Câmara Municipal, Julgados de Paz, Correios, Juntas de Freguesias e outros edifícios administrativos, todos concentrados na sede do concelho, exceto as Juntas de Freguesias.
- **Equipamentos Culturais:** destaca-se o Auditório Municipal Carlos Paredes (onde se inclui o Museu Arqueológico do Alto Paiva e Centro de Documentação), a Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro, e o Posto de Turismo na sede de concelho, assim como o Centro de Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira, o Centro de Memória das Migrações de Queiriga, o Museu Rural de Pendilhe e a Via Crucis em Fráguas.
- **Equipamentos Desportivos:** existe uma série de equipamentos desportivos destinados à prática de várias modalidades. Estes equipamentos distribuem-se por todas as freguesias, com maior concentração e variedade de modalidades na freguesia sede do concelho.
- **Equipamento Social:** o concelho de Vila Nova de Paiva conta com diversas valências que prestam apoio a todos os grupos etários, contudo maioritariamente a população idosa, o qual verifica-se que algumas destas encontram-se com taxa de ocupação com 100% ocupadas (Quadro 21).

**Quadro 21 | Valências de apoio social existentes no concelho de Vila Nova de Paiva**

Âmbito	Resposta Social	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Taxa de Ocupação
Infância e Juventude	Centro de Atividades de Tempos Livres	1	20	9	45,0%

Âmbito	Resposta Social	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Taxa de Ocupação
	Creche	1	46	21	45,7%
População Adulta e Idosa	Centro de Dia	2	30	10	33,3%
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de idosos e residência)	6	194	194	100,0%
	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	6	180	118	65,6%
	Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	1	24	24	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>	<b>494</b>	<b>376</b>	<b>76,1%</b>

Fonte: Carta Social, 2024.

O concelho de Vila Nova de Paiva ainda conta com um equipamento que apoia a pessoas portadoras de deficiência (ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões).

- **Equipamentos de saúde:** o concelho de Vila Nova de Paiva está integrado atualmente na Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões. No concelho trabalham profissionais de saúde que integram as seguintes Unidades Funcionais: Unidade de Saúde Familiar (USF), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Nova D'Aire), Serviço Local de Saúde Pública (SLSP) e Unidade de Recursos Assistências Partilhados (URAP). O concelho também dispõe de uma farmácia (Farmácia Galénica). Como hospital de referência, identifica-se o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, através das suas duas unidades – o Hospital Cândido de Figueiredo, em Tondela, e o Hospital São Teotónio, em Viseu.

Quanto ao número de profissionais de saúde por mil habitantes no concelho de Vila Nova de Paiva em 2023, se regista a presença de 1,5 médicos/mil habitantes e 5,7 enfermeiros/mil habitantes. Assim, verifica-se um acréscimo no número de médicos e enfermeiros no concelho desde 2011 (7,1% e 46,2%, respetivamente).

- **Equipamentos de Educação:** segundo os Estudos de Caracterização (Município de Vila Nova de Paiva, 2021) existem no concelho de Vila Nova de Paiva sete estabelecimentos de ensino, todos integrados no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva.

**Quadro 22 | Equipamentos de educação, por nível de ensino e freguesia, no concelho de Vila Nova de Paiva**

Freguesias	Jardim-de-infância	Jardim-de-infância /EB 1º ciclo	EB 1º ciclo	EB 1º/2º/3º ciclo	EB 3º ciclo/secundário	Total
Pendilhe	1	0	0	0	0	1
Queiriga	0	0	0	0	0	0
Touro	0	1	0	0	0	1

Freguesias	Jardim-de-infância	Jardim-de-infância /EB 1º ciclo	EB 1º ciclo	EB 1º/2º/3º ciclo	EB 3º ciclo/secundário	Total
Vila Cova à Coelheira	1	0	1	0	0	2
Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	0	1	0	1	1	3

Fonte: Sítio na internet do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (acedido a 12 de novembro de 2024).

Ainda, de acordo com o estudo mencionado, o concelho de Vila Nova de Paiva registava, no ano letivo de 2016/2017, um total de 154 alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico, sendo o 2º ano aquele que registava maior número de alunos (41) e o 4º ano o que registava o menor número de alunos (35). No 2º ciclo do ensino básico encontravam-se inscritos 91 alunos, sendo que no 3º ciclo esse valor era de 143 alunos. Relativamente ao ensino secundário, encontravam-se inscritos 85 alunos em cursos científico-humanísticos, e 25 alunos em cursos profissionais. Em termos de cursos científico-humanísticos, o que tinha o maior número de alunos em 2016/2017 era o de Ciências e Tecnologias (53 alunos), seguido do curso de Línguas e Humanidades (18 alunos) e do curso de Ciências Socioeconómicas (14 alunos).

- **Equipamentos Religiosos**: verifica-se que no concelho de Vila Nova de Paiva existem 37 capelas e 16 igrejas, cuja distribuição espacial é bastante uniforme. Nesta categoria contabilizam-se, igualmente, os cemitérios, que se concentram nas sedes de freguesia, incluindo as antigas freguesias de Alhais e Fráguas, e na localidade de Póvoa, na freguesia de Touro.
- **Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública**: os agentes de proteção civil do concelho de Vila Nova de Paiva são o Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva; a Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Vila Nova de Paiva; e uma equipa de Sapadores Florestais (SF 26-165), pertencente ao Município de Vila Nova de Paiva.

## 6.2.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Em termos de evolução verificada nos últimos anos, não é previsível a reversão do povoamento disperso, ancorado na rede viária. É, no entanto, previsível o reforço populacional, habitacional e funcional da vila de Vila Nova de Paiva e freguesias mais próximas, contudo verifica-se uma expansão da dinâmica do edificado para outras freguesias o que deve continuar. No entanto, sem a implementação do atual PDM continuar a previsão de decréscimo populacional e funcional na zona norte do concelho. Não estando previsto o encerramento de equipamentos/serviços, prevê-se a manutenção ou melhoria da cobertura concelhia, que é atualmente bastante satisfatória.

No que se refere à acessibilidade e transportes, o crescente número de veículos e de viagens de automóvel, reflexo do aumento do rendimento das famílias e do investimento na melhoria das estradas e vias de comunicação, poderá originar um aumento no uso do automóvel e consequente aumento das emissões de CO<sub>2</sub>. De referir, no entanto, que a subida dos preços dos combustíveis e a atual conjuntura económica do país poderá funcionar como desincentivo à utilização do automóvel, funcionando inversamente como incentivo à utilização

dos transportes coletivos. No entanto, os transportes coletivos são deficitários no concelho, prevendo-se a manutenção da situação atual, ou mesmo agravamento, caso se verifique o aumento na procura de transportes públicos.

Apesar de dependente da conjuntura, sem plano é previsível a afirmação da predominância do automóvel nas deslocações do concelho de Vila Nova de Paiva, como já se verifica. Contudo, com a diretriz do PAMUS da CIM Viseu Dão Lafões, o município poderá utilizá-lo de forma a desenvolver estratégia de mobilidade urbana mais adequada e eficiente, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população e reduzir a emissão de GEE.

Ao nível dos serviços e infraestruturas, sem a implementação da revisão do PDM, a expansão e requalificação de algumas infraestruturas poderiam não encontrar enquadramento necessário para seu planeamento. Por outro lado, a definição prevista de um regulamento autónomo de incentivos ambientais poderá agilizar ao cumprimento de metas, bem como incentivos ao aumento de população servida com serviços de abastecimento de água e saneamento básico, ainda deficientes no concelho.

Considera-se que a implementação da proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva contribui para uma melhoria das condições de habitabilidade e dos níveis e qualidade dos serviços ambientais; modernização e requalificação das áreas urbanas; aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas.

### 6.2.3. Análise SWOT

No quadro seguinte encontra-se apresentada a análise SWOT tendo em consideração as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da situação atual do FCD Coesão Territorial.

**Quadro 23 | Análise SWOT da situação atual do FCD Coesão Territorial**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aglomerados desenvolvem-se junto dos principais cursos de água, nas áreas de menor declividade e junto das principais vias viárias;</li> <li>Aumento significativo do número de edifícios nas demais freguesias do concelho, descentralizando da sede do concelho;</li> <li>Relativa equidade territorial no número e distribuição dos equipamentos das mais diversas valências no concelho, permitindo que diversos aglomerados assumam uma posição de centralidade;</li> <li>Presença de áreas de reabilitação urbana, o qual visa a qualificação de espaços públicos nos núcleos populacionais mais relevantes do concelho;</li> <li>Rede viária densa e com boa distribuição pelo território;</li> <li>Qualidade do ar e emissão ruído de boa qualidade;</li> <li>Investimento crescente da autarquia em prol do aumento do nível de infraestruturação no território;</li> <li>Esforço de requalificação dos equipamentos coletivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuação da tendência de decréscimo populacional, acompanhado de generalizado envelhecimento da população residente;</li> <li>Desequilíbrio na distribuição e fixação da população, que tem levado ao aumento da dispersão urbana da zona norte do concelho;</li> <li>Apresenta padrão de dispersão urbana significativa no território;</li> <li>PDM em vigor a centralizar o crescimento urbano na sede do concelho;</li> <li>Redução do número de licenças de construção nos últimos anos, demonstrando a deficiência de investimento no concelho;</li> <li>Principal meio de transporte é p automóvel motorizado particular;</li> <li>Limitados transportes públicos;</li> <li>Taxa de ocupação alta em algumas valências de equipamentos sociais para a população idosa;</li> <li>Proporção de pessoal ao serviço nos equipamentos de saúde (enfermeiros e médicos) inferiores aos valores registados no contexto regional e sub-regional.</li> </ul>

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Abertura de programas de financiamento comunitário para a implementação de projetos de requalificação urbana;</li> <li>Existência de oportunidades de financiamento, que podem assumir o papel de motores de desenvolvimento do concelho através de investimentos em áreas estratégicas;</li> <li>Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da CIM Viseu Dão Lafões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desequilíbrios na dotação de investimento, com eventuais repercussões na coesão territorial;</li> <li>Tendência nacional de emigração de recursos humanos jovens habilitados para o estrangeiro.</li> </ul>

## 6.2.4. Avaliação Estratégica de Efeitos

### Ocupação do solo

A 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva permite a adequação do ordenamento dos espaços do concelho à legislação, entretanto em vigor. Reforçando que a classificação do solo representa *"uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo"* (n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto) compreendido entre solo rústico e solo urbano. Neste sentido, a proposta de revisão do PDM prevê que 95,2% da classificação do solo será solo rústico (16.711,76ha) e 4,8% de solo urbano (841,88ha).

O solo rústico é considerado como *"aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano"* (n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual).

Na classe de solo rústico importa, nesta análise, avaliar os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa, por serem estas que contribuem para um maior equilíbrio territorial, reforçando as áreas rurais.

Os aglomerados rurais correspondem a espaços total ou parcialmente edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, coexistindo desta forma usos de matriz urbana e de matriz rural. Para além do uso habitacional, estes espaços podem ser ocupados por atividades comerciais e serviços, empreendimentos de turismo de habitação e de turismo de espaço rural, instalação de equipamentos e a criação de espaços de utilização coletiva. São ainda admitidos usos complementares ligados à atividade agrícola, pecuária e florestal e empreendimentos turísticos da tipologia de estabelecimento hoteleiro. Os usos admissíveis como compatíveis com os usos dominantes com os dos aglomerados rurais são: a exploração de recursos hidrogeológicos, a implantação ou instalação de infraestruturas, a instalação para o aproveitamento de recursos energéticos renováveis e instalação de postos de abastecimento público de combustíveis, assim como outras atividades industriais.

A proposta dos aglomerados rurais da 1.ª revisão do PDM abrangem uma área total de 32,76ha, distribuídos nas freguesias de Pendilhe (2,78ha), Touro (22,65ha) e Vila Cova à Coelheira (7,33ha).

Já as áreas de edificação dispersa integram um conjunto de áreas que, a par da sua ocupação extensiva com usos agrícolas, pecuárias ou agroflorestais, se verifica uma disseminação com carácter dispersiva de edificações destinadas a habitação e outros usos. Os usos dominantes nestas áreas são os usos genéricos do solo rústico

(agrícola, pecuário e florestal), procurando um modelo de dispersão contida de edificações destinadas a usos complementares ou compatíveis com aqueles. As áreas de edificação dispersa abrangem um total de 11,34ha, localizada nas freguesias de Touro (2,85ha) e Vila Cova à Coelheira (8,49ha).

Apesar destas tipologias de espaços não irem na sua totalidade em encontro com o objetivo do presente critério de contenção da dispersão urbana, a definição das mesmas garante a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural, bem como a sua contenção e o ordenamento e infraestruturação numa ótica de sustentabilidade, contribuindo assim para um maior equilíbrio territorial (artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto).

Diante da evolução da proposta de ordenamento (entre versões apresentadas nos anos de 2022 e 2026), verifica-se o aumento das áreas de edificação dispersa (297,9%) e redução dos aglomerados rurais (-8,5%), justificado por ter sido realizada uma análise crítica das categorias em conformidade com os diplomas legais que preconizam a classificação do solo e respetivas categorias.

Nomeadamente em relação ao solo urbano, este destina-se às finalidades do processo de urbanização e de edificação, bem como aos princípios da multifuncionalidade e da complementaridade de usos e utilização dos espaços urbanos, da compatibilização de usos, do equilíbrio ambiental e de salvaguarda e valorização dos valores culturais e paisagísticos. Assim, a qualificação do solo urbano concretiza-se através das seguintes categorias:

- Espaços Centrais;
- Espaços Habitacionais;
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade;
- Espaços de Atividades Económicas;
- Espaços Verdes;
- Espaços de Uso Especial de Equipamentos.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, a reclassificação do solo rústico como solo urbano tem carácter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência das áreas urbanas disponíveis para os usos e funções pretendidas face à dinâmica demográfica e à indisponibilidade da qualificação urbanística e desde que comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social.

Na atual revisão do plano, os perímetros urbanos foram sujeitos a alterações resultantes da sua redelimitação e de ajustes, de modo, (1) a proceder à sua adequação às características do território e da sua ocupação efetiva, (2) a considerar as indicações do PROT-C, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto e (3) a integrar algumas pretensões do concelho, das Juntas de Freguesia e da população.

Diante da delimitação do PDM de Vila Nova de Paiva (primeira geração) ser elaborada sem apoio dos elementos cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação, além de que os critérios para a delimitação do perímetro urbano em vigor, não estão em acordo e correspondentes a este marco legal, assim não é possível ser apresentada uma análise comparativa entre o PDM em vigor e a proposta de revisão do plano, através da quantificação do solo urbano em vigor e das áreas edificáveis (que incluem aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa).

A 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva apresenta a proposta de áreas edificáveis o qual ocupam uma área total 885,97ha do concelho. Deste total 841,88ha correspondem a solo urbano, 32,76ha foram considerados como aglomerados rurais e 11,34ha como áreas de edificação dispersa.

Realizando uma análise ao nível da freguesia entre o solo urbano total proposto, verifica-se a maior área proposta localiza-se na freguesia sede do concelho com proposta de solo urbano total de 354,8ha (corresponde 42,1% do total do solo urbano proposto), seguido das freguesias de Queiriga com 147,85ha e Touro com 147,35ha (correspondem a 17, 6% e 17,5% do total do solo urbano proposto), e por fim, as freguesias de Vila Cova à Coelheira com 130,33ha (15,5% do total do solo urbano proposto) e Pendilhe com 61,55ha (7,3% do total do solo urbano proposto).

**Quadro 24 | Proposta de solo urbano total por freguesia**

Freguesias	Solo Urbano Total Proposto (ha)	Representatividade da Área no Solo Urbano Total Proposto
Pendilhe	61,55	7,3%
Queiriga	147,85	17,6%
Touro	147,35	17,5%
União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	354,80	42,1%
Vila Cova à Coelheira	130,33	15,5%
<b>Concelho de Vila Nova de Paiva</b>	<b>841,33</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado do Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2026.

Assim, como mencionado anteriormente, as componentes formadoras das áreas edificáveis passaram por uma análise crítica perante os diplomas legais que preconizam a classificação do solo e respetivas categorias, resultando assim em uma evolução positiva da proposta das áreas edificáveis, o que resultou em uma ligeira redução destas (-0,30%), o que na versão da proposta de 2022, apresentava um valor de 888,65ha de áreas edificáveis, havendo redução de solo urbano em quase todas as freguesias do concelho, exceto nas freguesias de Pendilhe e Vila Cova à Coelheira (mantiveram a mesma área entre a proposta de 2022 e 2026).

Em suma, devemos enfatizar que o solo urbano atualmente em vigor, corresponde a uma delimitação dos perímetros urbanos dos PDM de primeira geração, cuja delimitação se realizou sem apoio aos elementos cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação o que fez com que os perímetros urbanos do PDM em vigor fossem delimitados de uma forma grosseira e por vezes, algo deslocados face à efetiva ocupação do território. Posto isto, considera-se que a atual proposta de solo urbano vai de encontro aos desafios do ordenamento do território, na medida em que se promoveu a consolidação do sistema urbano, procurando-se garantir níveis adequados de coesão territorial.

Contudo, diante aos desafios demográficos identificados no concelho de Vila Nova de Paiva que implicam diretamente na estratégia territorial, importa delinear uma proposta que visa reverter a tendência de redução



populacional através da fixação e atração de nova população e de apresentar um planeamento adaptativo, ou seja, uma gestão territorial com menos pessoas, sendo estas mais idosas e mais dispersa (apesar da concentração na freguesia sede). Neste sentido, a proposta de uso e ocupação do solo da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva deve apresentar uma política de solos mais concisa e seletiva, através de medidas como:

- Contenção da expansão urbana: com menor número população residente, é imperativo limitar a dispersão e evitar o consumo de solo rústico e natural. O foco deve ser na reabilitação e reutilização do parque edificado existente, em vez de criar novas áreas de expansão.
- Adensamento nas áreas concentradas: devem ser criadas condições urbanísticas e incentivos para a densificação e revitalização dos centros populacionais mais relevantes (Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, e Vila Cova à Coelheira), garantindo a proximidade a serviços.
- Apoio à atividade económica: a política de solos delineada deve reservar e criar áreas empresariais com infraestruturas adequadas, visando a atração de investimento e a diversificação da base económica, especialmente nos setores com maior potencial de crescimento (terciário qualificado e secundário/primário de alto valor).

A proposta de 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva propõe duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), nomeadamente:

- UOPG 1 - Área de expansão da Área Industrial – Vila Nova de Paiva;
- UOPG 2 - Área de estruturação urbanística – Vila Nova de Paiva.

Para além, destaca-se a elaboração dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das Operações de Reabilitação Urbana (ORU Sistemáticas) para as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) das povoações de Alhais, Fráguas, Pendilhe, Queiriga, Touro e Vila Cova à Coelheira. Demonstrando que o município procura investir na reabilitação de áreas por todo o território. Destaca-se que estes instrumentos são importantes para a execução do PDM uma vez que, estabelecendo objetivos comuns aos previstos para o presente plano, beneficiam de ferramentas e mecanismos financeiros específicos que permitem efetivar as ações e os programas definidos.

Referente aos espaços habitacionais, o Regulamento da proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, estabelece a permissibilidade do uso compatível com a categoria, a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos, a instalação de depósitos ou armazéns de combustíveis em áreas não integradas na estrutura ecológica urbana (nos casos legalmente previstos ou permitidos e de acordo com as condições estabelecidas nos diplomas legais e regulamentares aplicáveis) e a instalação de postos de abastecimento público de combustíveis (n.º 2 do Artigo 52.º). Assim, chama-se a atenção para a cautela que deverá haver na autorização/licenciamento da instalação e funcionamento destas atividades em áreas habitacionais, especialmente na presença de depósitos ou armazéns de combustíveis e instalação de postos de abastecimento público de combustíveis, podendo acarretar em riscos tecnológicos, o que resulta em risco para pessoas e bens localizados nas proximidades.

### **Acessibilidade e transportes**



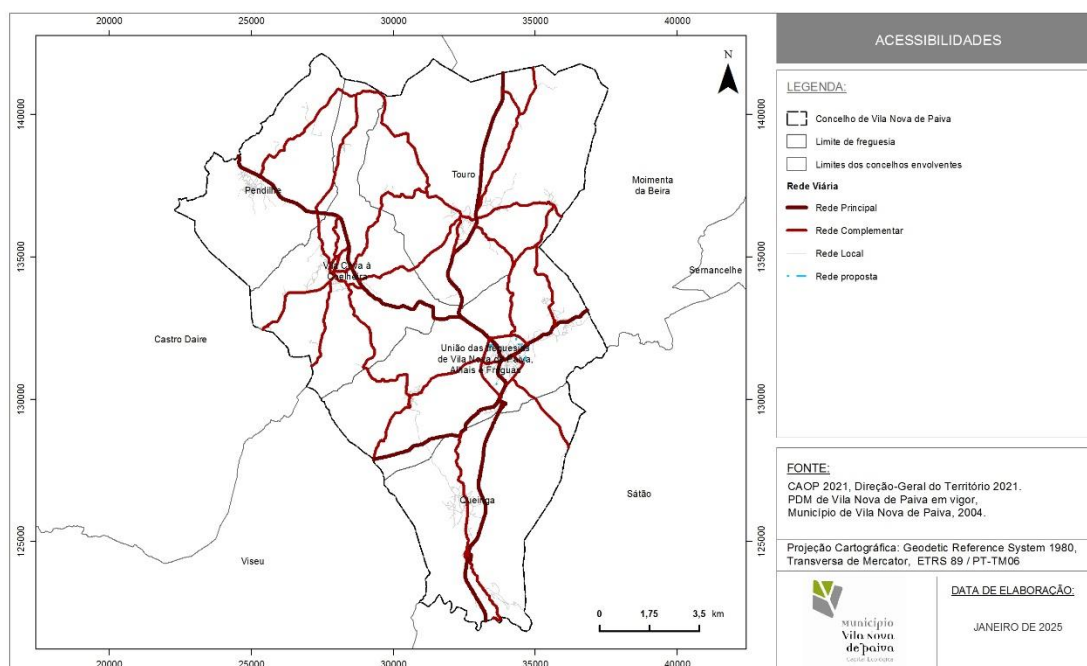
A acessibilidade e mobilidade constituem um aspeto condicionador do nível de atratividade do concelho para os agentes económicos e para a população.

A proposta do plano que agora se apresenta hierarquiza a rede viária em três níveis:

- **Rede principal**, constituída pelas vias que asseguram as principais articulações viárias do território concelhio, e em particular da sua sede, com o exterior, e na qual se integram as estradas nacionais e as estradas regionais constantes do PRN;
- **Rede complementar**, constituída pelas vias de articulação da rede principal com os principais aglomerados e áreas geradoras de fluxos no interior do concelho e pelas vias complementares de ligação aos concelhos limítrofes, compreendendo as estradas municipais e outras vias municipais de carácter estruturante;
- **Rede local**, constituída pelas restantes vias, de distribuição local, e pelos arruamentos urbanos quando não incorporados nos níveis anteriores.

O Mapa 19 apresenta os traçados, existentes e propostos, das vias que integram as redes principal e secundária.

**Mapa 19 | Hierarquia da rede rodoviária do concelho de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025.

Em termos de vias propostas, está previsto a execução de um conjunto de vias locais que pretendem consolidar e estruturar espaços intersetais do solo urbano, cuja extensão se aproxima de 2,8 Km de rede viária.

Sobre a rede rodoviária municipal, a proposta da 1.ª de revisão do PDM identifica como “Outras salvaguardas” (n.º 1 do Artigo 75.º do Regulamento), o qual é interdita a criação de acessos rodoviários entre os terrenos marginantes e as seguintes vias: variante à ER 329 e via que prolonga esta, a norte, até à EN 323.

Ainda, no Programa de Execução da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (2025), está previsto na área urbana da Vila, a criação de diversos troços viários que permitirão o desenvolvimento urbano e a abertura de diversas frentes urbanas, que terão uma cabimentação orçamental de aproximadamente de um milhão e oitocentos mil euros. Estes troços a intervir estão representados espacialmente na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução.

Em articulação com a entidade Delegação Regional de Saúde do Centro, a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva deve considerar a oportunidade de incluir em seu programa medidas que visem a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada na via pública, nos acessos e edifícios habitacionais e públicos, bem como, em passeios, espaços de recreio e lazer, discriminados em legislação específica. Para além de, prever lugares reservados exclusivamente a veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada em estacionamentos de utilização pública (n.º 3 do Artigo 104 do Regulamento).

### **Infraestruturas e Equipamentos Coletivos**

Analisando a rede de abastecimento de água, observou-se que 99% da população concelhia encontra-se abrangida, enquanto 98% da população concelhia encontra-se abrangida por rede de saneamento, o qual ambos apresentam valores superiores as metas estabelecidas pelo PENSAARP 2030.

Contudo, em termos de acessibilidade as infraestruturas, observa-se ainda a falta de rede em alguns aglomerados populacionais (mais dispersos no território), ou, em alguns casos, a ligação particular à mesma (que colocam em causa a qualidade ambiental e a saúde pública). Neste contexto é relevante o reforço e modernização das infraestruturas, de forma a suprimir algumas das disfunções ambientais que ainda se encontram presentes no território concelhio. Assim, no programa de execução da revisão do PDM está previsto um conjunto de ações com vista, principalmente, à melhoria e expansão dos níveis de infraestruturização dos aglomerados populacionais com rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais.

No que concerne as captações de água subterrâneas para consumo humano, como anteriormente mencionado, o concelho de Vila Nova de Paiva não delimita as zonas de proteção, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 382/99 de 22 de setembro. Desta forma, na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM, foram identificadas as captações e um raio de 60 metros como zona de proteção imediata, de acordo com as orientações expressas pela APA. Neste raio, é interdita qualquer instalação ou atividade, com exceção das que têm por finalidade a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.

Ainda, a proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, considera relevante para a sustentabilidade ambiental do território, considerar as seguintes medidas e ações referente a drenagem de águas pluviais:

- Reduzir as afluências indevidas, avaliadas pela percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas separativos, através da implementação de medidas de prevenção e correção;
- Avaliar o possível reaproveitamento das águas pluviais em usos compatíveis, como, por exemplo: regas, lavagens de ruas, entre outros, incentivando a instalação de sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais em edifícios e espaços públicos;
- Na impossibilidade de reaproveitamento das águas pluviais, garantir o encaminhamento para a linha de água em estruturas adequadas para receber o escoamento superficial das águas da chuva;

- Promover a permeabilidade do solo e a infiltração das águas pluviais, através da utilização de pavimentos permeáveis, áreas verdes e sistemas de drenagem urbana sustentável, como jardins de chuva e valas de infiltração;
- Integração de medidas de adaptação às alterações climáticas nos sistemas de infraestruturas básicas, tais como soluções baseadas na natureza, promoção de infraestruturas verdes e azuis, e implementação de sistemas de drenagem urbana sustentável, sempre que possível e adequado.

Relativamente aos resíduos urbanos (RU), o PERSU 2030 constitui a base estratégica para este setor, assim com base na análise prospetiva para alcance das metas propostas no período até 2030, o qual propõem-se algumas metas como:

- Preparação para a reutilização e a reciclagem de RU: até 2025, aumentar para um mínimo de 55%, em peso; até 2030, aumentar para um mínimo de 60%, em peso; até 2035, aumentar para um mínimo de 65%, em peso.
- Quantidade de RU produzidos por habitante face aos valores de 2019: em 2025, reduzir em 5% a quantidade; em 2030, reduzir em 15% a quantidade.
- Quantidade de RU depositados em aterro: até 2035 a quantidade deve ser reduzida para um máximo de 10% da quantidade total de RU produzidos, por peso.
- Taxa de receção de biorresíduos, proveniente da recolha seletiva, crescente até 2030: 55% em 2025, 60% em 2027 e 70% em 2030, face aos valores apurados.
- Taxa de reciclagem na origem (ex: compostagem doméstica e/ou comunitária) crescente até 2030: 20% em 2025, 30% em 2027 e 50% em 2030, face aos valores apurados.

São definidas ações que os municípios deverão promover, no seu conjunto, com vista ao alcance das metas, nomeadamente:

- Disponibilização nos ecocentros de áreas para receção de produtos para reutilização, em particular têxteis, mobiliário e equipamentos elétricos e eletrónicos, promovendo trocas no próprio ecocentro (20% de ecocentros com área identificada para receção de produtos para reutilização; 40% de ecocentros com área identificada para receção de produtos para reutilização);
- Divulgação, junto dos cidadãos, de opções que, nas suas tarefas do dia-a-dia, contribuam para a prevenção, nomeadamente no âmbito da reutilização e da reparação de bens;
- Criação de incentivos para a aquisição/utilização de embalagens reutilizáveis;
- Promoção de novos processos de reciclagem dos biorresíduos;
- Estabelecimento de regras gerais para a preparação para a reutilização;
- Alargamento da recolha seletiva de biorresíduos em municípios com mais de 50.000 habitantes, bem como nos núcleos urbanos dos restantes municípios;
- Criação de uma rede de recolha seletiva que assegure uma adequada capilaridade de recolha de RPA e REEE contidos nos RU;

- Reforço e requalificação da rede de ecocentros, incluindo a disponibilização de ecocentros móveis, com melhoria das suas condições de conveniência, acessibilidade e funcionalidade;
- Reavaliação do processo remuneratório da produção de energia a partir de RU;
- Aumento da capacidade de processamento da Triagem multimaterial;
- Aplicação do princípio do poluidor-pagador e da hierarquia de resíduos, pela diferenciação de sistemas tarifários (fixo/variável) consoante produção e destinos (e.g. através do apoio a sistemas PAYT<sup>8</sup>, SAYT ou RAYT);
- Elaboração de relatório anual de RU.

O Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (2026), destaca que deverá no futuro, o município apostar nestes instrumentos económico-financeiros que serão criados no âmbito deste plano, de forma a implementar no concelho estes sistemas.

Outro aspeto relevante é a análise e avaliação dos equipamentos coletivos, pois o tendencial envelhecimento demográfico da população concelhia obriga a pensar, em termos estratégicos, que a dotação dos equipamentos coletivos deverá ser reforçada no setor de apoio à população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Referente a proposta, esta deverá compreender medidas, na medida do possível, que dê resposta aos desafios identificados no concelho (envelhecimento populacional e despovoamento), através da:

- Reorientação de serviços sociais e de saúde: a redução da população jovem e o aumento de idosos exige um reforço dos equipamentos de apoio social (lares, centros de dia, serviços de apoio domiciliário) e de saúde primária, com uma lógica de proximidade, especialmente nas freguesias mais envelhecidas e dispersas.
- Otimização e racionalização: face ao decréscimo de utilizadores, deve-se equacionar a concentração estratégica de alguns equipamentos e a otimização de transportes e serviços móveis para garantir o acesso da população mais isolada e idosa.
- Investimento na conectividade: a localização de equipamentos terciários mais avançados (como serviços financeiros e empresariais, que impulsionam o emprego no setor terciário) pode ser reforçada em áreas de maior acessibilidade, como Pendilhe, beneficiando da proximidade a vias de comunicação (ex.: ER 225) e aos concelhos vizinhos (Castro Daire).

A proposta da 1.<sup>a</sup> de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva propõe espaços destinados a equipamentos, tanto em solo rústico, como em solo urbano, e que correspondem a áreas que estão ocupadas ou que se destinam a ser ocupadas por equipamentos públicos ou de interesse público.

No solo rústico, a categoria de “Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações”, abrange área total de cerca de 29,56ha, e é onde estão instalados ou se destinam à instalação de equipamentos, infraestruturas ou outras ocupações de carácter público ou de interesse público que, pela sua natureza, não confirmam a tais áreas o estatuto de solo urbano. Nesta categoria só são permitidos os usos e ocupações

---

<sup>8</sup> Pay-As-You-Throw - Este sistema configura uma efetiva aplicação do princípio do poluidor-pagador, responsabilizando o munícipe pelos resíduos produzidos e sensibilizando-o para o real custo da gestão de resíduos, encorajando por isso as boas práticas ambientais, quando o munícipe vê o seu esforço recompensado através da tarifa. Não obstante, sendo possível que o valor da tarifa a pagar seja superior ao cobrado atualmente é expectável numa fase inicial alguma resistência à mudança.

relacionados com a sua função ou complementares desta, tendo em conta, quando for o caso, os instrumentos reguladores das respetivas atividades.

Nesta categoria foi inserido o Parque Botânico Arbutus do Demo devido a sua importância significativa e notória na fruição científico-cultural e necessitava de um regime diferenciado.

No solo urbano, a categoria de “Espaços de uso especial de equipamentos”, abrange área total de cerca de 36,7ha, o uso dominante é o correspondente aos equipamentos instalados ou a instalar, admitindo-se a coexistência de outros usos dentro de uma parcela em que exista ou se instale um dado equipamento, desde que estejam funcionalmente associados àquele ou constituam atividades complementares do mesmo.

De acordo com a proposta do Programa de Execução e Plano de Financiamento da 1.ª revisão do PDM (2025), são apresentadas ações/intervenções no âmbito dos equipamentos coletivos, como a reabilitação e ampliação do edifício para o pré-escolar e EB1 em Vila Nova de Paiva e a Requalificação do edifício e piscinas municipais. Para além, no mesmo documento são apresentadas as ações/intervenções que ocorrerão juntamente com a execução das ORU de Paiva, de Alhais, de Vale Cova à Coelheira; ORU de Touro, de Queiriga e de Pendilhe, o qual abrangem também ações ao nível dos equipamentos coletivos.

## **6.3. FCD GERAÇÃO DE VALOR E IDENTIDADE LOCAL**

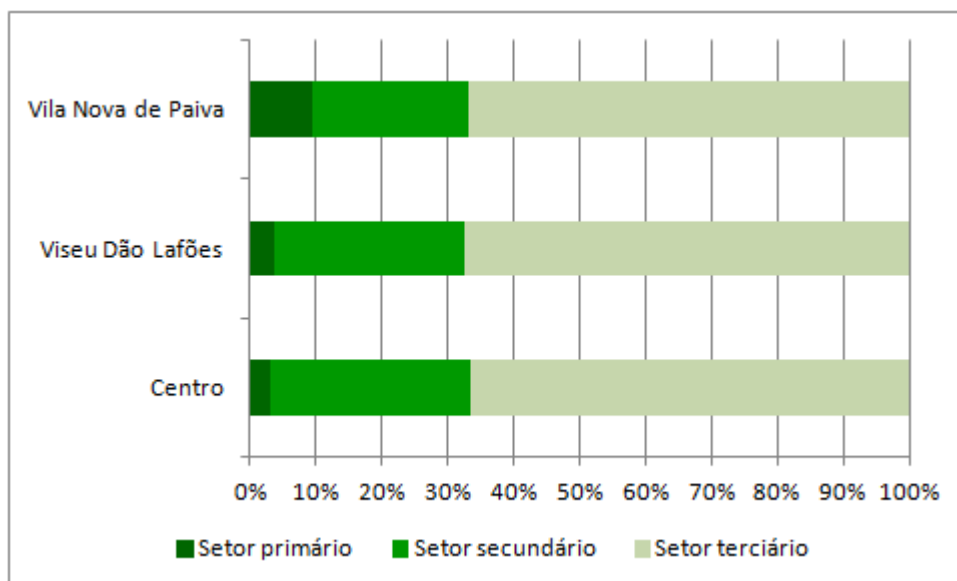
### **6.3.1. Situação Atual**

#### **Atividades económicas**

A distribuição da população ativa pelos vários sectores de atividade tem vindo a sofrer modificações, a verificar ainda o aumento da população empregada no sector terciário, caracterizado por ser vasto, disperso e abrangente. Este facto é explicado por, na maioria dos casos, as atividades ligadas ao sector terciário serem melhor remuneradas do que as atividades económicas que integram os restantes sectores de atividade, em especial no que diz respeito às atividades de serviços financeiros, imobiliários e empresariais.

Esta tendência é verificada no concelho de Vila Nova de Paiva (Gráfico 9), onde 66,7% da população se encontrava empregada no sector terciário, em 2021. Este valor é semelhante ao verificado nas NUT em que se insere (66,4% na região Centro e 67,5% na sub-região Viseu Dão Lafões).

**Gráfico 9 | População empregada no concelho de Vila Nova de Paiva e nas NUT em que se insere, por sector de atividade, em 2021**



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.

No entanto, no concelho de Vila Nova de Paiva, verifica-se que o sector primário também apresenta alguma importância na empregabilidade, apesar de ser o sector com menor representatividade (9,6%), cuja sua percentagem é bastante superior à verificada na sub-região Viseu Dão Lafões e na região Centro. Para além disso, o sector secundário, apesar de representar 23,7% do emprego do concelho, tem um peso inferior ao contexto regional e sub-regional.

De acordo com os Censos 2021 (INE), as freguesias de Vila Cova à Coelheira e de Touro, registam as maiores populações empregadas no sector primário (21,5% e 16,9%, respetivamente). Já o sector terciário tem mais representatividade na União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas e na freguesia de Pendilhe (75,7% e 72,4%, respetivamente), sendo que a primeira freguesia identificada, é onde se situam a maior parte das infraestruturas, equipamentos e serviços do concelho, e a segunda se beneficia da sua localização junto as vias de comunicação de acesso ao concelho vizinho de Castro Daire (ex.: ER 225), o que justifica a elevada representatividade da população empregada no sector terciário.

Em termos do número de empresas no concelho de Vila Nova de Paiva, que corresponde as unidades organizacionais de produção de bens e/ou serviços, aumentou entre 2011 e 2022, registando uma variação positiva de 40,9% (a segunda mais elevada no conjunto dos concelhos que compõem a sub-região do Viseu Dão Lafões) (Quadro 25).

**Quadro 25 | Evolução do número de empresas, entre 2011 e 2022**

Número de Empresas	2011	2022	Variação (%)
Centro	241.573	287.203	18,9%
Viseu Dão Lafões	24.378	30.522	25,2%

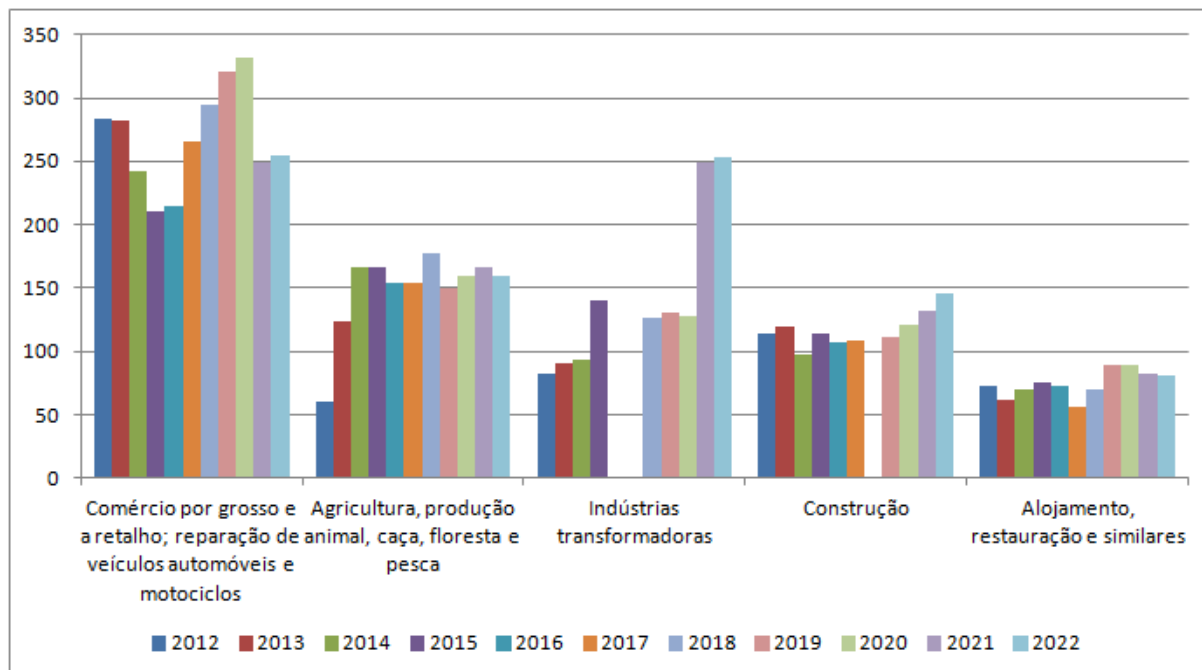
Número de Empresas	2011	2022	Variação (%)
Aguiar da Beira	562	770	37,0%
Carregal do Sal	801	917	14,5%
Castro Daire	1.175	1.468	24,9%
Mangualde	1.633	2.042	25,0%
Nelas	1.060	1.299	22,5%
Oliveira de Frades	1.032	1.197	16,0%
Penalva do Castelo	497	884	77,9%
Santa Comba Dão	1.006	1.096	8,9%
São Pedro do Sul	1.581	1.737	9,9%
Sátão	1.064	1.305	22,7%
Tondela	2.542	3.058	20,3%
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>411</b>	<b>579</b>	<b>40,9%</b>
Viseu	10.072	13.059	29,7%
Vouzela	942	1.111	17,9%

Fonte: Sistemas de contas integradas das empresas, Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com dados do INE, no ano de 2022 ao nível das atividades económicas (CAE Ver. 3), 22,3% das empresas no concelho de Vila Nova de Paiva correspondiam as atividades de “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, seguido por empresas do ramo de “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (19,7%) e “construção” (11,1%).

Referente as atividades económicas, o Gráfico 10 apresenta que o pessoal ao serviço das empresas estão concentrados principalmente nas empresas de “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”; “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”; e “indústrias transformadoras”, contudo, ressalta-se a importância da “construção” e do sector turístico com “alojamento, restauração e similares”, o qual juntos correspondem a 78,7% do pessoal empregado nas empresas (894 pessoas).

**Gráfico 10 | Número de pessoal ao serviço das empresas, por atividade económica, entre 2012 e 2022**



Fonte: Sistemas de contas integradas das empresas, Instituto Nacional de Estatística.

Já referente a variação relativa entre 2011 e 2020 do número de pessoal ao serviço dos estabelecimentos no concelho, verifica-se que os maiores aumentos ocorreram nas atividades económicas de “Atividades imobiliárias” (220%), “Indústrias transformadoras” (209%) e da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (165%).

Diante das informações, percebe-se que o aumento no número de empresas no concelho de Vila Nova de Paiva é semelhante as atividades económicas que mais empregam atualmente no município, enfatizando a agricultura, construção, comércio e a indústria transformadora. No entanto, também se verifica o crescimento de postos de trabalho em diferentes áreas entre os anos de 2012 e 2022, como atividades imobiliárias.

Pormenorizando as atividades económicas do concelho, no que diz respeito a atividade ao sector primário (atividades que têm por base a produção/extração de matérias-primas, o qual abrange atividades como a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; a silvicultura e exploração florestal; e a pesca e aquicultura), a ocupação agrícola do concelho de Vila Nova de Paiva, segundo a COS 2018 apresenta o predomínio das “culturas temporárias de sequeiro e regadio”, que correspondem a cerca de 82% das áreas agrícolas (equivalente a 11,2% do território concelhio). Segue-se a “agricultura com espaços naturais e seminaturais”, correspondendo a cerca de 15% das áreas agrícolas (equivalente a 2% do território concelhio) e que se localizam sobretudo junto da serra da Nave.



**Quadro 26 | Ocupação agrícola no concelho de Vila Nova de Paiva**

Áreas Agrícolas	Área (ha)	% da área agrícola	% do concelho
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1973,02	81,7%	11,2%
Pomares	34,29	1,4%	0,2%
Olivais	1,31	0,1%	0,0%
Mosaicos culturais e parcelares complexos	47,16	2,0%	0,3%
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	357,73	14,8%	2,0%
Agricultura protegida e viveiros	1,86	0,1%	0,0%
<b>Total</b>	<b>2415,37</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,8%</b>

Fonte: COS2018, Direção-Geral do Território.

Os terrenos agrícolas no concelho de Vila Nova de Paiva são estreitos devido os declives, e a fertilidade provém da abundante água. A aptidão para as culturas de regadio explica a expansão das culturas arvenses: seara, feijoa, horta e batata, a cotas já que comprometem a existência da videira e oliveira. O milho é a cultura dominante, seguida do centeio. Importa ainda referir que no concelho apresenta um regadio tradicional, denominado por Póvoa, que se localiza na freguesia de Touro e que possui uma área regada de 32ha e 90 beneficiários.

Já a mancha florestal é dominada pelo pinheiro, do qual em Fráguas se extrai resina, e pontuada de castanheiros e carvalhas, de rendimento pouco expressivo. A execução de planos de reflorestação e regadio, protegendo os ecossistemas locais ao largo das linhas de água e lameiros, vem beneficiar a agropecuária. A criação de bovino de raça paivota chegou a associar-se a desaparecidas produções manteigueira e de queijeira. Ainda, prevalece a pastorícia de gado ovino e caprino e a produção avícola, também a apicultura conhece-se pela sua qualidade. Destaca-se que a atividade de avicultura tem ganho relevância no território concelhio, sendo um dos concelhos que mais produz aves do Distrito de Viseu, sendo uma tendência no futuro que a produção aumente. Assim, é importante o incentivo na diversificação da economia rural com o melhoramento da produção ou novos investimentos (ex.: apicultura), o qual são relevantes para a geração de renda (valor), fortalecimento do autoconsumo das famílias, e além de auxiliar na reciclagem de nutrientes através da utilização de resíduos das produções em outros setores da unidade produtiva, ex.: utilização de dejetos na adubação de outras cultivares. Relativamente ao volume de negócios das empresas (Quadro 27), segundo informações do INE, no ano de 2022 a atividade de “Indústrias transformadoras” regista um peso de 38,2% (38.595.888 €) do volume de negócios do concelho de Vila Nova de Paiva; seguido do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” com um peso de 31,3% (31.609.849€) e “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” e “Construção”, ambos com peso de 7,2% (7.233.235€ e 7.246.703€, respetivamente).

**Quadro 27 | Volume de negócios (€) das empresas por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) em 2022**

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	2022	Representatividade (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.593.357€	6,5%
Indústrias extrativas	0	0,0%
Indústrias transformadoras	38.595.888€	38,2%
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7.233.235€	7,2%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0%
Construção	7.246.703€	7,2%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	31.609.849€	31,3%
Transportes e armazenagem	2.829.920€	2,8%
Alojamento, restauração e similares	3.005.046€	3,0%
Atividades de informação e de comunicação	225.550€	0,2%
Atividades imobiliárias	865.001€	0,9%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	870.114€	0,9%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	293.443€	0,3%
Educação	266.863€	0,3%
Atividades de saúde humana e apoio social	686.144€	0,7%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	326.639€	0,3%
Outras atividades de serviços	269.890€	0,3%
<b>Total</b>	<b>100.917.642€</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistemas de contas integradas das empresas, Instituto Nacional de Estatística.

Referente a evolução do volume de negócio no concelho de Vila Nova de Paiva entre 2011 e 2022, regista-se com uma tendência positiva, a registar uma variação de 77,6%, apresentando um desenvolvimento económico promissor. Diante disto, percebe-se a necessidade de analisar as áreas afetas à instalação de atividades económicas existentes no PDM em vigor. Assim, de acordo com o PDM em vigor, classifica-se as áreas referentes como “espaços industriais” (exteriores aos aglomerados) a corresponderem a área total de 30ha no solo urbano de Vila Nova de Paiva, distribuídas em duas áreas localizadas, sendo a Zona Industrial Vila Nova à

Coalheira, localizada na zona norte do concelho, mais precisamente nos limites das freguesias de Pendilhe e Vila Nova à Coalheira, e a Área Industrial de Vila Nova de Paiva, localizada na freguesia sede do concelho e freguesia de Queriga.

A Área Industrial de Vila Nova de Paiva, conta com o Loteamento industrial de Vale de Forno efetivo desde 1999, o qual permitiu a oferta imediata de 20 lotes industriais. A criação dessa infraestrutura, na sede do concelho, conjugada com a beneficiação da rede viária e a aposta na qualificação e valorização de recursos humanos contribuiu para o empreendedorismo de microempresas, que é atestada pela procura de loteamento complementar, sendo correntes os trabalhos da 2.<sup>a</sup> fase e a elaboração de projeto para a 3.<sup>a</sup> (Município de Vila Nova de Paiva, 2022<sup>9</sup>).

**Imagem 4 | Espaço industrial (zona centro) delimitado no PDM em vigor de Vila Nova de Paiva**



Fonte: Google Earth (acedido a 22 de abril de 2022).

Importa destacar que os espaços industriais, identificadas no PDM em vigor, encontram-se delimitados de uma forma grosseira, devido o PDM em vigor ainda ser de 1.<sup>a</sup> geração, onde os perímetros urbanos, eram elaborados sem apoio dos elementos cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação. Além disto, importa destacar que a Área Industrial de Vila Nova de Paiva encontra-se localizada em área que atualmente é delimitada como Rede Natura 2000, o qual provavelmente na implantação desta não devem ter sido considerados a conservação de valores naturais.

<sup>9</sup> Disponível em: [http://cm-vnpaiva.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93&Itemid=114](http://cm-vnpaiva.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid=114) (Acedido a 28 de abril de 2022).

Por fim, o contexto económico do concelho de Vila Nova de Paiva tem demonstrado uma evolução bastante positiva, mas com desafios a ultrapassar. Desde já, o atual contexto demográfico, marcado por uma tendência de regressão da população, impõe desafios significativos à definição e implementação de políticas públicas municipais. Esta realidade demográfica, observada de forma consistente nos últimos censos e estudos prospetivos, tem implicações diretas sobre a organização do território, mas também ao modelo de desenvolvimento económico do concelho.

A escassez de oportunidades de emprego qualificado, a frágil diversificação da base económica local e a limitada atratividade para investimento externo contribuem significativamente para a saída da população mais jovem, especialmente após a conclusão do ensino secundário ou superior. Este fenómeno de êxodo — muitas vezes sem retorno — perpetua um ciclo de envelhecimento da população, com impactos diretos na sustentabilidade dos serviços locais, na dinâmica social e no potencial produtivo do território. Este ciclo vicioso entre declínio populacional e estagnação económica exige, por isso, uma abordagem integrada e multidimensional, o que deverá ser abordada estratégias relevantes na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Pois a atração e fixação de população para um território está dependente da capacidade de estes oferecerem condições de vida atrativas (habitação, serviços públicos, conectividade digital, mobilidade, cultura e lazer) aliadas a oportunidades económicas reais.

Neste sentido, a interligação entre demografia e economia impõe-se, assim, como um eixo estruturante do planeamento territorial e das políticas públicas municipais.

### **Património cultural**

O património constitui um vetor incontornável de desenvolvimento sustentado de um território, ligado às atividades de turismo e lazer e à relação que tem com as necessidades sociais mais elementares, através da manutenção da memória, da identidade individual e social.

De acordo com a Património Cultural I.P. (2025), encontram-se identificados no concelho de Vila Nova de Paiva sete imóveis classificados e três em vias de classificação (Quadro 28).

**Quadro 28 | Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Vila Nova de Paiva**

Designação	Categoria de proteção	Categoria/Tipologia	Decreto
Orca dos Juncais ou Anta da Queiriga	Monumento Nacional	Arqueologia / Anta	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910 Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993
Orca do Tanque ou Anta de Cas-Freires	Monumento Nacional	Arqueologia / Anta	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910
Anta de Pendilhe ou Casa da Moira ou Anta da Orca de Pendilhe	Imóvel de Interesse Público	Arqueologia / Anta	Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002
Pelourinho de Alhais	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933



Designação	Categoria de proteção	Categoria/Tipologia	Decreto
Pelourinho de Vila Cova à Coelheira	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
Pelourinho de Fráguas	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
Pelourinho de Pendilhe	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933
Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva / Igreja de São Sebastião	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Arquitetura Religiosa / Igreja	Anúncio n.º 119/2022, DR, 2.ª série, n.º 121, de 24-06-2022
Picoto do Vasco (integrado no Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões)	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-	Anúncio n.º 159/2025, DR, 2.ª série, n.º 97, de 21-05-2025
Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-	Anúncio n.º 159/2025, DR, 2.ª série, n.º 97, de 21-05-2025

Fonte: Património Cultural, I.P., 2025.

O património arquitetónico do concelho apresenta, igualmente, elementos arquitetónicos de destaque, que constituem testemunhos da história e tradição de Vila Nova de Paiva, sendo a grande maioria destes correspondente a elementos religiosos, de onde se destaca a Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva (atualmente em vias de classificação) e outros elementos como as igrejas matrizes de Touro, Vila Cova à Coelheira, de Pendilhe, de Fráguas, de Queiriga e de Alhais, e um número considerável de capelas.

*“São ainda exemplos de património arquitetónico as casas típicas (históricas), como a Casa do Brasileiro (Vila Nova de Paiva), a Casa dos Carrilhos (Queiriga), a Casa da Sinagoga (Vila Cova à Coelheira), a Casa da Comenda de Malta (Vila Cova à Coelheira), a Casa do Dr. Sá Pereira (Vila Nova de Paiva) e a Casa do Juiz de Barreiras (Vila Nova de Paiva), os pelourinhos e diversas estruturas de apoio, como as azenhas, os espigueiros, as fontes, os moinhos, os padrões e as pontes”* (Estudos de Caracterização de Vila Nova de Paiva, 2021).

Ainda, importa referir conjuntos notáveis de imóveis arquitetónicos, que pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico, constituem núcleos de importância patrimonial no concelho.

O património arqueológico representa uma mensagem viva das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território. No âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foram realizados os trabalhos arqueológicos de prospeção e inventariação do património arqueológico existente do concelho, resultando na elaboração do “Relatório Final do Levantamento, Inventariação e Cartografia do Património Arqueológico do Concelho de Vila Nova de Paiva (Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & EON. Indústrias Criativas, Lda, 2024). O relatório mencionado tem como objetivo dotar a 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva de informação atualizada e credível ao nível do património arqueológico existente.

Identificam-se no concelho de Vila Nova de Paiva, um número considerável de elementos arqueológicos (98 sítios arqueológicos e 76 áreas de potencial arqueológico<sup>10</sup>), sendo destaques (informação pormenorizada no Relatório Final do Levantamento, Inventariação e Cartografia do Património Arqueológico do Concelho de Vila Nova de Paiva, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & EON. Indústrias Criativas, Lda, 2024)):

- Orca de Porto Lamoso;
- Orca do Tanque/Orca de Merouços;
- Orca das Castonairas;
- Orca da Corga dos Moços;
- Orca de Picoto do Vasco;
- Orca de Lameira Travessa;
- Orca do Rapadouro;
- Canedotes (povoado);
- Castro de Vila Cova à Coelheira (povoado);
- Outeiro das Medidas (santuário rupestre);
- Carvalhais (necrópole medieval);
- São Martinho de Almoneixe (necrópole medieval);
- Igreja Matriz de Vila Cova à Coelheira (necrópole medieval).

Destaca-se que os elementos arqueológicos fazem parte do Roteiro Arqueológico do Alto Paiva, que permite aos visitantes desfrutar dos elementos arqueológicos espalhados pelo concelho. Aliado a este roteiro, surgiu o Museu Arqueológico do Alto Paiva, que tem como objetivo preservar e valorizar, através da divulgação, das coleções, os monumentos e os sítios. Pretende reunir espólios provenientes da região do Alto Paiva, abrangendo estruturas do Neolítico e Calcolítico, Idades do Bronze e do Ferro, e Alta Idade Média.

### **Turismo**

O concelho de Vila Nova de Paiva dispõe de uma variedade de produtos turísticos, nomeadamente ao nível do património natural (ambiente e recursos naturais), edificado (arqueológico, arquitetónico e museus) e gastronómico.

De acordo com o “Plano de Marketing da Turismo Centro de Portugal” (2013), o concelho de Vila Nova de Paiva, inserido na região Viseu Dão Lafões, deve apostar nos seguintes produtos turísticos:

- Turismo de Saúde;
- Circuitos Culturais e Religiosos;
- Turismo de Natureza;
- Gastronomia e Vinhos;
- Sol e mar (praias fluviais);
- Golfe e Turismo de Negócios (conferências das instituições de ensino superior da região).

---

<sup>10</sup> As áreas de potencial arqueológico são, na sua maioria, resultantes de indícios documentais não confirmados no decurso dos trabalhos de campo, que derivam, sobretudo, do mau estado do coberto vegetal, do facto de serem referentes a sítios destruídos, ou, de procederem de fontes de informação imprecisas quanto à sua localização ().

O concelho de Vila Nova de Paiva oferece uma variedade de produtos turísticos, quer ao nível do património natural, quer ao nível do património edificado, sem esquecer as tradições endógenas a este território.

- **Turismo de ar livre**

O rio Paiva com nascente próxima do concelho de Vila Nova de Paiva, este curso de água percorre cerca de 110 km até à sua foz no rio Douro. É caracterizado por uma elevada diversidade de espécies, habitats e ecossistemas, sendo alguns deles considerados como prioritários a nível europeu. Ao longo do seu percurso pelo concelho de Vila Nova de Paiva, existem algumas praias fluviais onde se pode disfrutar da sua beleza, tais como a Praia Fluvial Quinta da Azenha (Praia Fluvial de Alhais) e a Praia Fluvial de Fráguas, bem como o Parque Urbano de Vila Nova de Paiva, para usufruto de atividades ao ar livre.

Para além do rio Paiva, destacam-se os seus afluentes, como o rio Côvo e o rio Mau. Também nestes cursos de água é possível usufruir de espaços verdes nas suas margens, tais como a Praia Fluvial/Parque Urbano de Touro, e a Praia Fluvial do Rio Côvo (Vila Cova à Coelheira).

Nestes cursos de água, é ainda possível a prática de pesca, existindo pelo concelho associações relacionadas a esta atividade, tais como o Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva; o Clube de Caça e Pesca do Alto Côvo (Touro); a Associação de Caça e Pesca do Rio Côvo (Vila Cova à Coelheira); e o Clube de Caça e Pesca de Frávegas (Fráguas).

O concelho ainda conta com o Parque Botânico Arbutus do Demo, situado junto da EN 323 entre Vila Nova de Paiva e Cota (concelho de Viseu), o qual constitui como uma área verde, onde encontra-se instalado o antigo Viveiro Florestal de Queiriga. Possui ainda uma sala de interpretação audiovisual, um pequeno parque infantil, um parque de merendas, um cais para pesca e um parque astronómico.

Vila Nova de Paiva oferece ainda uma rede de percursos trail/running, inaugurados em 2019, e que são os primeiros a fazer parte da Rede de Percursos de Natureza de Viseu Dão Lafões. Contabilizam-se cinco percursos, que variam entre os 4,03 e os 47,7 quilómetros, ao longo das freguesias de Queiriga, Vila Cova à Coelheira e Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas. Fazem parte do Centro Municipal de Trail de Vila Nova de Paiva que tem, como ponto de partida, a casa florestal junto do Parque Botânico Arbutus do Demo. Os percursos existentes foram mencionados pormenorizados no subcapítulo 6.1. FCD Recursos Naturais.

- **Turismo Cultural:**

O concelho conta com inúmeros espaços culturais, como o Museu Rural de Pendilhe, o Museu Arqueológico do Alto Paiva, o Centro de Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira, o futuro Centro de Memória das Migrações de Queiriga, o Auditório Municipal Carlos Paredes e a Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro. Referente aos eventos culturais, Vila Nova de Paiva apresenta eventos como o festival VER PAIVA oferece aos seus visitantes animação, concertos, mostras de gastronomia e artesanato (MAGAD – Mostra de Artesanato, Gastronomia e Artes Decorativas), cinema e teatro ao ar livre, folclore, desporto, exposições diversas e oficinas de expressão plástica; a Feira do Fumeiro do Demo, realizado no Parque Urbano do Touro (promovida pelo Município de Vila Nova de Paiva e pela Junta de Freguesia de Touro); o Festival da Truta, realizado na Praia Fluvial de Fráguas; feira do Mel e do Artesanato, entre outros eventos e ainda festas e romarias.

- **Gastronomia e Artesanato:**

A gastronomia constitui um conjunto de produtos típicos, caracterizadores da identidade de um território, sendo esta a principal motivação dos turistas destes sectores. De entre as variedades de produtos

gastronómicos, disponíveis nos 16 restaurantes do concelho, destacam-se: javali; cabrito; Cozido à Regedora; Coelho guisado com carqueja; Trutas do rio Paiva / Côvo em molho de escabeche; Carneiro ensopado; Cabrito de caldeirada; Defumados de Pendilhe; Papas de farinha / relão com costeletas; Papas de relão doces; Bolos de ovos em forno de lenha; Arroz doce; Leite-creme; Cavacas; Caldo de abóbora com leite; Mel de Pendilhe; Queijo de cabra de Touro; e Vinho Morangueiro.

Vila Nova de Paiva também se caracteriza pelo seu artesanato, de onde se destacava a confeção caseira em linho, realizam-se também trabalhos em azulejaria, cerâmica, restauro e ferro forjado, cestaria e tamancaria, mantas de lã, vestuário de burel e meias, miniaturas em madeira de alfaia agrícola, cantaria e trabalhos figurativos em granito. Destaca-se que o Posto de Turismo de Vila Nova de Paiva dispõe, durante todo o ano, de exposições de artesanato típico deste território.

- **Turismo de Lazer:**

O concelho de Vila Nova de Paiva conta com o Diver-Karting (equipamento de automobilismo e de condução de kart), localizado no Loteamento Industrial de Vale de Forno, serve de atrativo de praticantes da região e, através do cumprimento dos regulamentos e normas técnicas da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting. Vila Nova de Paiva dispõe, ainda, de um espaço de lazer de bowling, com boas condições para a prática desta modalidade, sendo que o espaço oferece ainda um salão de jogos com diversas atividades de lazer.

Quando analisamos a oferta turística, de acordo com o Registo Nacional de Turismo (RNT), no ano de 2026, o concelho de Vila Nova de Paiva não identifica nenhum empreendimento turístico. Em relação ao alojamento local, e de acordo com o Registo Nacional de Turismo (2026), existem no concelho de Vila Nova de Paiva um total de 14 unidades de alojamento local, sendo 11 moradias, dois estabelecimentos de hospedagem e um quarto, registando capacidade total para 125 utentes com 55 quartos.

**Quadro 29 | Alojamentos locais no concelho de Vila Nova de Paiva**

Tipo	N.º	N.º de Utentes	N.º de Camas	N.º de Quartos
Estabelecimento de hospedagem	2	48	25	24
Moradia	11	74	40	29
Quartos	1	3	3	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>125</b>	<b>68</b>	<b>55</b>

Fonte: Registo Nacional de Turismo, 2026.

Importa referir que segundo o RNT (2025), no concelho de Vila Nova de Paiva não são identificados nenhum Empreendimento de Turismo no Espaço Rural (TER).

Segundo os dados do Turismo de Portugal (2025), a respeito da concentração relativa da oferta de alojamento a turistas, era em Vila Nova de Paiva:

- Concentração relativa da oferta de alojamento em Empreendimentos Turísticos – 0,6%;



- Concentração relativa da oferta de alojamento em Alojamento Local – 2,16%;
- Concentração relativa da oferta de alojamento a turistas – 1,38%.

Apresenta-se no Quadro 30 os indicadores de ocupação turística no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2020 para 2024, cujo apresenta uma variação positiva em todos os indicadores avaliados, especialmente os indicadores de proveitos de aposentos e número de dormidas, com aumento de 80,4% e 44,3%, respetivamente.

**Quadro 30 | Indicadores de ocupação turística, no concelho de Vila Nova de Paiva, em 2020 e 2024**

Indicadores	2020	2024	Variação Relativa (%)
Estada Média (N.º)	1,8	2,0	11,1%
Dormidas (N.º)	1.782	2.572	44,3%
Proveitos de aposentos (Euros)	51 milhares de euros	92 milhares de euros	80,4%
Taxa líquida de Ocupação Cama (%)	12,2%	14,6%	19,7%

*Fonte: Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, Instituto Nacional de Estatística.*

Diante destes resultados, pode-se verificar que o concelho de Vila Nova de Paiva tem apresentado uma relevante influência do setor turístico, como na geração de postos de trabalho, na atividade económica de “alojamentos, restauração e similares”, ainda diante dos indicadores de turismo o aumento considerável de procura ao concelho para atividades de lazer e turística.

### 6.3.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

O modelo de desenvolvimento económico do concelho de Vila Nova de Paiva é centrado em determinadas atividades económicas como o comércio, a agricultura, a construção e o turismo, e setor da indústria transformadora, que tem impulsionado o crescimento concelhio e diversificado a economia. A ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva dificulta o processo de revitalização e expansão da economia local, além de não introduzir no modelo económico maior intensidade de conhecimento e de rejuvenescer a capacidade empresarial endógena.

Além disso, o património cultural iria continuar a ser tratado de uma forma restritiva e estática, resumindo-se à identificação dos imóveis, por vezes ilegível, devido a uma cartografia com alguns anos de existência, sem meios informáticos. No caso do património arqueológico, a 1.ª revisão do PDM foi uma mais valia pois permitiu a atualização do levantamento dos sítios arqueológicos, e o município dispor de um conjunto alargado de informações.

Já as componentes associadas ao turismo, na ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, pode apresentar uma evolução não planeada. Apesar das grandes potencialidades turísticas que Vila Nova de Paiva possui, especialmente aproveitar de sua ruralidade, a sua imensa natureza e todo um património cultural, etnográfico, edificado, religioso e de tradições. Desta forma, deve-se continuar a investir e promover a identidade local, principalmente no setor turístico.

### 6.3.3. Análise SWOT

No quadro seguinte encontra-se apresentada a análise SWOT tendo em consideração as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da situação atual do FCD Geração de Valor e Identidade Local.

**Quadro 31 | Análise SWOT da situação atual do FCD Geração de Valor e Identidade Local**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>População empregada maioritariamente em sector terciário;</li> <li>População empregada em sector primário superior as unidades territoriais inserida;</li> <li>Evolução favorável do número de empresas e volume de negócios;</li> <li>Desenvolvimento de espaços industriais;</li> <li>Aumento generalizado do número total de pessoal ao serviço dos estabelecimentos no concelho;</li> <li>Presença de sete imóveis classificados e três imóveis em vias de classificação;</li> <li>Aumento de indicadores turísticos entre 2020 e 2024, especialmente proveitos de aposentos e número de dormidas;</li> <li>Variedade de produtos turísticos no concelho;</li> <li>Presença de património arqueológico, com destaque para o megalitismo, e, do Museu Arqueológico do Alto Paiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PDM de 1.ª geração, sendo os perímetros urbanos, elaborados sem apoio cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação;</li> <li>Espaços de atividades económicas em áreas sensíveis;</li> <li>Proximidade a concelhos com semelhantes ofertas turísticas;</li> <li>Reduzida oferta de empreendimentos turísticos e de categoria alta (4* e 5*).</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescente aposta nacional e regional do setor do turismo;</li> <li>Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação turística do concelho;</li> <li>Potencial de criação de novas empresas / atividades relacionadas com o setor agrícola e florestal;</li> <li>Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da CIM Viseu Dão Lafões;</li> <li>Aposta em atividades de desenvolvimento e inovação, enquanto oportunidades de atração de empresas e consequente geração de emprego;</li> <li>Ações/projetos de valorização e divulgação do património cultural (arqueológico e arquitetónico) em articulação com o natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PDM de 1.ª geração com necessidade de atualização;</li> <li>Desequilíbrios na dotação de investimento, com eventuais repercussões na coesão territorial;</li> <li>Concorrência de outros destinos turísticos com maior relevância histórica e/ou com Património Natural mais relevante e consequente desvio do investimento turístico;</li> <li>Execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos da administração local e central para a salvaguarda do património arqueológico; afetação do património arqueológico pelos incêndios rurais.</li> </ul>

### 6.3.4. Avaliação Estratégica de Efeitos

#### **Atividades económicas**

Diante o atual contexto de progressão económica no número de empresas e peso significativo do setor terciário, é importante que a proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva vise uma qualificação do setor terciário, com o objetivo de atrair mais empresas de serviços qualificados e de alto valor acrescentado que ofereçam remunerações mais competitivas, resultando em um combate a emigração e atração de jovens para o território concelhio.

Neste sentido, a proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, implementa a classe de espaços de atividades económicas (anteriormente no PDM em vigor, nomeada como zonas industriais), que se destinam à instalação de unidades industriais, de armazenagem e de serviços de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos ou quaisquer outros veículos motorizados como uso dominante, e ainda de atividades que, pelas suas características, se revelem incompatíveis com a sua localização nas restantes categorias de solo urbano. Estes espaços devem ser objetos de plano de urbanização ou de plano de pormenor, abrangendo a totalidade do perímetro de cada um e respeitando um índice de utilização máximo de 0,7m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>, sem prejuízo de poder ser viabilizada a instalação avulsa de atividades económicas ou a realização de operações de loteamento em parcelas ainda não disciplinadas pelos referidos planos.

De acordo com a proposta do Regulamento da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (2026), também são usos compatíveis com a categoria, a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos; a instalação de depósitos ou armazéns de combustíveis (de acordo com as condições estabelecidas nos diplomas legais e regulamentares aplicáveis); a instalação de postos de abastecimento público de combustíveis; e a instalação de depósitos a céu aberto para contentores, inertes, materiais de construção civil ou qualquer outro tipo de materiais.

Os espaços de atividades económicas de Vila Nova de Paiva acompanham as redes viárias e correspondem ao limite das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas com Queriga (Área Industrial de Vila Nova de Paiva), e as freguesias de Pendilhe e Vila Nova à Coalheira (Zona Industrial Vila Nova à Coalheira), o qual conjuntamente totalizam uma área total de cerca de 43,3ha. Destaca-se a redução de cerca de 5ha nos espaços de atividades económicas, entre a proposta apresentada em 2022 e a proposta de 2026.

Importa destacar que a zona industrial de Vila Nova de Paiva (principal área industrial do concelho), encontra-se situada em área delimitada como Rede Natura 2000, ainda sendo identificada uma pequena área de habitat (4030pt3) no limite norte. Neste contexto, a proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM que apresenta a área consolidada referente a zona industrial de Vila Nova de Paiva (cerca de 36,67ha), propõe a expansão desta com acréscimo de 23,52ha, não estando localizada em área com a presença de habitats da Rede Natura 2000. De acordo, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, no que diz respeito à gestão da ZEC, uma das linhas estratégicas, é haver uma *"maior integração dos objetivos de conservação dos valores naturais nos instrumentos de gestão do território, compatibilizando este objetivo com um leque alargado de atividades, incluindo a urbanização, o turismo, a indústria extrativa, as infraestruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer"* (6.2. Orientações de gestão).

Desta forma, o concelho apresenta o Relatório de Conformidade com Rede Natura 2000 (2026), o qual verifica que na área afeta à zona industrial de Vila Nova de Paiva, foram excluídas as três áreas do habitat 4030pt3 da cartografia de habitats naturais e seminaturais da ZEC do Rio Paiva, por corresponderem a áreas onde não se verifica a existência do habitat identificado. Assim, o ordenamento proposto consagra promover e/ou não conflitar a oportunidade de expandir a área económica com as necessidades de manutenção do estado de conservação favorável dos valores da ZEC do Rio Paiva.

Importa destacar que nas demais áreas com identificação da existência de habitats naturais e seminaturais da ZEC do Rio Paiva, a entidade da Administração Pública com intervenção na Rede Natura 2000 deve, no exercício das suas competências, evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies para as quais as zonas foram designadas, na medida em que

possam vir a ter um efeito significativo. Assim, as medidas e restrições necessárias para garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função do qual a referida zona foi classificada, dependem de parecer favorável do ICNF, I.P. ou da CCDR-C, I.P.:

- a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m<sup>2</sup>;
- b) A alteração do uso atual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 5 ha;
- c) As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 5 ha, considerando-se continuidade as ocupações similares que distem entre si menos de 500 m;
- d) As alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;
- e) A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, bem como as alterações à sua configuração e topografia;
- f) A deposição de sucatas e de resíduos sólidos e líquidos;
- g) A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das existentes;
- h) A instalação de infraestruturas de eletricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares fora dos perímetros urbanos;
- i) A prática de atividades motorizadas organizadas e competições desportivas fora dos perímetros urbanos;
- j) A prática de alpinismo, de escalada e de montanhismo;
- k) A reintrodução de espécies indígenas da fauna e da flora selvagens.

No caso de ações, planos ou projetos não diretamente relacionados com a gestão, mas suscetíveis de afetar a área de forma significativa (individualmente ou em conjugação com outras ações, planos ou projetos), devem ser objeto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objetivos de conservação da referida zona. Diante disto, a expansão da área industrial deverá ter parecer favorável das entidades responsáveis, assim como as respetivas indústrias e empresas a se instalarem, o qual deverão elaborar avaliação de incidências ambientais das respetivas atividades, de modo a minimizar e mitigar os impactos causados aos valores naturais.

É admitido nestes espaços a instalação de usos complementares de serviços, de comércio e de equipamentos de apoio às empresas, a incluir componentes edificadas para alojamento de pessoal de vigilância ou segurança. Para além disso, pode ser autorizada a instalação de superfícies comerciais, de estabelecimentos hoteleiros, de estabelecimentos de restauração ou de locais de diversão, desde que a Câmara Municipal considere que tal é compatível com o meio envolvente.

Nestes espaços, é encargo das entidades proprietárias das unidades a instalação, a construção, manutenção e gestão dos sistemas que assegurem de modo permanente e eficaz o controlo e tratamento dos efluentes eventualmente produzidos, a eliminação de todas as formas de degradação ambiental resultante da laboração, e

a preservação ou utilização sustentável dos recursos naturais. Fica interdita, nas áreas dos lotes ou parcelas que medeiam entre as fachadas dos edifícios e as vias que confrontam, a deposição de matérias-primas, de resíduos e desperdícios resultantes da laboração, ou dos produtos desta destinados a expedição.

Nos espaços centrais, espaços habitacionais e espaços urbanos de baixa densidade, classificados como categorias de solo urbano, é igualmente admitida a utilização ou ocupação de indústria, desde que sejam compatíveis com o uso dominante e que as soluções urbanísticas garantam a coerência da imagem urbana, evitando roturas com a escala e configuração volumétricas características do edificado dominante.

Importa destacar, que a proposta de revisão do PDM para estas três categorias são estabelecidas como compatíveis aos usos dominantes a exploração de recursos hidrogeológicos e geotérmicos e as instalações de depósitos ou armazéns de combustíveis em áreas não integradas na estrutura ecológica urbana e postos de abastecimento público de combustíveis, o que requer elevada responsabilidade na autorização e licenciamento para as atividades com proximidade a área com concentração elevada de pessoas e bens, devido poderem acarretar em riscos tecnológicos.

Na 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva encontra-se definida uma UOPG destinada a expansão da Área Industrial de Vila Nova de Paiva (UOPG 1), o qual deverá passar pelo processo das entidades da Administração Pública, responsáveis por intervenções na ZEC Rio Paiva. Referente a expansão da área industrial de Vila Nova de Paiva, esta tem como objetivo definir uma estrutura empresarial, procurando dar resposta à necessidade de áreas de produção destinadas a espaços industriais e de armazenagem. Desta forma, será necessário criar as respetivas infraestruturas, novos arruamentos e respetivas interligações com as vias comunicações principais existentes.

Assim como, os demais espaços destinados para atividades económicas, deverão ser dotados de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades, quer em termos de acessibilidades quer da correta gestão de resíduos e abastecimento de água de forma a permitir a instalação das atividades industriais de acordo com as normas ambientais nacionais e europeias.

No concelho identifica-se um posto de armazenamento de combustível, atividade condicionada à obtenção de licença ambiental (Decreto-Lei n.º 2017/2012, de 9 de outubro), mas não se identifica instalações SEVESO, contudo o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, estabelece que *“devem ser mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo presente decreto-lei e as zonas residências, locais de utilização pública, vias de comunicação e, quando aplicável, as zonas ambientalmente sensíveis”*.

Efetivamente ao nível municipal, será o concelho a assegurar a manutenção das distâncias de segurança, quando procedem ao licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas situadas nas zonas de perigosidade dos estabelecimentos, nomeadamente de vias de circulação, de locais de utilização pública e de zonas residenciais, que possam estar na origem de um acidente grave ou aumentar o risco da sua ocorrência ou de agravar as suas consequências (n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto).

Os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores ao limiar estabelecido no anexo I do Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, encontram-se abrangidos por este regime e pelo procedimento de licenciamento ambiental, que, na sua essência, assenta sobre a minimização dos impactos negativos sobre o homem e sobre o ambiente de determinadas atividades e processos. A

exploração/funcionamento das atividades abrangidas pelo procedimento de licenciamento ambiental, como sejam as atividades abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves, está condicionado à obtenção de uma licença ambiental, que por sua vez tem como uma das condições necessárias para a sua emissão, a prévia aprovação do relatório de segurança.

Concluindo, caso exista a pretensão de instalação de uma empresa que manuseie substâncias perigosas e suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, são salvaguardados pelos procedimentos a que os operadores estão sujeitos até à sua implantação, como é o caso da sujeição ao procedimento de avaliação de impacte ambiental, de licenciamento ambiental, obrigatoriedade de elaboração de planos de emergência internos, entre outros.

No que se refere ao solo rústico, a 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva identifica a categoria de “Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos”, com área total de 246,31ha, cujo integra o conjunto de espaços, especificamente afetos ou destinados à exploração de recursos energéticos e atividades complementares, a desenvolver em conformidade com o regime de concessão ou licença de exploração juridicamente válida nos termos da legislação aplicável.

Ainda é importante frisar a necessidade de valorização do setor primário e secundário, de modo a apoiar a modernização das atividades destes setores, focando em nichos de mercado (produtos de qualidade, turismo rural, etc.), aproveitando o conhecimento local nas freguesias com maior peso destes setores. Assim como, reforçar a identidade do concelho como um local com qualidade de vida, forte conexão com a natureza e com oportunidades de trabalho qualificadas, para se distinguir na competição pela atração de população.

Neste contexto, percebe-se que a proposta da 1.ª revisão do PDM abrange o ordenamento e o desenvolvimento das atividades económicas do concelho através da expansão da área industrial de Vila Nova de Paiva e do ordenamento em solo rústico com a categoria de espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos. Contudo, importa destacar que deve ser acautelado a permissibilidade de algumas atividades económicas em áreas de categorias habitacionais e nas proximidades com áreas sensíveis (Rede Natura 2000), o qual podem resultar em riscos tecnológicos e grande alteração paisagística e com impactes a pessoas e ambientais relevantes.

### **Património cultural**

A proteção e valorização do património cultural, cujas bases estão estabelecidas na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, em redação atual, são apontadas *“como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*. Incorporando este pressuposto, uma das opções estratégicas de desenvolvimento da atual revisão do PDM de Vila Nova de Paiva está orientado para a preservação e valorização da identidade local, sendo a valorização e conservação do património arquitetónico e arqueológico um dos objetivos que concretizarão este parâmetro.

*“Os bens imóveis, nas suas categorias de monumento, conjunto ou sítio, classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público constituem testemunhos de especial importância da civilização e da cultura portuguesa, justificando-se plenamente que sejam objeto de especial proteção e valorização”* (DGOTDU, 2006), pelo que na redação atual do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, são definidos os diferentes tipos de proteção. Com efeito:

- “Os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção” (n.º 1 do artigo 36.º);
- “Os bens imóveis em vias de classificação podem beneficiar, em alternativa à zona de proteção prevista no número anterior, de uma zona especial de proteção provisória” (n.º 2 do artigo 36.º);
- “Os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção” (n.º 3 do artigo 36.º).

De acordo com o artigo 37.º do supracitado diploma legal, a zona geral de proteção “tem 50 metros contados dos limites externos do bem imóvel” e “Quando o limite da zona geral de proteção abranja parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de proteção”.

Por sua vez, segundo o artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a zona especial de proteção possui a extensão e impõe as restrições adequadas, de acordo com a proteção e valorização do imóvel classificado. A zona especial de proteção garante assim o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, devendo integrar os espaços verdes (jardins ou parques de interesse histórico) que sejam importantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado. Tendo qualquer intervenção que decorra nestes locais de ser devidamente autorizada e acompanhada pelo órgão competente de acordo com a escala de classificação.

O património classificado e em vias de classificação encontra-se identificado na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas, Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais e dispõe de áreas de proteção estabelecidas e delimitadas de acordo com as disposições legais relativas ao património classificado ou em vias de classificação. Sem prejuízo do acatamento das disposições legais aplicáveis quando se tratar de património classificado ou em vias de classificação, e respeitando os poderes de intervenção das respetivas entidades de tutela, deve ser impedida a demolição, total ou parcial, dos elementos. Para além disso, devem ser igualmente impedidas quaisquer intervenções que neles se pretendam efetuar, sempre que considere que tais ações podem diminuir ou prejudicar o seu interesse e valor histórico-cultural.

O património arqueológico deve ser identificado nos IGT para que sejam estabelecidos os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação das zonas de proteção, assim, no âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva é apresentada a Carta Arqueológica (2024). Para além disso, os PMOT devem estabelecer “os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística e da preservação do património cultural” (alínea f) do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio). No caso de, no decurso de operações urbanísticas, aparecer vestígios arqueológicos, obriga à suspensão imediata dos trabalhos e à comunicação imediata da ocorrência à Câmara Municipal e ao Património Cultural, I.P..

Os elementos identificados como património arqueológico só podem ser alvo de obras ou intervenções de acordo com as condições do regime legal de defesa e proteção do património arqueológico.

Por fim, na proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva não se tem definido espaços culturais nem em solo rústico como em solo urbano, contudo identifica-se no capítulo de Salvaguardas do Regulamento (Artigos 73.º e 74.º), o regime de salvaguardas de bens patrimoniais imóveis, o qual apresenta que os elementos do património arqueológico estão inventariados no Regulamento, na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes da revisão, sendo que só podem ser objeto de operações urbanísticas ou quaisquer outras



intervenções que impliquem remoção de terras ou revolvimento de solo, no quadro e nas condições do regime legal de defesa e proteção do património arqueológico.

No que se refere ao património natural e paisagístico, importante mencionar o Parque Botânico *Arbutus do Demo*, que visa reconstruir a paisagem natural e antropogénica das terras altas do Paiva, o qual na proposta foi abrangido pela categoria de espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações (solo rústico), o que é mais uma oportunidade de atração ao território de Vila Nova de Paiva.

### **Turismo**

Diante da importância que o turismo poderá ter na diversificação e reforço da base económica local, o concelho de Vila Nova de Paiva tem como estratégia a aposta no turismo como atividade geradora de mais-valia; promovendo a diversidade de recursos e produtos existentes no concelho, em complemento à atividade turística; incentivando e apoiando as iniciativas privadas na área do turismo e lazer; integrando e criando rotas que divulguem a paisagem, a cultura, o património e a gastronomia; e promovendo e divulgando eventos culturais municipais.

Apesar de não terem sido delimitados espaços de ocupação turística (solo rústico) e espaços turísticos (solo urbano), o estabelecimento de empreendimentos turísticos é permitido, segundo a proposta da 1.ª revisão do plano, tanto em solo rústico como em solo urbano, através de outras categorias de solo.

No solo rústico, as classes de espaços agrícolas e de espaços florestais tem como usos complementares, empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo em espaço rural e de turismo de habitação. No caso dos empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural, estabelecimento hoteleiro, parque de campismo e de caravanismo, estes na proposta, surgem como usos compatíveis com os espaços agrícolas e espaços florestais de produção e dos espaços mistos de uso silvícola e agrícola.

No caso dos espaços naturais e paisagísticos, e sem prejuízo dos condicionamentos legais ou regulamentares aplicáveis, admitem-se como usos compatíveis a inclusão de “*empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz*” (alínea d), n.º 2 do Artigo 26.º), sendo respeitadas as disposições específicas identificadas no Regulamento da 1.ª revisão do PDM. Ainda, admitem-se como usos compatíveis a inclusão em áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre (incluindo as atividades de animação turística), áreas verdes de proteção e enquadramento, a manter em estado natural, complementares das instalações de empreendimentos turísticos. É ainda permitida a ocupação por empreendimentos turísticos nos espaços classificados como áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais.

No solo urbano, podem ainda receber empreendimentos turísticos, desde que sejam consideradas compatíveis com o uso dominante das categorias de espaços centrais, espaços habitacionais, espaços urbanos de baixa densidade. É ainda admissível a instalação de estabelecimentos hoteleiros na classe de espaços de atividades económicas, caso a Câmara Municipal considere que tal é compatível com o meio envolvente.

De forma a adotar medidas de eficiência ambiental e contribuir para o desenvolvimento turístico sustentável, abordado no âmbito da ET 2027, destaca-se que a proposta de Regulamento da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (n.º 1 do Artigo 18.º), estabelece que os empreendimentos turísticos, campos de golfe e instalações afins devem cumprir requisitos à otimização da eficiência ambiental, nomeadamente:



- *“Utilização de materiais permeáveis ou semipermeáveis nos espaços exteriores, apenas sendo admissíveis áreas impermeabilizadas se devidamente fundamentadas tecnicamente;*
- *Soluções arquitetónicas adequadas ao clima e valorizadoras da paisagem e da identidade regional, com adequada inserção na morfologia do terreno e preservação das vistas;*
- *Soluções paisagísticas valorizadoras do património cultural e natural do local e sua envolvente, recorrendo a espécies autóctones ou outras adaptadas às condições edafoclimáticas do local, e com maior capacidade de captura de carbono;*
- *Tratamento adequado de águas residuais e reutilização de águas residuais e pluviais, nomeadamente em espaços verdes e jardins ou lavagem de pavimentos, e instalação de dispositivos que promovam a redução dos consumos de água nos edifícios e nos espaços exteriores, de acordo com os critérios do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água e respetivos instrumentos operativos;*
- *Adoção de meios de transporte internos “amigos do ambiente” e de medidas mitigadoras dos consumos energéticos nos espaços exteriores e nos edifícios, designadamente através da instalação de equipamentos de maior eficiência energética, da orientação e exposição solar dos edifícios, e da utilização de fontes de energia renovável;*
- *Adoção de sistemas de separação de resíduos sólidos nos edifícios e espaços exteriores com vista ao respetivo tratamento e valorização.”*

Diante disto, considera-se que a proposta promove um incentivo a qualificação do setor turístico, integra os pilares de sustentabilidade, informação de benefícios de adotar práticas sustentáveis, além de promover a eficiência energética, hídrica e gestão de resíduos.

Face ao exposto, em relação ao turismo, ressalta-se que o concelho deverá dar ênfase ao desenvolvimento e instalação de empreendimentos turísticos de categoria 4 e 5 estrelas, mas com categoria mínima de 3 estrelas, de maneira a distinguir e posicionar o concelho com melhor oferta turística, numa altura em que o turismo de natureza e turismo em espaço rural se destaca. Assim, na atual proposta do Regulamento da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM, no que se refere a outros empreendimentos turísticos isolados, para estabelecimento hoteleiro e de hotel rural construído de raiz devem associar-se a temáticas específicas que contribuam para a valorização económica e ambiental do espaço rural, como a categoria mínima de 3 estrelas. (alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º).

## 6.4. FCD Riscos

### 6.4.1. Situação Atual

#### **Riscos Naturais**

Os riscos naturais correspondem aos processos perigosos que resultam do funcionamento dos sistemas naturais, com consequência sobre pessoas, bens e ambiente. Desta forma, serão apresentados os riscos naturais com maior incidência no concelho de Vila Nova de Paiva, e cuja proposta deverá acautelar as áreas de maior suscetibilidade, nomeadamente os riscos de cheias e inundações e de áreas com instabilidade de vertentes.

No território de Vila Nova de Paiva, o risco de cheias e inundações destaca-se ao longo dos principais cursos de água, nomeadamente do rio Paiva (na União de freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas), o rio Vouga (Queiriga), o rio Mau (Pendilhe) e o rio Côvo (Touro e Vila Cova à Coelheira), bem como ao longo do Ribeiro do Rebentão (Queiriga) e da Ribeira das Mouriscas (Vila Cova à Coelheira).

De acordo com o PMEPC de Vila Nova de Paiva (2018), as estratégias de mitigação são apresentadas no quadro abaixo:

**Quadro 32 | Estratégias de mitigação do risco de cheias e inundações**

Medidas Estruturais	Medidas Não Estruturais
Construção de barragens, reservatórios e bacias de retenção	Regulamentação e/ou zoneamento de zonas inundáveis
Regularização fluvial	Planos de emergência
Diques	Mapeamento das áreas suscetíveis ao risco – sendo esta cartografia elemento preponderante no PDM
Modificações da bacia de escoamento	Implementação de sistemas de aviso e alerta
Limpeza e desobstrução de sumidouros, valeta e outros canais de escoamento – pretende-se impedir a acumulação de águas pluviais	Criação de seguros
Verificação/reparação de eventuais desmoronamentos das margens de linhas de água – é essencial uma monitorização regular do curso da linha de água, de modo a detetar e reparar eventuais situações que possam levar a obstruções ou estrangulamentos	Educação ambiental
Aumentar as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água – em caso de cheia as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água irão favorecer a infiltração de água no solo	Planeamento do uso do solo

Medidas Estruturais	Medidas Não Estruturais
Reflorestação das áreas ardidas – as áreas ardidas têm menor capacidade de retenção de águas pluviais e são zonas sujeitas a arrastamento de material para as linhas de água, sendo deste modo fundamental proceder à sua reflorestação	Incentivos às instalações de atividades menos vulneráveis às cheias
Restrição na construção em zonas de risco – é essencial restringir a urbanização em zonas de risco de cheia ou inundação	-

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, Município de Vila Nova de Paiva, 2018.

Referente ao risco de áreas com instabilidade de vertentes que são áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto).

No concelho de Vila Nova de Paiva as áreas com maiores suscetibilidades concentram-se nas vertentes com maiores declives dos principais cursos de água, nomeadamente na parte central do concelho, ao longo do rio Côvo (entre a Senhora Alvaqueira e a confluência com o rio Paiva), do rio Paiva (entre Fráguas e o limite do concelho a oeste), e da ribeira da Lapa; na parte noroeste do concelho, ao longo das encostas do rio Mau e na parte sul do concelho, nas vertentes expostas a sudeste (Monte das Antas) e ao longo do rio Vouga.

**Quadro 33 | Estratégias de mitigação de instabilidade de vertentes**

Medidas Estruturais	Medidas Não Estruturais
Proceder a monitorização contínua com acompanhamento das zonas de risco para perceber eventuais alterações nas vertentes	Pesquisar indícios de eventuais movimentações
Controlar a drenagem – com o intuito de evitar que a água se acumule nas vertentes ou que atinja velocidades indesejadas, de modo a evitar a saturação de água no solo ou a erosão e minimizar eventuais instabilidades nas vertentes	Elaboração de cartografia sobre a suscetibilidade de áreas de risco
Reformular a ocupação do território – proibir ou restringir a ocupação de zonas de elevada perigosidade	Elaboração de planos de emergência
Construir muros retentores – eficaz sistema de drenagem o que reduz a probabilidade de movimento de massa	Implementação de sistemas de vigilância, deteção e fiscalização nas áreas mais suscetíveis
Reflorestação das vertentes – ajuda à fixação do solo e consequentemente reduz os movimentos de massa	Planeamento do uso do solo – impedir construções em vertentes com pendores grandes

Medidas Estruturais	Medidas Não Estruturais
Pregagens – em algumas situações é possível efetuar pregagens para fixação das camadas ao nível rochoso estável	Criação de seguros
Aplicação de redes de proteção – a impedir a queda de pequenos fragmentos de rocha	
Estabilização de taludes – visa regularizar a superfície e sempre que possível recompor artificialmente as condições topográficas	
Evitar o aumento de carga em vertentes – o corte de vertentes, para a abertura de estradas por exemplo, pode levar à destabilização da vertente	

*Fonte: Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, Município de Vila Nova de Paiva, 2018.*

Às alterações climáticas que ocorrem atualmente na Terra, acrescem alterações causadas por diversas atividades humanas que emitem para a atmosfera, significativas quantidades de gases com efeito de estufa. Tendo por base o atual conhecimento científico, estas alterações do equilíbrio climático estão a provocar um conjunto de impactes, como a subida do nível do mar, cheias e inundações resultantes de precipitações rápidas e intensas, aumento dos incêndios rurais, aumento da frequência de ondas de calor e outras consequências.

Ainda, de acordo com a ENAAC 2020 (prorrogada até 31 de dezembro de 2025), as políticas de mitigação das alterações climáticas visam promover a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono, através da redução de emissões de GEE (30% a 40% em 2030 em relação ao ano de 2005). Assume-se que este resultado será alcançado a partir da promoção de novas tecnologias, adoção de boas práticas, além da criação de empregos verdes, geração de novos produtos e serviços de baixo carbono, contribuindo para os objetivos do crescimento verde.

As políticas de adaptação às alterações climáticas devem promover a resiliência do território e da economia, reduzindo as vulnerabilidades aos efeitos das alterações climáticas e tirando partido das oportunidades geradas. Assim, torna-se fundamental reforçar a integração dos objetivos de adaptação às alterações climáticas nas políticas setoriais relevantes.

Diante do atual panorama dos desafios associados às alterações climáticas, urge promover a adoção de medidas mitigatórias que combatam as causas, e de adaptação, que minimizem os impactos, com vista a uma sociedade neutra em carbono e resiliente ao clima, adaptada às suas consequências, reduzindo a vulnerabilidade e alcançando o desenvolvimento sustentável.

Em termos de alterações climáticas, sendo considerada uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas, considera-se importante integrar a análise dos cenários climáticos possíveis, enquanto informação essencial para um planeamento de resiliência do território e suas funções. Segundo projeções futuras do clima para o território em estudo, estima-se:

- Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas;

- Diminuição da precipitação média anual;
- Diminuição do número de dias de geada;
- Aumento dos fenómenos extremos de precipitação;
- Aumento no número de dias com ondas de calor;
- Aumento do risco elevado de incêndio.

Na região Centro, prevê-se um aumento das temperaturas médias na ordem de 1°C para 2041 e até cerca de 2°C até 2070, o que aumenta a probabilidade de dias mais quentes, a par de fenómenos extremos como secas, ondas de calor, tempestades e precipitação intensa. Ainda, prevê-se uma clara tendência de diminuição para ambas as projeções, o qual apresentam uma redução que pode variar entre os 4,2% (55,3 mm) e os 13% (167 mm). Resultado desta situação, esperam-se impactos significativos na qualidade e quantidades dos recursos hídricos (caudais poderão sofrer reduções significativas), na biodiversidade (aumento da pressão sobre os ecossistemas), nos sistemas humanos de produção alimentar (devido ao stress hídrico e ao maior risco de pragas e doenças) e de energia (produção hidroelétrica poderá reduzir), nas zonas sujeitas a erosão, cheias e incêndios (a área ardida anualmente tende a aumentar progressivamente), na saúde humana (aumento da mortalidade devido a ondas de calor e propagação de novas doenças transmitidas por vetores) e na economia (afetando em particular os mais vulneráveis).

Importante ponderar a avaliação de cenários de alterações climáticas da região Centro de Portugal, disponibilizada pelo Portal do Clima (2023), que aborda as anomalias de diversas variáveis climáticas (temperatura, precipitação, humidade relativa, índice de seca, entre outras) face à normal de referência de 1971-2000, para os seguintes períodos 2011-2040, 2041-2070, 2071-2100, considerando os cenários de emissões conducentes a forçamentos radiativos médio (RCP 4.5 – menos gravoso) e elevado (RCP 8.5 – mais gravoso) .

Revela-se um agravamento no cenário RCP8.5, que apresenta uma elevação de temperatura significativa até 2100. Em relação à precipitação na região, verifica-se um significativo decréscimo em ambos os cenários, onde se prevê uma variabilidade crescente das disponibilidades hídricas, que se caracterizará pela extensão da estação seca. O somatório destes cenários poderá acarretar um agravamento do índice de escassez hídrica nas bacias hidrográficas.

Relativamente a impactos negativos indiretos identificados, realçam-se os prejuízos para as atividades económicas, como a agricultura, o aumento dos custos de produção de bens e serviços e o aumento dos custos com seguros, fatores que poderão sentir-se no imediato e a longo prazo, e ter implicações negativas no tecido socioeconómico regional.

Em 2025, o Município de Vila Nova de Paiva, apresentou o seu Plano Municipal de Ação Climática, que visa contemplar os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), quer em termos da preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas e, ainda, das ações a desenvolver e do investimento associado. Os objetivos e metas para a mitigação adotados pelo PMAC encontram-se em consonância com os objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de planeamento de política nacional, incluindo os estabelecidos na Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), que apontam para uma redução das emissões, face a 2005: de 55% em 2030, de 65% a 75% em 2040 e de 90% em 2050. Por sua vez, os objetivos ao nível da adaptação passam por: melhorar o nível de

conhecimento sobre as alterações climáticas; implementar medidas de adaptação e promover a integração da adaptação em políticas setoriais.

### **Riscos Mistos**

O risco de incêndio rural, é um dos elementos a ter em consideração ao nível do planeamento municipal, nomeadamente do uso do solo e à compatibilização dos mesmos. O Decreto-Lei n.º 82/2021 institui áreas prioritárias de prevenção e segurança integram “os territórios correspondentes às classes de perigosidade «alta» e «muito alta» constituem APPS, identificados na carta de perigosidade de incêndio rural” (artigo 42º, n.º 1).

A partir da sua análise constata-se que as áreas do concelho que apresentam maior perigosidade (alta e muito alta), correspondem aos locais de maiores declives e cuja ocupação do solo e que conjuntamente, encontram-se ocupados por matos e floresta (Mapa 20).

O mapa apresenta a distribuição da perigosidade de incêndio rural no concelho de Vila Nova de Paiva. A área é colorida conforme o nível de risco, com tons de verde para áreas de menor perigo e tons de amarelo, laranja e vermelho para áreas de maior perigo. O mapa inclui as fronteiras administrativas do concelho e dos fregueses vizinhos: Castro Daire, Moimenta da Beira, Sátão e Viseu. São também indicadas algumas localidades dentro do concelho, como Vila Couça, Coelhoso, Vila Nova de Paiva, Queijiga e Vila Nova de Paiva - Antas e Fátimas. No canto superior esquerdo, há uma seta indicando a orientação (Norte). No canto inferior esquerdo, encontra-se uma escala gráfica em quilómetros (0, 1, 2 km).

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO RURAL NO CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA					
<b>Limites Administrativos:</b>		<b>Classes de Perigosidade:</b>			
- - Limites de Freguesia	Concelhos Limítrofes	Muito Baixa	Média	Muito Alta	
- - Limites de Concelho		Baixa	Alta		

Elaborado por:

**ERRE LR B**

Nº do Mapa: 4

Sistema de Coordenadas e de Referência:  
PT-TM06/ETRS89

Fonte(s):  
CAOP 2020 (DGT, 2021)  
Cartografia de Ocupação de Solo de VN Paiva (2021)

Escala: (A3)  
1:65 000

Data de Edição:  
Novembro de 2021

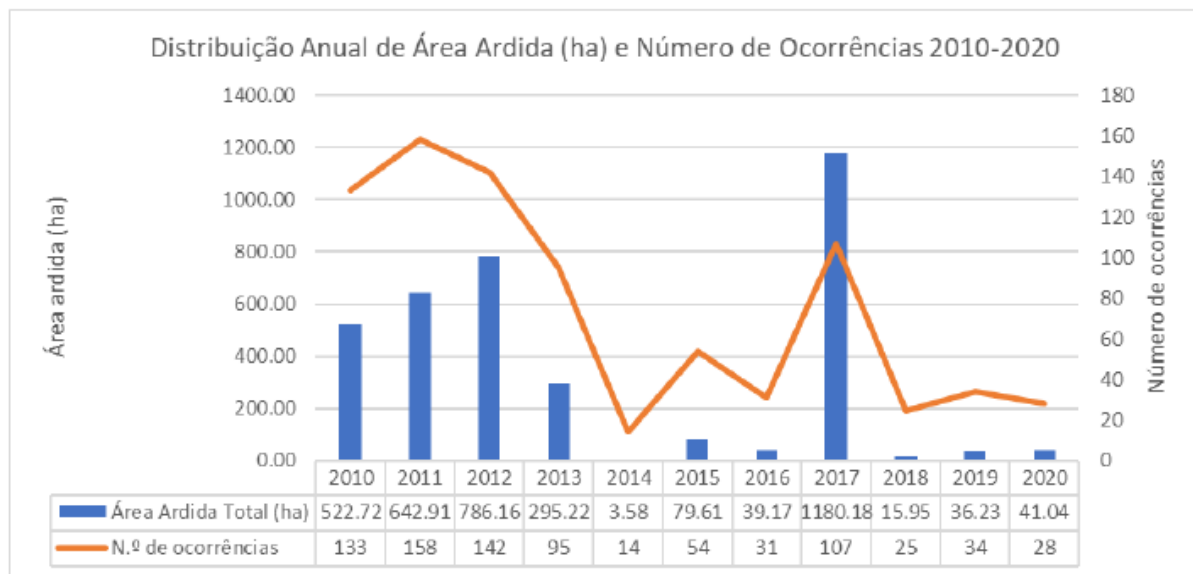
A análise do histórico da área ardida e do número de ocorrências tem por base os dados do PMDFCI de Vila Nova de Paiva 2022-2031 (Mapa 21), entre os anos de 2010 e 2020. No período analisado constata-se que em média, registaram-se 75 ocorrências por ano e uma área ardida anual média de 331,16ha. Sendo que este valor de área ardida corresponde a cerca de 1,9% da área total e a cerca de 2,3% da área de espaços florestais do concelho. A freguesia mais afetada em número de ocorrências foi a freguesia de Vila Cova à Coelheira, com um



número de 270, tendo uma área de 644,71ha, já a freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas é a mais afetada, no que toca à área ardida com 1.231,53ha, tendo 161 ocorrências.

Referente ao período analisado, o ano de 2017 regista o ano com maior extensão de área ardida, no qual arderam 1180,18ha em 107 ocorrências, já o ano de 2011 apresentou o maior número de ocorrências, com um valor de 158 ocorrências que causaram 642,91ha. O ano de 2014 foi o ano com o valor mais baixo de área ardida e número de ocorrências com 3,58ha em 14 ocorrências.

**Gráfico 11 | Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências entre 2010 e 2020**

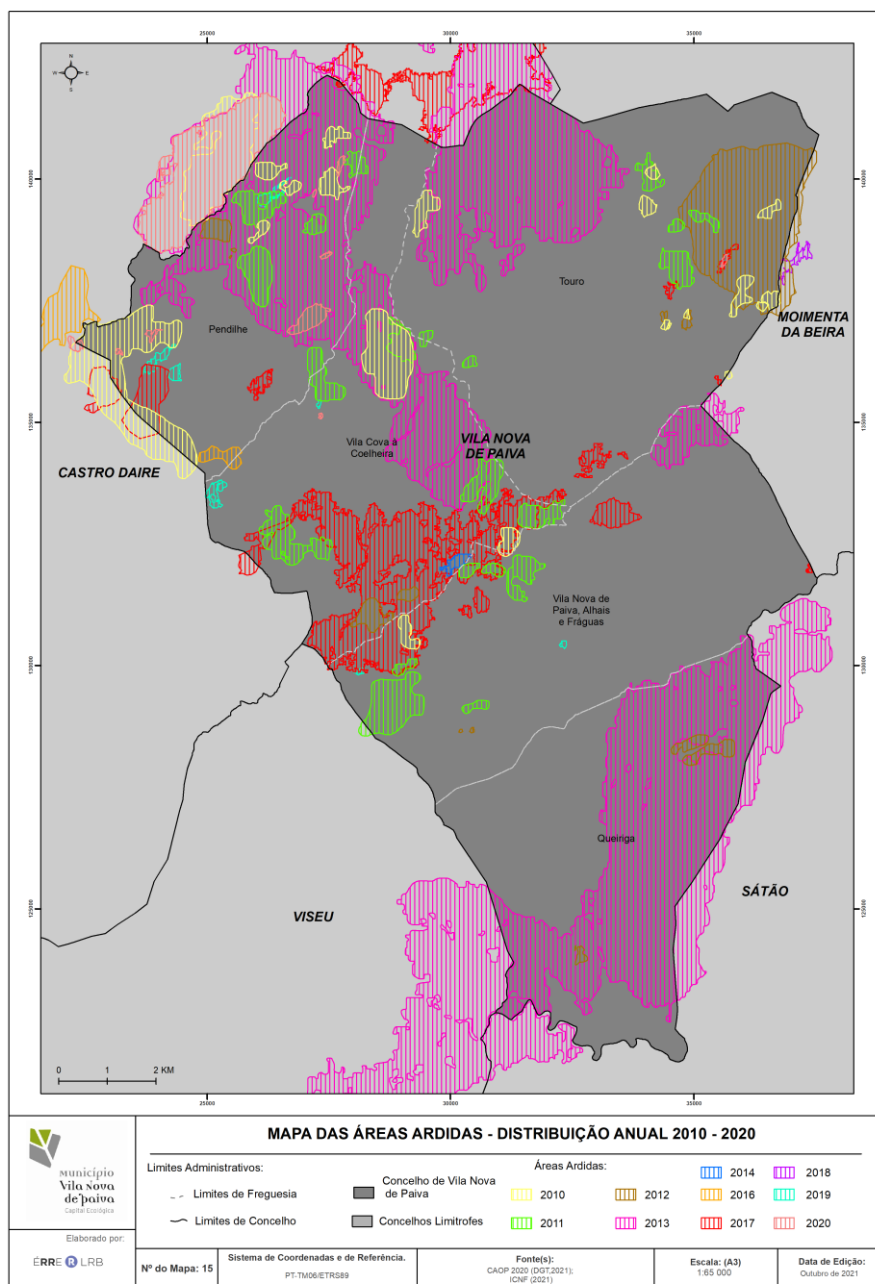


Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022-2031 – Caderno II – Plano de Ação, Município de Vila Nova de Paiva, 2022.

O PMDFCI de Vila Nova de Paiva ressalta a necessidade de melhorias tanto na prevenção e mitigação do risco quanto no combate aos incêndios, não podendo ser atribuídas as ocorrências somente a condições meteorológicas desfavoráveis, mas também a outros fatores como o coberto vegetal consumido ou a acessibilidade ao local dos incêndios em cada caso específico.



**Mapa 21 | Áreas ardidas por incêndios no concelho de Vila Nova de Paiva, entre 2010 e 2020**



Fonte: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022-2031 – Caderno II – Plano de Ação, Município de Vila Nova de Paiva, 2022.

De acordo com o PMDFCI 2022-2031, a freguesia que se destacou no quinquénio 2015-2019 foi a freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (sede do concelho) por ter registado a maior área ardida média com um valor de 198,31ha por ano. A freguesia com o maior número médio de ocorrências é Vila Cova à Coelheira, com um valor de 19 ocorrências. Existe uma relação entre a área ardida e o número de ocorrências, com as freguesias com maior área ardida tendo, em geral o maior número de ocorrências. A freguesia com a média mais

baixa de ocorrências por ano e menor valor de área ardida média foi Queiriga com um valor de 0,75 ocorrências e 0,03ha.

De acordo com a Portaria n.º 1056/2004, de 19 de agosto, todas as freguesias do concelho de Vila Nova de Paiva estão enquadradas na denominada Zona Crítica de Dão-Lafões, onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios. Nesta zona crítica estão incluídos os dois perímetros florestais (PF) que integram o concelho, nomeadamente o PF da Serra de São Miguel e São Lourenço; e o PF da Serra de Leomil.

Importante relembrar que o concelho de Vila Nova de Paiva tem parte de seu território incluído no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga (PRGP SMAPV)<sup>11</sup>, que tem por objetivo promover a transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. O trabalho referente a elaboração do programa setorial ainda se encontra em fase de elaboração, contudo é relevante elencar a necessária articulação entre os instrumentos de planeamento.

É pertinente realçar que o envelhecimento populacional constitui como uma das principais causas para o crescente abandono das práticas agrícolas e florestais, o que leva a uma acumulação da carga de combustível nestas áreas e tornando-as mais suscetíveis à ocorrência de incêndios rurais. A proposta do programa, no caso específico dos ecossistemas prevê para a área do concelho de Vila Nova de Paiva, intervenções de reforço da biodiversidade funcional, gestão ativa de matos, valorização dos sistemas agro-silvo-pastoris e restauro de zonas ripícolas e de encosta.

### **Riscos Tecnológicos**

Atualmente os acidentes rodoviários constituem uma importante preocupação ao nível dos riscos tecnológicos. São uma causa de vítimas, muitas das quais mortais e cujo número se mantém elevado, apesar das inúmeras campanhas de sensibilização e melhorias nas vias e nos próprios veículos circulantes. Assim, quanto aos acidentes rodoviários, a suscetibilidade é mais elevada nas ER 225, EN 323 e a EN 329 (principais estradas do concelho), algumas estradas municipais localizadas na freguesia de Touro (fator da morfologia) e na freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (fator da densidade populacional). Na maioria dos casos, o excesso de velocidade, proporcionado pelas características geométricas das vias, é um dos principais fatores para a ocorrência de acidentes.

Segundo dados do INE e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (2024), entre os anos de 2014 e 2023, o concelho de Vila Nova de Paiva apresenta redução de 25,9% nos acidentes viários, no entanto neste período analisado foram registados num total de 179 acidentes e uma totalidade de nove vítimas mortais.

**Quadro 34 | Acidentes de viação entre os anos de 2014 e 2023 no concelho de Vila Nova de Paiva**

Ano	Total	Vítimas Mortais
2014	27	1

<sup>11</sup> Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril.

Ano	Total	Vítimas Mortais
2015	17	1
2016	17	3
2017	24	1
2018	15	0
2019	18	1
2020	12	0
2021	15	1
2022	14	1
2023	20	0

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Instituto Nacional de Estatística.

Os incêndios urbanos e industriais, segundo o PMEPC (2015), são uma preocupação na medida em que podem pôr em risco a população que utiliza os edifícios para habitação, para a indústria ou outros fins. No concelho de Vila Nova de Paiva, o risco de incêndio urbano concentra-se nos aglomerados com maior densidade populacional, sendo que se distribui por todas as demais freguesias, sendo que se destacam as seguintes localidades: Cerdeira e Vila Cova à Coelheira; Vila Nova de Paiva e Fráguas; Lousadela e Queiriga; Touro, Póvoa e Adomingueiros; e Pendilhe.

Quanto aos acidentes e incêndios industriais, apesar da existência de um posto de armazenamento de combustível no concelho de Vila Nova de Paiva, não existem instalações SEVESO (Decreto-Lei n.º 150/2015, 5 de agosto), nem atividades de prevenção e controlo integrados da poluição condicionadas à obtenção de licença ambiental.

#### 6.4.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Diante da atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais e tecnológicos, prevê-se que sem a implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas.

Em síntese, a tendência de evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

### 6.4.3. Análise SWOT

No quadro seguinte encontra-se apresentada a análise SWOT tendo em consideração as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da situação atual do FCD Riscos.

**Quadro 35 | Análise SWOT da situação atual do FCD Riscos**

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estratégias de mitigação aos riscos estabelecidos no PMEPC do concelho;</li> <li>Elaboração do PMAC do concelho;</li> <li>Redução das áreas ardidas e números de ocorrências de incêndios rurais;</li> <li>Redução do número de acidentes rodoviários no território concelhio entre os anos de 2014 e 2020.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PDM de 1.ª geração, sendo os perímetros urbanos, elaborados sem apoio cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação, o que impossibilita a comparação de informações;</li> <li>Incidência de áreas com elevados declives associadas ao risco de erosão;</li> <li>Freguesia sede do concelho regista entre 2015-2019 a maior área ardida média, a se tratar de uma elevada densidade populacional.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da CIM Viseu Dão Lafões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efeitos das alterações climáticas, que apontam para a maior frequência de situações de seca, incêndios rurais e de escassez de recursos hídricos, entre outros efeitos;</li> <li>Continuação do êxodo das zonas rurais, resultando no abandono das áreas agrícolas e florestais.</li> </ul>

### 6.4.4. Avaliação Estratégica de Efeitos

#### Riscos naturais

Para esta avaliação serão tidos em consideração os riscos identificados anteriormente, por serem aqueles que possuem uma incidência direta no território e para os quais a proposta da revisão do plano poderá acautelar sendo áreas de maiores suscetibilidades.

A proposta da 1.ª revisão do PDM para mitigar especificamente a vulnerabilidade ao risco de cheias e inundações, foram definidas as zonas ameaçadas por cheias, e que se encontram identificadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas e na Planta de Condicionantes III – Reserva Ecológica Nacional, que constituem importantes ferramentas de minimização da suscetibilidade à ocorrência de cheias e inundações, além dos riscos de movimentos de massa e erosão hídrica do solo.

Relativamente ao risco de cheias e inundações, as áreas ameaçadas por este risco constituem um subsistema de REN, nomeadamente “Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC)”, o qual abrange uma área de 204,48ha, o que corresponde a 1,17% da superfície do concelho (proposta da nova delimitação da REN, 2026). Desta forma, as áreas identificadas como ZAC encontram-se abrangidas pelos condicionalismos à sua ocupação dispostos no Regime Jurídico da REN, e que constituem uma importante ferramenta de minimização da suscetibilidade à ocorrência de cheias e inundações. Assim, nas ZAC podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções: i) prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens; ii) garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídrica; iii) regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas; iv) estabilidade topográfica e

geomorfológica dos terrenos em causa; e v) manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis (Decreto-Lei n.º 124/2019, 28 de agosto).

Outro instrumento fundamental para o controle de cheias e inundações é a implementação da EEM, o que além de conferir conectividade ao território através das infraestruturas verdes decorrentes da implementação da EEM, também alicerça as características/potencialidades ecológicas do território e favorece o contributo do ecossistema enquanto suporte de serviços que presta para a vivência humana, como no fornecimento de água e controle da erosão do solo.

Em relação ao risco de erosão hídrica do solo, deve-se promover a vegetação das vertentes mais expostas a estes riscos, uma vez que a vegetação tem um papel fundamental na fixação do solo, contribuindo para a redução do nível de erosão.

Em áreas de instabilidade de vertentes podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções: i) estabilidade dos sistemas biofísicos; ii) salvaguarda face a fenómenos de instabilidade e de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo; iii) prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens (Decreto-Lei n.º 124/2019, 28 de agosto).

Ainda, quando falamos de riscos naturais, um tema inevitável é das alterações climáticas. As alterações do clima que ocorrem atualmente na Terra, acrescem alterações causadas por diversas atividades humanas que emitem, para a atmosfera, significativas quantidades de GEE. Tendo por base, o atual conhecimento científico, estas alterações do equilíbrio climático estão a provocar um conjunto de impactos, como a subida do nível do mar, aumento dos incêndios rurais, o aumento da frequência de ondas de calor, cheias e inundações resultantes de precipitações rápidas e intensa. Nesta sequência é necessário, de forma a antecipar os seus efeitos adversos, tomar ações adequadas para prevenir e minimizar as suas consequências ou aproveitar as oportunidades que podem surgir das mesmas, que nos adaptemos às constantes mudanças do clima.

As projeções para o concelho de Vila Nova de Paiva indicam uma potencial diminuição da precipitação média anual e um potencial aumento da temperatura média anual, em especial das máximas, o que irá intensificar a ocorrência de verões mais quentes e secos. Para além disso, é ainda projetado um aumento da frequência de ondas de calor e de eventos de precipitação intensa ou muito intensa. Estas alterações envolvem um conjunto de impactos sobre o território municipal, que mesmo na presença de respostas fundamentadas na adaptação aos cenários futuros, existirão sempre riscos climáticos que irão afetar o município.

A identificação dos efeitos que ocorrem nos ecossistemas do concelho devido às alterações climáticas são de elevada relevância para a elaboração de estratégias de adaptação para reduzir os impactos das alterações climáticas na provisão dos serviços de ecossistemas, tendo em conta soluções baseadas na natureza, particularmente a nível local para apoiar estratégias de gestão sustentável e incentivar a salvaguarda e conservação dos recursos naturais, principalmente a conservação da biodiversidade.

Assim é pertinente realçar a importância da execução do PMAC de Vila Nova de Paiva (2025) com a identificação dos riscos projetados e medidas de adaptação e mitigação para os mesmos, além de contribuir para que se cumpram os compromissos climáticos assumidos na Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro).

Neste sentido, o Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva com o objetivo de dar resposta ao ordenamento do território sobre à temática das alterações climáticas, apresentou uma seleção de áreas temáticas com indicação de medidas de adaptação e mitigação a considerar na presente revisão, abordando áreas temáticas, como: Riscos / Resiliência Territorial; Mobilidade Sustentável; Serviços dos ecossistemas; Aproveitamento de fontes de energia renovável; e Eficiência ambiental (energética, hídrica, de solo e materiais).

Destaca-se que instrumentos de referência no âmbito das alterações climáticas devem ser considerados na elaboração da proposta do plano, nomeadamente o P-3AC e o PNEC, o qual apresentam ações e metas a serem atingidas relevantes no contexto municipal. O P-3AC apresenta as seguintes linhas de ação:

- Prevenção de incêndios rurais;
- Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo;
- Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura e no setor urbano para prevenção dos impactes decorrentes de fenómenos de seca e de escassez;
- Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas;
- Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima;
- Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais;
- Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações;
- Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

Uma vez que o PDM é o instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, assim como a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e o modelo territorial municipal, deve considerar as linhas de ação apresentadas de modo a alcançar uma resiliência e minimizar os impactes das alterações climáticas ao território de Vila Nova de Paiva, para além de obter benefícios sociais, ambientais e económicos em geral.

Referente ao PNEC, política integrada de energia e clima, Portugal estabelece a promoção da descarbonização da economia e a transição energética, a fim de alcançar a neutralidade carbónica em 2050. O PNEC 2030 assenta nos seguintes objetivos: descarbonizar a economia nacional; dar prioridade à eficiência energética; reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética; garantir a segurança de abastecimento; promover a mobilidade sustentável; promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono; desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; e garantir uma transição justa, democrática e coesa.

### **Riscos mistos**

Uma significativa área de espaços florestais tem apresentado sinais de abandono por parte de seus proprietários, verificando a degradação destas e sub-lotação dos seus espaços. Igualmente, além do risco interno, também é necessário acautelar o possível progresso de incêndio rural para o concelho de Vila Nova de Paiva proveniente de concelhos limítrofes, resultado da presença de manchas florestais que se encontram nos

limites externos. Para tal, é necessário e de extrema relevância aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança nos limites externos do concelho, especialmente os ocupados com machas florestais contínuas.

Assim, deverá ser identificadas as áreas com recursos agrícolas e florestais que merecem proteção ao risco de incêndio apresentados na Planta de Condicionantes II. Ainda, a carta de perigosidade de incêndio rural obrigatoriamente deverá ser integrada na planta de condicionantes dos planos territoriais, conforme definido no n.º 6 do artigo 41º do Decreto-Lei n.º 82/2021, 13 de outubro, em redação atual (estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais - SGIFR). Com entrada em vigor do referido diploma, novas disposições as áreas de perigosidade alta e muito alta da planta de perigosidade condicionam a classificação e reclassificação do solo.

O diploma em redação atual impõe algumas condicionantes a edificação nas áreas prioritárias de prevenção e segurança no seu artigo 60º, nomeadamente:

- *“1- Nos territórios incluídos nas APPS com condicionamentos à edificação, em resultado da aplicação da metodologia prevista no n.º 3 do artigo 42.º, com exceção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.”*
- As condicionantes para as edificações fora da APPS aplicam-se as obras de construção ou ampliação de edifícios em solo rústico fora de aglomerados rurais, quando se situem em território florestal ou a menos de 50 m de territórios florestais, que devem cumprir condições cumulativas elencadas no n.º 1, artigo 61º do mesmo diploma:
  - a) *Adoção pelo interessado de uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*
  - b) *Afastamento à extrema do prédio, ou à extrema de prédio confinante pertencente ao mesmo proprietário, nunca inferior a 50 m, no caso de obras de construção;*
  - c) *Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC e a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios, de acordo com a categoria de risco, sujeito a parecer obrigatório da entidade competente e à realização de vistoria;*
  - d) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro.*

As áreas de perigosidade de alta e muito alta correspondem às áreas classificadas como tal no PMDFCI de Vila Nova de Paiva em vigor, publicado conforme o Edital n.º 96/2022, de 27 de janeiro, em vigor de 2022 a 2031.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, as condicionantes relativas às áreas percorridas por incêndio deixam de ter efeito, exceto pela salvaguarda de espécies arbóreas protegidas (sobreiro e azinheira), conforme Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio. Já para as condicionantes para áreas de perigosidade de incêndio rural alta e muito alta, esta apenas aplica-se para o solo rústico, excetuando-se os aglomerados rurais.

O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, não estabelece a obrigatoriedade de classificar como solo rústico todas as áreas que estejam classificadas como áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta, mas sim estabelece condicionalismo à edificação, assim como obriga os concelhos a transpor para a planta de



condicionantes a cartografia de risco de incêndio. Ainda neste âmbito, foi tido em consideração na proposta de plano a perigosidade de incêndio rural estabelecida no PMDFCI vigente (artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho).

Com vista a proceder a uma avaliação de possíveis conflitos entre áreas de perigosidade de incêndio rural nas classes alta e muito alta, incluídas nas Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) com a proposta de solo urbano, o Relatório de Fundamentação da Proposta (2026), apresenta um conjunto alargado de casos de conflito, porém grosso modo, apresentam uma área inferior a 1000 m<sup>2</sup>, o que resulta de que a maior parte dos polígonos têm uma dimensão pouco significativa, facilmente explicável pelo elevado número de pixéis isolados com classificação alta ou muito alta.

### **Riscos tecnológicos**

No risco de incêndio urbano, devem ser tomadas medidas mitigadoras da ocorrência deste fenómeno, sobretudo nas zonas antigas dos aglomerados habitacionais identificados como de suscetibilidade elevada. Estas medidas devem passar pela manutenção e inspeção dos edifícios, e pela criação de condições para a rápida resposta das forças de intervenção.

No que concerne à prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Prevenção de Acidentes Graves que Envolvam Substâncias Perigosas, prevê que sejam mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pela referida legislação e as zonas residenciais, os locais de utilização pública e as vias de comunicação. Para garantir essas distâncias, estabelece-se que sejam definidas zonas de perigosidade associadas a cada estabelecimento (zona de efeitos letais e zona de efeitos irreversíveis na saúde humana) e que são determinadas em função da quantidade e da perigosidade das substâncias perigosas presentes no estabelecimento.

A definição dessas zonas de perigosidade tem como objetivo a limitação de eventuais consequências de acidentes graves, através de um planeamento e gestão eficazes do território. Estas zonas de perigosidade devem ser tidas em consideração pela Câmara Municipal, na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território e no licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas na envolvente de cada estabelecimento.

Importa mencionar, a permissibilidade da proposta referente a instalação de depósitos ou armazéns de combustíveis e de postos de abastecimento público de combustíveis em diferentes categorias, como por exemplo, categoria de espaços habitacionais, o qual prevê a importância da autorização/licenciamento destas atividades, de modo a minimizar os impactos negativos sobre o homem e sobre o ambiente de determinadas atividades e processos.

Assim, caso os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores ao limiar estabelecido no anexo I do Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, encontram-se abrangidos por este regime e pelo procedimento de licenciamento ambiental. A exploração/funcionamento das atividades abrangidas pelo procedimento de licenciamento ambiental, como sejam as atividades abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves, está condicionado à obtenção de uma Licença Ambiental, que por sua



vez tem como uma das condições necessárias para a sua emissão, a prévia aprovação do Relatório de Segurança.

Em suma, caso exista a pretensão de instalação de uma empresa que manuseie substâncias perigosas e suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, são salvaguardados pelos procedimentos a que os operadores estão sujeitos até à sua implantação, como é o caso da sujeição ao procedimento de AIA, de licenciamento ambiental, obrigatoriedade de elaboração de planos de emergência internos, entre outros.

## 7. SISTEMATIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### 7.1. SÍNTESE DAS TENDÊNCIAS DOS EFEITOS DA ESTRATÉGIA DO PLANO

Neste capítulo é apresentada a síntese das tendências de evolução, segundo o seu desenvolvimento face à situação atual e aos cenários utilizados, tendo em consideração os objetivos estipulados. Esta síntese permite compreender, de uma forma mais clara e sucinta, a análise da avaliação ambiental dos FCD estabelecidos.

**Quadro 36 | Situação atual e tendência de evolução - síntese da AAE da 1.ª RPDM de Vila Nova de Paiva**

FCD	Critérios	Situação Atual	Evolução Sem a Revisão PDM	Evolução Com a Revisão PDM
<b>Recursos Naturais</b>	Valores Naturais		0	+
	Recursos Florestais		0	+
	Paisagem		0	+
<b>Coesão Territorial</b>	Ocupação do Solo		-	+
	Acessibilidade e Transporte		0	+
	Infraestruturas e Equipamentos Coletivos		-	+
<b>Geração de Valor e Identidade Local</b>	Atividades Económicas		-	+
	Património Cultural		0	+
	Turismo		-	+
<b>Riscos</b>	Riscos Naturais		-	+
	Riscos Mistos		0	+
	Riscos Tecnológicos		0	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
<b>TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO</b>	- Negativa	0 Sem Alteração Significativa	+ Positiva

## 7.2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

A partir da avaliação das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pode-se determinar os efeitos negativos e positivos mais significativos, apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 37 | Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por FCD**

FCD	Efeitos	
	Positivo	Negativo
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a preservação e conservação de áreas sensíveis e salvaguardadas pela Rede Natura 2000, conforme demonstrado no Relatório de Conformidade da proposta com a Rede Natura 2000.</li> <li>Revisão da delimitação da REN e RAN.</li> <li>Adequação da proposta às normas regulamentares relativas à preservação de espécies florestais autóctones.</li> <li>Inclusão dos aproveitamentos hidroagrícolas na Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais.</li> <li>Implantação da Estrutura Ecológica Municipal, enquanto instrumento que promove a continuidade dos espaços verdes.</li> <li>Permite a preservação dos recursos hídricos, visando melhorar o seu estado de qualidade.</li> <li>Expansão de zona industrial em área sem a presença de habitats naturais e seminaturais.</li> <li>Zonas de infiltração máxima, identificadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguarda, de forma a salvaguardar a qualidade de recursos hídricos subterrâneos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de pressão nos ecossistemas mais sensíveis, como em habitats naturais e seminaturais, decorrentes da proximidade de zonas urbanas junto dos principais cursos de água que atravessam o concelho.</li> <li>Existência de proposta de áreas edificáveis em área afetas ao regime florestal;</li> <li>Falta de estratégia para a recuperação de regadios tradicionais.</li> </ul>
Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adaptação e articulação do PDM ao regime legal em vigor.</li> <li>Potencia a localização estratégica de Vila Nova de Paiva no semicírculo suburbano de Viseu.</li> <li>Consolidação das áreas urbanas e o policentrismo, controlando assim a dispersão urbana.</li> <li>Disponibilidade de novas áreas para serviços e infraestruturas a todo o concelho, promovendo a equidade no seu acesso.</li> <li>Definição dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, de modo a articular as funções habitacionais e de desenvolvimento rural e dotá-los de um papel concorrente no crescimento, no equilíbrio e na coesão territorial.</li> <li>Investimento de reabilitação urbana.</li> <li>Programação para a execução de novas vias locais e abertura de frentes urbanas.</li> <li>Identificadas captações de água subterrâneas para consumo humano e um raio de 60m como zona de proteção imediata.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de pressão nos ecossistemas mais sensíveis.</li> <li>Pouca oferta de transportes públicos, favorecendo o uso dos automóveis particulares.</li> <li>A ausência da delimitação oficial do perímetro de proteção das captações de água subterrânea para consumo humano existentes no concelho.</li> <li>Contributo para o aumento da emissão de GEE, através do aumento do uso de automóvel.</li> </ul>
Geração de Valor e Identidade Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão da zona industrial na continuidade da existente, não se propondo novos espaços destinados à implantação de estabelecimentos industriais.</li> <li>Promoção do Parque Botânico Arbutus do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão da área industrial de Vila Nova de Paiva em área de Rede Natura 2000.</li> <li>Desenvolvimento de atividades económicas junto a zonas habitacionais.</li> </ul>

FCD	Efeitos	
	Positivo	Negativo
	<p>Demo, e regulamentação específica para este.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Delimitação da categoria de espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos, de modo a abranger as áreas já ocupadas e onde deverá ser potenciado as energias renováveis.</li> <li>Promoção e valorização do património paisagístico e cultural que atrai investimentos.</li> <li>Aposta crescente no património arqueológico, devido à presença de um conjunto de monumentos megalíticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impactes ambientais quanto a geração de energias renováveis.</li> </ul>
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>A definição de áreas de risco permite uma adequada definição dos perímetros urbanos e a salvaguarda das áreas de risco, contribuindo para a segurança de pessoas e bens.</li> <li>Contribuir para a prevenção de riscos, através da delimitação da REN e da EEM, segundo as orientações nacionais e estratégicas mais recentes.</li> <li>Aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico às alterações climáticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proposta de áreas edificáveis em áreas de risco, como é caso da proximidade a áreas com perigosidade de incêndio rural.</li> </ul>

## 8. RECOMENDAÇÕES

---

As recomendações que serão apresentadas visam maximizar as oportunidades identificadas no âmbito de cada FCD e, tanto quanto possível, mitigar as eventuais ameaças. Estas revestem-se de um carácter geral, não substituindo as observações mais específicas apresentadas no ponto 6, no contexto da avaliação estratégica de impactes.

De forma a ir de encontro com o solicitado pela APA, as recomendações apresentadas de seguida encontram-se escalonadas consoante a sua prioridade, porém não é taxativo, podendo sempre que o Município entender, alterar a prioridade de as concretizar.

### **FCD 1 | Recursos Naturais**

1. Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta e valorização paisagística;
2. Promover intervenções de valorização das áreas ribeirinhas, em especial ao longo da ZEC Rio Paiva;
3. Definir e gerir algumas restrições nos acessos e usos das margens e zonas envolventes dos cursos de água onde irão desenvolver ações de valorização e recuperação, de modo a que a pressão do aumento turístico não pressione na utilização dos recursos hídricos;
4. Implementar uma rede de percursos pedonais e estabelecer com os municípios vizinhos uma estratégia de valorização da biodiversidade, da paisagem potenciando o turismo na região;
5. Promover ações de florestação/reflorestação das áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones ou com espécies adaptadas às características edafoclimáticas, seguindo as orientações do PMDFCI;
6. Delinear estratégia para a recuperação dos regadios tradicionais que apresentam um estado de degradação considerável, sendo necessário obras de reabilitação com vista à redução das perdas de água, à melhoria da eficiência do seu uso; à melhoria das condições de vida.

### **FCD 2 | Coesão Territorial**

1. Fomento da centralidade e a nuclearização das áreas urbanas nomeadamente através do reforço de serviços/comércio de proximidade, agilização de licenciamento e eventual discriminação positiva a nível de taxas urbanísticas;
2. Criação de mecanismos de incentivo (por exemplo, redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;
3. Potenciar a criação de novas vias pedonais e de ciclovias, de forma a aumentar a mobilidade concelhia através de modos suaves e contribuir para o desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental;

4. Adotar medidas de melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada na via pública, nos acessos e edifícios habitacionais e públicos, bem como, em passeios, espaços de recreio e lazer, discriminados em legislação específica;
5. Introduzir tecnologias de energia renovável na iluminação pública, bem como introduzir medidas de racionalização energética em edifícios de administração pública;
6. Reforço dos sistemas multimunicipais para uma melhor gestão das redes de saneamento, tratamento e valorização de resíduos urbanos.
7. Monitorizar a capacidade de oferta e tipologias de equipamentos sociais face às necessidades e características da população abrangida.

### **FCD 3 | Geração de Valor e Identidade Local**

1. Criar benefícios fiscais ou financeiros a nível municipal, de modo a atrair e a premiar o tecido empresarial que sigam modelos de boas práticas;
2. Promover a implementação de sistemas de gestão ambiental nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental;
3. Promover o recurso a práticas de regadio que promovam o uso eficiente da água e a remodelação das infraestruturas de rega para diminuição das perdas, incluindo a sua modernização com implementação de métodos e sistemas de rega mais eficientes;
4. Incentivar recursos de financiamento para introdução de novas economias rurais e novas oportunidades emergentes, inovadoras e sustentáveis;
5. Potenciar a criação de empresas relacionadas com *touring* cultural, animação cultural, etc, bem como promover ações de marketing com o objetivo de atração e acolhimento empresarial no setor do turismo em espaço rural;
6. Manter o inventário do património arqueológico e arquitetónico atualizado, de forma a perceber a evolução do estado de conservação dos mesmos, e, promover o conhecimento através de projetos de investigação e ações de divulgação.

### **FCD 4 | Riscos**

1. Gerir o coberto florestal do concelho através ações de limpeza e plantação planeada (preferencialmente, utilizando espécies autóctones), bem como potenciar a plantação de vegetação nas zonas de maior declive para reduzir o risco de erosão;
2. Incentivar os privados a cumprirem com as regras estabelecidas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, como é o caso da limpeza dos terrenos e a criação da faixa de gestão de combustível;
3. Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos;

4. Manter a identificação e monitorização das áreas suscetíveis aos riscos analisados, assim como designar medidas de mitigação e adaptação do território concelhio quanto às alterações climáticas;
5. Promover a eficiência energética dos edifícios, e a emissão de certificados energéticos para projetos de reabilitação de edifícios.



## 9. PROCESSO DE SEGUIMENTO E CONTROLO

---

A fase de seguimento e controlo é alicerçada num conjunto de medidas para a monitorização ambiental e territorial, centradas nos indicadores do sistema de monitorização da AAE, considerando as realizações e os resultados da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Com efeito, o processo de seguimento e monitorização é de especial importância, na medida em que decorre ao longo do período de implementação do plano e contribui para assegurar o cumprimento e a integração das recomendações da AAE. Segundo o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual: *“as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”*.

Ao longo da implementação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva é fulcral realizar um acompanhamento, pois só assim é permitido, não só controlar e avaliar a sua execução e os seus efeitos ao nível da sua sustentabilidade ambiental, como também avaliar atempadamente as consequências decorrentes de alterações na conjuntura global. O processo de monitorização ambiental e territorial deve:

- Acompanhar a evolução da execução do plano;
- Permitir a avaliação do grau de eficiência e eficácia das orientações definidas no âmbito da AAE para um processo de decisão ambientalmente sustentável;
- Permitir a identificação de efeitos e riscos imprevistos que eventualmente surjam no decorrer de mudanças circunstanciais e que impliquem a alteração de algumas considerações elaboradas em sede da AAE.

A monitorização será desenvolvida por recurso à utilização de indicadores específicos, identificados no âmbito da AAE, e associados a cada FCD, permitindo avaliar o desempenho ambiental da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva com base em informação a recolher ao nível das intervenções previstas. O conjunto de indicadores que se apresentam deverão ser aferidos e validados previamente à implementação do plano em causa, de maneira a assegurar a sua exequibilidade e maximizar a sua eficácia na identificação e resolução atempada de eventuais situações de conflito.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos à APA, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se à sua divulgação.

**Quadro 38 | Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva**

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
Recursos Naturais	Pedidos de desanexação da RAN e REN (ha e N.º)	s/d	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	Nula
	Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior (%)	50%	Quinquenal	APA (SNIAmb)	100% das massas de água com estado global bom ou superior
	Área de povoamentos florestais reconvertidas com espécies autóctones	s/d	Quinquenal	DGT / ICNF, I.P	Aumentar
	Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) <sup>12</sup>	192	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Redução
Coesão Territorial	Edifícios licenciados para construção nova e para ampliação, alteração ou reconstrução (N.º)	Nova: 13 Ampliação, alteração ou reconstrução: 7 (2024)	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva / INE	Aumentar a regeneração e reconstrução de edifícios
	Execução da área de expansão da Vila (%)	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	100%
	Execução das vias programadas (%)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	100%
	Adesão ao serviço aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento (%)	AA – 83,4% AR – 70% (2022)	Anual	ERSAR	PENSAARP 2030 –2026 de para 2030 de 95%
	Acessibilidade física aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento (%)	AA – 99% AR – 98% (2022)	Anual	ERSAR	PENSAARP 2030 – AA para 2026 e 2030 de 80% AR - 2026 e 2030 deverá ser de 70%

<sup>12</sup> Interseção entre o edificado da cartografia de base e as zonas de conflito definidas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas.

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
	Perdas reais de água na rede pública [l/(ramal.dia)]	s/d	Anual	ERSAR	Inferior a 100 l/(ramal.dia)
	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	10,7% (2023)	Anual	INE	Aumentar
Geração de Valor e Identidade Local	Empresas instaladas no concelho (N.º)	579 (2022)	Anual	INE	Aumentar
	Taxa de execução das áreas propostas à instalação de atividades económicas (%)	s/d	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	80%
	Empreendimentos turísticos e alojamentos locais (N.º)	Empreendimentos Turísticos: 0 Alojamentos Local: 14	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva / Turismo Portugal	Ofertas com maior qualidade (4*)
	Imóveis/conjuntos classificados e em vias de classificação (N.º)	Classificado – 7 Em vias de classificação – 3 (2025)	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva / Património Cultural, I.P.	Terminar a classificação dos imóveis em vias de classificação
	Atividades de promoção e valorização do património cultural (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Aumentar
Riscos	Edifícios em áreas suscetíveis a risco de inundação (N.º)	53 <sup>13</sup>	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	--
	Área ardida e ocorrências de incêndios rurais (ha e N.º)	41,04ha / 28 (PMDFCI, 2020)	Anual	ICNF, I.P	Reduzir
	Ocorrências de incêndios e acidentes industriais (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Reduzir
	Ocorrências de incêndios urbanos (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Reduzir
	Ações de promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	Aumentar

<sup>13</sup> Interseção entre o edificado da cartografia de base e as zonas ameaçadas por cheias da REN.

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
	Medidas de mitigação e adaptação para as alterações climáticas implementadas no âmbito do PMAC (N.º)	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	100% das medidas do PMAC

## 10. FASES SEGUINTE DO PROCESSO

---

### 10.1. DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Após a aprovação da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Uma vez finalizado o processo, a 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e a Declaração Ambiental serão enviados à Agência Portuguesa do Ambiente e às ERAE consultadas neste processo.

Na Declaração Ambiental será identificada a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do plano, referindo as observações apresentadas pelas ERAE e pela discussão pública e os resultados da respetiva ponderação. Deve ficar explícita a forma como as observações foram integradas no processo ou, caso não se tenha procedido à sua integração, ser apresentada a respetiva justificação.

A declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do plano.

A Declaração Ambiental será disponibilizada ao público pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva através da sua página de internet (<http://cm-vnpaiva.pt/>), podendo ser igualmente disponibilizada na página de Internet da Agência Portuguesa do Ambiente (<https://www.apambiente.pt/>).

### 10.2. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

A entidade responsável pela fase de seguimento e monitorização da AAE é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, devendo proceder à avaliação e ao controlo dos efeitos significativos do plano no ambiente. Pretende-se perceber se as consequências ambientais originadas pelo plano são as que foram previstas durante o processo de AAE.

Esta fase permite uma avaliação da execução do plano ao proceder ao registo, recolha de dados, interpretação de variáveis de controlo relevantes para a respetiva análise. Esta deve ser suportada pela elaboração de relatórios sistemáticos e periódicos que, além de possibilitarem a avaliação do plano, podem servir de base à elaboração dos relatórios do estado do ambiente e do ordenamento do território.

*O conteúdo dos Relatórios de Avaliação e Controlo não está definido no regime jurídico de AAE. Contudo, e uma vez que, de acordo com a legislação, a Declaração Ambiental deve conter, entre outros elementos, as medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no já citado artigo 11º - avaliação e controlo), os Relatórios de Avaliação e Controlo devem verificar a adoção das medidas previstas na mesma (APA, Nota Técnica NT.AAE.2/2020).*

Efetivamente, nesta fase pretende-se verificar se estão a ser adotadas as medidas que ficaram estabelecidas e potenciar, caso tal se justifique, a eventual adoção de medidas de mitigação adicionais às previstas na Declaração Ambiental.

*A legislação não contém requisitos técnicos sobre os métodos a utilizar no controlo. Os métodos escolhidos devem ser aqueles que estão disponíveis e são mais adequados, em cada caso (APA, Nota Técnica NT.AAE.2/2020).*

Um programa de seguimento inclui indicadores de monitorização, um sistema expedito de avaliação, o apoio de um conjunto variado de instrumentos de avaliação e uma equipa responsável, assim como os recursos necessários para permitir que os Relatórios de Avaliação e Controlo sejam sistematicamente atualizados.

Para tal serão utilizados os indicadores de monitorização, estabelecidos durante o processo de AAE, que permitirão que os Relatórios de Avaliação e Controlo sejam sistematicamente atualizados. Os resultados deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual e divulgados (n.º 2 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007), também anualmente, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, através de meios eletrónicos, devendo ainda ser enviados à Agência Portuguesa do Ambiente.

O módulo de seguimento e monitorização ambiental deverá ser desenvolvido tendo por base os critérios e os indicadores definidos anteriormente, permitindo avaliar o cumprimento e os objetivos definidos. Recomenda-se que sejam criadas condições para uma ampla participação de todos os interessados no acompanhamento dos efeitos ambientais e de sustentabilidade à execução das propostas do plano.

### **Orientações Metodológicas**

*Em Portugal, o seguimento em AAE é ainda uma atividade imatura, sobre a qual existe pouca experiência. A legislação não contém requisitos técnicos sobre os métodos a utilizar no controlo. Os métodos escolhidos devem ser aqueles que estão disponíveis e são mais adequados, em cada caso, para verificar se as hipóteses colocadas no Relatório Ambiental correspondem aos efeitos ambientais que se verificam quando o Plano é executado e para identificar, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos resultantes da execução do mesmo.*

*Neste seguimento, os Relatórios de Avaliação e Controlo devem seguir as orientações constantes da Norma Técnica (NT.AAE.2/2020) da APA, referente à “fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas” e o “Guia de Melhores Práticas para AAE”, que indicam que num programa de seguimento podem considerar-se as seguintes tarefas:*

- a) Desenvolver, ou rever, diretrizes de seguimento (planeamento, gestão e monitorização);*
- b) Averiguar a eficiência do quadro de governança e de quaisquer alterações institucionais;*
- c) Verificar alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais;*
- d) Investigar incertezas e acontecimentos inesperados;*
- e) Verificar a adequação dos indicadores de monitorização;*

*f) Analisar os indicadores de seguimento selecionados (de preferência não mais de 20);*

*g) Confirmar a eficiência da AAE – qual foi o valor acrescentado da AAE para a decisão, para o ambiente e para os progressos em direção à sustentabilidade.*

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE por parte da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva:

#### **Definição do Âmbito**

- A determinação do âmbito tem por objetivo orientar o controlo a implementar, e abrange essencialmente os impactos importantes e considerados relevantes para o ambiente, refletidos nos indicadores de sustentabilidade constantes do Relatório Ambiental.

#### **Identificação da Informação Necessária**

- Identificar e selecionar informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação, necessárias para o cálculo dos indicadores de monitorização e controlo dos impactos ambientais relevantes. A definição de indicadores ajudará a estabelecer uma estrutura operacional para converter dados ambientais em informações compreensíveis e gerenciáveis.

#### **Identificação das Fontes de Informação Disponíveis**

- As fontes de informação serão de natureza diversa e podem ser derivadas diretamente da execução do projeto ou de referências bibliográficas definidas no momento de elaboração da RPDM.
- Caso sejam encontradas lacunas de informação, pode ser necessário comunicar com outras entidades envolvidas na gestão da informação relacionada com a AAE.

#### **Integração Processual do Controlo no Sistema de Planeamento**

- Sempre que possível, as medidas de controlo determinadas nas etapas subsequentes devem fazer parte do sistema de planeamento PDM.

#### **Definição de Medidas de Correção**

- Embora a legislação não estabeleça um sistema obrigatório para a implementação de medidas de correção, pode ser útil determinar o peso do desencadeamento destas medidas, podendo ser implementadas ao nível da execução do PDM.

A APA recomenda que nos relatórios elaborados seja indicado o ano a que se refere a monitorização efetuada e da data de publicação do mesmo; exista a referência expressa ao nome e cargo do responsável máximo pela emissão do relatório, bem como à equipa responsável pela sua elaboração; e que o responsável assine o Relatório assumindo, assim, formalmente, o compromisso pelo seu conteúdo e pelas medidas a adotar para minimizar ou corrigir os efeitos imprevistos.

Uma vez finalizado, o relatório tem que ser disponibilizado na página da Internet do município e enviado à APA com indicação expressa da data de elaboração do mesmo.

## 11. CONCLUSÃO

---

O procedimento de AAE constitui-se como um instrumento de apoio à tomada de decisão no âmbito do processo de planeamento, através da identificação e avaliação de FCD consentâneos com os objetivos estratégicos da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

Para este caso específico, o processo de avaliação do desenvolvimento da proposta de que o presente relatório é testemunho, terá dado um contributo concreto para a solução final encontrada ao nível da proposta da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Assim, julga-se que o processo da AAE representou um contributo substantivo na forma como a proposta do plano acaba por ser apresentada e, em particular, nas medidas e ações preconizadas por este.

O processo da AAE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, efeitos significativos e medidas preventivas, associadas às propostas do plano, apontando igualmente, um conjunto de recomendações que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

Com a concretização da 1.<sup>a</sup> revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, prevê-se uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho.

Assim, apesar dos eventuais efeitos negativos que poderão advir para o ambiente, as soluções propostas têm em vista a minimização desses impactes. Muito embora se tenham identificado alguns efeitos negativos, não se preveem efeitos suficientemente relevantes que ponham em causa a sustentabilidade da proposta apresentada.



## 12. BIBLIOGRAFIA

---

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (2004), “*Análise e Diagnóstico – Volume I*”, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, dezembro de 2004, Vila Nova de Paiva.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo (2021), “*Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva*”, Vila Nova de Paiva.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo (2021), “*Relatório de Definição de Âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva*”, Vila Nova de Paiva.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & ÉRRE LRB (2021), “*Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Nova de Paiva 2022-2031, Caderno II – Plano de Ação*”, Vila Nova de Paiva.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & EON. Indústrias Criativas, Lda, (2024), “*Relatório Final do Levantamento, Inventariação e Cartografia do Património Arqueológico do Concelho de Vila Nova de Paiva*”.

Cancela d’Abreu, A., Pinto Correia, T. e Oliveira, R. (2004), “*Contributos para a Identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*”, Direção-Geral do Território, Lisboa.

JAЕ (1995), “*Manual de Conceção de Pavimentos para a Rede Rodoviária Nacional*”, Junta Autónoma de Estradas, Almada.

Partidário, Maria do Rosário (2007), “*Guia das Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas*”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Partidário, Maria do Rosário (2012), “*Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Turismo de Portugal, I.P. (2021), “*Guia Orientador / Abordagem ao Turismo na Revisão do PDM*”, Departamento de Ordenamento Turístico, outubro de 2021.

### Legislação

**Aviso n.º 276/2009, de 6 de janeiro:** segunda alteração por adaptação do regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.

**Aviso n.º 11595/2011, de 25 de maio:** terceira alteração por adaptação do regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.

**Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro:** aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000.

**Decreto 24/2019, de 3 de outubro:** aprova o protocolo de alteração à Convenção Europeia da Paisagem feito em Estrasburgo, em 1 de agosto de 2016.

**Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho:** estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

**Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio:** procede à alteração do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

**Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio:** aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

**Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março:** procede à alteração do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

**Despacho n.º 4003/2021, de 21 de abril:** constituição da comissão consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.

**Lei n.º 31/2014, de 30 de maio:** Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo.

**Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro:** regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/1994, de 15 de março:** ratifica o Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 5 de janeiro:** primeira alteração do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva.

## ANEXOS

---

## Anexo I – Ponderação dos Pareceres Emitidos no Âmbito do Relatório de Definição de Âmbito

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<b>Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil</b>	
<i>“No Relatório de Definição de Âmbito da AAE, na definição do Quadro de Referência Estratégico, o Quadro 10 incluiu o PNEPC (que julgamos ser o Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil) mas esse plano não é indicado como fazendo parte do QRE pelo que sugerimos a sua inclusão anterior;”</i>	Acolhido, o PNEPC será adicionado ao QRE.
<i>“Sugerimos que o Factor Crítico para a Decisão – Riscos, possa incluir dois indicadores adicionais, um nos riscos mistos (n.º de infra-estruturas afectadas por incêndios rurais) e outro nos riscos tecnológicos (n.º de infra-estruturas afectadas por incêndios estruturais)”</i>	Não acolhido, face à inexistência de informação que permita analisar os indicadores propostos.
<b>Agência Portuguesa do Ambiente</b>	
<i>“Importa referir que esta Agência já se pronunciou anteriormente sobre identificação dos interesses específicos a salvaguardar na área abrangida pelo plano, bem como sobre programas e políticas setoriais a prosseguir na área territorial do mesmo, através do ofício S037494-202106-ARHN, de 07/06/2021, parecer que não foi considerado no RDA, até porque o documento agora disponibilizado é de março de 2021, não tendo sido revisto em conformidade.”</i>	Acolhido, o ofício S037494-202106-ARHN, de 07/06/2021, será tido em conta na próxima fase de desenvolvimento de trabalhos.
<i>“No capítulo 2.2 (...) sugere-se considerar, adicionalmente, nas restantes fases deste procedimento de AAE (...): Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais” (...); Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT (...); Guia orientador – revisão do PDM” (...); Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0 (...); Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas (...); Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas (...).”</i>	Acolhido, os referidos documentos de orientação serão considerados nas restantes fases da AAE.
<i>“Quanto ao capítulo 3 (...) verifica-se que se encontra muito extenso, dando grande enfoque à caracterização socioeconómica e pouco à componente ambiental, não sendo abordados temas como a qualidade do ar, o ruído ou as alterações climáticas (consideradas nas questões estratégicas e no FCD Riscos), bem como a temática dos recursos hídricos deve ser mais desenvolvida, em articulação com o acima já referido nesta matéria.”</i>	As temáticas referidas serão acolhidas na próxima fase da AAE, nomeadamente na elaboração do Relatório Ambiental.
<i>“Sugere-se ter em conta os dados provisórios dos Censos 2021 para a avaliação e análise tendencial a efetuar na fase seguinte deste procedimento de AAE.”</i>	Acolhido, serão tidos em conta os dados provisórios dos Censos 2021 na fase seguinte da AAE.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<i>“De salientar também que o RDA não apresenta um Quadro Problema, que se considera ser um elemento de análise importante para esta fase inicial da AAE.”</i>	Acolhido, será incluído um Quadro Problema no Relatório Ambiental.
<i>“Relativamente às questões estratégicas (...) considera-se que a temática das alterações climáticas não deve ser abordada exclusivamente na vertente da adaptação, mas também da mitigação.”</i>	Acolhido, a vertente da mitigação será incluída na temática das alterações climáticas.
<i>“No que diz respeito ao Quadro de Referência Estratégico (...) Julga-se de considerar, adicionalmente, o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) (...) que complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação.”</i>	Acolhido, será adicionado o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) ao QRE.
<i>“Em matéria de resíduos deve ter-se em consideração a Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho, que aprova o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).”</i>	Acolhido, o PERSU 2020+ será adicionado ao QRE.
<i>“(…) recomenda-se que os indicadores de avaliação sejam limitados a dois ou três por critério, de modo que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase da avaliação ambiental.”</i>	Os indicadores de avaliação serão reanalisados de forma a eliminar os excessos, a visar manter o foco estratégico da AAE.
<i>“Realça-se ainda que os indicadores apresentados devem encontrar-se associados a valores de referência e a metas a atingir (...) em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, aspeto que deve ser completado na fase seguinte deste procedimento de AAE.”</i>	Não acolhido. Na presente fase foram apenas apresentados os indicadores de avaliação que, conforme é referido, permitirão avaliar e controlar os efeitos ambientais decorrentes da implementação da proposta do plano. A definição dos indicadores de monitorização/seguimento constitui um dos aspetos a abordar numa fase posterior, nomeadamente quando da elaboração do Relatório Ambiental, nomeadamente no capítulo respeitante ao programa de gestão e monitorização ambiental. Neste sentido, o plano de monitorização a apresentar irá considerar um conjunto de indicadores de monitorização/seguimento, acompanhado da respetiva unidade de medida de cada indicador, da periodicidade de monitorização, da(s) fonte(s) de informação e ainda a tendência/meta a atingir durante o período de vigência do plano.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<i>“No FCD1 – Recursos Naturais, os objetivos previstos devem integrar a temática dos recursos hídricos (...). Em relação aos indicadores propõe-se, a título exemplificativo (...) cabendo à CM a sua seleção e a garantia do seu efetivo controlo e seguimento: Consumo de água usada na rega de espaços verdes públicos, em m3; Subprodutos (lamas e águas residuais) das ETARs valorizados, em %; Percentagem de água pluvial e/ou residual tratada reutilizada em usos compatíveis, por exemplo, usada na rega dos espaços verdes públicos, em %.”</i>	Não acolhido, não existe informação sistematizada que permita avaliar os indicadores propostos.
<i>“ao FCD 2, no critério Infraestruturas e equipamentos coletivos, especificamente em matéria de resíduos é necessário alterar a terminologia «RSU» para «Resíduos Urbanos (RU)». Relativamente a este critério, propõe-se considerar um, ou mais, dos seguintes indicadores, conforme os objetivos a cumprir, cabendo à CM a respetiva seleção: Produção de Resíduos Urbanos, em toneladas; Taxa de reciclagem, em % (RU reciclados/RU total produzidos); Recolha seletiva, em kg/hab.ano; Deposição de RU em aterro, em toneladas.”</i>	Acolhido, a terminologia “RSU” será alterada para “Resíduos Urbanos (RU)”.  Foram ainda adicionados os seguintes indicadores:  - Taxa de reciclagem;  - Deposição de RU em aterro.
<i>“ao FCD 4 – Riscos,(...) Considera-se, assim, relevante incluir o objetivo de sustentabilidade “Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa” (...).”</i>	Acolhido, “Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases com efeito de estufa” será adicionado como um objetivo sustentável no FCD Riscos.
<i>“Ainda no critério riscos naturais, para além das áreas vulneráveis aos riscos naturais, talvez importasse considerar os usos e ocupações em áreas vulneráveis.”</i>	Acolhido, no Relatório Ambiental serão avaliados, na medida do possível, os usos e ocupações em áreas vulneráveis.
<i>“verifica-se que o RDA em análise não apresenta uma estratégia de comunicação, referindo-se apenas aos momentos de consulta previstos no regime jurídico de AAE.”</i>	Não percebe-se qual a estratégia de comunicação que a entidade refere-se, sendo explícita no RDA somente as etapas de envolvimento público e institucional previsto no regime jurídico de AAE, devendo este ser obrigatoriamente respeitado.
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro</b>	

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><i>“Quanto ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), (...)sugerindo-se apenas melhoria nos seguintes aspetos: a nível nacional acrescentar o Plano de Recuperação e Resiliência, (...) e o Programa Nacional para a Coesão Territorial. A nível regional, deveria merecer referência a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente RIS3 do Centro e à Visão Estratégica para o Centro 20/30. Realça-se ainda a proposta de Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), na sua versão de maio/2011 (...)”</i></p>	<p>Sobre os planos e programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – não será incluído.</li> <li>- Programa Nacional para a Coesão Territorial – será incluído.</li> <li>- Estratégia Regional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente RIS3 do Centro - não será incluído.</li> <li>- Visão Estratégica para o Centro 20/30 – será incluído.</li> <li>- Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) – já está incluído.</li> </ul> <p>De forma a não deixar o QRE com um número extenso de instrumentos, consideramos incluir somente os planos e programas fundamentais, não implicando em que os demais instrumentos elencados possam ser considerados no desenvolvimento do Relatório Ambiental.</p>
<p><i>“(...)no Critério “Geração de Valor e Identidade Local”, a falta de destaque da demografia, dada a sua capacidade de influenciar o desenvolvimento económico do concelho. Sugere-se, por isso, reflexão sobre esta matéria, a qual nos parece determinante, face ao atual quadro generalizado de regressão da população e à importância desta variável para a definição, em particular, da estratégia de desenvolvimento territorial municipal, da política municipal de solos e das opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva.”</i></p>	<p>O destaque para a temática sobre a demografia encontra-se analisado de maneira pormenorizada no FCD Coesão Territorial, contudo, a compreender a importância da dinâmica desta no desenvolvimento económico do concelho, será realizada uma reflexão sobre esta matéria, de forma a articular as temáticas e demonstrar a interligação das duas.</p>
<p><i>“No que se refere aos Indicadores, verifica-se que são em número considerável, pelo que se alerta para uma ponderação aquando da definição dos mesmos no RA, uma vez que estes deverão ser os necessários e suficientes para a monitorização do PDM, para além de deverem ser realistas e possíveis de aplicar.”</i></p>	<p>Entende-se que os indicadores apresentados são os adequados para a avaliação.</p>
<p><i>“Embora os Indicadores propostos apresentem unidade/métrica, chama-se a atenção para a genérica falta de objetividade dos mesmos, na medida em que não parecem traduzir aquilo que se pretende obter com a implementação do plano. No FCD “Riscos”, referente aos critérios “Riscos Mistos”, sugere-se que seja considerado o indicador, “N.º de reclamações apresentadas pelos municípios” (indicador de controlo).”</i></p>	<p>Entende-se que os indicadores apresentados são os adequados para a avaliação. Referente ao indicador sugerido “N.º de reclamações apresentadas pelos municípios”, será incluído no quadro de monitorização e seguimento da AAE.</p>
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	



RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<i>“No quadro 11, para o Fator Ambiental “Solos” (...) Não deveria ser mais neste sentido? «Este fator pretende refletir a influência das ações estratégicas do plano na proteção dos solos, designadamente avaliar os reflexos do ordenamento, planeamento e gestão do território municipal analisando o uso, ocupação e transformação do solo.»”</i>	Não acolhido.
<i>“No FCD «Geração de Valor e Identidade Local», para o Critério «Atividades Económicas», apresenta-se o seguinte Objetivo: «Avaliar a abrangência das atividades agrícolas, cinegética e florestal para o desenvolvimento do concelho e o apoio à promoção e desenvolvimento dos produtos tradicionais.» (...) sugerimos a substituição de «agrícola» por «agro-pecuária». Na verdade, o peso da pecuária no concelho, nomeadamente avicultura, é totalmente esquecida.”</i>	Acolhido, o termo “agrícola” será substituído por “agropecuária”.
<i>“Relativamente aos indicadores para o Critério «Valores Naturais» - Não se percebe o que é nem o que se pretende com «Ocupação não agrícola integrada em RAN». A utilização das áreas de RAN para outros fins necessita de parecer vinculativo da ERRANC. Dado tratar-se de situações enquadradas na lei que não resultam da estratégia de ordenamento adotada, consideramos que não se justifica, se é essa a intenção, de avaliar o seu impacto.”</i>	Acolhido, o indicador de avaliação mencionado será excluído.
<i>“Relativamente aos indicadores para o Critério «Atividade Económicas» - Não se percebe a referência à RAN nem a abrangência do «destinado» no indicador «Área de solo rural destinado à produção agrícola (RAN)». Se pretende medir a evolução do uso do solo, nomeadamente usos agrícolas, era importante perceber a metodologia e fonte de informação que se vai utilizar. A utilização da (COS sim), dado que tem uma frequência de produção e atualização anual e um formato raster com uma unidade mínima cartográfica de 100m<sup>2</sup>, pode ser uma alternativa.</i>	O objetivo do indicador é avaliar os espaços que a proposta de plano destina à produção agrícola, que condicionalismos à edificação possui e se está garantido o desenvolvimento agrícola do concelho. Contudo será retirada a menção à RAN.
<i>“Não identificamos indicadores para «Avaliar a abrangência das atividades agrícolas, cinegética e florestal para o desenvolvimento do concelho e o apoio à promoção e desenvolvimento dos produtos tradicionais.»”</i>	De forma a não perder o foco estratégico do processo da AAE, prioriza-se não sobrecarregar os critérios com inúmeros indicadores ou indicadores difíceis de serem mensurados.  Considera-se assim que no caso dos indicadores “Área de solo rural destinado à produção agrícola” e “Área de solo rural destinado a produção florestal”, se possa englobar uma análise às atividades agro-pecuária e florestal.
<b>Direção Regional de Cultura do Centro</b>	
<i>“Igualmente, os objetivos de salvaguarda do Património Arqueológico, referidos na definição dos fatores críticos de decisão (FCD) no âmbito da AAE, deve considerar a totalidade do património arqueológico existente no concelho.”</i>	Acolhido, na fase seguinte da AAE serão tido em considerados a globalidade dos sítios arqueológicos identificados no concelho de Vila Nova de Paiva.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<b>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas</b>	
NOTA: Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de Março, o "PTCON0059 Sítio Rio Paiva" foi classificado como "Zona Especial de Conservação do Rio Paiva", mantendo a mesma delimitação e o mesmo estatuto de conservação. Assim, a designação "Sítio" deverá ser doravante substituída por "Zona Especial de Conservação".	Acolhido, será alterada a designação de "Sítio" por "Zona Especial de Conservação".
<i>"No respeitante ao Quadro de Referência Estratégico (...) deverá igualmente ser considerado o Plano Sectorial da Rede Natura 2000"</i>	Acolhido, o Plano Setorial da Rede Natura 2000 será adicionado ao QRE.
<i>"o FCD "Recursos Naturais", verifica-se que no respeitante aos indicadores do Critério de Avaliação "Valores Naturais" é proposta a análise de "Áreas com valor natural (Rede Natura 2000)", com unidade de medida em ha e %. A proposta apresentada carece de maior detalhe, incluindo indicadores referentes às espécies de fauna e flora (identificação, número e distribuição geográfica) e indicadores referentes aos habitats naturais, com identificação, distribuição geográfica e estado de conservação."</i>	Acolhido, será alterado o indicador em questão para:  - Espécies de fauna e flora identificadas na ZEC Rio Paiva - Habitats naturais identificados na ZEC Rio Paiva
<i>No processo de análise que se seguirá, a ponderação a efetuar deverá ter em atenção a forma como cada uma das opções estratégicas preconizadas para a Revisão ao PDM de Vila Nova de Paiva interfere com áreas com valor ecológico e povoamentos florestais existentes, pelo que se salienta a necessidade de atender às seguintes orientações nas fases seguintes de Avaliação Ambiental Estratégica: (...)</i>	Na fase seguinte iremos ter em melhor consideração o referido.
<b>Infraestruturas de Portugal</b>	
<i>"No subcapítulo "3.2. Antecedentes" do Relatório de Definição de Âmbito (RDA), a menção "(...) rede rodoviária regional, (...)" deverá ser substituída por "(...) Estradas Regionais, (...)", uma vez que de acordo com o PRN o termo "rede rodoviária regional" não existe, mas sim a categoria de Estradas Regionais, prevista no Plano Rodoviário Nacional e que integram a Lista V Anexa ao PRN."</i>	Acolhido, será feita a substituição de "rede rodoviária regional" por "Estradas Regionais".
<i>"O conteúdo do subcapítulo "3.3.7. Mobilidade e acessibilidade" deverá ser revisto/corrigido e igualmente ajustado de acordo com o apresentado (...) Relativamente à alusão "e as estradas nacionais e regionais desclassificadas" deverá, igualmente, ser revista, uma vez que as Estradas Regionais pertencem à nova categoria de estradas criada pelo PRN 2000 e são estradas que foram reclassificadas como Estradas Regionais e não desclassificadas, como mencionado."</i>	Acolhido, a nomenclatura e a hierarquia da Rede Rodoviária será revista em conformidade com o descrito no parecer.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<i>“o Mapa “14   Rede viária do concelho de Vila Nova de Paiva”, incluindo a legenda, deverá ser revisto/corrigido/ajustado e substituído.</i>	Acolhido, a nomenclatura e a hierarquia da Rede Rodoviária será revista em conformidade com o descrito no parecer.
<b>Turismo de Portugal</b>	
<i>“Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) deverá identificar os problemas e as potencialidades para as várias componentes do desenvolvimento do território municipal, incluindo a atividade turística, resultante da caracterização e diagnóstico, ainda que de forma sucinta e concisa.”</i>	Acolhido, os problemas e as potencialidades das várias componentes do município serão melhor desenvolvidas na fase de elaboração do Relatório Ambiental.
<i>“No que se refere ao quadro de convergência entre os instrumentos do quadro de referência estratégico (QRE) e as questões estratégicas da avaliação ambiental estratégica (AAE), considera-se que a interação entre a ET 27 e a QE 3 - Promover a reabilitação e a regeneração urbana, bem como com a QE 1 - Proteção e valorização ambiental e paisagística deveria ser identificada como forte, desde logo tendo presente as linhas de orientação estratégica para o setor, em especial o Eixo I da ET 27 – Valorizar o território e as comunidades.”</i>	Acolhido, a relação entre a ET-27 e a QE 3 e a QE1 serão incluídas.
<i>“Indicador: Tipologias e capacidade total do alojamento turístico (...) engloba, na prática, dois indicadores: Empreendimentos turísticos por tipologia (N.º); Estabelecimentos de alojamento local (N.º); Capacidade total de alojamento em estabelecimentos de alojamento turístico (N.º de camas/utentes).”</i>	Acolhido, serão alterados os indicadores em conformidade.
<i>“Indicador: Taxa de ocupação do alojamento turístico. A designação correta deste indicador (que abrange ET e AL) é: Taxa líquida de ocupação/cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%). A fonte é o INE e não TdP.”</i>	Acolhido, serão alterados os indicadores em conformidade.
<i>“Indicador: Empreendimentos turísticos de turismo rural. A designação correta é Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER)”</i>	Acolhido, serão alterados os indicadores em conformidade.
<i>“Indicador: Número de visitantes nos eventos e espaços culturais. Deverá ser eliminado o TdP como fonte de informação sobre este indicador”</i>	Acolhido, será alterada a fonte em conformidade.
<i>“Indicador: Percursos pedestres e de interpretação. Para além do N.º, como unidade de medida, sugere-se acrescentar também o “Km””</i>	Acolhido, será alterada a unidade de medida em conformidade.
<i>“Indicadores: Empresas de promoção de atividades turísticas e Empresas de promoção de atividades turísticas em espaço rural. Julga-se que o que se pretende será Estabelecimentos de Agentes de Animação Turística (N.º)”</i>	Acolhido, serão alterados os indicadores em conformidade.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<i>“Esclarece-se que o RNAAT / TdP não disponibiliza informação sobre as atividades turísticas em espaço rural, sugerindo-se, em alternativa: Agentes de Animação Turística reconhecidos como Turismo de Natureza (N.º)”</i>	Acolhido, serão alterados os indicadores em conformidade.

## Anexo II – Ponderação dos Pareceres Emitidos no Âmbito do Relatório Ambiental Preliminar

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<b>Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) - Delegação Regional de Saúde do Centro</b>	
<p><u>“Saúde</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>A rede de Cuidados de Saúde Primários foi reestruturada, com a criação do ACES Dão Lafões e a integração do concelho de Vila Nova de Paiva no mesmo. No concelho trabalham profissionais de saúde que integram as seguintes Unidades Funcionais: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades de Cuidados na Comunidade (UCCDaire), Serviço Local de Saúde Pública (SLSP) e Unidade de Recursos Assistências Partilhados (URAP). Assim, o documento deverá ser atualizado tendo em consideração as unidades funcionais de saúde mencionadas;”</i></li> </ul>	<p>As informações referente a saúde será atualizada em conformidade no Relatório Ambiental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Existe ainda a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) pertença da Associação de Solidariedade Social do Alto Paiva (ASSAP), que integra a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”</i></li> </ul>	<p>A informação será incluída na rede de equipamentos de apoio social no Relatório Ambiental.</p>
<p><u>“Acessibilidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Adoção de medidas que visem a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada na via pública, nos acessos e edifícios habitacionais e públicos, bem como, em passeios, espaços de recreio e lazer, discriminados em legislação específica.”</i></li> </ul>	<p>A informação sobre mobilidade condicionada será incluída no Relatório Ambiental.</p>
<p><u>“Habitações e Edificações</u></p> <p>(...) reforçamos o ponto referido pela DRAPC: “sugerimos a substituição de «agrícola» por «agropecuária». Na verdade, o peso da pecuária no concelho, nomeadamente avicultura, é totalmente esquecida.” Devem ser consideradas as atividades de pecuária e as zonas utilizadas para este propósito, também na caracterização da utilização dos solos do concelho.”</p>	<p>Acolhida. A atividade agropecuária será devidamente abordada no Relatório Ambiental e enfatizada o peso da atividade de avicultura para o concelho de Vila Nova de Paiva, assim como a área utilizada.</p>

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><i>“As explorações agropecuárias e os estabelecimentos industriais devem responder ao seguinte:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>• Na salvaguarda da saúde e bem-estar das populações no que concerne à exposição a poeiras contaminantes, ruídos e maus-cheiros, deve garantir-se uma distância mínima de 200 metros das explorações agropecuárias às habitações e instalações de uso coletivo (ex.: escolas, pavilhões gimnodesportivos, IPSS entre outros);</i></li> <li><i>• Nas explorações agropecuárias, em situações excecionais, a estudar caso a caso pela Câmara Municipal e Autoridade de Saúde, poderá este distanciamento ser diferente, em função das condições ecológicas/topográficas do local, do tipo de atividade, dimensão e estrutura global da exploração ou de outras circunstâncias que o justifiquem, desde que se considerem satisfeitas as exigências de defesa sanitária e saúde pública;</i></li> <li><i>• Nos estabelecimentos industriais de maior risco, nomeadamente os que provoquem a exposição a poeiras contaminantes, ruídos, vibrações e maus-cheiros, o distanciamento não deverá ser inferior a 200 metros, a estudar caso a caso pela Câmara Municipal e Autoridade de Saúde;</i></li> <li><i>• Criação de “cortina arbórea de isolamento e proteção as prédios vizinhos, em construções que possam gerar algum risco de insalubridade, através de arborização por espécies de folha perene.””</i></li> </ul>	<p>Estas questões advêm da legislação aplicável, e para os quais as explorações agropecuárias e os estabelecimentos industriais tem de se conformar, não tendo aplicabilidade prática na AAE.</p>
<p><u><i>“Recreio e lazer</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>• Em vários pontos do n.º 6.1. (“Paisagem”) estão nomeadas, nos equipamentos de creio e lazer, Praias Fluviais, no entanto, estas tratam-se de espaços de lazer com curso de água e não praias fluviais, dado que não dispõem das condições para serem assim designadas (espaços seguros, acessíveis e promotores de estilos de vida saudáveis). Para tal, deverá proceder-se às respetivas candidaturas se o objetivo for identifica-las e/ou utilizá-las para esse efeito.”</i></li> </ul>	<p>Iremos proceder à correção.</p>
<p><u><i>“Equipamentos de Apoio Social</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><i>• Sugere-se que a coluna “Taxa de Ocupação” no Quadro 19 (“Valências de apoio social existentes no concelho de Vila Nova de Paiva”) deve ter referência de que é uma informação variável;</i></li> <li><i>• Consideramos também, que deve ser aqui mencionado a existência de um equipamento que apoia a pessoas portadoras de deficiência (ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões).”</i></li> </ul>	<p>As informações elencadas serão incluídas no Relatório Ambiental.</p>

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><u><i>“Abastecimento de Água</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os dados relativos ao número de captações, reservatório e estações elevatórias apresentados reportam-se ao ano de 2021, dados que não refletem a atual situação; sugere-se atualização de acordo com os dados disponíveis (ERSAR), e inclusão de dados sobre zonas de abastecimento (ponto 6.1. Infraestruturas e equipamentos coletivos);”</li> </ul>	<p>A informação será atualizada na medida do possível, tendo em conta a informação passível de recolher.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>“Elaboração/implementação de um Plano de Segurança da Água, reforçando a importância de disponibilização de água própria para consumo humano nos meses mais quentes do ano, que permitam a algumas localidades colmatar a escassez pontual nesse período”</li> </ul>	<p>Estas questões advêm da legislação aplicável, não tendo aplicabilidade prática na AAE.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>“Definição de perímetros de proteção de captações, de acordo com os artigos 36º a 38º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual), e pelo definido no Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro: os perímetros de proteção e zonas adjacentes (zonas de proteção imediata, intermédia e alargada) às captações, sendo que as zonas de infiltração máxima e zonas vulneráveis devem ter uma utilização condicionada, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos utilizados, devendo ser tipificado nos planos de recursos hídricos e nos instrumentos especiais de gestão territorial, que podem conter programas de intervenção nas áreas limítrofes ou contíguas a captações de água do território nacional.”</li> </ul>	<p>Estas questões advêm da legislação aplicável, não tendo aplicabilidade prática na AAE.</p>
<p><u><i>“Parque Escolar</i></u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os dados relativos aos equipamentos escolares reportam-se ao ano de 2019.”</li> </ul>	<p>Os dados apresentados foram recolhidos no site da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, sendo os dados mais atualizados no momento da recolha de informação para a elaboração da versão preliminar do Relatório Ambiental.</p> <p>Caso tenha se verificado alterações no parque escolar do concelho, será realizada a devida atualização.</p>



RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><u><b>“Outras considerações</b></u></p> <p><i>No Quadro 1 (...) deve ser incluída a Administrativa Regional de Saúde do Centro (...) Sugerimos o conteúdo (...)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar a fase de monitorização do Plano;</li> <li>• Manter atualizadas as políticas de saúde e orientações nacionais emanadas pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Direção-Geral da Saúde (DGS);</li> <li>• Colaborar na recolha da informação e divulgação dos riscos para a saúde que afetam o concelho de Vila Nova de Paiva;</li> <li>• Colaborar em projetos que fomentem a saúde das populações do concelho;</li> <li>• Fomentar a troca de informações e experiências com as entidades públicas e privadas;</li> <li>• Manter atualizados os dados referentes ao sector da saúde do concelho.”</li> </ul>	<p>Será incluído no quadro de diretrizes de governança as sugestões apresentadas.</p>
<b>Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)</b>	
<p><i>“Está presente um factor crítico para a decisão, o quarto, denominado riscos com indicadores adequados para avaliar os efeitos do planeado. Sugere-se, no entanto, que possam ser acrescentados os seguintes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• N.º de pessoas directamente afectadas por movimentos de massa;</li> <li>• N.º de pessoas directamente afectadas por cheias e inundações;</li> <li>• N.º de pessoas directamente afectadas por incêndios rurais.”</li> </ul>	<p>Não acolhido. Apesar da pertinência, trata-se de uma informação para a qual não é possível recolher dados que permitam a sua avaliação.</p>
<b>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro</b>	
<p><i>“Quanto ao Quadro de Referência Estratégico (QRE) (...) A nível nacional, sugere-se a integração do Programa Nacional para a Coesão Territorial. A nível regional, deveria merecer referência a Visão Estratégica para o Centro 20/30.”</i></p>	<p>Acolhido. Serão incluídos os dois instrumentos mencionados no QRE da versão final do Relatório Ambiental.</p>
<p><b>“Fatores críticos de decisão e indicadores</b></p> <p><i>Para cada um dos FCD foram definidos os critérios de avaliação, associados a indicadores. Não foram, no entanto, estabelecidas as respetivas metas, fundamentais para permitir uma efetiva avaliação da prossecução dos objetivos definidos para cada FCD.”</i></p>	<p>As metas serão identificadas nos indicadores de monitorização, que permitirá realizar uma correta avaliação e controle da AAE, nos termos do artigo 11º do RJAAE.</p>

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><i>“Por outro lado, mantém-se as questões suscitadas no parecer emitido sobre o Relatório de Fatores Críticos, quanto ao Critério “Geração de Valor e Identidade Local”, em particular relativamente à falta de destaque da demografia, dada a sua capacidade de influenciar o desenvolvimento económico do concelho. Sugeria-se naquele parecer, reflexão sobre esta matéria, a qual nos parece determinante, face ao atual quadro generalizado de regressão da população e à importância desta variável para a definição, em particular, da estratégia de desenvolvimento territorial municipal, da política municipal de solos e das opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva, sugestão que se reitera para o Relatório Ambiental.”</i></p>	<p>O destaque para a temática sobre a demografia encontra-se analisado de maneira pormenorizada no FCD Coesão Territorial, contudo, a compreender a importância da dinâmica desta no desenvolvimento económico do concelho, será realizada uma reflexão sobre esta matéria, de forma a articular as temáticas e demonstrar a interligação das duas.</p>
<p><i>“Embora os Indicadores propostos apresentem unidade/métrica, chama-se a atenção para a genérica falta de objetividade dos mesmos, também não tendo sido acolhida a sugestão de incluir um novo indicador “N.º de reclamações apresentadas pelos munícipes” (indicador de controlo) no FCD “Riscos”, referente ao critério “Riscos Mistos.”</i></p>	<p>O indicador sugerido “N.º de reclamações apresentadas pelos munícipes”, será incluído no quadro de indicadores de monitorização e seguimento da AAE.</p>
<p><b>“Fases seguintes do processo (Capítulo 9)</b></p> <p><i>Sugere-se que o presente capítulo do RA seja completado, apresentando para além da descrição das diferentes fases de avaliação e métodos de consulta pública a que forem associados os agentes envolvidos, em matéria de seguimento e monitorização seja também apresentada em forma de listagem o conjunto das Entidades diretamente envolvidas na monitorização e implementação do Plano e respetivas responsabilidades, para ser apreendido com mais clareza e objetividade pela população.”</i></p>	<p>Considera-se que o capítulo relativo ao quadro de governança já dá resposta ao pretendido no comentário, já que identifica as entidades e como as mesmas deverão participar na elaboração e monitorização e seguimento do processo da AAE.</p> <p>Mais se acrescenta que ao identificar a fonte da informação de cada um dos indicadores de monitorização, também demonstra que a entidade terá de prestar apoio o Município na disponibilização da informação capaz de avaliar o mesmo.</p>
<p><b>“Ponderação dos Pareceres das Entidades ao RFC</b></p> <p><i>O RA deveria incluir, no seu anexo, a identificação e sistematização dos pareceres emitidos pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas na fase da definição do âmbito e alcance da informação a incluir no relatório ambiental, bem como a ponderação realizada sobre os mesmos e de que forma as respetivas correções, sugestões e recomendações foram integradas na elaboração do RA, conforme estipulado no n.º 3 do art.º 5.º do RJAA.”</i></p>	<p>A ponderação dos pareceres emitidos ao RDA, já se encontra incluído no Relatório Ambiental, especificamente no tópico 2.3.1. Relatório de Definição de Âmbito.</p>
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C)	

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><i>“No âmbito da análise SWOT, (Quadro 12) identifica a área de regadio tradicional como “... uma mais-valia para a instalação de população agrícola.” No entanto, tendo em consideração que, em tempo, a Câmara Municipal foi a entidade que dinamizou e executou as obras de recuperação de regadios tradicionais em todo o concelho não apresenta uma estratégia para a sua recuperação face ao estado de degradação em que grande parte desses regadios se encontra.</i></p> <p><i>(...) A recuperação destes regadios reveste-se de grande importância na luta contra a desertificação dos territórios (...)”</i></p>	<p>Acolhido. O RA verificará se a proposta contempla alguma estratégia para a recuperação dos regadios, caso não se apresente, será elencada esta preocupação.</p>
<b>Direção Regional de Cultura do Centro (DRC-C)</b>	
<p><i>“1. Património Classificado e em Vias de Classificação</i></p> <p><i>A proposta identifica os bens imóveis classificados e em vias de classificação, devendo no entanto ser atualizada, nas peças escritas e desenhadas, a situação relativa à Igreja de S. Sebastião, paroquial de Vila Nova de Paiva, conforme Anúncio n.º 119/2022, de 24 de junho, publicado em Diário da República n.º 121/2022, Série II de 2022-06-24, sobre o projeto de decisão relativo à classificação como monumento de interesse público (MIP), e à fixação da respetiva zona especial de proteção (ZEP).”</i></p>	<p>Acolhido. A atualização referente a classificação da Igreja de São Sebastião será efetuada em conformidade.</p>
<p><i>“2. Património Arqueológico</i></p> <p><i>A informação contida na documentação analisada – estudos de caracterização e diagnóstico (julho22), Planta de Ordenamento, Regulamento e Relatório Ambiental Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica – encontram-se desatualizados, não garantindo a salvaguarda do património arqueológico, conforme requerido pela alínea n), do n.º 1, do artigo 96º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.”</i></p>	<p>Acolhido. A atualização referente ao Património Arqueológico será efetuada em conformidade a atualização das demais peças elaboradas no âmbito da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.</p>
<b>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</b>	
<p><i>“Na página 70, ponto 6.1.4 Avaliação Estratégica de Efeitos-valores naturais é referido que (...)verificou-se seis áreas de conflito com as áreas edificáveis propostas, tendo-se identificados as áreas dos habitats 9260, 4030 e 92A0 (habitats não prioritários), com total de 59,8 ha. (...).</i></p> <p><i>Estas áreas deverão ser devidamente analisadas, ponderadas e justificadas.”</i></p>	<p>O RA na sua versão preliminar pretendia elencar este conjunto de conflitos, de forma a equipa de plano ponderar e justificar a necessidade de exclusão de determinadas áreas de habitats para ocupação urbana.</p> <p>Neste sentido, na próxima versão do RA será apresentada a avaliação da justificação da equipa de plano sobre estes casos de conflito, e se a mesma acautela dos impactos nos habitats e como foi mitigado o impacto negativo passível de ocorrer.</p>
<p><i>“Na página 77, a redação “o limite máximo de área a ocupar por espécies do género Eucalyptus spp. no concelho de Resende é de 220 ha”, deverá ser retificada (concelho de Vila Nova de Paiva).”</i></p>	<p>Acolhido. A informação será corrigida em conformidade.</p>

## Anexo III – Ponderação dos Pareceres Emitidos no Âmbito do Relatório Ambiental e RNT, no âmbito da Conferência Procedimental

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<b>Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil</b>	
<i>Que, na AAE, o Factor Crítico para a Decisão n.º 4 - Riscos, possa incluir nos indicadores instrumentos para medir o impacto relacionado com a instabilidade de vertentes, já que esse risco é considerado nos estudos de caracterização.</i>	Não acolhida. Reconhece-se a pertinência dos indicadores propostos, contudo, não se encontram disponíveis, à data, dados fiáveis, sistematizados e desagregados ao nível concelhio que permitam a sua avaliação no âmbito da AAE. A introdução de indicadores sem suporte informativo comprometeria a operacionalidade e a robustez metodológica da AAE.
<b>Unidade Local de Saúde Viseu Dão-Lafões</b>	
<i>a) A rede de Cuidados de Saúde Primários foi novamente reestruturada, com a criação das Unidades Locais de Saúde e a integração do concelho de Vila Nova de Paiva na ULS Viseu Dão-Lafões. No concelho trabalham profissionais de saúde que integram as seguintes Unidades Funcionais: Unidade de Saúde Familiar (USF), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Nova D'Aire), Serviço Local de Saúde Pública (SLSP) e Unidade de Recursos Assistências Partilhados (URAP). Assim, o documento deverá ser atualizado tendo em consideração as unidades funcionais de saúde mencionadas;</i>	Acolhida. Foi corrigido em conformidade.
<i>b) Substituição da designação de “Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARS-C)”, atualmente extinta, por Delegação Regional de Saúde do Centro;</i>	Acolhida. Foi corrigido em conformidade.
<i>c) Na salvaguarda da saúde e bem-estar das populações no que concerne à exposição a poeiras contaminantes, ruídos e maus-cheiros, deve garantir-se uma distância mínima de 200 metros das explorações agropecuárias às habitações e instalações de uso coletivo (ex: escolas, pavilhões gimnodesportivos, IPSS entre outros).</i>	A legislação aplicável e a proposta de regulamento já salvaguarda o referido.
<b>Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.</b>	
<i>O Relatório Ambiental apresenta, ainda, um capítulo dedicado ao processo de seguimento e controlo, integrando os indicadores de seguimento e monitorização ambiental para cada Fator Crítico para a Decisão, indicando indicadores e respetivos valores de referência, periodicidade e metas. Tal como já referido, constata-se que este capítulo não foi completado com a identificação do conjunto das Entidades diretamente envolvidas na monitorização e implementação do Plano e respetivas responsabilidades, conforme indicado no nosso parecer anterior, recomendação que se reitera.</i>	Acolhida. Considera-se que o ponto “5. Quadro de Governança” dá resposta ao que é solicitado.

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p><i>Por outro lado, o Relatório Ambiental não considera o contributo da 1ª Revisão do PDM de Vila Nova de Paiva para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).</i></p> <p><i>Considera-se relevante esta abordagem, essencialmente na avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão, nomeadamente na caracterização da situação de referência, análise SWOT e análise da tendência com a implementação do Plano.</i></p>	<p>Acolhida. Foi incluído o ponto “ 3.4. Contributo dos objetivos do PDM para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.</p>
<b>Direção-Geral de Energia e Geologia</b>	
<p><i>Importa referir que, à data, no município não existe nenhum pedido de prospeção e pesquisa, em tramitação na DGEG, pelo que deverá ser eliminado (...)</i></p> <p><small>Nota Planum: apesar de ser um comentário a outra peça, também tem repercussões neste documento já que o mesmo também faz menção à existência de pedido de prospeção e pesquisa.</small></p>	<p>Acolhida. Foi corrigido em conformidade.</p>
<b>Património Cultural, I.P.</b>	
<p><i>a) Tendo em conta o proposto no âmbito da 1ª Revisão, com destaque para o Artigo 6º Orientações estratégicas do Regulamento, onde também se integra a preservação e valorização do Património Cultural, e, à riqueza patrimonial do concelho, com destaque para o património arqueológico inventariado no âmbito da Carta Arqueológica, <u>propõe-se que no subcapítulo 3.3 Objetivos/Questões Estratégicas seja igualmente integrada a proteção e valorização do Património Cultural.</u></i></p>	<p>Acolhida. Foi incluída a nova Questão Estratégica: Proteção e valorização do Património Cultural.</p>
<p><i>b) Assim, na senda da alínea anterior <u>propõe-se igualmente que no Quadro 4   Definição dos FCD e seus objetivos de sustentabilidade (p.30) do subcapítulo 4.3. Fatores Críticos para a Decisão, seja integrada a proteção e valorização do Património Cultural na QE do FCD 3   Geração de Valor e Identidade Local, do qual, aliás, consta como um dos Objetivos de Sustentabilidade - “Preservar e valorizar os recursos patrimoniais, enquanto elementos importantes para preservar a identidade local.” (p.31).</u></i></p>	<p>Acolhida. Foi incluído no Quadro 4 no FCD 3 a nova Questão Estratégica: Proteção e valorização do Património Cultural.</p>

RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p>c) No subcapítulo 4.3.1. <i>Identificação dos Critérios e Seleção dos Domínios de Avaliação</i> verifica-se que consta do FCD 3   <i>Geração de Valor e Identidade Local</i> o “Critério” Património Cultural com os seguintes “Objetivos” “Avaliar se a proposta do plano garante a <u>promoção</u> <u>proteção</u>, <u>divulgação</u> e <u>qualificação</u> <u>valorização</u> do património cultural, nomeadamente dos elementos arquitetónicos e arqueológicos, garantindo a sua salvaguarda. Avaliar se a proposta do plano promove o reforço da identidade do território.” (p.35).</p>	<p>Acolhida. Foi alterado o objetivo em conformidade.</p>
<p>Concorda-se, genericamente, com os “Indicadores” , ainda que se acrescente mais um indicado a sublinhado:</p> <p>(...)Trabalhos Arqueológicos (N.ºCMVNP/Património Cultural, IP)</p> <p>Atividades/projetos de <u>promoção</u> <u>proteção</u>, <u>divulgação</u> e <u>valorização</u> do património cultural (N.º).</p>	<p>Acolhida parcialmente. Sobre a alteração da redação do indicador, o mesmo foi realizado.</p> <p>Porém, sobre a inclusão de um novo indicador, considera-se que o que é solicitado extravasa o âmbito da AAE de uma revisão do PDM, já que não se vislumbra qual a importância de avaliar o n.º anual de trabalhos arqueológicos, pois isso não tem impacto na delimitação da proposta de ordenamento.</p>
<p>i) <u>Relativamente ao FCD 4  Riscos, face às extensas áreas do concelho que apresentam maior perigosidade de incêndio rural, propõe-se no que concerne aos “Riscos Mistos” que sejam introduzidos Indicadores de Avaliação para o Património Cultural (arquitetónico e arqueológico), por exemplo, Elementos do Património Cultural em áreas de risco, e, Elementos do Património Cultural afetados por incêndios rurais (N.º CMVNP   Património Cultural, IP).</u></p>	<p>Não acolhida. No FCD Riscos será avaliado transversalmente os impactos destes no território e como a proposta ajuda a minimizar esses impactos. Mais se acresce que a apresentação das informações solicitadas não são passíveis de ser obtidas.</p>
<p>d) No subcapítulo 6.3 FCD Geração de Valor e Identidade Local, <u>no que concerne ao Património Cultural de 6.3.1 Situação Atual, e tal como é apresentado o Quadro 27   Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Vila Nova de Paiva, deve ser integrado Quadro síntese para o património arquitetónico e arqueológico inventariado no concelho, idêntico ao apresentado no Anexo V do Regulamento, sistematizando-se, desta forma, a informação relativa ao Património Cultural.</u></p>	<p>Não acolhida. Entende-se que a integração de um quadro síntese adicional para o património arquitetónico e arqueológico inventariado iria densificar excessivamente o RA, sem acrescentar informação relevante ou valor substantivo à avaliação já efetuada. A informação atualmente apresentada é considerada suficiente para enquadrar e suportar a análise desenvolvida no RA, não se justificando a replicação de listagens que não alteram nem aprofundam as conclusões da avaliação ambiental.</p>



RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p>ii) Em 6.3.3. <i>Análise SWOT</i>, no Quadro 30   <i>Análise SWOT da situação atual do FCD Geração de Valor e Identidade Local (p.118)</i>, <u>propõe-se a introdução do seguinte:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Forças” : presença de património arqueológico, com destaque para o megalitismo, e, do Museu Arqueológico do Alto Paiva;</li> <li>- “Oportunidades” : Ações/projetos de valorização e divulgação do património cultural (arqueológico e arquitetónico) em articulação com o natural;</li> <li>- “Ameaças” : a execução de projetos que não cumpram as condicionantes arqueológicas vigentes na legislação em vigor e em pareceres técnicos da administração local e central para a salvaguarda do património arqueológico; afetação do património arqueológico pelos incêndios rurais;</li> </ul>	<p>Acolhida. Foi incluído o sugerido no Quadro 30.</p>
<p>f) No Capítulo 8. <i>Recomendações para o FCD3</i> destaca-se “6. Manter o inventário do património arqueológico e arquitetónico atualizado, de forma a perceber a evolução do estado de conservação dos mesmos, e, <u>promover o conhecimento através de projetos de investigação e ações de divulgação.</u>”</p>	<p>Acolhida. Foi reformulada a recomendação conforme sugerido.</p>
<p>Propõe-se ainda a integração das seguintes recomendações para o património arqueológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar uma política de salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos licenciamentos e autorizações das operações urbanísticas, agrícolas, florestais, de infraestruturas várias e exploração de recursos geológicos, dando cumprimento ao Regulamento do PDM e à legislação em vigor relativamente à salvaguarda do Património Arqueológico;</li> <li>- Estabelecer procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.</li> <li>- Prever o financiamento necessário para os trabalhos de arqueologia preventiva no âmbito da Requalificação e Reabilitação Urbana e de projetos de infraestruturas - água, saneamentos, rede viária (previstos no Programa de Execução da Proposta), cuja localização seja coincidente com os sítios arqueológicos, áreas de potencial arqueológico, respetivas áreas de proteção e núcleos antigos.</li> </ul>	<p>Não acolhida. As recomendações apresentadas correspondem a obrigações já previstas e plenamente enquadradas na legislação em vigor, bem como no Regulamento do PDM, sendo de cumprimento obrigatório pelo Município no âmbito dos licenciamentos, autorizações, instrumentos de gestão territorial e execução de projetos. Assim, entende-se não constituir uma mais-valia a inclusão de recomendações que reproduzem deveres legais já existentes e vinculativos para a atuação municipal.</p>



RECOMENDAÇÕES DO PARECER	PONDERAÇÃO
<p>g) No Capítulo 9. Processo de seguimento e controlo (...)</p> <p>i) <u>Constata-se que o património arqueológico não é considerado, o que não se compreende, tendo em conta o resultado obtido na Carta Arqueológica e a importância em avaliar os efeitos da execução da proposta na salvaguarda dos sítios arqueológicos e área de potencial arqueológico, pelo que devem ser incluídos os Indicadores: N.º de sítios arqueológicos [Anual   Património Cultural, IP], e, N.º Trabalhos arqueológicos (PATA) [Anual Património Cultural, IP] e com Meta a Aumentar.</u></p> <p>ii) <u>Ao nível dos Riscos propõe-se que seja integrado os Elementos do Património Cultural (arqueológico e arquitetónico) em áreas de risco, e, Elementos do Património Cultural (arqueológico e arquitetónico) afetados por incêndios rurais (N.º CMVNP   Património Cultural, IP).</u></p>	<p>Não acolhida. Por orientação de diretrizes dadas pela APA, os indicadores de monitorização devem ser limitados a 20, e devem ser direcionados aos impactos diretos no ambiente. Nesta senda, questões relativas ao património arqueológico poderá ser monitorizado no âmbito da implementação do plano.</p> <p>Mais se acrescenta que poderia ser difícil, no futuro, a obtenção de dados específicos ao nível concelhio não permitindo assim uma monitorização quantitativa com o rigor necessário.</p>

## Anexo IV – Quadro de Referência Estratégico

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
NACIONAL	PNPOT	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	<p>Neste documento o Modelo Territorial estabelece o modelo de organização espacial, considerando 5 Sistemas: o Sistema Natural, o Sistema Social, o Sistema Económico, o Sistema de Conetividade e o Sistema Urbano.</p> <p>Os compromissos para o território nacional foram operacionalizados em 5 Domínios de Intervenção (que enquadram as 50 medidas de política): Domínio Natural; Domínio Social; Domínio Económico; Domínio de Conetividade e Domínio de Governança Territorial.</p>
	PRN 2000	Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de setembro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 27 de setembro pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto)	<p>Em articulação com os instrumentos de ordenamento do território são previstas variantes e circulares nos principais centros urbanos para acesso aos corredores nacionais de grande capacidade, melhorando as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego gerado nesses locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários.</li> <li>▪ Desenvolvimento de potencialidades regionais.</li> <li>▪ Adequação da gestão da rede.</li> <li>▪ Aumento da segurança de circulação.</li> </ul>
	PNI 2030	Janeiro de 2019	<p>Constituem eixos estratégicos setoriais do PNI 2030 os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes e mobilidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Acessibilidade equitativa</b>, reforçando a rede do sistema de mobilidade do território nacional para promover a equidade de acesso;</li> <li>- <b>Conetividade alargada</b>, alargando a conetividade externa, reforçando as infraestruturas de conexão internacional e suas ligações intra e intermodais;</li> <li>- <b>Mobilidade inteligente</b>, promovendo a implementação de soluções inovadoras e de tecnologias de futuro aplicadas ao ecossistema de mobilidade;</li> <li>- <b>Mobilidade sustentável e neutralidade carbónica</b>, impulsionando a mobilidade sustentável e contribuir para a descarbonização do setor dos transportes;</li> <li>- <b>Infraestruturas e equipamentos resilientes</b>, robustecendo as redes existentes, assegurando</li> </ul> </li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>funcionalidade, desempenho, segurança, flexibilidade e resiliência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiente: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Neutralidade carbónica</b>, colocando o país numa trajetória de neutralidade carbónica, através da descarbonização e do sequestro de carbono;</li> <li>- <b>Adaptação do território</b>, reduzindo as vulnerabilidades e aumentando a resiliência do território aos efeitos das alterações climáticas;</li> <li>- <b>Economia circular</b>, evoluindo para um modelo económico que preserve e recupere ativamente os recursos que transaciona;</li> <li>- <b>Recursos e capital natural</b>, preservando o património e os elementos naturais enquanto bens públicos e capitalizando o respetivo potencial económico;</li> <li>- <b>Infraestruturas ambientais resilientes</b>, otimizando infraestruturas ambientais, promovendo a sua resiliência e sustentabilidade económica.</li> </ul> </li> <li>Energia: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Neutralidade carbónica</b>, colocando o país numa trajetória de neutralidade carbónica, através da descarbonização e melhoria da eficiência dos sistemas energético;</li> <li>- <b>Infraestruturas e equipamentos resilientes</b>, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas e desenvolvendo as interligações, assegurando a segurança no abastecimento e a flexibilidade no sistema;</li> <li>- <b>Sistemas inteligentes</b>, promovendo soluções inovadoras e tecnologias de futuro aplicadas à energia.</li> </ul> </li> </ul>
	<b>PNCT</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro	<p><b>EIXO 1: Um território interior + Coeso</b></p> <p>Objetivo: Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersetoriais e interescales, tendo em vista a qualidade de vida.</p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p><b>EIXO 2: Um território interior + Competitivo</b></p> <p>Objetivo: Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.</p> <p><b>EIXO 3: Um território interior + Sustentável</b></p> <p>Objetivo: Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.</p> <p><b>EIXO 4: Um território interior + Conectado</b></p> <p>Objetivo: Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.</p> <p><b>EIXO 5: Um território interior + Colaborativo</b></p> <p>Objetivo: Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.</p>
	<b>PNA PNGIFR</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho	<p><b>Orientação Estratégica 1: Valorizar os Espaços Rurais</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal;</li> <li>1.2. Reformar modelo da gestão florestal;</li> <li>1.3. Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico.</li> </ol> <p><b>Orientação Estratégica 2: Cuidar dos Espaços Rurais</b></p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada;</p> <p>2.2. Diminuir a carga de combustível à escala da paisagem;</p> <p>2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado.</p> <p><b>Orientação Estratégica 3: Modificar Comportamentos</b></p> <p>3.1. Reduzir as ignições de maior risco;</p> <p>3.2. Especializar a comunicação de risco: Melhorar a perceção do risco e adoção das melhores práticas.</p> <p><b>Orientação Estratégica 4: Gerir o Risco Eficientemente</b></p> <p>4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco;</p> <p>4.2. Implementar um modelo capacitado de governança do risco;</p> <p>4.3 Redesenhar a gestão do Sistema;</p> <p>4.4. Aumentar a qualificação dos Agentes SGIFR.</p>
	<b>PNEPC</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro	<p>Constituem objetivos gerais do PNEPC:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>▪ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;</li> <li>▪ Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;</li> <li>▪ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;</li> <li>▪ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>▪ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;</li> <li>▪ Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;</li> <li>▪ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.
	<b>PSRN 2000</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho	<p>Constituem objetivos gerais do PSRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;</li> <li>▪ Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;</li> <li>▪ Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;</li> <li>▪ Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;</li> <li>▪ Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;</li> <li>▪ Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.</li> </ul>
	<b>ENF</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, 4 de fevereiro	<p><b>A. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.</li> <li>▪ Redução da incidência dos incêndios.</li> <li>▪ Garantir o cumprimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.</li> <li>▪ Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos.</li> <li>▪ Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas.</li> <li>▪ Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos.</li> <li>▪ Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos.</li> <li>▪ Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados.</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p><b>B. Especialização do território:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planear a abordagem regional.</li> <li>▪ Conservar o solo da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação.</li> <li>▪ Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade.</li> <li>▪ Promover a proteção das áreas costeiras.</li> <li>▪ Conservar o regime hídrico.</li> <li>▪ Adequar as espécies às características da estação.</li> <li>▪ Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas.</li> <li>▪ Promover a resiliência da floresta.</li> </ul> <p><b>C. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar e melhorar a produção económicas dos povoamentos.</li> <li>▪ Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais.</li> </ul> <p><b>D. Internacionalização e aumento do valor dos produtos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados.</li> <li>▪ Reforçar a orientação para o mercado.</li> <li>▪ Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras.</li> <li>▪ Modernizar e capacitar as empresas florestais.</li> </ul> <p><b>E. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recolher e processar informação do setor de forma sistemática.</li> <li>▪ Promover o Inventário da propriedade florestal.</li> <li>▪ Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor.</li> <li>▪ Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais.</li> <li>▪ Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais.</li> </ul>



Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificar os agentes do setor.</li> <li>Fomentar a cooperação internacional.</li> </ul> <p><b>F. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas.</li> <li>Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal.</li> <li>Racionalizar e simplificar o quadro legislativo.</li> <li>Conferir o enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal.</li> </ul>
	<b>ENCNB</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	<p><b>Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural:</b></p> <p>1.1. Consolidar o sistema nacional de áreas classificadas e assegurar a sua gestão</p> <p>1.2. Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional</p> <p>1.3. Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna, flora) e habitats ao nível nacional</p> <p>1.4. Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da União Europeia</p> <p>1.5. Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal</p> <p>1.6. Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade</p> <p>1.7. Reforçar o cumprimento do quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade</p> <p>1.8. Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política de conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base</p> <p>1.9. Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais</p> <p>1.10. Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas</p> <p>1.11. Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade</p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p><b>Eixo 2 –Promover o Reconhecimento do Valor do Património Natural:</b></p> <p>2.1. Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano</p> <p>2.2. Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida</p> <p>2.3. Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade</p> <p>2.4. Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade</p> <p>2.5. Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade</p> <p><b>Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade:</b></p> <p>3.1. Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade</p> <p>3.2. Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade</p> <p>3.3. Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos</p> <p>3.4. Promover e articular a integração dos objetivos da conservação da natureza e biodiversidade nos planos, programas, instrumentos e normas do espaço marítimo</p> <p>3.5. Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais</p> <p>3.6. Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade</p> <p>3.7. Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais</p> <p>3.8. Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo da natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural</p> <p>3.9. Assegurar a sustentabilidade da utilização dos recursos genéticos marinhos ou terrestres</p> <p>3.10. Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações</p> <p>3.11. Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural,</p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas</p> <p>3.12. Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas</p> <p>3.13. Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade</p> <p>3.14. Atualizar o regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental</p>
	<b>ENAAAC 2020</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho (retificado pela Declaração de retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro) Prorrogação da vigência - Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho	<p>De forma a contribuir para o planeamento e desenvolvimento de uma sociedade e economia resiliente, competitiva e de baixo carbono, a ENAAAC 2020 tem como visão: Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas. Por forma a alcançar a sua visão para Portugal, a ENAAAC 2020 assume três objetivos que procuram dar continuidade ao racional da fase anterior procurando uma orientação mais operacional e de implementação. Constituem objetivos da ENAAAC 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;</li> <li>- Implementar medidas de adaptação;</li> <li>- Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais.</li> </ul>
	<b>PNEC2030</b>	RCM n.º 53/2020, de 10 de julho	<p>O PNEC é fundamental para assegurar a concretização das metas em matéria de energia e clima no horizonte 2030 e está orientado para o futuro e para os objetivos a longo prazo de Portugal, que conta com um vasto conjunto de instrumentos setoriais na área da ação climática e da energia, que têm permitido concretizar de forma eficaz os compromissos assumidos a nível comunitário e internacional.</p> <p>O PNEC contém a estratégia das cinco dimensões que estão diretamente ligadas aos objetivos de Portugal em uma integração de energia e clima, que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Descarbonização;</li> <li>. Eficiência energética;</li> <li>. Segurança energética;</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>. Mercado interno;</li> <li>. Investigação, Inovação e Competitividade.</li> </ul> <p>Assim como se procede à definição dos contributos nacionais e principais linhas de atuação planeadas para o cumprimento dos diferentes compromissos globais da União, incluindo em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, energias renováveis, eficiência energética e interligações, sendo um dos principais instrumentos de política energética e climática para a década 2021-2030.</p>
	<b>RNC2050</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho	<p>O RNC2050 estabelece, uma trajetória para atingir a neutralidade carbónica em 2050, define as principais linhas de orientação, e identifica as opções custo eficazes para atingir aquele fim em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico. A visão estratégica assenta num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e o uso eficiente de recursos.</p> <p>A concretização desta visão estratégica assenta em oito premissas fundamentais, que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;</li> <li>. Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050;</li> <li>. Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas;</li> <li>. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica;</li> <li>. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;</li> <li>. Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;</li> <li>. Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;</li> <li>. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.
	<b>P-3AC</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, Diário da República n.º 147/2019, Série I de 2019-08-02	<p>O P-3AC complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020 e de implementar medidas de adaptação. Elege nove linhas de ação concretas de intervenção no território e nas infraestruturas, que tem como objetivo reduzir os principais impactos e vulnerabilidades do território, que são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Prevenção de incêndios rurais;</li> <li>b) Conservação e de melhoria da fertilidade do solo;</li> <li>c) Uso eficiente da água;</li> <li>d) Resiliência dos ecossistemas;</li> <li>e) Prevenção das ondas de calor;</li> <li>f) Doenças, pragas e espécies invasoras;</li> <li>g) Proteção contra inundações;</li> <li>h) Proteção costeira;</li> <li>i) Capacitação, sensibilização e ferramentas para a adaptação.</li> </ul>
	<b>PNA</b>	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro	<p>Constituem objetivos gerais do PNA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;</li> <li>. Promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;</li> <li>. Mitigação dos efeitos das inundações e das secas.</li> </ul>
	<b>PNUEA (2012-2020)</b>	Junho de 2012	<p>Tem como principal objetivo a promoção do Uso Eficiente da Água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país. Assim os objetivos gerais são:</p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia;</li> <li>Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca;</li> <li>Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.</li> </ul> <p>Por sua vez os objetivos estratégicos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos;</li> <li>Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água;</li> <li>Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação;</li> <li>Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva);</li> <li>Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas;</li> <li>Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.</li> </ul>
	<b>PERSU 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março	<p>O PERSU 2030 é concretizado através de três eixos onde se inserem seis objetivos:</p> <p><b><u>Prevenção</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reduzir a produção e perigosidade dos RU.</li> </ul> <p><b><u>Gestão de Recursos</u></b></p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"><li>Promover a recolha seletiva e tratamento adequado.</li><li>Assegurar a valorização dos resultantes do tratamento dos RU.</li></ul> <p><b><u>Operacionalização</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Reforçar os instrumentos económico-financeiros.</li><li>Assegurar a sustentabilidade económica e a capacitação do setor.</li><li>Comunicar e monitorizar o plano.</li></ul>
	<b>PENSAARP 2030</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro	<p>Os serviços de abastecimento de água e de gestão de águas residuais e pluviais (designados por serviços de águas) assumem uma relevância crescente, sendo essenciais à saúde pública, ao bem-estar dos cidadãos, ao desenvolvimento económico e à sustentabilidade ambiental. Os objetivos estratégicos do PENSAARP 2030 subdividem-se, em:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) A eficácia dos serviços, que passa por atingir a sua acessibilidade física, continuidade e fiabilidade, a qualidade das águas distribuídas e rejeitadas, a segurança, resiliência e ação climática, e ainda a equidade e acessibilidade económica dos utilizadores;</li><li>(ii) A eficiência dos serviços, que visa atingir um melhor governo e estruturação do setor, organização, modernização e digitalização das entidades gestoras, gestão e alocação eficiente de recursos financeiros, eficiência hídrica, eficiência energética e descarbonização;</li><li>(iii) A sustentabilidade dos serviços, de forma a assegurar a sustentabilidade económica, financeira e infraestrutural, de utilização e recuperação de recursos naturais, adequado capital humano, gestão de informação, conhecimento e inovação;</li><li>(iv) A valorização económica, ambiental e social dos serviços, onde se compreende a valorização empresarial e económica nos mercados interno e externo, a circularidade e valorização ambiental e territorial, a valorização social, transparência, responsabilização e ética, a contribuição para o desenvolvimento sustentável e a cooperação política internacional.</li></ul>
	<b>PGRH-RH3 e RH4A</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril	<p>Objetivos Estratégicos (OE):</p> <p>OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água;</p>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;</p> <p>OE3 - Atingir e manter o Bom estado/Potencial das massas de água;</p> <p>OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;</p> <p>OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade;</p> <p>OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;</p> <p>OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água;</p> <p>OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;</p> <p>OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais;</p> <p>OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.</p>
	<b>ET 2027</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro	<p>A Estratégia para o Turismo 2027 é o referencial estratégico para o turismo em Portugal para a década 2017 - 2027, e tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a estabilidade nas grandes prioridades para o Turismo nacional;</li> <li>• Promover uma integração das políticas setoriais que influenciam a atividade;</li> <li>• Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do setor;</li> <li>• Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.</li> </ul> <p>A Estratégia para o Turismo 2027 definiu cinco eixos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eixo 1 - Valorizar o Território: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural;</li> <li>○ Valorizar e preservar a autenticidade de Portugal;</li> <li>○ Afirmar o turismo na economia do mar;</li> <li>○ Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;</li> <li>○ Promover a regeneração urbana das cidades e regiões, e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos;</li> <li>○ Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística;</li> </ul> </li> <li>• Eixo 2 - Impulsionar a Economia:</li> </ul>



Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longos prazos;</li> <li>○ Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar;</li> <li>○ Atrair investimento e qualificar a oferta turística;</li> <li>○ Estimular a economia circular no turismo;</li> <li>○ Afirmar Portugal como polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo;</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eixo 3 - Potenciar o Conhecimento: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Valorizar as profissões do turismo e formar Recursos Humanos que respondam às necessidades do mercado;</li> <li>○ Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas;</li> <li>○ Difundir conhecimento e informação estatística;</li> <li>○ Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável;</li> <li>○ Afirmar Portugal como smart destination;</li> </ul> </li> <li>• Eixo 4 - Gerar Redes e Conetividade: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alargar e reforçar rotas aéreas e captar operações de homeport e de turnaround de cruzeiros;</li> <li>○ Melhorar os sistemas de mobilidade rododferroviária e de navegabilidade;</li> <li>○ Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos;</li> <li>○ Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões;</li> <li>○ Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os setores;</li> </ul> </li> <li>• Eixo 5 - Projetar Portugal:</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar;</li> <li>○ Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional;</li> <li>○ Tornar Portugal um destino internacional de congressos e eventos culturais e desportivos;</li> <li>○ Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional.</li> </ul>
REGIONAL	PROT-C (proposta em elaboração <sup>14</sup> )	Maio de 2011	<p>Os objetivos principais da proposta de PROT-C, para além dos objetivos estabelecidos no artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo DL n.º 316/2007, de 19 de setembro, e com redação atual dada pelo DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, são os seguintes:</p> <p><b>Objetivos Gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;</li> <li>. Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;</li> <li>. Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;</li> <li>. Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais;</li> <li>. Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.</li> </ul> <p><b>Objetivos Estratégicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;</li> <li>. A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;</li> </ul>

<sup>14</sup> Elaboração determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro.

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<ul style="list-style-type: none"> <li>· O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;</li> <li>· A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;</li> <li>· O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;</li> <li>· O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.</li> </ul>
	<b>CENTRO 2030</b>	Não Publicado	<p>Após o Programa Operacional Regional do Centro 2020 (período de 2014 - 2020), que tinha como objetivo, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, além de dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional. O programa evoluiu para o Centro 2030 (período de 2021 - 2027), com o objetivo de continuar o trabalho na região e declinar-se a outros desafios. O Centro 2030 declina-se nos seguintes desígnios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Reforçar a competitividade nacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusive;</li> <li>· Promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica, promover a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante;</li> <li>· Liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável, promover a inovação e transição para a economia circular, integrar a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial;</li> <li>· Colocar estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica;</li> <li>· Organizar a oferta de qualificações e competências que a sua transformação estrutural exige, trabalhar a qualificação inicial de jovens e a formação de ativos e criar condições para a atração de população qualificada.</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
	<b>Visão Estratégica para o Centro 20/30</b>	Outubro de 2020	<p>A Visão Estratégica para o Centro 20/30 apresenta as seguintes linhas estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação.</li> <li>Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral.</li> <li>Valorizar e densificar o sistema urbano regional.</li> <li>Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região.</li> <li>Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização.</li> <li>Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais.</li> <li>Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral.</li> <li>Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional.</li> <li>Articulação com agendas estratégicas nacionais, europeias e mundiais para o período de programação.</li> </ul>
	<b>PROF-CL</b>	Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 18/2022 de 5 de janeiro	<p>O PROF Centro Litoral está alinhado com a visão definida pela ENF, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos. O PROF prossegue os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;</li> <li>b) Especialização do território;</li> <li>c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;</li> <li>d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;</li> <li>e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;</li> <li>f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.</li> </ul>
	<b>PIAAC-VDL</b>	Dezembro de 2017	<p>O PIAAC- Viseu Dão Lafões tem como objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar os impactes climáticos, avaliar as vulnerabilidades atuais e futuras e identificar a capacidade adaptativa sub-regional, de modo a criar um leque de opções e medidas de adaptação setorial relevantes;</li> <li>Desenvolver investigação sobre as alterações climáticas na sub-região e promover inovação na adaptação, recolhendo, produzindo, sistematizando e analisando informação relevante e sistemática das vulnerabilidades atuais e futuras;</li> <li>Criar condições técnicas para a integração da adaptação no ordenamento do território e na gestão dos</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>recursos hídricos ao nível intermunicipal e municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um instrumento de planeamento intermunicipal, consubstanciando num programa de medidas e ações a desenvolver pela CIMVDL e pelos municípios de Viseu Dão Lafões;</li> <li>Capacitar técnicos dos municípios para a elaboração de EMAAC, dotando-os das ferramentas metodológicas e dos conhecimentos técnicos e científicos necessários para o desenvolvimento e implementação desses instrumentos;</li> <li>Dotar a CIMVDL de um plano de comunicação e divulgação do PIAAC-VDL, que contribua para sensibilizar os atores para as vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas e para a necessidade de adotar medidas adaptativas.</li> </ul>
	<b>PDEPC de Viseu</b>	2018	<p>O PDEPC de Viseu regula a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações, constituindo-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder, organizadamente, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Direção, Coordenação, Comando e Controlo, tendo em vista o cumprimento dos seguintes objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;</li> <li>Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;</li> <li>Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;</li> <li>Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;</li> <li>Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;</li> <li>Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
			<p>gestão de acidentes graves ou catástrofes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Promover o aviso e informação permanente da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes.</li> </ul>
<b>MUNICIPAL</b>	<b>PMDFCI</b>	Edital n.º 96/2022, 27 de janeiro	<p>O PMDFCI de Vila Nova de Paiva implementa, ao nível municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em cinco eixos de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Eixo 1 - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;</li> <li>. Eixo 2 – Redução da incidência dos incêndios;</li> <li>. Eixo 3 – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;</li> <li>. Eixo 4 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas;</li> <li>. Eixo 5 – Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
	<b>PMEPC</b>	2018	<p>Os objetivos gerais do PMEPC de Vila Nova de Paiva são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>. Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;</li> <li>. Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;</li> <li>. Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;</li> <li>. Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;</li> <li>. Minimizar a perda de vida e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as mínimas condições de normalidade;</li> <li>. Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;</li> <li>. Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;</li> <li>. Promover a informação junto das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.</li> </ul>

Âmbito	QRE	Publicação	Tradução dos Objetivos Relevantes para a AAE da RPDM de Vila Nova de Paiva
	<b>PMAC</b>	2025	<p>O presente PMAC pretende contribuir para os objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de planeamento e política nacional em matérias de ação climática, incluindo os estabelecidos na Lei de Bases do Clima e que constituem os referenciais do Município.</p> <p>OBJETIVO 1 - NEUTRALIDADE CARBÓNICA ATÉ 2050</p> <p>OBJETIVO 2 – POBREZA ENERGÉTICA = 0 ATÉ 2050</p> <p>OBJETIVO 3 – MONITORIZAR A ADEQUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO</p> <p>OBJETIVO 4 – MONITORIZAR A ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO</p> <p>OBJETIVO 5 – INTEGRAR A AÇÃO CLIMÁTICA NAS POLÍTICAS LOCAIS E MOBILIZAR OS ATORES DO TERRITÓRIO, AUMENTANDO A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO MUNICÍPIO</p>